



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

UMA ARQUEOLOGIA DO CONCEITO DE *LANGUE* NO CURSO DE LINGUÍSTICA
GERAL E NO PROPOSIÇÕES PARA UMA SEMIOLOGIA E UMA LINGUÍSTICA

SÃO CARLOS
2018



Universidade Federal de São Carlos

Silvério Guazzelli Donatti

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

UMA ARQUEOLOGIA DO CONCEITO DE *LANGUE* NO CURSO DE LINGUÍSTICA
GERAL E NO PROPOSIÇÕES PARA UMA SEMIOLOGIA E UMA LINGUÍSTICA

Silvério Guazzelli Donatti

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof(a). Dr(a). Mônica Baltazar Diniz Signori

São Carlos – São Paulo – Brasil

2018

* Base Legal: Portaria CAPES nº 156/2014 - PROAP

** Todos os documentos originais da prestação de contas devem ficar na secretaria do Programa por 5 anos.

Atenção: - O pedido deve passar pela Comissão de Pós-Graduação - CPG do Programa.
- O pedido deve chegar na PROPG no mínimo 20 dias antes da avaliação.




UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

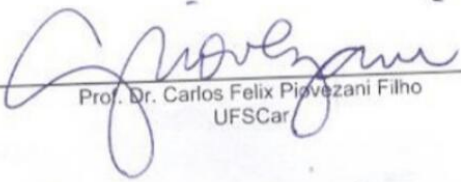
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

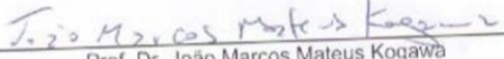
Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Silverio Guazzelli Donatti, realizada em 25/10/2018:



Profa. Dra. Mônica Baltazar Diniz Signori
UFSCar



Prof. Dr. Carlos Felix Piovezani Filho
UFSCar



Prof. Dr. João Marcos Mateus Kogawa
UNIFESP

À Luciana, que me dá forças para crescer.

AGRADECIMENTOS

À minha querida orientadora Profa. Dra. Mônica Baltazar Diniz Signori, que sempre acreditou nesta pesquisa e a fez possível com sua amizade e graças à sua sabedoria e paciência ímpares; minha eterna admiração e gratidão.

À minha amada companheira Luciana Furlanetto Pereira, por todo amor e afeto, por toda forma de fomento e suporte, pela paciência e dedicação, por me pegar na mão e me mostrar o caminho e me servir de exemplo. Por ser sempre a contraparte e algumas vezes o contraponto.

À minha amada mãe Myrian e ao meu amado pai Enivaldo por terem me dado a vida, e por todas as alegrias que compartilhamos, por terem me ensinado o valor de ser e sempre me estimularem aos estudos e por todo o amor e cuidados, sem os quais jamais seria quem sou.

In memoriam aos meus avós, maternos, Lola por ter me alfabetizado e Dante de quem herdei o ofício de encadernador e o gosto pela tipografia, e paternos, Enedina quem sempre mais me paparicou e Pedro meu grande amigo e financiador e aos seus pais, Lúcia e Silvério pelos quais tenho um carinho especial e que sempre me serviram de exemplo de caráter e de amor. Aos meus antepassados.

Aos meus queridos professores: Profa. Dra. Luzmara Curcino, Profa. Dra. Vanice Sargentini, Profa. Dra. Gladis Almeida, Profa. Dra. Lígia de Araujo, Prof. Dr. Roberto Baronas, Prof. Dr. Carlos Piovezani, Prof. Dr. João Kogawa, que mais diretamente contribuíram à minha formação seja nas bancas, nas aulas, nos corredores ou virtualmente de maneira estimulante e dedicada.

Aos meus parentes e amigos, meus companheiros de jornada. Aos colegas de curso e a cada membro do programa de pós-graduação e do departamento de linguística.

Resumo: A presente pesquisa realizará, pautada na obra *A arqueologia do saber* de Michel Foucault, uma análise em duas formações discursivas saussurianas, com vistas à apreensão das relações envolvendo o conceito de *langue* presente nas obras que compõem o nosso *corpus*, a saber: o *Curso de linguística* geral, organizado e editado por Charles Bally e Albert Sechehaye na França em 1916, e o *Proposições para uma semiologia e uma linguística*, uma proposta materialista articulada por Carlos Henrique de Escobar no Brasil em 1973. Infirmou-se nossa hipótese inicial de uma possível reelaboração mútua entre ambas formações discursivas do conceito de *langue*, devido a incompatibilidades na base dos acontecimentos discursivos que envolvem o conceito de *langue*.

Palavras-chave: *Langue*, Saussure, arqueologia do saber, formação discursiva

Abstract: The present research will be based on the work of the *Archeology of knowledge* of Michel Foucault, an analysis of two saussurians discursive formations, with a view to the apprehension of the relations involving the concept of *langue* present in the works that compose our corpus, namely: the *Course of General Linguistics*, organized and edited by Charles Bally and Albert Sechehaye in France in 1916, and the *Propositions for a Semiology and a Linguistics*, a materialistic proposal articulated by Carlos Henrique de Escobar in Brazil in 1973. Our hypothesis was denied of a possible mutual re-elaboration between both discursive formations, through the concept of *langue*, due to the incompatibilities in the base of the discursive events that surround the concept.

Keywords: *Langue*, Saussure, archeology of knowledge, discursive formations

SUMÁRIO

1 O Curso de <i>linguística geral</i> e o <i>Proposições para uma semiologia e uma linguística</i>	9
2 Sobre <i>A arqueologia do saber</i>	13
3 O Curso de <i>linguística geral</i> (CLG).....	20
3.1 Análise arqueológica a partir das emergências de <i>langue</i> no CLG, com ênfase na interpretação de sua dimensão conceitual.....	20
3.2 Conceito simplificado de <i>langue</i> no CLG.....	94
4 O <i>Proposições para uma semiologia e uma linguística</i> (PSL).....	98
4.1 Análise arqueológica a partir das emergências de <i>langue</i> no PSL, com ênfase na interpretação de sua dimensão conceitual.....	98
4.2 Conceito simplificado de <i>langue</i> no PSL.....	170
5 Conclusões.....	171
6 Bibliografia consultada.....	176

O Curso de linguística geral e o *Proposições para uma semiologia e uma linguística*

Para além de fundar a linguística moderna, o *Curso de linguística geral* (CLG) é uma obra cujo modelo estruturalista se constitui em referência para diversos campos epistemológicos erigidos nas ciências humanas. Esta obra de 1916 tem de peculiar também o fato de sua formulação ser posterior ao falecimento de seu autor, Ferdinand de Saussure, fato que, como veremos está na base de uma série de questionamentos.

O *Proposições para uma semiologia e uma linguística: uma nova leitura de Ferdinand de Saussure*, doravante PSL é de autoria de Carlos Henrique de Escobar e foi editado no Brasil em 1973, e conforme o enunciado que dá subtítulo à obra sugere, realiza uma leitura crítica da linguística saussuriana, predominantemente a partir da sua materialidade presente no CLG.

Se a Saussure pode ser atribuído o mérito pela constituição da linguística moderna, há que se reconhecer que em grande parte isso se deve aos esforços dos editores em redigir o *Curso de linguística geral*. Na opinião de linguistas renomados como Tullio De Mauro, seu tradutor, prefaciador e crítico italiano, essa obra é “a mais completa *summa* da doutrina de Saussure, fato que provavelmente permanecerá”. (DE MAURO *in* SAUSSURE, [1967] 2005, p. IX, tradução nossa).

Tullio De Mauro, em seu prefácio à edição italiana do *Curso de linguística geral*, parte da definição darwiniana de atitude científica para referir-se à linguística de Ferdinand de Saussure: “cada tese, até mesmo a mais crível é considerada hipótese, e cada hipótese, mesmo a mais estranha é considerada como uma possível tese, suscetível de pesquisa e desenvolvimento”. (1967, p.V-VI, tradução nossa). Reconhecemos, muitas vezes, essa mesma postura refletida na redação do CLG.

De Mauro acrescenta que, uma ‘*forma mentis* científica’ fomentada pela família de Saussure pode ser vislumbrada nas asserções do CLG. *A arqueologia do saber* de Michel Foucault contém uma teoria e uma metodologia de análise de discursos erigida sob a crítica a este modelo de ciência que atribui a questão das formulações discursivas a subjetividades ou períodos históricos e propõe que tomemos o arquivo, o domínio das coisas ditas, como um possibilitador da emergência dos acontecimentos discursivos.

Segundo os críticos do *Curso*, os organizadores e editores de *Escritos de linguística geral* (ELG), Simon Bouquet e Rudolph Engler, o texto do CLG é “fundador das ciências humanas no século XX”. Essa obra, ainda que não tenha contado com a redação de Ferdinand de Saussure, seria direta e fundamentalmente responsável por garantir ao

linguista suíço o reconhecimento, na forma do título de “fundador da linguística moderna”. Grande parte do mérito atribuído a este feito, se deve à formulação de um conceito de *langue*, que a partir da afirmação de sua realidade social pôde embasar toda uma série de proposições.

O fato de Saussure efetivamente não ter publicado ele próprio seu *Curso de linguística geral* contribuiu para uma série de questionamentos e reinterpretações dos conceitos presentes nesta ‘obra labiríntica’ que é o CLG. O próprio De Mauro, em suas notas críticas presentes na tradução do *Curso* para o italiano, propõe algumas apreciações que questionam a versão dos editores para alguns aspectos presentes no CLG, embora entenda que “o singular fragmento do pensamento saussuriano (salvo os raros casos de mal-entendidos) está em geral alegremente intenso e fielmente reproduzido”. (DE MAURO In: SAUSSURE, 2005, p.IX, tradução nossa).

Propomos um estudo em Saussure e gostaríamos de prestar uma homenagem ao CLG, essa obra labiríntica que, sabemos, em sua formulação fundou a linguística moderna, e que, do alto de seus mais de 100 anos, serve de fundamento para muitas das atuais problematizações das áreas que reivindicam o direito de enunciar em nome da linguística; o que não equivale a dizer que estas sempre estejam em concordância com a obra em todos os aspectos (conceituais, metodológicos, formais e quais outros se permitam elencar). Logo, o bom e velho estruturalismo característico de sua redação, para citarmos apenas alguns desses aspectos, permitiu e permite ainda pensar-se uma miríade de teses acerca de suas ‘re-produções’, não raro na forma de contrapontos.

Que o estruturalismo passe por toda a linguística atual é um fato. Inexiste a teoria em linguística que se constitua sem ao menos questioná-lo em algum aspecto que seja, mesmo que indiretamente. Também tem um uso bastante recorrente nas ciências humanas de um modo geral.

O que dizer daquelas formações discursivas que se constituíram a partir do CLG, por meio do questionamento da quase totalidade dos paradigmas estruturalistas? O que dizer, por exemplo, daquela linguística materialista que se reivindica saussuriana e está presente no *Proposições para uma semiologia e uma linguística*?

O PSL é aquela proposta teórica ainda relativamente desconhecida, que em inúmeros aspectos se reivindica saussuriana e desenvolve-se em larga medida negando a quase totalidade daquilo que se enuncia no CLG. No PSL, Carlos Henrique de Escobar, à

guisa de Louis Althusser¹, desempenhará uma “leitura sintomal” do texto saussuriano redigido e organizado pelos editores.

Aquilo que Escobar chama de “leitura sintomal” foi o ‘combustível’ que o autor empregou para propor sua teoria radicalmente oposta, embora julgamos que nem tanto, àquilo que denomina de empirismo, de estruturalismo, ou ainda de descritivismo da redação do CLG.

Partimos do pressuposto, notório e aliás, enunciado de que, para todos os efeitos, de fato foi a materialidade histórica do CLG que possibilitou, e até mesmo favoreceu, a proposição central, nos termos indicados por Escobar, de uma “ciência dos discursos ideológicos”, que desenvolve uma “semiologia científica” enraizada na proposta saussuriana, a qual conteria a “linguística científica” (baseada numa leitura radicalmente marxista do CLG), todas contidas numa “psicologia social”, que por sua vez se encontraria no continente teórico do “materialismo histórico”, tudo rigorosamente conforme idealizara Saussure, tirando o materialismo histórico.

A nosso ver, seria de grande valia confrontar, ou melhor, comparar ambas visadas teóricas, valendo-nos das obras “responsáveis” pela formulação de cada uma enquanto formações discursivas heterogêneas e, assim, desde uma perspectiva arqueológica, identificar e analisar essas duas formações discursivas distintas através de seus enunciados. Mas que critérios adotar para orientar nossa procura sem enfim determinarmos, o que é importante em uma dada formação discursiva e não em outra? Não seria, certamente, o caso de uma busca aleatória. Bastaria um conceito que fosse (se possível) igualmente central em ambos os programas para dar conta de mobilizar toda a riqueza conceitual de cada obra, mesmo porque, ao que parece em linguística, qualquer ‘simples’ conceito pode mobilizar todo um conjunto deles, quando não a totalidade.

Julgamos ser justo para ambos os lados, e conveniente para um projeto no âmbito da linguística de um modo geral, instituir-se a *langue* como conceito orientador para o trabalho que propomos: o de realizarmos uma leitura dessas duas grandes formações discursivas em seus conceitos-chave. O mestre já havia destacado, na introdução do CLG, a importância desse conceito:

Para atribuir à língua o primeiro lugar no estudo da linguagem, pode-se, enfim, fazer valer o argumento de que a faculdade – natural ou não – de articular palavras não se exerce senão com ajuda de *instrumento criado e fornecido pela coletividade*; não é, então, ilusório dizer que é a língua que faz a unidade da linguagem. (SAUSSURE, 2006, p. 18, grifo nosso.)

¹ Filósofo de leitura proibida no Brasil ao ano de 1973. O próprio partido comunista de então não utilizava e mesmo proscivera o autor de *Os aparelhos ideológicos do estado*.

A eleição de um conceito como critério de seleção de enunciados, a nosso ver, não se constitui em um impedimento para o emprego da metodologia arqueológica foucaultiana, e sendo o conceito de *langue* um tema central a toda e qualquer ciência linguística, as relações que este possam estabelecer, conseqüentemente nos abrem a algumas possibilidades, ao passo que nos limitam em algumas determinadas direções. Assim, a compreensão do conceito de *langue*, bem como suas possibilidades e seus limites importam para todos os níveis de afirmações que se proponham em linguística. Interessamos, primeiramente em nossa análise, apreender as leis de repartição dos elementos de seu discurso.

O que objetivamos neste trabalho é, portanto, nos determos sobre o conceito de *langue* como abstrações teóricas linguísticas, abstrações estas que reconhecem em ambos os casos, tanto no CLG e quanto no PSL, uma série de acepções que abarcam também as de vocabulário e gramática, compreendidas pelo senso comum, mas que não se limitam a elas.

A centralidade que os conceito de *langue* ocupam em cada uma das duas formações discursivas analisadas, bem como sua relevância no âmbito da linguística como um todo, justifica sua eleição e dará conta de articular os demais conceitos-chave na medida em que estes se façam necessários para suas definições. De início, as dimensões conceituais de *langue* apontam conter bastantes divergências nas duas propostas: a dos editores e a de Escobar.

Tais divergências, porém, a nosso ver, não justificariam tamanha crítica por parte do programa materialista de muitas das propostas do programa estruturalista. Optamos, para fundamentar nossa análise epistemológico-discursiva, por empregarmos a arqueologia que se erige a partir do nome de Foucault, ainda que algumas dificuldades se nos imponham a partir de tal escolha, as quais apresentaremos mais adiante.

Partiremos da premissa, em respeito à demanda de Escobar, de que ambas as formações discursivas se constituem de fato em propostas linguísticas saussurianas. No *Proposições*, Escobar reivindica sua própria inscrição saussuriana, e até mesmo alega avançar os estudos do mestre; afirma que “o importante é dar-nos conta de que as teorias científicas que tomamos por referência não constituem ciências acabadas, e muito menos se encontram como que depuradas das metáforas e oscilações próprias a uma ciência nova”. (ESCOBAR, 1973, p.77).

Propomos uma leitura pela qual se possa extrair, em cada obra, nosso *corpus* de análise, selecionando os enunciados onde haja a emergência de *langue* (ou língua) incluindo aqueles em que não esteja declaradamente expresso o referente, mas cujo discurso lhe seja pertinente. Então, constataremos se verifica-se a hipótese nossa de que tais programas possam apresentar compatibilidades conciliadoras, para então buscarmos ao menos esboçar uma resposta para as questões: Haveria a possibilidade de uma reelaboração mútua, a partir do conceito de *langue*? Em que medida o programa da linguística materialista inova este conceito em relação àquele presente no CLG (que espaço enunciativo ocupam)? Em que afinal implica o conceito de *langue* em uma e outra formação discursiva?

Sobre *A arqueologia do saber*

Em *A arqueologia do saber*, Michel Foucault (1972) empreende uma tarefa no campo do discurso que se destaca pelo compromisso que firma com a episteme na busca de libertá-la da noção de que os saberes tenham uma origem secreta nas consciências individuais ou sejam o resultado de um período histórico. Propõe que a totalidade das coisas ditas e escritas constituem um arquivo, do qual as formações discursivas tomam parte. Segundo o autor

tem-se, na espessura das práticas discursivas, sistemas que instaurariam os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (comportando sua possibilidade e seu campo de utilização). São todos esses sistemas de enunciados (acontecimentos de um lado, coisas por outro) que proponho que se chame *arquivo*. (FOUCAULT, 1972, p.160, grifo do autor).

Este arquivo, o domínio das coisas efetivamente enunciadas, seria então aquilo que possibilitaria que novos saberes se epistemologizassem e, portanto, a questão da autoria não seria um ato de criação, de expressão individual, mas uma função necessária e imanente ao discurso e que se exerceria através de todo um feixe de relações que não são simplesmente psicológicas ou históricas e se dão obedecendo às leis do arquivo. O arquivo é aquele “sistema geral da formação e da transformação dos enunciados” (FOUCAULT, 1972, p.162).

Assim como é o caso das formações discursivas, encampamos, também, a noção de autoria, não como a expressão de uma subjetividade ou a resultado do *espírito* ou do *rosto*

de uma época. Na arqueologia, a autoria se exerce como uma função autor, ou constitui aquele espaço que poderia ser ocupado por um certo número de indivíduos, e que nos é instado a preencher com uma referência.

Em resposta a estas e outras considerações, *A arqueologia do saber* pretende criar as condições de descrever os saberes a partir do jogo de suas relações, de suas condições de formulação e para tanto precisa ressignificar algumas noções cristalizadas no arquivo, como por exemplo as noções de enunciado, de acontecimento e de discurso, às quais propõe um “uso grosseiro”, uma “utilização selvagem”. O mesmo uso selvagem não fará dos termos, ciência, ideologia e teoria, os quais caracteriza enquanto formações discursivas.

Observe-se que os enunciados, ditos ou escritos, carregam consigo as consequências de suas realizações, assim, ao Foucault enunciar que irá realizar uma utilização selvagem dos conceitos: enunciado, acontecimento e discurso, ato contínuo, reivindica como que uma descontinuidade histórica, uma espécie de ruptura com os paradigmas conceituais destes mesmos termos nas formações discursivas que antecederam sua arqueologia. Isto, embora não o possibilite romper com o *a priori* histórico destes conceitos no arquivo, afeta consideravelmente sua remanência.

Suas análises do campo discursivo, com a recusa da busca da origem dos enunciados nos sujeitos ou nas épocas, Foucault as propõe com vistas a:

compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de seu acontecimento; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação [cada formulação] exclui. (FOUCAULT, 1972, p.39).

Para tanto, importa voltar-se às unidades do discurso. Embora possa analisar a questão da episteme, *A arqueologia do saber* não estipula, como será o caso de nosso trabalho, uma predominância da análise do nível conceitual do discurso frente ao nível formal, ao temático (ou estratégico), nem ao dos objetos que encampa uma dada formação discursiva, donde mostrou-se-nos necessário adaptarmos sua metodologia para este trabalho com vistas a darmos destaque ao nível conceitual.

Foucault (1972), ao se questionar qual ordem de relações caracterizariam as unidades dos discursos, que sorte de elementos sustentariam as repartições e dispersões discursivas, ou dito ainda de outra forma, o que, afinal, promoveria a caracterização e individualização dos conjuntos de enunciados em formações discursivas, em campos de saber, nos aponta quatro hipóteses:

- a unicidade de objeto, consoante a qual a unidade se daria por questionar-se um mesmo objeto em sua constância;
- a homogeneidade formal enunciativa, compreendendo o estilo, o *ethós*, o léxico, a terminologia, o gênero, um código, uma ética, um protocolo;
- uma continuidade conceitual, segundo a qual a unidade se constituiria a partir de um mesmo arcabouço de conceitos coerentes, ou ainda;
- a identidade de temas e sua persistência, sendo a recorrência temática na forma de estratégias enunciativas, que determinaria tal unidade discursiva.

Essas quatro ordens de elementos – objetos, modalidade formal de enunciação, conceitos e escolhas temáticas ou estratégicas – não se bastam individualmente, mas são elas que, na totalidade e operando conjuntamente em articulação com toda uma ordem de coisas, em incessantes deslocamentos, manifestam as unidades dos discursos na forma da regularidade, ou seja, são esses elementos que, operando em relação ao arquivo, embasam as regras de formação/transformação que possibilitam o jogo da instância dos enunciados que constituem as formações discursivas. Deste modo, os enunciados criam a própria formação discursiva que possibilita a emergência de enunciados renovados. A proposta arqueológica repousa em grande medida em descrever esses movimentos nos enunciados.

Sendo *A arqueologia do saber* uma obra de escrita viva, quer dizer, na qual não há a preocupação com o apagamento completo de seu processo de desenvolvimento, com inúmeras e bastante evidentes idas e vindas aos seus aspectos constitutivos, as constates retomadas foucaultianas oferecem-nos infindáveis caminhos a percorrer, e, portanto, faz-se necessário especificarmos a quais aspectos da arqueologia vincularemos nossa análise.

Buscaremos em nossa análise inicialmente apontar aquelas quatro ordens de elementos constitutivos da unidade dos discursos propostos por Foucault, nos enunciados com os quais trabalharemos, a fim de compreendermos suas relações em ambos programas analisados. Observando estes elementos seremos capazes de identificar quais os enunciados prevalecem sobre os demais, e assim apreender a hierarquia enunciativa pertinente a cada formação discursiva. Segundo Foucault, a hierarquia enunciativa interna a uma dada formação discursiva pode ser verificada através dos enunciados reitores, a partir dos quais se desenvolvem os ramos do saber em cada formação discursiva.

A questão dos enunciados reitores não se reduz ao número de vezes que um enunciado foi repetido sob a mesma forma. Os enunciados reitores, aqueles que estão na base de uma formação discursiva, são aqueles que mais fortemente impõe suas condições, são aqueles que dão origem ao maior número de enunciados derivados, ou seja, são aqueles

que regem um campo discursivo determinado e por fundamentarem um maior número de enunciados relacionados, implicam em maiores consequências.

Todavia, não estamos engajados na demonstração de enunciados reitores eles mesmos, tanto que ao final não proporemos uma árvore de derivação enunciativa com seus ramos, mas sim algumas apreciações acerca de suas propriedades, uma vez que nos determinamos a tarefa de pensarmos acerca das implicações destes enunciados capitais no campo da episteme e pautamo-nos maiormente na dimensão conceitual dos enunciados em questão.

A postura investigativa dos discursos possibilitada por Foucault em sua arqueologia, de certa forma, amplia o “pensamento saussuriano” na medida em que Saussure enuncia a seguinte questão estampada no *Escritos de linguística geral* (ELG): “Em que momento ou em virtude de que operação, de que *jogo* que se estabelece entre eles, de que condições, esses conceitos formarão o DISCURSO²?” (SAUSSURE, 2002, p.237, grifo do autor). Mostrou-se, portanto, ser totalmente adequado o emprego dessa metodologia na análise dos discursos que envolvem o conceito de *langue* que emerge nas formações discursivas de ambas as obras a serem aqui comparadas.

Assim, iremos selecionar, em uma e outra obra, os enunciados em que haja a emergência de língua ou *langue*. Embora este seja um critério recorrente, não será suficiente, uma vez que pretendemos contemplar, também as ocorrências conceituais de *langue* nas quais o mesmo não se encontre enunciado, mas possa ser entendido, ou recuperado discursivamente, ou seja, pretendemos incluir, se houverem, aqueles enunciados empíricos que se realizem em nome da *langue*, ainda que não se encontre o referente. A seleção dos enunciados empregará, para tanto, o método tradicional de ida às fontes.

Após a extração do *corpus*, ordenaremos as ocorrências encontradas, analisando-as discursivamente. Com isso, pretendemos demonstrar em termos arqueológicos quais recursos os enunciados articulam para dar conta de suas materialidades e quais consequências teóricas e/ou metodológicas eles desencadeiam, ou em outros termos, quais as condições de possibilidade de suas positivities e em que elas acarretam.

Nesta perspectiva, nosso foco recairá nas relações epistemológicas em relação ao conceito de *langue*, ou seja, nas possibilidades frente suas articulações junto a outros elementos, naquilo que estas implicam ou coíbem, enfim, pensar acerca das possibilidades

² Vale notar que no original enunciava-se *parole* em lugar de *discurso*; há pois que se considerar que não se trata do mesmo discurso o qual evocamos através da análise arqueológica.

teóricas e metodológicas de suas manifestações empíricas, sendo as relações teórico-metodológicas entre os conceitos de *langue* e os demais conceitos agregados discursivamente, o que nos interessa em primeiro plano, bem como as relações que estes estabelecem em cada uma das formações discursivas estudadas, para então podermos melhor formular uma resposta acerca das possíveis compatibilidades entre ambos os campos do saber estudados, o estruturalismo linguístico, tendo como equivalente o CLG e o materialismo histórico linguístico tomado por seu sinônimo o PSL.

Importa salientar ao nível de nosso trabalho, que:

- os conceitos de livro, obra, e formação discursiva, muitas vezes não se fazem estanques;

- sempre que, de nossa parte, enunciarmos o referente *langue*, é a dimensão conceitual deste termo que estamos evocando;

- se alguma vez nos referirmos à história, será enquanto uma inscrição condicionada de acontecimentos passados em discursos.

- uma distinção rigorosa entre sujeito do discurso e autor não foi estabelecida, ou se fez necessária.

Objetivando contemplarmos a dimensão epistemológica que compõe e que caracteriza o conceito de *langue* em cada formação discursiva, nos capítulos seguintes destacaremos os enunciados dos quais emergem o conceito de *langue* na materialidade de cada texto, respeitando as sequências internas às obras. Para tanto, priorizaremos compreender tais emergências, em cada formação discursiva, quanto aos aspectos das relações entre conceitos e suas possibilidades práticas ou, como cada articulação teórica implica em suas metodologias. Feitas todas essas articulações, buscaremos, então, possíveis respostas à nossa hipótese. Entendemos que tal dispositivo de análise, embora objetive uma perspectiva arqueológica, portanto monumental, ao não abrir mão de aspectos epistemológicos implica, paralelamente, em elementos documentais, ou seja, de uma alçada mais histórico-discursiva.

Na arqueologia, Foucault desenvolve uma forma de compreender os saberes que constituem o arquivo, desde uma perspectiva inovadora frente às formações discursivas do estruturalismo e da história. Propomos encampar em nossa pesquisa específica essa postura de análise de discursos não comprometida com o estruturalismo nem com o materialismo histórico que se vinculam às duas formações discursivas que analisaremos, visando a uma possível aplicação transdisciplinar e ocupada em descrever o jogo das relações comprometidas com o saber. Nossa única premissa é a da *langue* como fato social.

Tendo em vista, portanto, a centralidade que o conceito de *langue*, em suas mais variadas definições, ocupa na linguística em geral, julgamos pertinente compreender como, e em que medida, dois programas contribuem para a criação dessa variedade: o campo do saber formulado no *Curso de Linguística Geral*, e a proposta materialista presente em *Proposições para uma semiologia e uma linguística*.

Visando essa compreensão, objetivamos descrever o conceito de *langue* nessas duas formações discursivas saussurianas. Assim a compreensão da função enunciativa deste conceito em cada uma das formações discursivas, exerce uma predominância em nossa análise frente às demais funções que se apresentem.

No contraponto entre os dois programas (CLG e PSL), poderemos a partir das funções enunciativas que envolvem o espaço teórico dos conceitos de *langue*, problematizar mutuamente ambas as formações discursivas quanto a suas possíveis compatibilidades.

Teremos, ao fim, criado as condições necessárias para verificarmos nossa hipótese inicial de que os procedimentos e as teorizações presentes no programa da dita *linguística científica* de Escobar não apenas não sustentam (deveriam sustentar) uma desqualificação do CLG, como poderiam mesmo sugerir uma potencial adequação em termos de co-elaboração de seus campos conceituais em aspectos específicos, haja vista a compatibilidade aparente de alguns desses aspectos apesar de haver inúmeros pontos de vista discordantes entre ambas as formações discursivas.

Nosso foco, cabe lembrar uma vez mais, não está nos acontecimentos não-discursivos que um enunciado possa provocar, mas nas suas implicações epistemológicas, nas consequências que venha a acarretar a um dado saber. Deste modo, com o emprego da arqueologia, objetivaremos demonstrar como a ideologia, no recorte da ciência sobre o saber, se articula com as demais práticas discursivas, que regularidades se exercem sobre os conceitos de *langue*, como elas se relacionam entre si e de que forma se abrem a possibilidades e limitações em cada formação discursiva.

Na análise que propomos, daremos, portanto, ênfase na tarefa de relacionar e comentar os universos discursivos que envolvem os conceitos de *langue* nos dois programas, a partir de seus enunciados, buscando priorizar as seguintes direções:

a) compreender o(s) conceito(s) atribuídos ao termo *langue* em uma e outra formação discursiva;

b) compreender o universo teórico-metodológico do termo *langue* a partir dos enunciados efetivos de ambos os programas, ou seja, como os conceitos presentes nos

enunciados nos quais emerge se relacionam com outros elementos discursivos em cada formação discursiva, a partir de suas formulações, presentes tanto no CLG quanto no PSL, e buscar descrever suas possibilidades e limitações. Em outras palavras, iremos, a partir das definições do conceito *langue* no CLG, observar como este se relaciona com os demais elementos presentes no mesmo programa, bem como, a partir das definições do conceito *langue* que emergem no PSL, como este se articula com os demais elementos desta formação discursiva para, então;

c) verificar se o universo epistemológico de *langue* em um e outro programa apresentam compatibilidades e possibilidades de reelaboração mútuas, ou seja, se as concepções de *langue* de uma formação discursiva se harmonizam com aquelas da outra formação discursiva, o que, enfim, permitirá;

d) esboçar uma resposta acerca da suposta compatibilidade – que embasa nossa hipótese inicial – entre os universos conceituais de *langue* presentes no CLG e no PSL. Concomitantemente a estas tarefas que se darão nos comentários que teceremos em relação aos excertos destacados dos originais, obedecendo a sequência da materialidade enunciativa de cada obra, objetiva-se secundariamente dar conta da descrição dos demais elementos, uma vez que a tarefa arqueológica não se reduz à dimensão conceitual dos discursos, iremos, portanto;

e) analisar os demais elementos que exercem funções enunciativas (demarcações, escansões, deduções, *a priori*, etc.) em cada formação discursiva. O que nos permitirá, enfim:

f) analisar e descrever as leis de repartição do conceito *langue* em cada formação discursiva.

O Curso de linguística geral (CLG)

Compilado após o falecimento de Ferdinand de Saussure a 22 de fevereiro de 1913, o *Cours de linguistique générale*, doravante CLG, teve sua publicação em 1916 graças aos esforços dos seus editores Charles Bally e Albert Sechehaye, além da colaboração de Albert Riedlinger, que também forneceu suas anotações das aulas que Saussure ministrou à Universidade de Genebra de janeiro de 1907 a julho de 1911. Às anotações de Riedlinger somam-se as de Louis Caille, Léopold Gautier, Paul Regard, Mme. Marguerite Sechehaye, George Dégallier e Francis Joseph.

Análise arqueológica a partir das emergências de *langue* no CLG, com ênfase na interpretação de sua dimensão conceitual

No CLG, seguidamente observa-se nos enunciados o recurso da constatação como um aferidor de uma realidade observável. Este elemento recorrente nos textos das ciências confere ao discurso um efeito de verdade. Cabe ressaltar o fato de que as constatações, deduções e demais elementos formadores do discurso efetivo que emerge do CLG procuram efetivamente fundamentar suas instâncias enunciativas na perspectiva dos sujeitos falantes, o que implica a adoção de dados concretos e descrição dos mesmos.

Através da edição do *Curso de linguística geral* Ferdinand de Saussure se estabelece definitivamente como o pai da linguística contemporânea. O CLG afirma que a “ciência que se constitui em torno dos fatos da língua passou por três fases sucessivas antes de reconhecer qual é o seu verdadeiro e único objeto” (SAUSSURE, 2006, p.7), de modo que, em torno da língua principiou-se “por fazer o que se chamava de ‘Gramática’. Esse estudo, inaugurado pelos gregos, e continuado principalmente pelos franceses, é baseado na lógica e está desprovido de qualquer visão científica e desinteressada da própria língua” (SAUSSURE, 2006, p.7). Todavia, como bem constata a arqueologia com relação à unidade dos discursos, um objeto evocado por uma formação discursiva não se refere sempre a uma mesma coisa em todas as abordagens que se faça dele, e neste caso específico este objeto *langue* que emerge em nome das ciências que se dedicam aos fatos da língua exerce uma remanência conceitual um tanto ampla, à qual o CLG buscará delimitar, em seu processo de epistemologização deste objeto.

Buscando uma abordagem histórica de *langue*, a fim de localizar o seu próprio arcabouço conceitual, afirma-se que após a primeira fase dos estudos pré-linguísticos, voltados à Gramática, veio um período em que os estudos relacionados aos saberes acerca da *langue*, compreenderam a Filologia, todavia, a “língua não é o único objeto da Filologia, que quer, antes de tudo, fixar, interpretar, comentar os textos” (SAUSSURE, 2006, p.7). Assim, ao tangenciar as questões pertinentes ao que então temos como a formação discursiva linguística, a filologia “fá-lo sobretudo para comparar textos de diferentes épocas, determinar a língua peculiar de cada autor, decifrar e explicar inscrições redigidas numa língua arcaica ou obscura” (SAUSSURE, 2006, p.7-8). A análise da filologia, segundo o CLG, “é falha num particular: apega-se muito servilmente à língua escrita e esquece a língua falada” (SAUSSURE, 2006, p.8).

Na sequência, afirma que o “terceiro período começou quando se descobriu que as línguas podiam ser comparadas entre si” (SAUSSURE, 2006, p.8), muito antes dos estudos sustentados pela escola comparatista alemã, representada na figura de Bopp, e que este não teria sido o primeiro a “assinalar tais afinidades e a admitir que todas essas línguas pertencem a uma única família” (SAUSSURE, 2006, p.8), mas “foi ele quem compreendeu que as relações entre línguas afins podiam tornar-se matéria duma ciência autônoma” (SAUSSURE, 2006, p.8).

Acrescenta que compreender “uma língua por meio de outra, explicar as formas duma pelas formas de outra, eis o que não foi ainda feito” (SAUSSURE, 2006, p.8), pois entende que a descrição dos elementos originários de uma língua dada, de modo geral, pode torná-la “uma língua muito própria para esclarecer as outras num sem-número de casos” (SAUSSURE, 2006, p.9).

Tendo a formação discursiva saussuriana sido diretamente influenciada pelo trabalho da escola comparatista, o CLG demonstra muitas vezes constituir-se em relação ao comparatismo; aponta reconhecer em Schleicher o pioneirismo no empreendimento de edificar um esboço comparatista. Dele, o “*Breviário de Gramática Comparada das Línguas Indo-Germânicas* (1816) é uma espécie de sistematização da ciência fundada por Bopp” (SAUSSURE, 2006, p.9). Acerca dessa ciência, o *Curso* erige a crítica: “o primeiro erro, que contém em germe todos os outros, é que nas investigações, limitadas aliás às línguas indo-europeias, a Gramática comparada jamais se perguntou a que levavam as comparações que fazia, as analogias que descobria” (SAUSSURE, 2006, p.10).

Note-se, ainda, que o princípio da comparação, do raciocínio por analogia enquanto modelo de trabalho será fundamental a toda a estrutura lógica da linguística saussuriana

presente no CLG que, com relação à escola de Bopp, afirma que, por não questionarem a que os levavam as comparações, uma consequente “conclusão escapava tanto mais a esses comparatistas quanto consideravam o desenvolvimento de duas línguas como um naturalista o crescimento de dois vegetais” (SAUSSURE, 2006, p.10). Sem abandonar-se o recurso à comparação, irá instituir-se uma ruptura com os métodos comparatistas, reivindicando-se e reinventando este recurso analógico no campo da linguística geral de orientação saussuriana.

Critica-se, então, da parte de Schleicher, sua comparação partir sempre do indo-europeu, e particularmente um caso específico em que este atribui correspondências envolvendo graus na língua grega e no sânscrito acreditando “que tais graus deveriam ser vencidos separada e paralelamente em cada língua, como vegetais da mesma espécie passam, independentemente uns dos outros, pelas mesmas fases de desenvolvimento” (SAUSSURE, 2006, p.10), contudo, o CLG afirma que nesse caso, “trata-se de uma alternância indo-europeia, que se reflete de modo diferente em grego e em sânscrito, sem que haja nisso qualquer igualdade necessária entre os efeitos gramaticais que ela desenvolve numa e noutra língua” (SAUSSURE, 2006, p.10).

Erigindo sua redação a partir das condições de possibilidade de seu aparecimento, ou seja, valendo-se tanto dos *a priori* histórico-discursivos quanto dos extradiscursivos, ou melhor dizendo, compondo o arquivo que o constitui e o caracteriza, frente às formações discursivas, o CLG detém-se, ainda, em aspectos que avalia serem entraves para a constituição de sua ciência linguística e, sobre os estudos de gramática comparada, afirma que se considerava “a língua como uma esfera à parte, um quarto reino da Natureza” (SAUSSURE, 2006, p.10). Constata que somente “em 1870 aproximadamente foi que se indagou quais seriam as condições de vida das línguas” (SAUSSURE, 2006, p.11), posteriormente, portanto às mortes de Bopp e Schleicher, duas notáveis referências do comparatismo.

Dessa forma, postula que a linguística “propriamente dita, que deu à comparação o lugar que exatamente lhe cabe, nasceu do estudo das línguas românicas e das línguas germânicas” (SAUSSURE, 2006, p.11). Destarte, temos que, entre outros, os estudos comparatistas e romanistas inspiraram o conceito de *langue* saussuriano, que se constituiu em larga medida ora pela aceitação, ora pelas críticas de seus elementos constituintes e pontos de vista. Assim, afirma que os “estudos românicos inaugurados por Diez – sua *Gramática das Línguas Românicas* data de 1836-1838 –, contribuíram particularmente para aproximar a Linguística do seu verdadeiro objeto” (SAUSSURE, 2006, p.11). Aqui,

por verdadeiro objeto, está-se falando da dimensão epistemológica estabelecida acerca do termo *langue* que se elabora no CLG.

Uma enorme vantagem dos estudos romanistas ante os comparatistas era o fato, conforme lê-se no *Curso*, de que “conhecia-se o latim, protótipo das línguas românicas” (SAUSSURE, 2006, p.11), ao passo que “o protogermânico, não é conhecido diretamente, mas a história das línguas que dele derivam pode ser acompanhada com a ajuda de numerosos documentos” (SAUSSURE, 2006, p.11).

Aos neogramáticos, atribui-se o mérito pela desconstrução da noção ‘naturalista’ da *langue* e de “colocar em perspectiva histórica todos os dados da comparação” (SAUSSURE, 2006, p.11). Nisto avançou-se desde essa escola, pois, devido aos neogramáticos “não se viu mais na língua um organismo que se desenvolve por si, mas um produto do espírito coletivo dos grupos linguísticos” (SAUSSURE, 2006, p.12), donde começa-se a apontar sua definição mais precisa da dimensão conceitual da *langue*; os organizadores, em nota afirmam que a partir da compreensão da característica social de *langue* “não mais se ousa dizer: ‘a língua faz isto ou aquilo’ nem falar da ‘vida da língua’ etc., pois a língua não é mais uma entidade e não existe senão nos que a falam” (SAUSSURE, 2006, p.12). A ilação das línguas enquanto construções coletivas, enquanto fato social, encontra-se na sustentação de uma série de possibilidades desenvolvidas em linguística, sendo, no caso mais especificamente do estruturalismo, fundamental, por exemplo, para a constituição de seu conceito de *langue*.

Propõe algumas indicações referentes às diretrizes de uma ciência linguística e afirma que a tarefa da linguística *será*:

- a) fazer a descrição e a história de todas as línguas que puder abranger, o que quer dizer: fazer a história das famílias de línguas e reconstituir, na medida do possível, as línguas-mães de cada família;
- b) procurar as forças que estão em jogo de modo permanente e universal [quer dizer, sempre presente e não sempre o mesmo], em todas as línguas e deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos peculiares da história;
- c) delimitar-se e definir-se a si própria (SAUSSURE, 2006, p.13).

Nunca é demasiado lembrar, que quando o CLG se refere aos fenômenos da história, é única e exclusivamente da noção de história desde o horizonte da linguística interna que está se referindo, ou seja, à descrição formal do processo evolutivo de um estado de língua. Para reivindicar a constituição da linguística enquanto ciência, foi preciso localizar o acervo pertinente à linguística no arquivo, o que significa traçar os limites, estabelecer demarcações para a linguística em relação às demais ciências que lhe são, por assim dizer, adjacentes e que tanto lhe emprestam quanto lhe fornecem dados, e deste modo

“a Linguística deve ser cuidadosamente distinguida da Etnografia e da Pré-História, onde a língua não intervém senão a título de documento” (SAUSSURE, 2006, p.13-14).

Filologia, antropologia, psicologia, história, fisiologia, são muitos os pontos em comum entre estas disciplinas e a linguística. As trocas entre a linguística e cada uma delas têm influências mútuas. Quanto à psicologia, por exemplo, segundo o CLG “tudo é psicológico na língua, inclusive suas manifestações materiais e mecânicas, como a troca de sons” (SAUSSURE, 2006, p.14). Quanto à fisiologia, embora a linguística se sirva de seus estudos no tocante à descrição dos sons, “a confusão entre as duas disciplinas se torna impossível: o essencial da língua, como veremos, é estranho ao caráter fônico do signo linguístico” (SAUSSURE, 2006, p.14). O que equivale a dizer, uma vez mais, que o sentido não tem nenhum vínculo fixo com o som que o possa estar representando (arbitrariedade do signo). Dizemos som por convenção, pois poderia igualmente ser uma grafia. E sabemos que uma formação de língua qualquer pode ser igualmente bem representada por quaisquer combinações de elementos de uma mesma ordem, desde que estes adquiram uma correspondência sistemática para os seus valores.

Começa a abordar o que seja a *langue* por uma definição negativa: o *Curso* afirma não ser possível “reduzir então a língua ao som, nem separar o som da articulação vocal; reciprocamente, não se podem definir os movimentos dos órgãos vocais se se fizer abstração da impressão acústica” (SAUSSURE, 2006, p.15-16). Aqui, a constituição de um conceito de *langue* é uma diretiva no resguardo dos preceitos de sua linguística das interferências das disciplinas limítrofes e, para tanto, propõe-se “uma solução para todas essas dificuldades: *é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem*” (SAUSSURE, 2006, p.16-17, grifo do autor). Apoiar-se na formulação de que “entre tantas dualidades, somente a língua parece suscetível duma definição autônoma e fornece um ponto de apoio satisfatório para o espírito” (SAUSSURE, 2006, p.17), para expor a questão:

Mas o que é a língua? Pra nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. (SAUSSURE, 2006, p.17).

Afirma ainda que:

A língua, ao contrário [da linguagem], é um todo por si e um princípio de classificação. [...] A esse princípio de classificação poder-se-ia objetar que o exercício da linguagem repousa numa faculdade que nos é dada pela Natureza, ao passo que a língua constitui algo adquirido e convencional, que deveria

subordinar-se ao instinto natural em vez de adiantar-se a ele. (SAUSSURE, 2006, p.17).

Dessa forma, acrescenta que “para Whitney, que considera a língua uma instituição social da mesma espécie que todas as outras, é por acaso e por simples razões de comodidade que nos servimos do aparelho vocal como instrumento da língua” (SAUSSURE, 2006, p.17). Quanto a isso, pondera que “esta tese é demasiado absoluta; a língua não é uma instituição social semelhante às outras em todos os pontos” (SAUSSURE, 2006, p.17). Concorde, porém, que “a língua é uma convenção e *a natureza do signo convencional é indiferente*”. (SAUSSURE, 2006, p.18, grifo nosso). O que perdura aqui, entretanto, presente tanto na obra do linguista americano quanto na teoria saussuriana é a desnaturalização da *langue* permitida por suas colocações, bem como a noção de convencionalidade dos objetos de trabalho dessa instituição.

A partir da definição de *langue* apresentada na linguística do americano Whitney, formula-se que, “poder-se-ia dizer que não é a linguagem que é natural ao homem, mas a faculdade de constituir uma língua, vale dizer: um sistema de signos distintos [entre si] correspondentes a ideias distintas [entre si]” (SAUSSURE, 2006, p.18). Então, afirmam os editores que, para delegarmos “à língua o primeiro lugar no estudo da linguagem, pode-se, enfim, fazer valer o argumento de que a faculdade – natural ou não – de articular palavras não se exerce senão com ajuda de instrumento criado e fornecido pela coletividade” (SAUSSURE, 2006, p.18). E, portanto, “não é, então, ilusório dizer que é a língua que faz a unidade da linguagem” (SAUSSURE, 2006, p.18).

Assim, importa situar a *langue* em relação à sua dimensão pragmática, ou seja, em relação a *parole*. Parte-se da compreensão de que para “achar, no conjunto da linguagem, a esfera que corresponde à língua, necessário se faz colocarmo-nos diante do ato individual que permite reconstituir o circuito da fala” (SAUSSURE, 2006, p.19). Um circuito *executivo/receptivo* é proposto; este se vale de *signos linguísticos* para estabelecer-se. Os *signos* – conforme a definição presente – são isoladamente falando, resultado de uma operação entre um *conceito* e uma *imagem acústica*. Contudo, essa operação não é suficiente para representar-se o circuito da fala, sendo necessário “acrescentar uma faculdade de associação e de coordenação que se manifesta desde que não se trate mais de signos isolados; é essa faculdade que desempenha o principal papel na organização da língua enquanto sistema” (SAUSSURE, 2006, p.21). Por *associação* e *coordenação* entendam-se suas referências ao *paradigma* e ao *sintagma*, respectivamente.

O *Curso* nos recorda o fato de que se “ouvimos uma língua que desconhecemos, percebemos bem os sons, mas devido a nossa incompreensão, ficamos alheios ao fato social” (SAUSSURE, 2006, p.21). Segundo o CLG, o *valor* é sistematicamente construído e somente com a prática podemos adquirir algum conhecimento deste e, por isso, indaga-se: “De que maneira se deve representar esse produto social para que a língua apareça perfeitamente desembaraçada do restante?” (SAUSSURE, 2006, p.21). E por restante podemos entender, por exemplo, a construção cultural do sentido, também estes, o sentido e sua construção, sociais; conclui, então, que, se “pudéssemos abarcar a totalidade das imagens verbais armazenadas em todos os indivíduos, atingiríamos o liame social que constitui a língua” (SAUSSURE, 2006, p.21) e, portanto, a noção de sistema deve bastar para contemplar ambas as características: abrangência e especificidade, ou totalidade e unidade. Assim, formula que a *langue*:

Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro, ou mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo. (SAUSSURE, 2006, p.21).

Então, o CLG aponta que ao “separar a língua da fala, separa-se ao mesmo tempo: 1.º, o que é social do que é individual; 2.º, o que é essencial do que é acessório e mais ou menos accidental” (SAUSSURE, 2006, p.22). Assim, a “língua não constitui, pois, uma função do falante: é o produto que o indivíduo registra passivamente; não supõe jamais premeditação, e a reflexão nela intervém somente para a atividade de classificação” (SAUSSURE, 2006, p.22). Já a fala constitui-se em

um ato individual de vontade e inteligência, no qual convém distinguir: 1.º, as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2.º, o mecanismo psico-físico que lhe permite exteriorizar essas combinações. (SAUSSURE, 2006, p.22).

Observa: “Cumprer notar que definimos as coisas e não os termos; as distinções estabelecidas nada têm a reear, portanto, de certos termos ambíguos, que não têm correspondência entre duas línguas” (SAUSSURE, 2006, p.22). E acrescenta que “em alemão, *Sprache* quer dizer ‘língua’ e ‘linguagem’ (...) latim, *sermo* significa antes ‘linguagem’ e ‘fala’, enquanto *lingua* significa a língua, e assim por diante” (SAUSSURE, 2006, p.22).

Propõe, então, uma retomada das características da *langue*: “Recapitulemos os caracteres da língua:” (SAUSSURE, 2006, p.22)

1.º Ela é um objeto bem definido no conjunto heteróclito dos fatos da linguagem. Pode-se localizá-la na porção determinada do circuito em que uma imagem auditiva vem associar-se a um conceito. Ela é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude de uma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade. Por outro lado, o indivíduo tem necessidade de uma aprendizagem para conhecer-lhe o funcionamento; somente pouco a pouco a criança a assimila. A língua é uma coisa de tal modo distinta que um homem privado do uso da fala conserva a língua, contanto que compreenda os signos vocais que ouve.

2.º A língua, distinta da fala, é um objeto que se pode estudar separadamente. Não falamos mais as línguas mortas, mas podemos muito bem, assimilar-lhes o organismo linguístico. Não só pode a ciência da língua prescindir de outros elementos da linguagem como só se torna possível quando tais elementos não estão misturados.

3.º Enquanto a linguagem é heterogênea, a língua assim delimitada é de natureza homogênea: constitui-se num sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas.

4.º A língua, não menos que a fala, é um objeto de natureza concreta, o que oferece grande vantagem para seu estudo. Os signos linguísticos, embora sendo essencialmente psíquicos, não são abstrações; as associações, ratificadas pelo consentimento coletivo, e cujo conjunto constitui a língua, são realidades que têm sua sede no cérebro. Além disso, os signos da língua são, por assim dizer, tangíveis; a escrita pode fixá-los em imagens convencionais, ao passo que seria impossível fotografar em todos os seus pormenores os atos da fala; a fonação de uma palavra, por pequena que seja, representa uma infinidade de movimentos musculares extremamente difíceis de distinguir e representar. Na língua, ao contrário, não existe senão a imagem acústica e esta pode traduzir-se numa imagem visual constante. Pois se se faz abstração dessa infinidade de movimentos necessários para realizá-la na fala, cada imagem acústica não passa, conforme logo veremos, da soma dum número limitado de elementos ou fonemas, suscetíveis, por sua vez, de serem evocados por um número correspondente de signos na escrita. É esta possibilidade de fixar as coisas relativas à língua que faz com que um dicionário e uma gramática possam representá-la fielmente, sendo ela o depósito das imagens acústicas, e a escrita a forma tangível dessas imagens. (SAUSSURE, 2006, p.22-23).

Após essa síntese, O CLG parte da compreensão de que a “língua, assim delimitada no conjunto dos fatos de linguagem, é classificável entre os fatos humanos, enquanto que a linguagem não o é” (SAUSSURE, 2006, p.23), ou seja, a predisposição a desenvolver uma linguagem é natural, já a *langue* é social e convencional. E afirma “que a língua constitui uma instituição social, mas ela se distingue por vários traços das outras instituições políticas, jurídicas etc. Para compreender sua natureza peculiar, cumpre fazer intervir uma nova ordem de fatos” (SAUSSURE, 2006, p.24). Deste modo, a *langue* enquanto objeto de discursos, vai adquirindo uma nova remanência – diferente daquela decorrente da linguística comparatista, na medida em que emerge como conceito da linguística saussuriana proposta no CLG.

Propõe que a “língua é um sistema de signos que exprimem ideias, e é comparável, por isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez,

aos sinais militares etc., etc. Ela é apenas *o principal desses sistemas*” (SAUSSURE, 2006, p.24, grifo nosso). Fato amplamente reconhecido, uma vez que é somente por ela que nos é possível explicar todos os demais sistemas semiológicos.

Preocupado em constituir um terreno autônomo para a linguística, o *Curso* afirma que é tarefa do “psicólogo determinar o lugar exato da Semiologia; a tarefa do linguista é definir o que faz da língua um sistema especial no conjunto dos fatos semiológicos” (SAUSSURE, 2006, p.24). Contudo, concebe que “nada mais adequado que a língua para fazer-nos compreender a natureza do problema semiológico; mas para formulá-lo convenientemente, necessário se faz estudar a língua em si” (SAUSSURE, 2006, p.24).

Nisso consiste parte da referida vanguarda saussuriana, pois “até agora a língua sempre foi abordada em função de outra coisa, sob outros pontos de vista” (SAUSSURE, 2006, p.24-25). Em relação a esse fato, temos, “inicialmente, a concepção superficial do grande público: ele vê na língua somente uma nomenclatura, o que suprime toda pesquisa acerca de sua verdadeira natureza” (SAUSSURE, 2006, p.25). De outro lado, “há o ponto de vista do psicólogo, o qual estuda o mecanismo do signo no indivíduo; é o método mais fácil, mas não ultrapassa a execução individual, não atinge o signo, que é social por natureza” (SAUSSURE, 2006, p.25). Ou, então, “quando se percebe que o signo deve ser estudado socialmente, retêm-se apenas os caracteres da língua que a vinculam às outras instituições, às que dependem mais ou menos de nossa vontade” (SAUSSURE, 2006, p.25), e dessa forma, “deixa-se de atingir a meta, negligenciando-se as características que pertencem somente aos sistemas semiológicos em geral e à língua em particular” (SAUSSURE, 2006, p.25).

Para compor o sistema da *langue*, os conceitos devem preservar sua autonomia e seu “caráter [de escapar à vontade individual] só aparece bem na língua” (SAUSSURE, 2006, p.25), e disto parece derivar que “por outro lado, não se percebe bem a necessidade ou utilidade particular duma ciência semiológica” (SAUSSURE, 2006, p.25), sempre que esta não esteja fechada suficientemente às interferências sociais para poder formar um sistema.

Com isso, postula-se que para se pôr em evidência “a verdadeira natureza da língua, será mister considerá-la inicialmente no que ela tem de comum com todos os outros sistemas de mesma ordem” (SAUSSURE, 2006, p.25). Dessa ótica, “fatores linguísticos que aparecem, à primeira vista, como muito importantes (por exemplo: o funcionamento do aparelho vocal), devem ser considerados de secundária importância quando sirvam somente para distinguir a língua dos outros sistemas” (SAUSSURE, 2006, p.25).

Afirma que, ao atribuímos “à ciência da língua seu verdadeiro lugar no conjunto do estudo da linguagem, situamos ao mesmo tempo toda a Linguística” (SAUSSURE, 2006, p.26). Assim, “por exemplo, a produção dos sons necessários à fala; os órgãos vocais são tão exteriores à língua como os aparelhos elétricos que servem para transcrever o alfabeto Morse são estranhos a esse alfabeto” (SAUSSURE, 2006, p.26).

Do ponto de vista da fonação, acerca de sua não interferência no sistema o CLG afirma que “pode-se comparar a língua a uma sinfonia, cuja realidade independe da maneira por que é executada” (SAUSSURE, 2006, p.26). Se em alguma medida o som interfere na *langue* é quando junto com os sons, de um estado a outro, variam também os significados, assim, à distinção “da fonação e da língua se oporão, talvez, as transformações fonéticas, as alterações e sons que se produzem na fala, e que exercem influência tão profunda nos destinos da própria língua” (SAUSSURE, 2006, p.26).

Donde levanta-se a questão que envolve a *langue*: “Teremos, de fato, o direito de pretender que esta exista independentemente de tais fenômenos? Sim, pois eles não atingem mais que a substância material das palavras.” (SAUSSURE, 2006, p.26). Se esses fenômenos relacionados às mudanças fonéticas “atacam a língua enquanto sistema de signos, fazem-no apenas indiretamente, pela mudança de interpretação que daí resulta” (SAUSSURE, 2006, p.26). O aprofundamento nos estudos de tais fenômenos, pois, “não é coisa essencial: para a ciência da língua bastará sempre comprovar as transformações dos sons e calcular-lhes os efeitos” (SAUSSURE, 2006, p.26-27). Esses efeitos são estruturais, os demais são acessórios e podem ser preteridos.

Desse modo, a “atividade de quem fala deve ser estudada num conjunto de disciplinas que somente por sua relação com a língua têm lugar na Linguística” (SAUSSURE, 2006, p.27). E então se conclui que o estudo da linguagem “comporta, portanto, duas partes: uma, essencial, tem por objeto a língua, que é social em sua essência e independente do indivíduo; esse estudo é unicamente psíquico” (SAUSSURE, 2006, p.27), e uma parte acessória que “tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala, inclusive a fonação e é psico-física” (SAUSSURE, 2006, p.27).

Segundo o texto, é evidente que esses “dois objetos estão estreitamente ligados e se implicam mutuamente; a língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos; mas esta é necessária para que a língua se estabeleça; historicamente, o fato da fala vem sempre antes” (SAUSSURE, 2006, p.27). É por meio da fala alheia, ou seja, “ouvindo os outros que aprendemos a língua materna; ela se deposita em nosso cérebro

somente após inúmeras experiências. Enfim, é a fala que faz evoluir a língua” (SAUSSURE, 2006, p.27).

Dessa forma, destaca o CLG a estreita “interdependência da língua e da fala; aquela é ao mesmo tempo o *instrumento* e o *produto* desta”. (SAUSSURE, 2006, p.27, grifo nosso). Compreendemos por instrumento aquela manifestação da *langue* virtual, da ordem das regularidades constatadas, que constituem a gramática da *langue* e o produto a sua *forma tangível*, matéria-prima para a constituição de novos instrumentos, e assim a fala *evolui a langue*.

Dessa compreensão deriva-se que a “língua existe na coletividade sob a forma duma soma de sinais depositados em cada cérebro, mais ou menos como um dicionário, cujos exemplares fossem repartidos entre os indivíduos” (SAUSSURE, 2006, p.27). Logo, esse “modo de existência da língua pode ser representado pela fórmula: $1 + 1 + 1 + 1... = I$ (padrão coletivo)” (SAUSSURE, 2006, p.27). A invocação de fórmulas, além de ilustrar o assunto sobre o qual se discorre, vem a conferir um aspecto de rigor científico ao tema.

Portanto admite-se que “seria ilusório reunir, sob o mesmo ponto de vista a língua e a fala” (SAUSSURE, 2006, p.28). Uma *Linguística da fala* é, pois, possível mas faz-se “necessário não confundi-la com a Linguística propriamente dita, aquela cujo único objeto é a língua” (SAUSSURE, 2006, p.28). Este e outros enunciados que se dirigem à supremacia da *langue* na abordagem saussuriana estão na base da episteme de tal formação discursiva, sendo, por seu amplo espectro de ação, considerados enunciados reitores. São formulações nas quais uma série de possibilidades discursivas, pragmáticas, teórico-metodológicas, etc. encontram suas condições de acontecimentos. Segundo entende-se em Folcault (1972), são os enunciados reitores aqueles que mais ramificam as positivities duma dada formação discursiva.

Lembramos que a enunciação da linguística da *langue* encontra-se no ramo nodal daqueles enunciados que se vinculam à noção da *langue* enquanto um fato social, os quais também se tipificam enquanto enunciados reitores por serem profícuos, visto que a questão da *parole* como individual, para a linguística da *langue*, constitui-se antes numa poda disciplinar do que num ramo indispensável. Temos, portanto, até o momento, essas noções extremamente capitais para a formação discursiva linguística que se produz em nome de Saussure as quais dão origem a enunciados reitores: na base a constatação da *langue* como um fato social, e ligada a ela a distinção *langue/parole* e a predominância da *langue*.

O *Curso*, irá asseverar que sua “definição da língua supõe que eliminemos dela tudo o que lhe seja estranho ao organismo, ao seu sistema, numa palavra: tudo quanto se designa

pelo termo ‘Linguística externa’” (SAUSSURE, 2006, p.29), que encerra todas “relações que podem existir entre a história duma língua e duma raça ou civilização” (SAUSSURE, 2006, p.29), ou seja, pertencem à linguística externa, quaisquer relações entre as línguas e os troncos étnicos aos quais possam estar associadas.

Tampouco, consoante o CLG, a descrição das recíprocidades entre o organismo interno da *langue* e fatores inorgânicos, exógenos, seja tarefa da linguística interna, de modo que, ainda que se constate que os “costumes duma nação têm repercussão na língua e, por outro lado, é em grande parte a língua que constitui a Nação” (SAUSSURE, 2006, p.29), o organismo *langue* mantém sua autonomia frente a qualquer espécie de instituição. Aqui menciona-se ainda “as relações existentes entre a língua e a história política” (SAUSSURE, 2006, p.29), ao argumentar que, a “política interna dos Estados não tem menor importância para a vida das línguas” (SAUSSURE, 2006, p.29-30), o que em nada muda o fato de que nunca interfira diretamente no organismo da *langue*.

O *Curso* afirma que:

Um grau avançado de civilização favorece o desenvolvimento de certas línguas especiais (língua jurídica, terminologia científica etc.). Isto nos leva a um terceiro ponto: as relações da língua com instituições de toda espécie, a Igreja, a escola etc. Estas, por sua vez, estão *intimamente ligadas ao desenvolvimento literário de uma língua, fenômeno tanto mais geral quanto é inseparável da história política*. (SAUSSURE, 2006, p.30, grifo nosso).

Acerca dessas instituições o CLG aponta que especificamente a “língua literária ultrapassa, em todas as partes, os limites que lhe parece traçar a literatura: recorde-se a influência dos salões, da corte, das academias” (SAUSSURE, 2006, p.30). Ainda com relação à instituição da *língua literária* afirma que “o linguista deve também examinar as relações recíprocas entre a língua literária e a língua corrente; pois toda língua literária, produto da cultura, acaba por separar sua esfera da existência da esfera natural, a da língua falada” (SAUSSURE, 2006, p.30).

Assim, “tudo quanto se relaciona com a extensão geográfica das línguas e o fracionamento dialetal releva da Linguística externa” (SAUSSURE, 2006, p.30). Apesar do fato de que “o fenômeno geográfico está intimamente associado à existência de qualquer língua” (SAUSSURE, 2006, p.30), fenômeno que, não afeta o *organismo interno* dos idiomas.

A propósito do termo *organismo interno* e das questões biológicas que ele possa evocar, o *Curso* constata uma pretensa impossibilidade de “separar todas essas questões do estudo da língua propriamente dita” (SAUSSURE, 2006, p.30). Demonstra sua

preocupação com o fato de que, se deixamos de considerar a procedência dos termos técnicos enquanto “empréstimos de que a língua está inchada” (SAUSSURE, 2006, p.30), estes se explicam mal. Quanto a isso, questiona:

Será possível distinguir o desenvolvimento natural, orgânico, dum idioma, de suas formas artificiais, como a língua literária, que são devidas a fatores externos, por conseguinte inorgânicos? Não se vê constantemente desenvolver-se uma língua comum a par dos dialetos locais? (SAUSSURE, 2006, p.30-31).

Segundo o CLG, para conhecermos o sistema interno de uma língua falada, podemos prescindir da análise dos fenômenos linguísticos. Afirma que, por exemplo, quanto ao “empréstimo de palavras estrangeiras; pode-se comprovar, inicialmente, que não se trata, de modo algum, de um elemento constante na vida duma língua” (SAUSSURE, 2006, p.31). Contudo, afirma que “não é nunca indispensável conhecer as condições em meio às quais se desenvolveu uma língua” (SAUSSURE, 2006, p.31). E que “cada autor agrupará como lhe aprouver os fatos relativos à expansão duma língua fora de seu território; se se procuram os fatores que criaram uma língua literária em face dos dialetos, poder-se-á sempre usar a enumeração simples” (SAUSSURE, 2006, p.31). Nesse ponto, afirma-se que, no tocante à linguística interna, “a língua é um sistema que conhece somente sua ordem própria” (SAUSSURE, 2006, p.31).

Consoante o CLG, a despeito do prestígio da forma escrita frente à falada, o “*objeto* concreto de nosso estudo é, pois, *o produto social depositado no cérebro de cada um*, isto é, *a língua*. Mas tal produto difere de acordo com os grupos linguísticos: o que nos é dado são as línguas”. (SAUSSURE, 2006, p.33, grifo nosso). Com relação a elas, nos diz que em geral “nós as conhecemos somente através da escrita. Mesmo no caso de nossa língua materna, o documento intervém a todo instante” (SAUSSURE, 2006, p.33). O CLG afirma, que talvez isso fosse menos importante se possuíssemos “uma coleção de amostras fonográficas de todas as línguas” (SAUSSURE, 2006, p.33). Assim, acrescenta que “conquanto a escrita seja, por si, estranha ao sistema interno, é impossível fazer abstração dum processo por via do qual a língua é ininterruptamente representada” (SAUSSURE, 2006, p.33).

Como possíveis causas do predomínio da forma escrita sobre a forma falada, o CLG afirma:

Língua e escrita são dois sistemas distintos de signos; a única razão de ser do segundo é representar o primeiro; o objeto linguístico não se define pela combinação da palavra escrita e da palavra falada; esta última, por si só, constitui tal objeto. (...) Semelhante ilusão [de um maior prestígio da forma escrita] existiu em todas as épocas e as opiniões correntes acerca da língua estão influenciadas por ela. (SAUSSURE, 2006, p.34).

Assim, propõe que a “escrita pode muito bem, em certas condições, retardar as modificações da língua, mas, inversamente, a conservação desta não é, de forma alguma, comprometida pela ausência de escrita” (SAUSSURE, 2006, p.34), pois, “a língua independe da escrita” (SAUSSURE, 2006, p.34). Aqui, a “língua tem, pois, uma tradição oral independente da escrita e bem diversamente fixa; todavia o prestígio da forma escrita nos impede de vê-lo” (SAUSSURE, 2006, p.35). E constata que mesmo “Bopp não faz diferença nítida entre a letra e o som; lendo-o, acreditar-se-ia que a língua fosse inseparável do seu alfabeto. (...) Ainda hoje, homens esclarecidos confundem a língua com a sua ortografia” (SAUSSURE, 2006, p.35).

Ainda sobre o tema do prestígio da escrita, admite que “a imagem gráfica das palavras nos impressiona como um objeto permanente e sólido, mais adequado do que o som para constituir a unidade da língua através dos tempos” (SAUSSURE, 2006, p.35). Ademais, “a língua literária aumenta ainda mais a importância imerecida da escrita” (SAUSSURE, 2006, p.35). Dessa forma “a língua aparece regulamentada por um código; ora, tal código é ele próprio uma regra escrita, submetida a um uso rigoroso: a ortografia, e eis que se confere à escrita uma importância primordial” (SAUSSURE, 2006, p.35). Logo, se “existe desacordo entre a língua e a ortografia, o debate é sempre difícil de resolver por alguém que não seja o linguista” (SAUSSURE, 2006, p.35-36).

Sobre o tema dos sistemas de escrita, o CLG aponta que para um chinês “o ideograma e a palavra falada são, por idêntico motivo, signos da ideia; para ele, a escrita é uma segunda língua, e na conversação, quando duas palavras faladas têm o mesmo som, ele recorre amiúde à palavra escrita para explicar seu pensamento” (SAUSSURE, 2006, p.36). Que, por outro lado, em se tratando de um alfabeto fonético como é o caso do grego, o mesmo não ocorre; pois, quando “um alfabeto desse gênero se estabelece, ele reflete a língua de maneira assaz racional, a menos que se trate de um alfabeto tomado de empréstimo e já inquinado de incoerências” (SAUSSURE, 2006, p.36-37).

O CLG aponta como causa primeira do desacordo entre a escrita e a língua falada, o fato de que “a língua evolui sem cessar, ao passo que a escrita tende a permanecer imóvel” (SAUSSURE, 2006, p.37). Mas também pode ocorrer, como demonstrado no estudo de determinadas épocas do francês, que “a uma etapa da história da língua corresponde uma etapa na da grafia” (SAUSSURE, 2006, p.37), e que, nesse caso, contudo, “a partir do século XIV, a escrita permaneceu estacionária, ao passo que a língua prosseguia sua

evolução, e desde esse momento houve um desacordo sempre mais grave entre ela e sua ortografia” (SAUSSURE, 2006, p.37).

Acerca das discrepâncias entre grafia e língua falada, o CLG aborda tal desacordo considerando as consoantes duplas do alemão, que enquanto “grafias irracionais correspondem ainda a algo na língua; outras, porém, não significam coisa alguma” (SAUSSURE, 2006, p.39). E o emprego de ‘língua’ nesse caso aponta para a suficiência de um sistema de sons que seja compartilhado por uma comunidade de falantes.

Portanto, o “resultado evidente de tudo isso é que a escrita obscurece a visão da língua” (SAUSSURE, 2006, p.40). Assim, a escrita para a língua falada “não é um traje, mas um disfarce” (SAUSSURE, 2006, p.40). O *Curso* afirma que isso é um fato bastante evidente na “ortografia da palavra francesa *oiseau*, onde nenhum dos sons da palavra falada (*wazo*), é representado pelo seu signo próprio; nada resta da imagem da língua” (SAUSSURE, 2006, p.40).

Da relação inversa que se dá na valorização da palavra escrita ante a falada, aponta que, por exemplo, o “emprego que se costuma fazer das palavras ‘pronunciar’ e ‘pronúncia’ constitui uma consagração desse abuso e inverte a relação legítima e real existente entre a escrita e a língua” (SAUSSURE, 2006, p.40). Ou seja, a grafia é tomada como a referência no lugar do som, sendo que, de fato, “para que se possa pronunciar o *oi* como *wa* seria mister que ele existisse por si mesmo. Na realidade, é *wa* que se escreve *oi*” (SAUSSURE, 2006, p.40). Com isso, Saussure definitivamente demonstra seu ponto de vista ante esse equívoco que, de certa forma, compromete a relação lógica entre causa e efeito.

Na tentativa de explicar “essa singularidade, acrescenta-se que, nesse caso, trata-se de uma pronúncia excepcional do *o* e do *i*; mais uma vez, uma expressão falsa, pois implica a dependência da língua no tocante à forma escrita” (SAUSSURE, 2006, p.40), e não o contrário. Ao expor o tema da relação discrepante entre a materialidade sonora e a forma ortográfica da *langue*, o CLG reivindica a predominância da forma falada que constitui de fato a *langue*. Com isso demonstra uma vez mais um alto grau de cuidado epistemológico com relação ao seu objeto. Estrategicamente aponta a coerência de sua linguística em relação ao seu objeto, por meio da crítica à terminologia do universo discursivo de então.

Em referência às iniquidades de tratamento dos signos da língua falada em relação a suas grafias, completa que “a tirania da letra vai mais longe ainda; à força de impor-se à massa, influi na língua e a modifica” (SAUSSURE, 2006, p.41). A inconformidade com esse fato chega ao ponto de atribuir características teratológicas às influências que a grafia exerce sobre a imagem acústica: “Essas deformações fônicas pertencem verdadeiramente

à língua, apenas não resultam de seu funcionamento natural; são devidas a um fator que lhe é estranho” (SAUSSURE, 2006, p.41).

Nas reflexões saussurianas acerca da fonologia lê-se que, quando “se substitui a escrita pelo pensamento [e aqui som e pensamento são equivalentes], aqueles que são privados dessa imagem sensível correm o risco de não perceber mais que uma massa informe com a qual não sabem o que fazer” (SAUSSURE, 2006, p.42). Seria mais ou menos o que acontece quando nos deparamos com uma língua corrente de que não temos domínio total, mas que logramos compreender ao lê-la mais demoradamente. Afirma-se que seria necessário substituir “o artificial [a grafia] pelo natural [o som]; isso, porém, é impossível enquanto não tenham sido estudados os sons da língua” (SAUSSURE, 2006, p.42).

Cabe ressaltar que, consoante o CLG, a fonologia se coloca fora do tempo. Assim, o estudo dos sons, das transformações e análise de acontecimentos no decorrer do tempo, denominado por fonética, “é uma das partes essenciais da ciência da língua” (SAUSSURE, 2006, p.43), ao passo que a fonologia “não passa de disciplina auxiliar e só se refere à fala” (SAUSSURE, 2006, p.43). Uma vez que a *langue* é a “razão de ser dos movimentos fonatórios” (SAUSSURE, 2006, p.43), estes, como sons, unicamente, nada comunicam, logo “explicados todos os movimentos do aparelho vocal necessários para produzir cada impressão acústica, em nada se esclareceu o problema da língua” (SAUSSURE, 2006, p.43). Estas e outras demarcações são frequentes ao longo da obra e constituem uma formalidade enunciativa pertinente ao gênero discursivo.

Assim, o CLG não vê muito bem “de que serviriam os movimentos fonatórios se a língua não existisse” (SAUSSURE, 2006, p.43). A *langue* saussuriana, na concepção dos editores, “constitui um sistema baseado na oposição psíquica dessas impressões acústicas, do mesmo modo que um tapete é uma obra de arte produzida pela oposição visual de fios de cores diferentes” (SAUSSURE, 2006, p.43), e isso é dito para então afirmar-se que “o que importa, para a análise, é o jogo dessas oposições e não os processos pelos quais as cores foram obtidas” (SAUSSURE, 2006, p.43), ou seja, a fonética e suas descrições das mudanças que interagem no sistema de relações opositivas. Sobre a *escrita fonológica* afirma que “se, no ensino de línguas um alfabeto fonológico pode ser útil, não se deveria generalizar-lhe o emprego” (SAUSSURE, 2006, p.44).

Ressalta que o “verdadeiro serviço que nos presta a fonologia é permitir que tomemos certas precauções no tocante a essa forma escrita, pela qual devemos passar para chegar à língua” (SAUSSURE, 2006, p.44), pois “cada língua de fato opera com um

número determinado de fonemas bem diferenciados” (SAUSSURE, 2006, p.44), e o que importa é conhecer os seus aspectos sistêmicos.

Segundo o CLG, quando “se trata de uma língua pertencente ao passado, estamos limitados a dados indiretos” (SAUSSURE, 2006, p.45), e, se “além do ponto de partida, se conhece também a evolução paralela de sons análogos da mesma língua na mesma época, pode-se raciocinar por analogia e estabelecer uma proporção” (SAUSSURE, 2006, p.45). Igualmente, “a grafia dos termos emprestados de uma língua estrangeira, os jogos de palavras, os despropósitos etc.” (SAUSSURE, 2006, p.46-47), podem auxiliar a determinarmos o quadro fonológico de uma língua não mais falada da qual possuímos registros. A nível de exemplo, menciona uma anedota registrada por Myrop na *Grammaire historique de la langue française*, da qual se pode inferir a mudança de pronúncia da palavra *rei*.

Obviamente que se pode tirar proveito dos registros escritos de um estado de língua, porém, o *Curso* novamente destaca a *suficiência* de um sistema de sons para a solidariedade de um sistema, sendo a imagem gráfica da mesma um acessório ao mesmo tempo útil e conveniente, mas equivocado em grande parte das vezes: “Muitos gramáticos se prendem, todavia, ao velho método, criticado mais acima que consiste em dizer como se pronuncia cada letra na língua que querem descrever” (SAUSSURE, 2006, p.47).

Valendo-se ainda da crítica à inversão da relação de valor entre a escrita e a oralidade, o CLG proclama que quando se tratar “de uma língua viva, o único método racional consiste em: *a*) estabelecer o sistema de sons tal como é reconhecido pela observação direta; *b*) observar o sistema de signos que servem para representar – imperfeitamente – os sons” (SAUSSURE, 2006, p.47). Aqui a modalidade enunciativa, nos enunciados nos quais emerge o conceito *langue*, opera um encadeamento discursivo que parte da crítica à terminologia empregada para propor ajustes metodológicos.

Seguidamente os esquemas, aliados às descrições, definições, deduções, demarcações, analogias, interpretações, menções, listas, etc., revestidos da formalidade enunciativa da ciência promovem as regularidades discursivas respectivas a *langue*. Ao referir-se o CLG aos aspectos fonológicos da *langue*, a constituição conceitual de *langue* se completa com a tarefa descritiva de elementos de estados de línguas, apoiada num princípio linguístico geral.

Saussure retoma o raciocínio sobre a constatação de que a ausência de grafia em nada prejudica a constituição das línguas e sobre a suficiência das imagens acústicas para a inteligência do sistema, assegura que, depois “de ter analisado um número suficiente de

cadeias faladas pertencentes a diversas línguas, chega-se a conhecer e a classificar os elementos com os quais elas operam” (SAUSSURE, 2006, p.51).

Acerca do funcionamento do aparelho vocal, no CLG lê-se afirmativas como, por exemplo, que na “boca é essencial distinguir os lábios α e a , a língua β - γ (β designa o ápice e γ todo o resto)” (SAUSSURE, 2006, p.52). Nesse excerto, que traz uma breve descrição do aparelho fonatório humano acrescida pelos editores de algumas contribuições de Jespersen, há uma relação da produção dos sons com os movimentos articulatorios dos órgãos diretamente envolvidos, constando-se ainda, que não é “o jogo da laringe que pode produzir as variedades fonológicas que permitem distinguir e classificar os sons da língua” (SAUSSURE, 2006, p.53).

Saussure afirma ser necessário ao linguista conhecer a classificação dos sons, e no CLG se empregará a descrição pautada na articulação. Um exemplo dessa classificação é: “Desse modo, β o e quer dizer que, com o grau de abertura correspondente à oclusão completa, a ponta da língua β se aplica contra os alvéolos dos dentes superiores em e .” (SAUSSURE, 2006, p.56). Na descrição que se segue ao longo desse capítulo dedicado à classificação dos fonemas a partir de sua articulação vemos descrita a relação dos órgãos fonadores com a produção dos sons das línguas, como no seguinte trecho que versa sobre um caso em que “a extremidade da língua se aplica sobre o palato, na parte anterior; no terceiro, o dorso da língua fica em contato com a parte posterior do palato” (SAUSSURE, 2006, p.56). E ainda lê-se que em “muitas línguas, principalmente no indo-europeu, distinguem-se claramente duas articulações guturais, uma palatal, sobre f - h , outra velar, sobre i ” (SAUSSURE, 2006, p.56).

Fato é que nem todos os sons estão igualmente distribuídos em todas as línguas existentes, bem como algumas características de um estado anterior de uma dada língua podem não perdurar após consideráveis mutações que evoluem as línguas sem cessar. É o caso, por exemplo, do francês em relação ao indo-europeu do qual resulta. Quanto à questão envolvendo as diferenças articulatorias constatadas entre sistemas de línguas, fica bastante claro que em algumas línguas há diferenças que não se observam em outras, mesmo estabelecendo elas uma relação de parentesco direto. É o que se verifica na afirmativa que registra que “em outras línguas como no francês por exemplo, negligencia-se tal diferença [das duas articulações guturais, uma palatal outra velar, do indo-europeu]” (SAUSSURE, 2006, p.56-57). O texto ainda aponta o fato de que “nas línguas escandinavas existe m surdo após uma surda” (SAUSSURE, 2006, p.57, grifo do autor).

Seguem as descrições, como aquela que informa que “as dentais se dividem em muitas variedades segundo a forma que toma a extremidade da língua no fechamento (oclusão)” (SAUSSURE, 2006, p.58), e destas descrições formulam-se algumas deduções, como, à guisa de exemplo, que “em geral a fricativa nasal não é um som de que a língua tenha consciência” (SAUSSURE, 2006, p.58), ou: “Em quase todas as línguas, esses fonemas são sonoros como *b*, *z* etc.” (SAUSSURE, 2006, p.59), e: “A articulação *vibrante*: a língua se coloca menos próxima do palato do que para o *l* [...]” (SAUSSURE, 2006, p.59), ou ainda que a “vibração pode ser produzida de dois modos; com a ponta da língua aplicada à frente sobre os alvéolos (*r* chamado ‘*roulé*’ em francês), ou atrás, com a parte posterior da língua (*r* ‘*grasseyé*’ dos franceses)” (SAUSSURE, 2006, p.59). Percebe-se que não há correspondência exata entre os sons de duas línguas distintas, mesmo porque, “muitas línguas distinguem aqui vários graus de abertura” (SAUSSURE, 2006, p.60).

Acerca do papel da fonologia frente à linguística, o CLG reitera a necessidade do estudo dos sons na cadeia da fala: “O linguista não tem necessidade alguma de ser um fonologista consumado; ele pede simplesmente que lhe seja fornecido certo número de dados necessários para o estudo da língua.” (SAUSSURE, 2006, p.62), uma vez que é a dependência interna dos elementos o que realmente interessa à linguística. Disso afirma-se que “se, por exemplo, em dado momento, numa determinada língua, todo *a* se transformou em *o*, nada resulta daí” (SAUSSURE, 2006, p.62). E ainda constata-se que os fonólogos “se limitam geralmente a dar regras para articular todos os sons, elementos variáveis e acidentais das línguas, essa Fonologia combinatória circunscreve as possibilidades e fixa as relações constantes dos fonemas interdependentes” (SAUSSURE, 2006, p.64).

Em nota dos editores se lê acerca de uma *pronúncia pouco natural* presente em determinadas línguas, e que “certos grupos desta categoria são muito usuais em certas línguas” (SAUSSURE, 2006, p.69).

Por nos ocuparmos principalmente de como se dá discursivamente a articulação da dimensão conceitual de *langue* e suas consequências epistemológicas, uma recorrência ao apontamento caso a caso de cada elemento enunciativo empregado nas formulações se faz uma tarefa um tanto quanto acessória, muito embora seja pertinente à visada arqueológica, portanto, optamos, como já frisamos bastante, pela referência mais geral aos demais elementos discursivos articulados e pela ênfase nos aspectos do *logos* que embasam a *langue*.

Aqui os elementos anteriormente articulados, como, por exemplo, o recurso às práticas não discursivas, comportam um maior grau de abstração e, portanto, as

interpretações de signos são mais evidentes, e se dão na forma de conceitos propostos, os quais buscaremos apreender. No mais, as formulações valem-se de descrições, analogias, esquemas, imagens, deduções, verificações experimentais, etc., tudo consoante prescreve a modalidade discursiva empregada.

Em suas demarcações acerca do *signo linguístico*, o *Curso* adverte que “para certas pessoas, a língua, reduzida a seu princípio essencial, é uma nomenclatura, vale dizer, uma lista de termos que correspondem a outras tantas coisas” (SAUSSURE, 2006, p.79). Contudo, é o *caráter psíquico* o que importa. Esclarece: “Sem movermos os lábios nem a língua, podemos falar conosco ou recitar mentalmente um poema.” (SAUSSURE, 2006, p.80). E, uma vez que “as palavras da língua são para nós imagens acústicas, cumpre evitar falar dos ‘fonemas’ de que se compõem” (SAUSSURE, 2006, p.80).

Sobre as duas faces indivisíveis do signo linguístico lemos: “Quer busquemos o sentido da palavra latina *arbor* ou a palavra com que o latim designa o conceito ‘árvore’, está claro que somente as vinculações consagradas pela língua nos parecem conformes à realidade.” (SAUSSURE, 2006, p.80). Aqui *sentido* e *palavra* referem-se respectivamente a *conceito* e *imagem acústica*, ou seja, ao *significado* e ao *significante*. Note-se que, para além das relações producentes entre a *palavra* e o *sentido*, as relações de cada um desses elementos com as coisas que representam e com os viabilizadores de tal representação não constituem matéria de interesse a essa linguística saussuriana, não rendendo portanto, abstrações no CLG.

Assim, o signo linguístico “une, não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica” (SAUSSURE, 2006, p.80). A esse respeito os editores apontam em nota: “Para F. de Saussure, porém, a língua é essencialmente um depósito, uma coisa recebida de fora. A imagem acústica é, por excelência, a representação natural da palavra *enquanto fato de língua virtual*, fora de toda realização pela fala.” (SAUSSURE, 2006, p.80, grifo nosso). Quanto a isso, conclui-se que qualquer aspecto alheio à *langue* é secundarizado.

A respeito da existência da polissemia do termo *signo* devido a sua presença na língua falada, o CLG justifica: “Quanto a [o termo] *signo*, se nos contentamos com ele, é porque não sabemos por que substituí-lo, visto não nos sugerir a língua usual nenhum outro.” (SAUSSURE, 2006, p.81, grifo do autor). Assim, o termo *signo* convencional da língua falada, incorpora o conceito de *significante*, que juntamente com sua contraparte conceitual e também psíquica, o *significado*, constituem o *signo linguístico*. Da solidariedade dessas unidades chamadas de *signos* vislumbra-se o conceito de *langue*.

É derivada do princípio da arbitrariedade do signo uma assertiva capital ao *Curso* de que, o significante, com relação à ideia que ele representa, *aparece como escolhido livremente*, de maneira que,

a ideia de ‘mar’ não está ligada por relação alguma interior à sequência de sons m-a-r que lhe serve de significante; poderia ser representada igualmente bem por outra sequência, não importa qual; como prova temos as diferenças entre as línguas e a própria existência de línguas diferentes [...] (SAUSSURE, 2006, p.81-82).

É tamanha a recorrência do princípio da arbitrariedade do signo nessa formação discursiva, que em seguida o *Curso* afirma que tal princípio “domina toda a linguística da língua; suas consequências são inúmeras” (SAUSSURE, 2006, p.82). Para Saussure “a língua, o mais completo e o mais difundido sistema de expressão, é também o mais característico de todos” (SAUSSURE, 2006, p.82), de modo que considera que “a Linguística pode erigir-se em padrão de toda Semiologia, se bem a língua não seja senão um sistema particular” (SAUSSURE, 2006, p.82).

A arbitrariedade do signo. representa diretamente a liberdade das línguas em eleger seus elementos como abstrações independente de relações motivadas entre a *imagem acústica* e o *conceito* a ela vinculado. Em outras palavras, é dizer que “o significante é *imotivado*, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade” (SAUSSURE, 2006, p.83, grifo do autor).

Em relação ao princípio da arbitrariedade do signo, ou seja, da relativa imotivação do significante em relação ao significado, nada, nem mesmo as onomatopeias e as exclamações vem a contestar seu conceito. Quanto às onomatopeias o texto assegura que, “uma vez introduzidas na língua, elas se engrenam mais ou menos na evolução fonética, morfológica etc.” (SAUSSURE, 2006, p.83). Sobre as exclamações, observa que bastaria “comparar duas línguas, sob esse aspecto [das relações entre os significantes e os significados], para ver o quanto tais expressões variam de uma para outra língua” (SAUSSURE, 2006, p.83-84), fato que vem uma vez mais comprovar o princípio da arbitrariedade do signo no que tange à relação entre os significantes e os significados, já que a arbitrariedade pensada como a relação entre palavras e coisas já fora descartada anteriormente.

Quanto ao princípio do caráter linear do significante, o CLG entende como um princípio de suma importância à quase totalidade dos conceitos da linguística estrutural, já que “todo o mecanismo da língua depende dele” (SAUSSURE, 2006, p.84). Se por um lado

qualquer significado é uma construção apriorística, quer dizer, existe ali algo de já-dado, de pré-construído, de caráter de continuidade (em âmbito tanto linguístico quanto histórico-linguístico), poder-se-ia dizer que contém algo de diacrônico em sua essência, por assim dizer, aglutinante, e que é invocado a cada respectivo significante; este, por sua vez desempenha um papel sincrônico-sintagmático que lhe reatribui um *caráter linear*, que vem a ser o segundo princípio geral.

Em referência ao caráter linear do significante, o CLG registra que “o significante, sendo de natureza auditiva, desenvolve-se no tempo, unicamente, e tem as características que toma do tempo: a) *representa uma extensão*, e b) *essa extensão é mensurável numa só dimensão: é uma linha*” (SAUSSURE, 2006, p.84, grifo do autor). Isso posto, afirmamos que, portanto, o significante evoca as características da continuidade sintagmática enquanto o significado se vale de uma continuidade que é, em certa medida, paradigmática. Devido a isso, o significado é mais trabalhoso de ser estabilizado para análise, donde a ausência de um tratado de semântica no CLG.

A partir da postulação da *Imutabilidade e mutabilidade do signo* pode-se admitir que a arbitrariedade não seja absoluta e sim relativa, pois, partindo do pressuposto de que em “relação à ideia que representa, o significante aparece como escolhido livremente, em compensação, com relação à comunidade linguística que o emprega, não é livre: é imposto” (SAUSSURE, 2006, p.85), e visto que “nunca se consulta a massa social nem o significante escolhido pela língua poderia ser substituído por outro” (SAUSSURE, 2006, p.85), acaba-se por não mudar muita coisa. Em outras palavras: “Diz-se à língua: ‘Escolhe!’; mas acrescenta-se: ‘O signo será este, não outro.’” (SAUSSURE, 2006, p.85). Disto decorre a *imutabilidade* do signo definida pela resistência a toda substituição.

Podemos então dizer que a massa não influencia nas línguas, ao menos, não diretamente, pois “a própria massa não pode exercer sua soberania sobre uma única palavra: está atada à língua tal qual é” (SAUSSURE, 2006, p.85). Se dissemos não diretamente, é porque a massa influi diretamente apenas na substância linguística, através da fala, não afetando a forma, isto é, não atingindo as línguas correntes, de modo que a imutabilidade dos signos pode ser apreciada sincronicamente, ou seja, desde a perspectiva dos falantes; de um ponto de vista estático, as línguas não oferecem às vistas a sua mutabilidade.

As línguas, estes sistemas de signos estáveis, se observadas desde uma apreciação diacrônica não se manterão necessariamente iguais, pois irão sofrer um fenômeno denominado alteração, que é sempre da ordem de um deslocamento da relação entre o

significante e o significado e que incorre na mutabilidade dos signos que, como já vimos, se dá através das falas. Assim, no CLG, para Saussure, “a língua aparece sempre como uma herança da época precedente” (SAUSSURE, 2006, p.85), e como tudo quanto se projete no tempo, não é comum deixarmos igual legado ao que recebemos, de modo que se pode observar tanto a mutabilidade quanto a imutabilidade da *langue* saussuriana a coexistirem sem haver contradição.

E por todas suas particularidades em relação às demais convenções sociais, a “língua não pode, pois, equiparar-se a um contrato puro e simples, e é justamente por esse lado que o estudo do signo linguístico se faz interessante” (SAUSSURE, 2006, p.85). Pois que o contrato da *langue* não reconhece firmas: “se se quiser demonstrar que a lei admitida numa coletividade é algo que se suporta e não uma regra livremente consentida, a língua é a que oferece a prova mais concludente disso” (SAUSSURE, 2006, p.85). E ademais “nenhuma sociedade conhece nem conheceu jamais a língua de outro modo que não fosse como um produto herdado de gerações anteriores e que cumpre receber como tal” (SAUSSURE, 2006, p.86).

A comparação entre *langue* e lei no CLG, talvez seja um resquício das influências descritivo-prescritivas dos estudos da gramática na linguística. Tal comparação entre lei e língua corrente justifica-se na medida em que ambas nos impõem condições e possibilidades que devemos respeitar sem sermos perguntados se estamos de acordo ou não. Assim como no caso das leis, “um dado estado de língua é sempre o produto de *fatores históricos* e são esses fatores que explicam porque o signo é imutável, vale dizer, porque resiste a toda substituição” (SAUSSURE, 2006, p.86, grifo nosso). No caso da *langue*, esses fatores históricos são sempre aqueles que possam ser verificados pela ótica da linguística interna e que seriam, por exemplo, as transformações fonéticas que se deram no curso do tempo, de um estado de língua a outro.

Todavia, adverte-se no CLG que “dizer que a língua é uma herança não explica nada, se não se for mais longe” (SAUSSURE, 2006, p.86). As leis herdadas podem ser modificadas e isso inclui as regularidades que regem as línguas. E essa objeção, com relação à impossibilidade de mudança, “nos leva a situar a língua em seu quadro social e formular a questão como a formularíamos para as outras instituições sociais. Como se transmitem as instituições? Eis a questão mais geral que engloba a da imutabilidade” (SAUSSURE, 2006, p.86). Com relação especificamente “à língua, perguntar-se-á por que o fator histórico da transmissão a domina totalmente e exclui toda transformação linguística geral e repentina” (SAUSSURE, 2006, p.86). Ao que afirma-se:

Para responder a tal pergunta, pode-se atribuir validade a vários argumentos e dizer, por exemplo, que as modificações da língua não estão ligadas à sucessão de gerações que, longe de se sobrepor umas às outras, como as gavetas de um móvel, se mesclam e interpenetram e contém cada uma indivíduos de todas as idades. (SAUSSURE, 2006, p.86).

Fato é que várias gerações coexistem, afirma o *Curso*, para então completar que será necessário “lembrar também a soma de esforços que exige o aprendizado da língua materna para concluir pela impossibilidade de uma transformação geral” (SAUSSURE, 2006, p.86), isso somado ao fato de que “os indivíduos em larga medida, não têm consciência das leis da língua; e se não as percebem, como poderiam modificá-las?” (SAUSSURE, 2006, p.87). Acrescenta que mesmo que “delas tivessem consciência, é preciso lembrar que os fatos linguísticos não provocam a crítica, no sentido de que cada povo geralmente está satisfeito com a língua que recebeu” (SAUSSURE, 2006, p.87).

Em relação ao *caráter arbitrário do signo* como um dos fatores convenientes ao princípio da imutabilidade, conclui que, “aprofundando a questão, vemos que, de fato, a própria arbitrariedade do signo põe a língua ao abrigo de toda tentativa que vise a modificá-la” (SAUSSURE, 2006, p.87). Outrossim “o símbolo tem uma relação racional com o significado; mas para a língua, sistema de signos arbitrários, falta essa base, e com ela desaparece todo terreno sólido de discussão” (SAUSSURE, 2006, p.87).

Ainda como fatores essenciais da imutabilidade dos signos, o CLG destaca, além do caráter arbitrário do signo:

A multidão de signos necessários para constituir qualquer língua. A importância deste fato é considerável. Um sistema de escrita composto de vinte a quarenta letras pode, a rigor, ser substituído por outro. O mesmo poderia suceder à língua se ela encerrasse um número limitado de elementos; mas os signos linguísticos são inumeráveis.

O caráter demasiado complexo do sistema. Uma língua constitui um sistema. Se, como veremos adiante, esse é o lado pelo qual a língua não é completamente arbitrária e onde impera uma razão relativa, é também o ponto onde avulta a incompetência da massa para transformá-la.

A resistência da inércia coletiva à toda renovação linguística. A língua – e esta consideração sobreleva todas as demais – é, a cada momento, tarefa de toda a gente; difundida por u’a massa e manejada por ela, é algo de que todos os indivíduos se servem o dia inteiro. As prescrições de um código, os ritos de uma religião, os sinais marítimos etc., não ocupam mais que certo número de indivíduos por vez e durante tempo limitado; da língua, ao contrário, cada qual participa a todo instante e é por isso que ela sofre sem cessar a influência de todos. Esse fato capital basta para demonstrar a impossibilidade de uma revolução. A língua, de todas as instituições sociais, é a que oferece menos oportunidades às iniciativas. (SAUSSURE, 2006, p.87, grifo do autor).

Quanto a esta resistência à renovação da parte da coletividade, conclui que a “língua forma um todo com a vida da massa social e esta, sendo naturalmente inerte, aparece antes de tudo como um fator de conservação” (SAUSSURE, 2006, p.88). Porém, não basta “dizer que a língua é um produto de forças sociais para que se veja claramente que não é livre; a par de lembrar que constitui sempre herança de uma época precedente, deve-se acrescentar que essas forças sociais atuam em função do tempo” (SAUSSURE, 2006, p.88).

Logo: “Se a língua tem um caráter de fixidez, não é somente porque está ligada ao peso da coletividade, mas também porque está situada no tempo.” (SAUSSURE, 2006, p.88). Portanto, a cada vez “a solidariedade com o passado põe em xeque a liberdade de escolher” (SAUSSURE, 2006, p.88). E da soma destes fatores com a força da tradição, resulta a imutabilidade do signo.

Avançando ainda mais nas suas considerações acerca dos princípios gerais dos sistemas de línguas, Saussure prossegue nessa distinção bastante produtiva estabelecida entre os princípios da imutabilidade e da mutabilidade dos signos; o conceito de mutabilidade aqui abordado, que, assim como a imutabilidade, sustenta-se na arbitrariedade, é também responsável pela manutenção das línguas; e agora a redação irá considerar, com relação a este princípio da mutabilidade que:

O tempo, que assegura a continuidade da língua, tem um outro efeito, em aparência contraditório com o primeiro: o de alterar mais ou menos rapidamente os signos linguísticos e, em certo sentido, pode-se falar, ao mesmo tempo, da *imutabilidade e mutabilidade do signo*. (SAUSSURE, 2006, p.89, grifo nosso).

Nesse sentido, é esclarecedora a nota dos organizadores:

Seria injusto censurar a F. de Saussure o ser ilógico ou paradoxal por atribuir à língua duas qualidades contraditórias. Pela oposição de dois termos marcantes, ele quis somente destacar uma verdade: que a língua se transforma sem que os indivíduos possam transformá-la. Pode-se dizer também que ela é *intangível*, mas não *inalterável*. (SAUSSURE, 2006, p.89, grifo nosso).

Ainda sobre o princípio da mutabilidade, assegura que: “Uma língua é radicalmente incapaz de se defender dos fatores que deslocam, de minuto a minuto, a relação entre o significado e o significante. É uma das consequências da arbitrariedade do signo.” (SAUSSURE, 2006, p.90). Diferentemente da maioria das instituições, a “língua, ao contrário, não está limitada por nada na escolha de seus meios, pois não se concebe o que nos impediria de associar uma ideia qualquer com uma sequência qualquer de sons” (SAUSSURE, 2006, p.90). E quando Saussure aqui fala em meios, são os meios os fonemas enquanto signos.

Afirma que, para “mostrar bem que a língua é uma instituição pura, Whitney insistiu, com razão, no caráter arbitrário dos signos; com isso, colocou a Linguística em seu verdadeiro eixo” (SAUSSURE, 2006, p.90). E isso, em grande medida, possibilitou a concepção da linguística como ciência autônoma, mas Whitney “não foi até o fim e não viu que tal caráter arbitrário separa radicalmente a língua de todas as outras instituições” (SAUSSURE, 2006, p.90). Era o que faltava ao estruturalismo para reivindicar a constituição de um modelo de linguística.

Essa característica exclusiva das línguas como instituições sociais,

se vê bem pela maneira por que a língua evolui; nada mais complexo: situada, simultaneamente, na massa social e no tempo, ninguém lhe pode alterar nada e, de outro lado, a arbitrariedade de seus signos implica, teoricamente, a liberdade de estabelecer não importa que relação entre a matéria fônica e as ideias. (SAUSSURE, 2006, p.90-91).

Assim, concluímos, em Saussure, que as relações das imagens acústicas com os conceitos em signos “guardam sua própria vida, numa proporção desconhecida em qualquer outra parte, e que a língua se altera ou, melhor, evolui, sob a influência de todos os agentes que possam atingir quer os sons, quer os significados” (SAUSSURE, 2006, p.91). E as mudanças são inevitáveis, tanto quanto o decorrer do tempo: “Essa evolução é fatal; não há exemplo de uma língua que lhe resista. Ao fim de certo tempo, podem-se sempre comprovar deslocamentos sensíveis.” (SAUSSURE, 2006, p.91).

Pautado na convicção de suas afirmações, o CLG sentencia que “isso é tão verdadeiro que até nas línguas artificiais tal princípio tem de vigorar” (SAUSSURE, 2006, p.91), para então constatar que aquele que “cria uma língua, a tem sob domínio enquanto ela não entra em circulação; mas desde o momento em que ela cumpre sua missão e se torna posse de todos, foge-lhe ao controle” (SAUSSURE, 2006, p.91). Dessa forma, parece-nos, uma vez mais, impossível consolidar um tratado linguístico pautado numa estruturalidade semântica, a menos que se trate de uma língua não mais corrente, uma língua morta, pois a ilação de um sistema semiótico para sempre coerente com seus estados anteriores não pode ser aplicada nem às línguas artificiais que porventura venham a entrar em uso. Uma língua como o esperanto “é um ensaio desse gênero; se triunfar, escapará à lei fatal? Passado o primeiro momento, a língua entrará muito provavelmente em sua vida semiológica; transmitir-se-á segundo leis que nada têm de comum com as de sua criação reflexiva” (SAUSSURE, 2006, p.91).

O CLG concebe que seria um choque para aquele que “pretendesse criar uma língua imutável, que a posteridade deveria aceitar tal qual a recebesse” (SAUSSURE, 2006, p.91),

pois, “a língua criada por ele seria arrastada, quer ele quisesse ou não, pela corrente que abarca todas as línguas” (SAUSSURE, 2006, p.91), devido simplesmente ao fato de que, “o tempo altera todas as coisas; não existe razão para que a língua escape a essa lei universal” (SAUSSURE, 2006, p.91).

Em uma recapitulação dos princípios de sua linguística, afirma que, “evitando estéreis definições de termos, distinguimos primeiramente, no seio do fenômeno total que representa a linguagem, dois fatores: a língua e a fala” (SAUSSURE, 2006, p.92). Em seguida assevera: “A língua é para nós a linguagem menos a *fala*. É o conjunto dos hábitos linguísticos que permitem a uma pessoa compreender e fazer-se compreender.” (SAUSSURE, 2006, p.92).

E completa:

Mas essa definição deixa ainda a língua fora de sua realidade social; faz dela uma coisa irreal, pois não abrange mais que um dos aspectos da realidade: o individual; é mister uma *massa falante* para que exista uma língua. Em nenhum momento, e contrariamente à aparência, a língua existe fora do fato social, visto ser um fenômeno semiológico. Sua natureza social é um dos seus caracteres internos; sua definição completa nos coloca diante de duas coisas inseparáveis. (SAUSSURE, 2006, p.92, grifo do autor).

O *Curso* aponta que, “nessas condições, a língua é viável, não vivente; levamos em conta apenas a realidade social, não o fato histórico” (SAUSSURE, 2006, p.92). E somada à massa falante, a simples ação do tempo parece satisfazer as problematizações pertinentes ao universo da história, como em breve ficará demonstrado, mas agora afirma que: “Como o signo linguístico é arbitrário, pareceria que a língua, assim definida, é um sistema livre, organizável à vontade, dependendo unicamente de um princípio racional.” (SAUSSURE, 2006, p.92). O “caráter social [da *langue*], considerado em si mesmo, não se opõe precisamente a esse ponto de vista” (SAUSSURE, 2006, p.92). Todavia, destaca ser evidente que “a psicologia coletiva não opera sobre uma matéria puramente lógica” (SAUSSURE, 2006, p.92).

E então sustenta que “não é isso que nos impede de ver a língua como uma simples convenção modificável conforme o arbítrio dos interessados, é a ação do tempo que se combina com a da força social” (SAUSSURE, 2006, p.92). Para então afirmar que caso se “tomasse a língua no tempo sem a massa falante – suponha-se o indivíduo isolado que vivesse durante vários séculos – não se registraria talvez nenhuma alteração; o tempo não agiria sobre ela” (SAUSSURE, 2006, p.92). Donde se conclui que, para esse modelo de linguística, o conceito de história pode ser representado pela operação ‘massa falante x tempo’ que ainda mais se evidencia pela sentença: “Inversamente, se se considerasse a

massa falante sem o tempo, não se veria *o efeito das forças sociais* agindo sobre a língua.” (SAUSSURE, 2006, p.92-93, grifo nosso).

O que verdadeiramente importa à linguística saussuriana da presente formação discursiva, nesse tocante é que:

A língua já não é agora livre, porque o tempo permitirá às forças sociais que atuam sobre ela desenvolver seus efeitos, e chega-se assim ao princípio de continuidade, que anula a liberdade. A continuidade, porém, implica necessariamente a alteração, o deslocamento mais ou menos considerável das relações. (SAUSSURE, 2006, p.93).

Acerca da dualidade que postula entre a *Linguística estática* e a *Linguística evolutiva*, o CLG propõe uma distinção entre os eixos das simultaneidades e o das sucessões, que revelaria o sistema de valores considerado em si e esses valores considerados em função do tempo. Dessa dualidade derivaria, portanto, duas linguísticas, uma empenhada em ver as relações internas ao sistema, relação entre seus elementos coexistentes, e outra, delegada ao segundo plano, destinada a observar as transformações dos elementos isolados; trata-se respectivamente da linguística estática e a linguística evolutiva. Acerca das distintas maneiras de se abordar a *langue*, lê-se:

É ao linguista que tal distinção se impõe mais imperiosamente, pois a língua constitui um sistema de valores puros que nada determina fora do estado momentâneo de seus termos. Enquanto, por um de seus lados, um valor tem a raiz nas coisas e em suas relações naturais (como é o caso na ciência econômica – por exemplo, um campo vale na proporção do que produz), pode-se, até certo ponto, seguir esse valor no tempo, lembrando sempre que, a cada momento, ele depende de um sistema de valores contemporâneos. (SAUSSURE, 2006, p.95-96).

Para o programa em pauta, sendo as línguas o mais complexo dos sistemas semiológicos, deve, de certa forma, prestar igual suporte a todo e qualquer sistema que possa vir a se manifestar à inteligência humana, disso decorrendo a força da constatação saussuriana de que nenhum outro sistema “apresenta esse caráter tanto quanto a língua: em parte alguma se encontra igual precisão de valores em jogo, um número tão grande e uma diversidade tamanha de termos, numa dependência recíproca tão estrita” (SAUSSURE, 2006, p.96). Propõe em seguida que de tamanha complexidade decorre a necessidade das acima descritas duas linguísticas, pois a “multiplicidade dos signos, já invocada para explicar a continuidade da língua, nos impede absolutamente de estudar-lhe, ao mesmo tempo, as relações no tempo e no sistema” (SAUSSURE, 2006, p.96).

O *Curso* concebe que uma vez que a história política se ocupa tanto da *descrição de épocas* como da *narração de acontecimentos*, “poder-se-ia imaginar que, ao descrever

estados sucessivos da língua, se estivesse estudando a língua conforme o eixo do tempo; para isso, seria mister encarar separadamente os fenômenos que fazem passar a língua de um estado a outro” (SAUSSURE, 2006, p.96). Assim, divide a linguística em estática (sincrônica) e evolutiva (diacrônica).

Em grande medida a independência da linguística é favorecida graças ao fechamento em si mesmo do sistema da *langue* reivindicado pela linguística saussuriana e trabalhado na abordagem estática. Deste modo, com relação à visada que se denomina linguística diacrônica, assevera que os termos “*evolução* e *Linguística evolutiva* são mais precisos [que os termos história e linguística histórica] e nós os empregaremos frequentemente; por oposição, pode-se falar da ciência dos *estados* da língua ou *Linguística estática*” (SAUSSURE, 2006, p.96, grifo do autor), vale salientar que ambas só têm vistas à *langue* enquanto sistema de valores puros, mesmo a abordagem diacrônica que não constitui um sistema, mas se debruça nas suas alterações.

Diz-nos, portanto, o CLG que, a fim de “melhor assinalar essa oposição, porém, e esse cruzamento das duas ordens de fenômenos relativos ao mesmo objeto, preferimos falar de Linguística *sincrônica* e de Linguística *diacrônica*” (SAUSSURE, 2006, p.96, grifo do autor). Assim, postula que é “sincrônico tudo quanto se relacione com o aspecto estático da nossa ciência, diacrônico tudo que diz respeito às evoluções. Do mesmo modo, *sincronia* e *diacronia* designarão respectivamente um estado de língua e uma fase de evolução” (SAUSSURE, 2006, p.96, grifo do autor).

Na sequência afirma-se que a “primeira coisa que surpreende quando se estudam os fatos da língua é que, para o indivíduo falante, a sucessão deles no tempo não existe: ele se acha diante de um estado” (SAUSSURE, 2006, p.97). Assim, o linguista deve abster-se da história que somente lhe *falsearia o julgamento*. E logo tal princípio também é empregado “para a língua: não podemos descrevê-la nem fixar normas para o seu uso sem nos colocarmos num estado determinado” (SAUSSURE, 2006, p.97). Disso deriva a noção que, se “o linguista segue a evolução da língua, semelha o observador em movimento, que vai de uma a outra extremidade do Jura para anotar os deslocamentos da perspectiva” (SAUSSURE, 2006, p.97). Em outras palavras, para cada propósito uma abordagem específica.

Grande parte da preocupação presente na redação do CLG em criticar aspectos da gramática comparada, para além da sua busca pela independência do objeto e das convicções dos editores em sua própria metodologia de trabalho, talvez tenha se dado também devido a uma busca por superação de um modo de fazer linguística

fundamentalmente histórico-comparatista no qual Saussure foi orientado; lembremos, por exemplo o *Mémoire sur les voyelles* nos primórdios saussurianos em linguística.

Afirma-se no CLG: “A gramática comparada do indo-europeu utiliza os dados que tem em mãos para reconstituir hipoteticamente um tipo de língua antecedente; a comparação é, para ela, apenas um meio de reconstruir o passado.” (SAUSSURE, 2006, p.97). E segue a crítica ao método, ao dizer acerca deste que “é o mesmo no estudo particular dos subgrupos (língua românicas, línguas germânicas etc.); os estados não intervêm senão por fragmentos, e *de modo muito imperfeito*”. (SAUSSURE, 2006, p.97, grifo nosso). E ao final desfere: “Tal é a tendência inaugurada por Bopp; também sua concepção da língua é *híbrida e vacilante*.”. (SAUSSURE, 2006, p.97, grifo nosso). Sendo a formação de Ferdinand de Saussure contemporânea ao período em que a escola comparatista, via indo-europeu, dominava os estudos da linguagem, parece-nos natural a recorrência das críticas a essa escola em sua obra, já que era o que se dispunha para avançar.

Frente à indagação sobre “como procederam os que estudaram a língua antes da fundação dos estudos linguísticos, vale dizer os ‘gramáticos’ [Port-Royal] inspirados pelos métodos tradicionais” (SAUSSURE, 2006, p.97), a resposta enaltece o método *absolutamente irrepreensível* desses gramáticos, ao afirmar ainda que este seja justo, embora sua aplicação não seja perfeita.

São palavras dirigidas ao ponto de vista completamente sincrônico-descritivo daqueles gramáticos anteriores à gramática comparada do indo-europeu, isto é, os gramáticos de Port-Royal que buscam “descrever o estado da língua francesa no tempo de Luiz XIV e determinar-lhe os valores” (SAUSSURE, 2006, p.97). E nisto consiste, nesta observação, a visão irrepreensível desta gramática: “Não tem ela, por isso, necessidade da língua medieval: segue fielmente o eixo horizontal sem jamais se afastar dele [...]” (SAUSSURE, 2006, p.97). Com isso, a ênfase no sincrônico que perpassa todo o CLG, reitera que o rumo correto a ser seguido é o da linguística estática.

E na sincronia, como vimos, consiste para este estruturalismo a vantagem da gramática desempenhada por Port-Royal diante da gramática Comparatista, no mais, segue sendo manual de gramática. A nível ilustrativo, tradicionalmente a gramática “ignora partes inteiras da língua como, por exemplo, a formação das palavras; é normativa e crê dever promulgar regras em vez de comprovar os fatos” (SAUSSURE, 2006, p.98). Assim afirma:

Após ter concebido um lugar bastante grande à História, a Linguística voltará ao ponto de vista estático da gramática tradicional, mas com um espírito novo e com outros processos, e o método histórico terá contribuído para esse rejuvenescimento; por via indireta, será o método histórico que fará compreender melhor os estados de língua. (SAUSSURE, 2006, p.98, grifo nosso).

A verificação através de exemplificações, aqui irá cumprir a função discursiva de evidenciar este conceito de trabalho que se representa na noção de dualidade. Tal dualidade, expressa na forma de sincronia e diacronia, será demonstrada em trecho que explica que “fala-se da fachada *décrépite* de uma casa. É um fato estático, pois trata-se duma relação entre dois termos coexistentes na língua [*décrépir* ‘retirar o reboco’ e o latim *decrēpitus* ‘gasto pela idade’]” (SAUSSURE, 2006, p.98-99).

E de suas observações e verificações, Saussure deduz que, ao contrário de uma “ideia falsa que nos aprazia fazer, a língua não é um mecanismo criado e ordenado com vistas a conceitos a exprimir” (SAUSSURE, 2006, p.100), aponta que a maioria “dos filósofos da língua ignoram-na igualmente e, no entanto, nada mais importante do ponto de vista filosófico” (SAUSSURE, 2006, p.101).

Constata-se então que “um signo material não é necessário para reprimir [conter] uma ideia, a língua pode contentar-se com a oposição de alguma coisa com nada” (SAUSSURE, 2006, p.102), a “língua é um mecanismo que continua a funcionar, não obstante as deteriorações que lhe são causadas” (SAUSSURE, 2006, p.102). E isso porque a “língua é um sistema do qual todas as partes podem e devem ser consideradas em sua solidariedade sincrônica” (SAUSSURE, 2006, p.102), assim, sua atualidade é sempre perfeita sendo irrelevante para o uso e a compreensão da mesma a abordagem das transformações pelas quais tenha passado.

Aqui o CLG, através de analogias com elementos extradiscursivos, como a comparação com o jogo de xadrez, ou a seções longitudinais e transversais realizadas num caule de planta (esta com ilustração técnica a guisa de livro de biologia), afirma que em linguística “existe a mesma relação entre a realidade histórica e um estado de língua que é como a sua projeção num momento dado” (SAUSSURE, 2006, p.103). Por *realidade histórica* entenda-se as análises sincrônicas de *estados de língua* anteriores, e não a análise diacrônica, que se debruça sobre as transformações de uma sincronia a outra. Essa noção de estado de língua encontra-se representada na símile com o jogo de xadrez, pois, conforme o CLG, “de todas as comparações que se poderiam imaginar a mais demonstrativa é a que se estabeleceria entre o jogo da língua e uma partida de xadrez” (SAUSSURE, 2006, p.104).

Todavia, a ideia que passa muitas vezes despercebida é que *jogo da língua*, pode evocar uma associação inverídica ao supor uma disputa que a rigor se dá entre dois participantes; Aqui porém, o que está em questão é a disputa entre dois elementos internos

ao sistema e não entre dois usuários desse sistema da *langue*. Logo, por *jogo da língua* entende-se os movimentos de mutabilidade dos signos, a partir das mutações fonéticas e/ou os deslocamentos originados nos significados, que todavia, a despeito de sua origem, só integram a língua falada se forem capazes de deslocar a relação daqueles significados com seus respectivos significantes e assim, modificarem o signo e alterar a relação do sistema como um todo.

Segundo o CLG, tanto em um estado de língua quanto no resultado de um lance do xadrez nos deparamos com um *sistema de valores* e suas modificações. Acrescenta que uma “partida de xadrez é como uma realização artificial daquilo que a língua nos apresenta sob forma natural [...], uma posição de jogo corresponde de perto a um estado de língua” (SAUSSURE, 2006, p.104). Desse modo, o “valor respectivo das peças depende da sua posição no tabuleiro, do mesmo modo que na língua cada termo tem seu valor pela oposição aos outros termos” (SAUSSURE, 2006, p.104), do que implica que o sistema nunca seja mais que *momentâneo*.

Contudo, identificamos o que para nós constitui um equívoco nessa comparação e que se refere ao entendimento da semiologia como a regra do jogo: “É bem verdade que os valores dependem também, e *sobretudo*, de uma convenção imutável: a regra do jogo, que existe antes do início da partida e persiste após cada lance.” (SAUSSURE, 2006, p.104, grifo nosso). Se cada lance é tomado como um litígio entre termos que são solidários, como poderia o lance alterando todo o sistema, não alterar as regras do jogo, ainda que a longo prazo?

Ademais, para nós não há nada mais sincrônico que o sentido sempre atualizável pelo significante, donde não procede a nosso ver a analogia entre a regra do jogo e a semiologia pretendida em: “Essa regra admitida de uma vez por todas existe também em matéria de língua são os princípios constantes da Semiologia.” (SAUSSURE, 2006, p.104). E, todavia, na indissociabilidade do signo nossa contestação já vem como que implícita, pois, mesmo uma breve análise morfológica dos termos significado e significante a ampara, naquilo que já fora anteriormente constatado em linguística acerca de o signo ser sempre e a cada vez, um produto do passado (o conceito) e uma atualização (a imagem-som). Ainda caberia ressaltar que diferentemente do lance no xadrez, um jogador individual, ou seja, um único falante seria absolutamente incapaz de alterar o sistema, o que só ocorre da soma da manutenção do próprio sistema da *langue* com o fator tempo, através do uso por parte da massa falante, o qual se dá nas ocorrências da *parole* cujos significados são sempre atualizados pelos significantes.

Admitirmos ainda que os valores dos lances dependem *sobretudo* desta que é a Semiologia, embora, de um determinado ponto de vista seja a mais pura verdade, faz da semiologia ao lado da semântica, duas das maiores propostas saussurianas que todavia não foram desenvolvidas no CLG. A Semiologia proposta por Saussure seria um campo de estudos mais abrangente que a linguística, por estudar também linguagens não verbais. A linguística uma sua área dedicada ao estudo dos signos linguísticos enquanto sistema de valores puros. A proposta semântica por sua vez é uma área de competência da linguística que através da concepção saussuriana de signo linguístico, encontra seu lugar resguardado na parcela que diz respeito ao significado.

Descrever a mudança de movimentos permite calcular os próximos lances e prever possíveis jogadas, todavia na *langue*, como sistema, toda previsão pode ser frustrada pelo simples fato de que o sistema evolui de uma maneira arbitrária e à revelia de fatores externos a si mesmo, e de maneira completamente independente das vontades individuais. No xadrez um peão que atinja a última fileira do tabuleiro pode ser promovido a outras peças, que no caso excetua o rei e outros peões, bem como peças de gamão, de damas ou qualquer outra peça que não seja uma dentre quatro alternativas, que são também unidades pertinentes ao sistema do xadrez, ou seja. rainha, bispo, cavalo ou torre. Vemos que a semelhança é deveras desproporcional para ilustrar, na medida em que na *langue* as possibilidades são praticamente infinitas.

Portanto, a similitude da comparação é mais precisa entre mudanças linguísticas, ou melhor, entre mutabilidade dos signos e as configurações do tabuleiro de xadrez, ou ainda, entre os valores relativos das peças e os estados de língua do que entre o sistema da *langue* e a partida de xadrez. Assim, o CLG afirma que:

- a) Cada lance do jogo de xadrez movimenta apenas uma peça; do mesmo modo, na língua, as mudanças não se aplicam senão a elementos isolados.
- b) Apesar disso, o lance repercute sobre todo o sistema; é impossível ao jogador prever com exatidão os limites desse efeito. As mudanças de valores que disso resultem serão, conforme a ocorrência, ou nulas ou muito graves ou de importância média. Tal lance pode transformar a partida em seu conjunto e ter consequências mesmo para as peças fora de cogitação no momento. Acabamos de ver que ocorre o mesmo com a língua.
- c) O deslocamento de uma peça é um fato absolutamente distinto do equilíbrio precedente e do equilíbrio subsequente. A troca realizada não pertence a nenhum dos dois estados: ora, os estados são a única coisa importante. (SAUSSURE, 2006, p.104).

Assim, afirma:

Numa partida de xadrez, qualquer posição dada tem como característica singular estar libertada de seus antecedentes; é totalmente indiferente que se tenha chegado a ela por um caminho ou outro; o que acompanhou toda a partida não

tem a menor vantagem sobre o curioso que vem espiar o estado do jogo no momento crítico; para descrever a posição, é perfeitamente inútil recordar o que ocorreu dez segundos antes. Tudo isso se aplica igualmente à língua e consagra a distinção radical do diacrônico e do sincrônico. A fala só opera sobre o estado de língua, e as mudanças que ocorrem entre os estados não têm nestes nenhum lugar. (SAUSSURE, 2006, p.105).

Consoante o CLG, existe somente um ponto em que falha tal comparação, e é o fato de que “o jogador de xadrez tem a *intenção* de executar o deslocamento e de exercer uma ação sobre o sistema, enquanto a língua não premedita nada; é espontânea e fortuitamente que suas peças se deslocam – ou melhor, se modificam” (SAUSSURE, 2006, p.105, grifo do autor). Assim, para que “a partida de xadrez se parecesse em tudo com a língua, seria mister imaginar um jogador inconsciente ou falta de inteligência” (SAUSSURE, 2006, p.105). De tudo retém-se a noção de que o que importa de fato são os estados, ou a leitura que se possa fazer de um momento dado de uma língua.

No CLG entende-se estar “claro que o aspecto sincrônico prevalece sobre o outro pois para a massa falante ele constitui a verdadeira e única realidade” (SAUSSURE, 2006, p.105-106), e que o mesmo é válido para o linguista, pois, “se este se coloca na perspectiva diacrônica não é mais a língua o que percebe mas uma série de acontecimentos que a modificam” (SAUSSURE, 2006, p.106).

Conforme o CLG, o estudo sincrônico “não tem por objeto tudo quanto seja simultâneo, mas somente o conjunto dos fatos correspondentes a cada língua” (SAUSSURE, 2006, p.106). A linguística diacrônica, ao contrário, “não somente não necessita de semelhante especialização como também a repele; os termos que ela considera não pertencem forçosamente a uma mesma língua” (SAUSSURE, 2006, p.106). Para melhor ilustrar tal ideia, exemplifica-se que “historicamente, a negação francesa *pas* é igual ao substantivo *pas*, ‘passo’, enquanto que considerados na língua de hoje, esses dois elementos são perfeitamente distintos” (SAUSSURE, 2006, p.107).

O *Curso* afirma que falamos em leis em linguística, e questiona: “os fatos da língua são realmente regidos por leis e de que natureza podem ser elas?” (SAUSSURE, 2006, p.107). Então considera: “Sendo a língua uma instituição social, pode-se pensar a priori que ela esteja regulada por prescrições análogas às que regem as coletividades.” (SAUSSURE, 2006, p.107). Constatando que ser *imperativa* e ser *geral* são características das leis sociais, questiona se as “leis da língua respondem a tal definição” (SAUSSURE, 2006, p.107), para, na sequência, afirmar que a lei sincrônica é geral, “mas não é

imperativa. [...] Queremos dizer que, na *língua*, força alguma garante a manutenção da regularidade [...]” (SAUSSURE, 2006, p.108-109).

O CLG acrescenta que, com relação à semântica, se na língua francesa o signo *poutre* (égua) tomou o significado “de ‘peça de madeira, viga’ isso se deveu a causas particulares e não depende de outras mudanças que se puderam produzir ao mesmo tempo; não foi mais que um acidente entre todos os que a história de uma língua registra” (SAUSSURE, 2006, p.109). À primeira vista a mesma clareza não se identifica com relação às transformações sintático-morfológicas, então pondera que: “Para quem não veja senão o exterior da língua, o fenômeno único se perde na multidão de suas manifestações [...]” (SAUSSURE, 2006, p.109).

Mais adiante o CLG aponta que o “sistema de nossos fonemas é o instrumento que manejamos para articular as palavras de uma língua” (SAUSSURE, 2006, p.111). Para logo sumarizar as interpretações desta passagem, na assertiva de que “os fatos sincrônicos, quaisquer que sejam, apresentam uma certa regularidade mas não têm nenhum caráter imperativo; os fatos diacrônicos, ao contrário, se impõem à língua, mas nada mais têm de geral” (SAUSSURE, 2006, p.111).

Saussure pergunta-se: existe um *ponto de vista pancrônico*? Reformulada a questão, indaga: “haverá talvez, na língua, leis no sentido em que as entendem as ciências físicas e naturais, isto é, relações que se verificam em toda parte e sempre? Numa palavra, não se poderá estudar a língua do ponto de vista pancrônico?” (SAUSSURE, 2006, p.111). E sua resposta é afirmativa, “visto que sempre se produziram e se produzirão sempre transformações fonéticas, pode-se considerar esse fenômeno em geral como um dos aspectos constantes da linguagem; é pois, uma de suas leis” (SAUSSURE, 2006, p.112). Este ponto de vista, contudo não tem valor linguístico pois somente compreende os sons, não abarcando os signos por não mobilizar articuladamente os significados.

Porém, recorda-nos o texto que “cada alteração fonética, seja qual for ademais a sua extensão, está limitada a um tempo e a um território determinados; nenhuma se efetua em todos os tempos e todos os lugares: as transformações não existem senão diacronicamente” (SAUSSURE, 2006, p.112). E este fato “é justamente um critério pelo qual se pode reconhecer o que é da língua e o que não é” (SAUSSURE, 2006, p.112). E finaliza com a assertiva de que o “ponto de vista pancrônico não alcança jamais os fatos particulares da língua” (SAUSSURE, 2006, p.112). Em seguida considera que “não se deve pensar seja somente o fato histórico que importa e que baste para constituir uma língua” (SAUSSURE, 2006, p.113).

Acerca das duas linguísticas, a estática e a evolutiva, o CLG afirma que, “a Linguística se acha aqui ante sua segunda bifurcação. Foi necessário, primeiro, escolher entre a língua e a fala; agora, estamos na encruzilhada dos caminhos que conduzem, um à diacronia, outro à sincronia” (SAUSSURE, 2006, p.114). E prossegue postulando que “uma vez de posse desse duplo princípio de classificação, pode-se acrescentar que *tudo quanto seja diacrônico na língua, não o é senão pela fala*” (SAUSSURE, 2006, p.115, grifo do autor). E disto, deduz-se que a própria opção pela linguística da *langue* já implica uma abordagem predominantemente sincrônica. Observando uma transformação promovida pela fala no verbo ‘ser’ do alemão afirma que algumas pessoas, “influenciadas por *waren*, criaram *war* por analogia; era um fato da fala; esta forma, frequentemente repetida e aceita pela comunidade, tornou-se um fato de língua” (SAUSSURE, 2006, p.115, grifo do autor).

Contudo, lembra-nos que, segundo sua perspectiva, nem todas as inovações promovidas pela fala encontram o mesmo êxito de *war* que entrou para o alemão como uma conjugação pertinente ao paradigma do verbo *ser* e “enquanto permaneçam individuais, não há por que levá-las em conta, pois o que estudamos é a língua” (SAUSSURE, 2006, p.115) que é social, logo coletiva. Lembra ainda que sempre existem dois momentos na história de toda inovação, um primeiro momento é o de seu surgimento entre os indivíduos, e um segundo que é “aquele em que se tornou um fato de língua, exteriormente idêntico, mas adotado pela comunidade” (SAUSSURE, 2006, p.115). Ou seja, uma língua é composta pelas formas aceitas e repetidas pela fala. Assim, evidencia-se como esta formação discursiva estuda a linguagem: dividida entre fala e língua, e esta entre diacronia e sincronia.

Isso posto, ficam ainda mais evidentes as afirmações de que “no estudo sincrônico do antigo francês, o linguista trabalha com fatos e princípios que nada têm de comum com aqueles que o fariam descobrir a história dessa mesma língua do século XIII ao século XX” (SAUSSURE, 2006, p.116), mas que “em compensação, eles são comparáveis àqueles que revelaria a descrição de uma língua banto atual, do grego ático do ano 400 a. C. ou, enfim, do francês de hoje” (SAUSSURE, 2006, p.116). Assim, explica:

É que essas diversas exposições se baseiam em relações semelhantes; se cada idioma forma um sistema fechado, todos supõem certos princípios constantes, que encontramos ao passar de um para outro, porque permanecemos na mesma ordem. Coisa idêntica sucede com o estudo histórico: percorra-se um determinado período do francês (por exemplo, do século XII ao século XX), ou um período do javanês, ou de qualquer outra língua; em toda parte se opera com fatos similares, que bastaria aproximar para estabelecer as verdades gerais de ordem diacrônica. (...) é, porém, muito difícil dominar cientificamente línguas tão diferentes. Por outro lado, cada língua constitui praticamente uma unidade de estudo e nos obriga, pela força das coisas, a considerá-la ora estática ora

historicamente. Apesar de tudo, não se deve esquecer que, em teoria, tal unidade é superficial, ao passo que a disparidade dos idiomas oculta uma unidade profunda. Ainda que no estudo de uma língua a observação se aplique ora a um aspecto ora a outro, é absolutamente necessário situar cada fato em sua esfera e não confundir os métodos. (SAUSSURE, 2006, p.116).

Descrições, esquemas, analogias, demarcações, deduções, conceitualizações (interpretação e recorte de signos), etc., compuseram a gama de elementos formais enunciativos que se prestaram a construir e validar os saberes que marcam ‘o CLG’ enquanto formação discursiva no campo da ciência ao longo de todo este grande fragmento dedicado aos princípios gerais.

Com relação à linguística estática (sincrônica), as demarcações dentro da formação discursiva linguística saussuriana, das particularidades pertencentes ao caráter sincrônico da *langue*, validam as escolhas estratégicas da predominância da linguística estática frente à evolutiva. As formalidades do gênero discursivo possibilitam, e mesmo prescrevem, que as escolhas temáticas encontrem um respaldo nos demais elementos que constituem as formulações que se efetivam.

A linguística sincrônica e os enunciados que a formulam e que constituem as características de nosso objeto, a *langue*, através de toda aquela série de recursos discursivos – de raciocínios analógicos, de descrições, de deduções, e ainda de esquemas, ilustrações, etc., comporta um feixe de enunciados de suma importância para os ramos desta formação discursiva; é a partir daqui, por exemplo, que se poderá formular o conceito de *valor*. Ambos feixes de enunciados, tanto aqueles que se enunciam em nome da sincronia quanto aqueles que orbitam o conceito de valor, pela importância de cada um à hierarquia interna da formação discursiva de que fazem parte, dizem respeito aquilo que a arqueologia do saber entende como enunciados reitores.

Segundo o *Curso*, o objetivo geral da linguística sincrônica é “estabelecer os princípios fundamentais de todo sistema idiossincrônico, os fatores constitutivos de todo estado de língua” (SAUSSURE, 2006, p.117). Nessa visada perfeitamente morfossintático-descritiva afirma-se pertencer à sincronia “tudo o que se chama ‘gramática geral’, pois é somente pelos estados de língua que se estabelecem as diferentes relações que incumbem à gramática” (SAUSSURE, 2006, p.117).

O CLG define aquilo que considera como princípios essenciais da linguística sincrônica “sem os quais não se poderiam abordar os problemas mais especiais da estática, nem explicar os pormenores de um estado de língua” (SAUSSURE, 2006, p.117), que “não é um ponto, mas um espaço de tempo, mais ou menos longo, durante o qual a soma de

modificações ocorridas é mínima” (SAUSSURE, 2006, p.117-118). Não se pode estabelecer um tempo *a priori*, pois uma determinada “língua mudará pouco durante um longo intervalo, para sofrer, em seguida, transformações consideráveis em alguns anos” (SAUSSURE, 2006, p.118), e, tal constatação também implica o fato de que, de “duas línguas coexistentes num mesmo período, uma pode evoluir muito e outra quase nada” (SAUSSURE, 2006, p.118).

Condizente à realidade das línguas em uso, o CLG deduz que um “estado absoluto se define pela ausência de transformações e como, apesar de tudo, a língua se transforma, por pouco que seja, estudar um estado de língua vem a ser, praticamente, desdenhar as transformações pouco importantes” (SAUSSURE, 2006, p.118).

Como as revoluções marcam o começo de novas épocas, no CLG o emprego da “palavra estado [ao invés de época] evita fazer crer que ocorra algo semelhante na língua [algo de revolucionário]” (SAUSSURE, 2006, p.118), conforme se daria nas épocas históricas. Destaca ainda acerca das motivações da recusa ao termo época, que esta rejeição se deu, devido ainda e sobretudo por esse termo “ser tomado à História, [o que] faz pensar menos na língua em si que nas circunstâncias que a rodeiam e condicionam; numa palavra, evoca antes a ideia do que temos chamado de Linguística externa” (SAUSSURE, 2006, p.118).

Conforme o texto do CLG, delinear um estado de língua é, portanto, em Saussure uma tarefa propositiva “a limitação no tempo não é a única dificuldade que encontramos na definição de um estado de língua; o mesmo problema se coloca a propósito do espaço. Em suma a noção de estado de língua não pode ser senão aproximativa.” (SAUSSURE, 2006, p.118). Ou seja, o que temos é a média das línguas, nada de muito nem de pouco relevante vigora no sistema, nenhuma mudança brusca nem insignificante e principalmente, nada de fora tem vez. E essa *simplificação convencional dos dados* presente também na noção *aproximativa* de um estado de língua é absolutamente necessária para possibilitar uma tradução entre duas línguas distintas, por exemplo, na qual os conceitos representados em uma não encontram correspondência em outra, bem como é necessária para se explicar uma dada língua por meio de uma outra.

O CLG busca definir as unidades pertinentes ao estudo da *langue*, o que, em termos arqueológicos, sugere a ocorrência de demarcações, de recortes e interpretações de signos que sustentam as particularidades que individualizam o objeto a ser definido em relação a outros elementos do arquivo. Estes elementos do arquivo não são ocorrências que se dão isoladamente, quer dizer, independentes umas das outras, e tampouco sua forma de

presença é sempre manifestada; assim como ocorre às unidades da *langue* para o sistema, seus valores são relacionais. Essa ordem de elementos que constiuem as formações discursivas articulam-se através de um feixe de relações que nunca são exclusivamente estratégicas, ou conceituais, ou formais, ou objetivas, senão todas elas somadas em diferentes graus de importância e complexidade.

Para o CLG, os signos “de que a língua se compõe não são abstrações, mas objetos reais; é deles e de suas relações que a Linguística se ocupa; podem ser chamados *entidades concretas* desta ciência” (SAUSSURE, 2006, p.119, grifo do autor). No âmbito das escolhas temáticas, ou estratégicas, Saussure compreende os signos como entidades reais concretas³, uma vez que é sua materialidade acústica que informa suas características distintivas às quais posteriormente atribui-se uma grafia; ademais, a possibilidade de descrição formal, perceptível mesmo através da materialidade fônica dos signos das línguas faladas, confere certo aspecto concreto às unidades compreendidas, mesmo sendo absolutamente psíquica-social a natureza do signo. Portanto, a despeito de conceitos serem abstrações, quando acrescidos de significantes, tornam-se signos e têm uma realidade concreta verificável através da formalização de suas unidades sistemáticas investidas de valor. Por sua realidade social e sua objetividade o signo apesar de sua natureza também psíquica tem uma existência real e concreta, e em codependência com os demais signos do sistema que integra. Devido a isso, podemos atribuir-lhe uma qualidade positiva, a despeito de seu valor puro.

Conceitos são a contraparte complementar das imagens acústicas na integridade indivisível do signo, ou seja, são os significados e “na língua, um conceito é uma qualidade da substância fônica, assim como uma sonoridade determinada é uma qualidade do conceito” (SAUSSURE, 2006, p.119). Assim, temos que o signo linguístico é indivisível e conceitos considerados em si mesmos são, segundo o CLG, pertinentes à psicologia.

Os signos, ou as entidades da *langue*, em suas realidades linguísticas, são decomponíveis, ou melhor, se articulam em unidades. Assim, no CLG: “A entidade linguística não está completamente determinada enquanto não esteja *delimitada*, separada de tudo o que a rodeia na cadeia fônica. São essas entidades delimitadas ou *unidades* que se opõem no mecanismo da língua.” (SAUSSURE, 2006, p.120, grifo do autor). Por isso, ao ouvirmos “uma língua desconhecida, somos incapazes de dizer como a sequência de

³ No Prefácio da edição italiana, De Mauro considera que Saussure evitava pensar em termos de abstrações devido à forte influência da filosofia kantiana que imprimia ao termo uma valoração disfórica à época nas ciências em geral.

sons deve ser analisada” (SAUSSURE, 2006, p.120), porém, “quando sabemos que significado e que papel cumpre atribuir a cada parte da sequência, vemos então tais partes se desprenderem umas das outras, e a fita amorfa partir-se em fragmentos; ora, essa análise nada tem de material” (SAUSSURE, 2006, p.120). Ou, melhor ainda, talvez diria Saussure: é uma atividade do espírito.

E para completar a ideia, o texto afirma que resumidamente, “a língua não se apresenta como um conjunto de signos delimitados de antemão dos quais bastasse estudar as significações e a disposição” (SAUSSURE, 2006, p.120), mas sim “uma massa indistinta na qual só a atenção e o hábito nos podem fazer encontrar os elementos particulares” (SAUSSURE, 2006, p.120). Em suas demarcações, o CLG está a se referir à atitude do linguista diante de línguas desconhecidas e ao fato de que não bastaria isolar suas unidades, é preciso articulá-las e que essa capacidade se adquire com o hábito, assim como ocorre com os falantes, que na aquisição da língua materna, não estudam as unidades isoladas para adquirir uma língua. Fato é que a capacidade de segmentar e articular uma língua, que nos possibilita, entre outras coisas, aprender palavras novas, não é uma tarefa das mais simples, embora ocorra naturalmente com os usos.

Isto posto, o CLG afirma que aquele que “conheça uma língua delimita-lhe as unidades por um método bastante simples, pelo menos em teoria” (SAUSSURE, 2006, p.121). Consiste tal método de delimitação “em colocar-se a pessoa no plano da fala, tomada como documento da língua, e em representá-la por duas cadeias paralelas: a dos conceitos (*a*) e a das imagens acústicas (*b*)” (SAUSSURE, 2006, p.121).

Tal método, contudo, apresenta algumas *dificuldades práticas de delimitação*. Assim, o CLG acrescenta que as “unidades opõem à delimitação, porém, as mesmas dificuldades que as palavras propriamente ditas, e é difícilimo desenredar, numa cadeia fônica, o jogo das unidades nela contidas e dizer sobre quais elementos concretos uma língua opera” (SAUSSURE, 2006, p.123). Ainda a esse respeito se pergunta: “até que ponto pertence a frase à língua?” (SAUSSURE, 2006, p.123).

Portanto, o *Curso* afirma em relação à língua que “assim como o jogo de xadrez está todo inteiro na combinação das diferentes peças, assim também a língua tem o caráter de um sistema baseado completamente na oposição de suas unidades concretas” (SAUSSURE, 2006, p.124). Por fim, afirma que:

A língua apresenta, pois, este caráter estranho e surpreendente de não oferecer entidades perceptíveis à primeira vista, sem que se possa duvidar, entretanto, de que existam e que é seu o jogo que a constitui. Trata-se, sem dúvida, de um traço que a distingue de todas as outras instituições semiológicas. (SAUSSURE, 2006, p.124).

Saussure buscará responder de que se trata um *valor sincrônico*, o que é uma *identidade sincrônica*, e ainda, o que é uma *realidade sincrônica*: “Que elementos concretos ou abstratos da língua podem ser assim chamados?” (SAUSSURE, 2006, p.127).

Se duas porções de sonoridade estão investidas da mesma significação, então há identidade, mas a relação não é recíproca, no sentido em que mais de uma porção de sonoridade podem estar investidas de mesma significação e ainda no sentido que também não há correspondência direta, pois uma mesma porção de sonoridade pode corresponder a múltiplas significações. Aproximadamente a isso, se buscou responder à questão da identidade. Com relação à questão da realidade, pergunta-se, o que de fato o termo *realidade sincrônica* evoca? E a resposta não é menos questionadora:

Seja, por exemplo, a distinção entre as partes do discurso: em que repousa a classificação das palavras em substantivos, adjetivos etc.? Faz-se em nome de um princípio puramente lógico, extralinguístico, aplicado de fora à gramática, como os graus de longitude e de latitude ao globo terrestre? Ou corresponde a algo que tenha seu lugar no sistema da língua e que seja condicionado por ela? (SAUSSURE, 2006, p.127).

O *Curso* afirma que “a distinção das partes do discurso é que deve servir para classificar as palavras da língua” (SAUSSURE, 2006, p.127). E em seguida considera que “a Linguística trabalha incessantemente com conceitos formados pelos gramáticos, e sem saber se eles correspondem realmente a fatores constitutivos do sistema da língua” (SAUSSURE, 2006, p.127).

Desse modo o CLG afirma que, para se

escapar às ilusões, devemos nos convencer, primeiramente, de que as entidades concretas da língua não se apresentam por si mesmas à nossa observação. Mas se procurarmos apreendê-las, tomaremos contato com o real; partindo daí, poder-se-ão elaborar todas as classificações de que tem necessidade a Linguística para ordenar os fatos de sua competência. (SAUSSURE, 2006, p.127).

O que a *langue* tem de concreto, segundo o CLG, são os seus signos, constatação bastante evidente na afirmação saussuriana de que “basear tais classificações sobre outra coisa que não sejam entidades concretas [...] significa esquecer que não existem fatos linguísticos independentes de uma matéria fônica dividida em elementos significativos” (SAUSSURE, 2006, p.128). Não se pode simplesmente “dizer, por exemplo, que as partes do discurso são fatores da língua simplesmente porque correspondem a categorias lógicas” (SAUSSURE, 2006, p.128), pois, não reside na lógica a unidade da *langue*, e sim na solidariedade do todo analisável em suas partes.

Uma unidade qualquer poderia ser igualmente representada por qualquer operação convencional entre um segmento de sonoridade e um conceito correspondente, ou por qualquer outra manifestação envolvendo um significante e um significado que resulte em um valor, e é por essa razão que, para o mestre, “nos sistemas semiológicos como, a língua, nos quais os elementos se mantêm reciprocamente em equilíbrio de acordo com regras determinadas, a noção de identidade se confunde com a de valor, e reciprocamente” (SAUSSURE, 2006, p.128).

Nesse contexto, a noção de valor recobre as de unidade, de entidade concreta e de realidade. Embora uma única palavra possa ser articulada em mais de uma unidade, é-nos perfeitamente possível aceitar a palavra como tratando-se de uma unidade, de uma entidade concreta e portanto interessa “buscar em que se funda a divisão em palavras – pois a palavra, malgrado a dificuldade que se tem para defini-la, é uma unidade que se impõe ao espírito, algo central no mecanismo da língua” (SAUSSURE, 2006, p.128). Acerca das questões envolvendo os critérios para definição de unidades, Saussure no CLG não identifica “que os linguistas se tenham jamais colocado diante desse problema central, nem que lhe tenham compreendido a importância e a dificuldade; em matéria de língua contentaram-se sempre em operar com unidades mal definidas” (SAUSSURE, 2006, p.129).

Sobre o valor linguístico, o *Curso* explica “por que a língua não pode ser senão um sistema de valores puros” (SAUSSURE, 2006, p.130), pois simplesmente devido ao fato de que ela apenas se vale de dois elementos combinados para entrar em funcionamento: as *ideias* e os *sons*. E isso basta. Onde houver um som e um conceito reunidos, ali estará parte da *langue*. Nada entra, nada sai que não passe por esse princípio inerente ao sistema.

Podemos conceber que é pelas línguas faladas que articulamos os conceitos que de certa forma criam a realidade que conhecemos, uma vez que inexitem “ideias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua” (SAUSSURE, 2006, p.130). Essa perspectiva permite-nos “representar o fato linguístico em seu conjunto, isto é, a língua, como uma série de subdivisões contíguas marcadas simultaneamente sobre o plano indefinido das ideias confusas (A) e sobre o plano indeterminado dos sons (B)” (SAUSSURE, 2006, p.130).

Assim:

O papel característico da língua frente ao pensamento não é criar um meio fônico material para a expressão das ideias, mas servir de intermediário entre o pensamento e o som, em condições tais que uma união conduza necessariamente a delimitações recíprocas de unidades. (SAUSSURE, 2006, p.131).

Isso posto, o CLG, contudo não está afirmando que não haja expressão das ideias através de um meio fônico material, apenas que esta não é o aspecto da *langue* que mais a caracteriza, e sim o caráter da indissociabilidade do significante e do significado para a noção de *langue*. Ou seja, a função da *langue* que mais a caracteriza é a de intermediar uma união que estabilize suas duas metades caóticas – conceitos e sons – que apartadas nada significam.

Tudo se dá no signo e pelo signo. E o que resulta dessas uniões são os seus valores, puros sim, pois não é a soma dos valores que gera o sistema e sim a solidariedade do sistema que determina os valores que se *organizam* através daquela operação envolvendo dois elementos indissociáveis. Para o CLG, portanto, não haveria “nem materialização de pensamento, nem espiritualização de sons; trata-se, antes, do fato, de certo modo misterioso, de o ‘pensamento-som’ implicar divisões e de a língua elaborar suas unidades constituindo-se entre duas massas amorfas” (SAUSSURE, 2006, p.131).

De acordo com o CLG, poder-se-ia “chamar à língua o *domínio das articulações*” (SAUSSURE, 2006, p.131, grifo noso). A “língua é também comparável a uma folha de papel: o pensamento é o anverso e o som o verso” (SAUSSURE, 2006, p.131), o que equivale a dizer que “não se pode cortar um sem cortar, ao mesmo tempo o outro; assim tampouco, na língua, se poderia isolar o som do pensamento, ou o pensamento do som” (SAUSSURE, 2006, p.131). As analogias são um elemento discursivo bastante recorrente ao longo de todo o *Curso*, muitas vezes acompanhadas de recursos gráficos e ilustrativos.

Para validar a tese de que cumpre partir da solidariedade do sistema para se chegar aos valores, a obra empreende uma análise a partir de três pontos de vista distintos, sendo eles o do significado, o do significante e o do signo. Buscando um ponto de partida, afirma: “Não podendo captar diretamente as entidades concretas ou unidades da língua, trabalharemos sobre as palavras.” (SAUSSURE, 2006, p.132), faz-se, porém, imperativo “esclarecer esta questão, sob pena de reduzir a língua a uma simples nomenclatura” (SAUSSURE, 2006, p.133).

Considerado o signo, sabemos que seu valor é puro. Mas isso, conforme lê-se no CLG, parece encerrar um paradoxo entre valor e significação, pois “de um lado, o conceito nos aparece como a contraparte da imagem auditiva no interior do signo, e, de outro, este mesmo signo, isto é, a relação que une seus dois elementos, é também, e de igual modo, a contraparte dos outros signos da língua” (SAUSSURE, 2006, p.133). Isso se dá por “ser a língua um sistema em que todos os termos são solidários e o valor de um resulta tão-

somente da presença simultânea de outros” (SAUSSURE, 2006, p.133), e, quanto a isso, parece-nos claro que não se admite, portanto, uma relação direta entre significado e valor. Deste modo, um signo isolado do resto da *langue* preserva seu significado, todavia a compreensão do seu valor, esta é sistêmica, pois a *langue* é encarada como um organismo estruturado na intersecção de duas partes caóticas, que independentemente uma da outra, não nos conduzem a lugar algum.

Como o valor, consoante sua definição, pode ser confundido com o significado? O CLG indica que, para obtermos tal resposta, “verifiquemos inicialmente que, *mesmo fora da língua, todos os valores* parecem estar regidos por esse princípio paradoxal” (SAUSSURE, 2006, p.134, grifo nosso), de serem constituídos por suas semelhanças e diferenças com os demais valores em questão. Por isso, no “interior de uma mesma língua, todas as palavras que exprimem ideias vizinhas se limitam reciprocamente” (SAUSSURE, 2006, p.134).

Segundo o *Curso*, devido à não correspondência direta entre o significado e o valor, que só se determina por meio daquilo “que o rodeia, nem sequer da palavra que significa ‘sol’ se pode fixar imediatamente o valor sem levar em conta o que lhe existe em redor; línguas há em que é impossível dizer ‘sentar-se ao sol’” (SAUSSURE, 2006, p.135). E aponta que aquilo “que se disse das palavras aplica-se a qualquer termo da língua, por exemplo às entidades gramaticais” (SAUSSURE, 2006, p.135), ou seja, que tudo na *langue* enquanto conceito da *Linguística estática* é relacional, sistêmico, estrutural e sincrônico, mas isso se dispensaria afirmar, pois o termo *estática* já definira, indicando tratar-se de um dado estado, de algo, de alguma forma paralisado (mas nunca parado), estabilizado (jamais estabelecido).

Assim sendo, para o *Curso*, se as palavras fossem “encarregadas de representar os conceitos dados de antemão, cada uma delas teria de uma língua para outra, correspondentes exatos para o sentido” (SAUSSURE, 2006, p.135). Todavia, o que faz sentido no sistema de uma língua em particular, não faz necessariamente em outro e por isso é que, mesmo a “distinção dos tempos, que nos é tão familiar, é estranha a certas línguas” (SAUSSURE, 2006, p.135). O valor de um tempo verbal, como exemplo, um presente, “não é o mesmo em [proto]germânico e nas línguas que têm um futuro a par do presente” (SAUSSURE, 2006, p.136). Assim, as “línguas eslavas distinguem regularmente dois aspectos do verbo” (SAUSSURE, 2006, p.136), mas nem todas línguas fazem, por exemplo, a distinção do perfectivo e do imperfectivo. Essas categorias verbais “apresentam

dificuldade para um francês ou para um brasileiro, pois suas línguas as ignoram” (SAUSSURE, 2006, p.136).

O CLG, partindo do pressuposto de que, se “a parte conceitual do valor é constituída unicamente por relações e diferenças com os outros termos da língua” (SAUSSURE, 2006, p.136), então o mesmo se aplica à parte significante do signo, o som material, logo, “jamais um fragmento de língua poderá basear-se, em última análise, noutra coisa que não seja sua não coincidência com o resto. [Portanto:] *Arbitrário e diferencial* são duas qualidades correlativas.” (SAUSSURE, 2006, p.137, grifo do autor), mesmo porque, sem a contraparte conceitual, que o organiza em relação ao significado, “é impossível que o som, elemento material, pertença por si à língua” (SAUSSURE, 2006, p.137). Donde conclui-se que os “signos atuam, pois, não por seu valor intrínseco, mas *por sua posição relativa*” (SAUSSURE, 2006, p.137, grifo nosso), ou seja, valem devido a uma posição relativa no sistema, assim como as peças no jogo de xadrez.

Aqui começamos a ver o ponto de vista do signo linguístico considerado em sua totalidade, o valor. O CLG acrescenta que esse princípio do valor “é tão essencial que se aplica a todos os elementos materiais da língua, inclusive os fonemas” (SAUSSURE, 2006, p.138). O que importa para a *langue* neste contexto é unicamente o caráter opositivo, distintivo e negativo dos sons, e “a língua não fica por isso prejudicada; ela não pede mais que a *diferença*”. (SAUSSURE, 2006, p.138, grifo nosso).

Assim, o CLG reafirma que, “*na língua só existem diferenças*”. Tal afirmação se vê ainda mais desenvolvida em “na língua há apenas diferenças *sem termos positivos*” (SAUSSURE, 2006, p.139, grifo do autor). E finalmente apresenta a questão do *valor* plenamente desenvolvida, embora não efetivamente manifestada na formulação de que “a língua não comporta nem idéias nem sons preexistentes ao sistema linguístico, mas somente diferenças conceituais e diferenças fônicas resultantes deste sistema” (SAUSSURE, 2006, p.139). Todavia, adverte que “dizer que na língua tudo é negativo só é verdade em relação ao significante e ao significado tomados separadamente: desde que consideremos o signo em sua totalidade, achamo-nos perante uma coisa positiva em sua origem” (SAUSSURE, 2006, p.139). Esse termo positivo é correspondente ao valor, e pode ser sustentado em conformidade com a pureza dos signos e com a negatividade do significante e do significado tomados separadamente.

Portanto, conforme a redação do editores, da combinação de um significante com um significado temos um *fato positivo* sendo “a única espécie de fatos que a língua comporta” (SAUSSURE, 2006, p.140). Fato positivo que se dá em sua diferença ante os

demais: “Na língua, como em todo sistema semiológico, o que distingue um signo é tudo o que o constitui. *A diferença é o que faz a característica, como faz o valor e a unidade.*” (SAUSSURE, 2006, p.140-141, grifo nosso). Pautado neste princípio do valor oposicional, arrisca: “A língua é, por assim dizer, uma álgebra que teria somente termos complexos.” (SAUSSURE, 2006, p.141).

E sobre a recorrência do valor em linguística o CLG reafirma que “sendo a língua o que é, de qualquer lado que a abordemos, não lhe encontraremos nada de simples; em toda parte e sempre, esse mesmo equilíbrio de termos complexos que se condicionam reciprocamente” (SAUSSURE, 2006, p.141), para, então, uma vez mais, reiterar que “*a língua é uma forma e não uma substância*” (SAUSSURE, 2006, p.141, grifo do autor). Assim, adverte que “todas as maneiras incorretas de designar as coisas da língua provêm da suposição involuntária de que haveria uma substância no fenômeno linguístico” (SAUSSURE, 2006, p.141).

Uma vez estabelecido o princípio relacional dos valores dos signos da *langue*, cabe agora definir os tipos de relações que se propõe analisar. É o que Saussure irá realizar no CLG, quando afirma-se que “num estado de língua, tudo se baseia em relações” (SAUSSURE, 2006, p.142). Entendido esse conceito capital, avança-se na descrição dos tipos de relação pertinentes ao estudo da *langue*, através de uma modalidade enunciativa predominantemente comparativo-demarcadora: “As relações e as diferenças entre termos linguísticos se desenvolvem em duas esferas distintas, cada uma das quais é geradora de certa ordem de valores;” (SAUSSURE, 2006, p.142) essas duas esferas de relações, embasadas nas diferenças, são chamadas de sintagmática e associativa (paradigmática) e “correspondem a duas formas de nossa atividade mental, ambas indispensáveis para a vida da língua” (SAUSSURE, 2006, p.142).

Aqui, uma vez mais, somos remetidos ao princípio da linearidade do significante nas relações sintagmáticas, aquelas que “os termos estabelecem entre si, em virtude de seu encadeamento, relações baseadas no caráter linear da língua, que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo” (SAUSSURE, 2006, p.142). Poder-se-ia dizer que é tudo aquilo que se apresenta de fato representado pelos significantes, cujos termos estão *presentes numa série efetiva*, ou, como afirma o *Curso*, sustentados por relações *in praesentia*.

De outro lado, temos uma parcela do “tesouro interior que constitui a língua de cada indivíduo” (SAUSSURE, 2006, p.143), que compõe o eixo das relações associativas, dos paradigmas, da série mnemônica virtual ou ainda das relações *in absentia*. Para além de

uma metodologia e um conceito de trabalho, as analogias cumprem uma função indispensável nas formulações desta formação discursiva, ao longo de toda a obra, sendo essenciais às demarcações, interpretações, verificações e deduções que integram a modalidade enunciativa do CLG.

Ademais, a caracterização de seu campo discursivo, por meio de suas unidades formais, bem como ao nível de seus objetos, conceitos e temas por meio da analogia é um dos aspectos de maior importância para a constituição dos saberes enunciados em nome de Saussure, talvez, pelo simples fato de tudo no conceito de *langue* ter valor estruturado, ou seja, em relação a todo o conjunto do sistema.

O *Curso* afirma que a “frase é o tipo por excelência de sintagma. Mas ela pertence à fala e não à língua” (SAUSSURE, 2006, p.144). Não há correspondência direta, portanto, entre frase e sintagma, pois o sintagma é um conceito que integra o de *langue*. O que difere nesses termos a *langue* da *parole* é a estabilidade. Contudo há “um grande número de expressões que pertencem à língua; são as frases feitas, nas quais o uso proíbe qualquer modificação” (SAUSSURE, 2006, p.144), e assim elas passam a integrar o sistema da *langue* como qualquer outra unidade de igual valor, porque “cumpre atribuir à língua e não à fala todos os tipos de sintagmas construídos sobre formas regulares” (SAUSSURE, 2006, p.145). É, portanto, a estabilidade, a relativa fixidez das unidades do sistema, uma condição de sua manutenção, de sua continuidade.

As expressões idiomáticas, esses sintagmas construídos sobre formas regulares segundo o CLG, “só existem quando a língua registrou um número suficientemente grande de espécimes” (SAUSSURE, 2006, p.145), pois “não existe nada de abstrato na língua” (SAUSSURE, 2006, p.145). Uma relação do tipo associativa “só é possível pela lembrança de um número suficiente de palavras semelhantes pertencentes à língua” (SAUSSURE, 2006, p.145). Portanto, também podem concorrer a essas relações paradigmáticas aquelas expressões estabelecidas, nas quais não haja margem para variação, e que tenham acedido ao patamar da língua falada e passaram a integrar o sistema em um estado de língua, estas expressões têm “base na língua sob a forma de recordações concretas” (SAUSSURE, 2006, p.145), e passam a compor o eixo, paradigmático, das possibilidades que se possam associar. Ao final afirma-se que “no domínio do sintagma não há limite categórico entre o fato de língua, testemunho de uso coletivo, e o fato de fala” (SAUSSURE, 2006, p.145).

Conferir a algo, a uma superfície de emergência qualquer, o estatuto de objeto de uma formação discursiva, requer um feixe complexo de relações que partem de sua

denominação, descrição e delimitação, mas que articulam todo um aparato normativo, que compreende diversas ordens de instituições, das quais nem todas são discursivas.

O CLG constata que o sistema “de diferenças fônicas e conceptuais que constitui a língua resulta, pois, de duas espécies de comparações” (SAUSSURE, 2006, p.148), as de espécie sintagmática e as de espécie associativa e “os agrupamentos de uma e de outra espécie são, em grande medida, estabelecidos pela língua; é esse conjunto de relações usuais que a constitui e que lhe preside o funcionamento” (SAUSSURE, 2006, p.148).

Num plano sintagmático saussuriano “quase todas as unidades da língua dependem seja do que as rodeia na cadeia falada, seja das partes sucessivas de que elas próprias se compõem” (SAUSSURE, 2006, p.148). Um afixo qualquer “considerado isoladamente, é inexistente; o que lhe confere seu lugar na língua é uma série de termos usuais tais como *calor-oso, duvid-oso* etc.” (SAUSSURE, 2006, p.148).

Uma língua não é uma nomenclatura, nem se compõe da soma de todas as palavras; a língua é forma, em outras palavras, para além dos signos de que é composta, são as regras que a constituem. Segundo o CLG, a “língua apresenta, em verdade, unidades independentes, sem relação sintagmática, quer com suas próprias partes, quer com outras unidades” (SAUSSURE, 2006, p.149). Uma língua não é, portanto, um amontoado de palavras, mas um conjunto de unidades e de relações que, combinadas se expressam como um sistema formal. Agrupamentos presentes são sintagmas e agrupamentos virtuais são paradigmas, e isso é tão importante quanto a questão das diferenças para o valor, pois, numa “língua, tudo se reduz a diferenças, mas tudo se reduz também a agrupamentos” (SAUSSURE, 2006, p.149).

O *Curso* enuncia a concomitância das ordens sintagmática e associativa, quando expõe que a palavra “*desfazer* não seria analisável se outras formas contendo *des* ou *fazer* desaparecessem da língua” (SAUSSURE, 2006, p.150, grifo do autor). Na *langue* estão sempre presentes as operações efetuadas entre sintagmas e paradigmas e cada unidade invoca não sua forma sintagmática, mas antes todas as suas possibilidades paradigmáticas. Toda unidade revestida de um valor desempenha um papel num estado de língua, assim, o CLG afirma que “um fonema desempenha por si só um papel no sistema de um estado de língua” (SAUSSURE, 2006, p.151), ou seja, um único fonema, com seu caráter distintivo suportado pelo seu valor em conformidade com todo o eixo associativo basta para mudar todo o sistema.

Sobre a arbitrariedade do signo o CLG acrescenta que o “mecanismo da língua pode ser apresentado sob outro ângulo particularmente importante” (SAUSSURE, 2006, p.152),

e isto no tocante à distinção capital entre imotivado e arbitrário, pois o “princípio fundamental da arbitrariedade do signo não impede distinguir, em cada língua, o que é radicalmente arbitrário, vale dizer, imotivado, daquilo que só o é relativamente” (SAUSSURE, 2006, p.152). Todavia, engana-se quem acredita que essa arbitrariedade relativa remeta a alguma coisa exterior à *langue*; isto jamais; se certa motivação é admitida, ela se dará em relação ao sistema e suas unidades. Importa destacar que independentemente de seu grau de motivação, todo signo preserva, sempre, sua arbitrariedade, ou seja, sua capacidade de ser substituído por outro se mantém absolutamente intacta mesmo no mais motivado dos casos.

Por se tratar de uma abstração, uma abordagem possível com objetivos específicos, evidentes mesmo em sua metodologia, o conceito de *langue* constante do CLG é um microcosmos, um sistema ‘autossuficiente’; quer dizer, ele é uma proposta de trabalho frente às línguas, e disto decorre sua abrangência e aplicabilidade a toda e qualquer língua que possa vir a existir. Essas questões abordadas se projetam também desde a afirmativa de que “tudo que se refira à *língua enquanto sistema* exige, a nosso ver, que a abordemos desse ponto de vista, de que pouco cuidam os linguistas: a *limitação do arbitrário*”. (SAUSSURE, 2006, p.153, grifo nosso).

Com isso, vemos na arbitrariedade do signo mais uma afirmação da solidariedade do sistema além de sua possibilitadora, visto que “todo o sistema da língua repousa no princípio irracional da arbitrariedade do signo que, aplicado sem restrições, conduziria à complicação suprema” (SAUSSURE, 2006, p.154). Sem restrições ao princípio da arbitrariedade, a dimensão paradigmática não seria ela mesma, e a referência às coisas no mundo seria inevitável para se explicar as unidades das línguas, não que em outra medida já não possa ser, mas estamos a falar da perspectiva *linguística* desses fatos. Tal abordagem se verifica ainda na formulação de que se “o mecanismo da língua fosse inteiramente racional, poderíamos estudá-lo em si mesmo” (SAUSSURE, 2006, p.154). Verifica-se uma relação antitética entre os termos *racional* e *imotivado*.

Saussure admite no CLG a perspectiva de que “como [o sistema da língua] não passa de uma correção parcial de um sistema naturalmente caótico, adota-se o ponto de vista imposto pela natureza mesma da língua, estudando esse mecanismo como uma limitação do arbitrário” (SAUSSURE, 2006, p.154). Contudo, verifica-se a sentença de que: “Não existe língua em que nada seja motivado;” (SAUSSURE, 2006, p.154) pelo simples fato de que as línguas se dão nas suas regularidades, segundo suas regras próprias, nas combinações de suas respectivas unidades internas. Acrescenta-se que “as línguas em

que a imotivação atinge o máximo são mais *lexicológicas*, e aquelas em que se reduz ao mínimo, mais *gramaticais*” (SAUSSURE, 2006, p.154, grifo do autor). Constata-se uma inclinação das línguas a quanto mais léxico, maior a arbitrariedade, e quanto mais gramática, maior a motivação relativa, contudo, isto não é uma regra, apenas uma tendência:

São como dois pólos entre os quais se move todo o sistema, duas correntes que se repartem o movimento da língua: a tendência a se empregar o instrumento lexicológico, o signo imotivado, e a preferência concedida ao instrumento gramatical, isto é, a regra de construção. (SAUSSURE, 2006, p.154).

Segundo o mestre, “no interior de uma mesma língua, todo o movimento da evolução pode ser assinalado por uma passagem contínua do motivado ao arbitrário e do arbitrário ao motivado” (SAUSSURE, 2006, p.154).

Acerca da abordagem sincrônica da *langue*, o CLG afirma que “a Linguística estática ou descrição de um estado de língua pode ser chamada de *Gramática*, no sentido [...] que põe em jogo valores coexistentes” (SAUSSURE, 2006, p.156). Assim a gramática “estuda a língua como um sistema de meios de expressão; quem diz gramatical diz sincrônico e significativo” (SAUSSURE, 2006, p.156).

O *Curso* então constata que “muitas relações expressas em certas línguas por casos ou preposições são expressas, em outras, por compostos, já mais próximos das palavras propriamente ditas, [...] ou por derivados [...] ou, finalmente, por palavras simples” (SAUSSURE, 2006, p.157), assim, a “alternação de palavras simples e de locuções compostas, no interior de uma mesma língua [...] é igualmente muito frequente” (SAUSSURE, 2006, p.157-158), tudo dentro de uma perspectiva solidária de um estado de língua, sabendo-se que tudo aquilo que compõe qualquer “estado de língua pode ser reduzido a uma teoria dos sintagmas e a uma teoria das associações” (SAUSSURE, 2006, p.158).

Com relação às associações, o CLG afirma que paradigmas não se restringem a elementos materiais, dado que algumas abstrações estão também “associadas pelo sentimento de um valor comum que dita um emprego idêntico; [...] é assim que a noção de genitivo em si adquire um lugar na língua” (SAUSSURE, 2006, p.160-161). Como lei mais geral pode-se afirmar que “associações da mesma ordem, mas mais amplas ainda, ligam todos os substantivos, todos os adjetivos etc., e fixam a noção das partes do discurso” (SAUSSURE, 2006, p.161).

A partir desta perspectiva saussuriana, constata-se que “todas essas coisas existem na língua, mas a título de *entidades abstratas*” (SAUSSURE, 2006, p.161, grifo do autor),

de modo que “uma língua exprime às vezes, pela sucessão dos termos, uma ideia que outra exprimirá por um ou diversos termos concretos” (SAUSSURE, 2006, p.161), e é por isso que se adota a perspectiva sistêmica para a análise dos estados de língua.

Até aqui o foco das problematizações pertinentes aos princípios mais gerais da linguística esteve voltado para uma abordagem sincrônica da *langue*, quer dizer, aplicável a um estado de língua, ao recorte teórico-metodológico que empreendemos em uma dada formação de língua, a fim de delimitarmos um objeto do qual possamos estudar alguns aspectos específicos.

A questão da linguística estática seguirá sendo o foco das problematizações da linguística acerca da *langue*, todavia, agora o texto abordará aspectos daquilo que se conhece por linguística evolutiva, diacrônica ou histórica. Enuncia-se que: “A Linguística diacrônica estuda, não mais as relações entre os termos coexistentes de um estado de língua, mas entre termos sucessivos que se substituem uns aos outros no tempo.” (SAUSSURE, 2006, p.163). Isso é tão mais importante quando se toma consciência que “são variáveis as línguas naturais” (SAUSSURE, 2006, p.163), bem como as artificiais postas em uso e, portanto,

todas as partes da língua estão submetidas à mudança; [...] o rio da língua corre sem interrupção; [...] essa evolução ininterrupta é-nos amiúde encoberta pela atenção concedida à língua literária; [...] esta, como se verá, se superpõe à língua vulgar, vale dizer, à língua natural. (SAUSSURE, 2006, p.163).

Para o CLG, a fonética é o objeto primeiro da linguística diacrônica. A fonética compara evoluções no decorrer do tempo, sendo incompatível com a perspectiva sincrônica, ou seja, estática. A essa perspectiva estática, “só resta a descrição dos sons de um estado de língua, e compete à Fonologia levá-la a cabo” (SAUSSURE, 2006, p.164). Por seu caráter sincrônico, a fonologia pode dar conta de aspectos sistêmicos estranhos à fonética.

Mas, uma vez que agora o foco do excerto está na linguística diacrônica, cabe retomar a problematização das evoluções, das mudanças fonéticas, objeto da fonética do CLG, que afirma: “Se a evolução de uma língua se reduzisse à dos sons, a oposição dos objetos próprios às duas partes da Linguística seria de pronto evidente [...]” (SAUSSURE, 2006, p.164). Adotando a perspectiva diacrônica, já não há sentido em falar do mesmo tratamento dado ao sistema, como já ficou bastante claro. Desse ponto de vista, a concepção de *langue* aproxima-se da de estados de língua sucessivos, e, portanto, o que temos é uma *langue* um tanto mais ‘empírica’ e menos abstrata em relação ao plano sincrônico, em que tudo é solidário e diferencial.

Dessa visada diacrônica, evolutiva, o que importa ao linguista são as transformações que adquiram valor e passem a integrar o sistema. Desse modo, a noção de solidariedade estruturada rege também os desígnios da linguística evolutiva saussuriana, embora ela mesma não constitua sistema. Segundo os editores, em nota:

um ato isolado é forçosamente estranho à língua e ao seu sistema, [...] não é senão no momento em que uma inovação, repetida com frequência, se grava na memória e entra no sistema, que ela tem o efeito de transtornar o equilíbrio dos valores, e que a língua se encontra *ipso facto* e espontaneamente mudada. (SAUSSURE, 2006, p.166).

O CLG relembra uma vez mais que, sendo a fonética uma disciplina diacrônica, é um erro metodológico a formulação de leis fonéticas no presente, já que, nesse caso, deparamo-nos com um sistema fônico. Assim, é preciso levar em conta que quando “se diz: ‘s se torna r em latim’, dá-se a entender que o rotacismo é inerente à natureza da língua e fica-se embaraçado diante de exceções como *causa, r̄sus* etc.” (SAUSSURE, 2006, p.170, grifo do autor), quando “a fórmula: ‘s intervocálico se tornou r em latim numa certa época’ autoriza a pensar que no momento em que s passava a r, *causa, r̄sus* etc., não tinham s intervocálico” (SAUSSURE, 2006, p.170, grifo do autor), seria a forma mais correta a se empregar. O *Curso* aponta que seja necessário àquele que se valer dessa metodologia ter em vista, com relação às formulações de leis fonéticas, que as transformações devem representar a noção diacrônica e, portanto, enunciarem-se em tempo passado. A ênfase não recai nas leis gerais puramente, mas como elas se dão pelas transformações decorrentes do efeito do tempo e do uso, por uma perspectiva de anomalias, evoluções etc., nas particularidades.

Ao abordar as causas das mudanças fonéticas, o CLG de partida descarta a hipótese de algum vínculo étnico para essas causas; a prova é que um usuário que conviva desde cedo com uma língua corrente que não é a sua de nascença pode falá-la como um nativo. Indaga se teria a mudança fonética alguma relação de *adaptação às condições do solo e do clima* e constata que certas “línguas do Norte acumulam as consoantes, certas línguas do Meio-Dia fazem emprego mais amplo das vogais, donde seu som harmonioso. O clima e as condições de vida podem bem influenciar a língua” (SAUSSURE, 2006, p.171), mas estes fatores não influenciam da mesma maneira, assim que se descarta também essa hipótese como causa.

Então, o *Curso* irá investigar a possibilidade das mudanças fonéticas se darem devido à *lei do menor esforço*, e como exemplo cita a “queda de massas enormes de sílabas finais em muitas línguas” (SAUSSURE, 2006, p.172), todavia, casos não faltam que ele

constata em que as línguas fazem também o percurso contrário, quer dizer, não há nenhuma evidência definitiva que atribua à lei do menor esforço a causa universal das mudanças nas línguas, mesmo porque “não se pode determinar, para cada língua, o que seja mais fácil ou mais difícil de pronunciar” (SAUSSURE, 2006, p.173).

Ainda questionando acerca das transformações e mais especificamente sobre as hipóteses de desencadeadores desse fenômeno, o *Curso* aponta outra causa hipotética, que sugere que talvez o desencadeador de mudança se encontre na nossa educação fonética na infância e constata que “nossos filhos pronunciam frequentemente *t* por *k*, sem que nossas línguas apresentem em sua história mudança fonética correspondente” (SAUSSURE, 2006, p.173).

Sempre da perspectiva das transformações e de como isso importa para o sistema, o eixo diacrônico estuda os fenômenos ao longo do tempo e conclui-se que ainda outra possível causadas mudanças vincula-se ao *estado geral de uma nação num momento dado*, pois os estados de uma língua são socialmente estabilizados, e uma vez que as “línguas atravessam umas épocas mais movimentadas que outras: pretende-se relacioná-las com os períodos agitados da história exterior e descobrir, dessarte, um vínculo entre a instabilidade política e a instabilidade linguística” (SAUSSURE, 2006, p.174), e assim “acredita-se poder aplicar às mudanças fonéticas as conclusões concernentes à língua em geral” (SAUSSURE, 2006, p.174). Exemplificando, afirma-se que “os mais graves transtornos do latim, na sua passagem para as línguas românicas, coincidem com a época assaz revolta das invasões” (SAUSSURE, 2006, p.174).

Essa abordagem saussuriana acerca das hipóteses que envolvem as mutabilidades e suas causas acusa uma desigualdade de influência da instabilidade política no tocante à manutenção e à evolução das línguas pelo corpo social, afirmando que a “estabilidade política não influi na língua da mesma maneira que a instabilidade” (SAUSSURE, 2006, p.174) e que “quando o equilíbrio político *retarda a evolução da língua, trata-se de uma causa positiva, conquanto exterior*” (SAUSSURE, 2006, p.174, grifo nosso). Sugere antes a absoluta tendência à *manutenção*, por parte da massa social, fato já anteriormente declarado de forma explícita ao considerar a massa social como *naturalmente inerte*, e reafirmado agora na assertiva de ser uma *causa positiva* a influência política externa na *manutenção* de uma língua corrente. A interferência em favor da manutenção não apresenta aqui aspecto de interferência.

Assim: “A imobilidade, a fixação relativa de um idioma, pode provir de fatos exteriores à língua (influência de uma corte, da escola, de uma academia, da escrita etc.),

que, por sua vez, são positivamente favorecidos pelo equilíbrio social e político.” (SAUSSURE, 2006, p.174). Ou seja, fatores externos, sociais e/ou políticos, influenciam na manutenção, mas não no sistema.

A *língua literária*, por exemplo, influi na manutenção mais que na evolução de uma língua, sabemos, como um efeito do fato de que a grafia fixa, ainda que de maneira imprecisa, as relações entre as unidades significantes e as respectivas unidades significadas estabilizando-as. Enfim, para o CLG se “algum transtorno exterior sobrevindo ao estado da nação precipita a evolução linguística, é porque a língua volta simplesmente ao estado de liberdade, onde segue seu curso regular” (SAUSSURE, 2006, p.174). E mesmo assim toda reflexão acerca de mudança admitida neste ínterim está ligada unicamente ao significante, pois o texto afirma que: “Cogita-se aqui apenas os fenômenos fonéticos e não de toda espécie de modificações da língua.” (SAUSSURE, 2006, p.174).

Afirma que toda mudança admissível, nessa conjuntura, deve criteriosamente ser submetida à fonética, e que “nada autoriza a admitir que às épocas agitadas da história de uma nação correspondam evoluções precipitadas dos sons de um idioma” (SAUSSURE, 2006, p.175). Seria, portanto, inadmissível conceber que mudanças políticas no paradigma conceitual interferissem diretamente no sistema da *langue*.

Ainda há mais uma justificativa saussuriana para descartar a hipótese de a história externa ser causa de mudanças nas línguas. O *Curso* afirma que “não se pode citar nenhuma época, mesmo entre aquelas em que a língua se encontra numa imobilidade factícia, que não tenha conhecido nenhuma mudança fonética” (SAUSSURE, 2006, p.175). Esse vínculo conferido entre a evolução e as mudanças de sons (objeto da fonética) é um pilar que enfusta e garante todo o conceito de *langue* do CLG.

Então, o mestre propõe ainda mais uma hipótese levantada para as causas das mudanças fonéticas, que é a de que um *substrato linguístico anterior*, ou seja, os resquícios fônicos de uma língua que pré-existia em um local cuja população tenha sofrido alguma invasão de um povo que falasse outra língua. A partir dessa hipótese, exemplifica dizendo que “a diferença entre a língua de *oc* e a língua de *oïl* corresponderia a uma proporção diferente do elemento céltico autóctone nas duas partes da Gália” (SAUSSURE, 2006, p.175), e questiona: “adotando a nova língua, as populações anteriores nela introduziriam algo de seus hábitos fônicos?” (SAUSSURE, 2006, p.175). Para então constatar que “isto é admissível e bastante natural” (SAUSSURE, 2006, p.175). E o CLG aponta ainda uma última hipótese, bastante desacreditada por ele, de que a moda tivesse alguma influência determinante nas mudanças fonéticas.

Saussure questiona acerca da possibilidade de se verificar alguma lei a partir das mudanças no sistema fonético, ou seja, se houver, identificar a que espécie de regularidades podemos associar o fenômeno da alternância. Donde conclui que às permutações fonéticas diacrônicas corresponderão respectivamente alternâncias gramaticais, logo sincrônicas: “A lei parece então aplicar-se a uma regra que governa o uso a ponto de modificá-lo. Mas, cumpre não esquecer que, na língua, tais *permutações* estão à mercê de influências analógicas contrárias, [...]” (SAUSSURE, 2006, p.184, grifo nosso) ou seja, permutações fonéticas (diacrônicas) são fatores responsáveis pelas alternâncias na gramática (sincrônica).

Sobre os usos dos prefixos *re-/r-* e *in-/ẽ-* num estado do francês, acrescenta-se que em casos de alternâncias não significativas, ou aquelas sincrônicas, mas ligadas às condições apenas fônicas, que tal diferença “não rompe absolutamente a unidade de concepção, de vez que sentido e função são concebidos como idênticos e que a língua esta fixada nos casos em que empregará uma ou outra forma” (SAUSSURE, 2006, p.186).

Saussure enuncia o *cálculo da quarta proporcional*, uma espécie de regra de três da *langue* que explica que por analogia o nominativo latino *honor* mudou a partir de *honōs*, e fez *honōs* : *honōsem*, e por rotacismo se deu *honōs* : *honōrem*, coexistiram os radicais e finalmente a forma *honōr* prevaleceu apoiada no paradigma presente em *orator* : *oratore*. Isto posto, o cálculo da quarta proporcional pode, portanto, ser expresso da seguinte forma, conforme o esquema:

“*ōrātōrem* : *ōrātor* = *honōrem* : *x*

x = honor”. (SAUSSURE, 2006, p.188).

O tema ainda se desenvolve no CLG que apresenta exemplos fornecidos pela “língua de Homero” (SAUSSURE, 2006, p.188), pelos quais se buscará demonstrar que a analogia “se exerce em favor da regularidade e tende a unificar os processos de formação e de flexão” (SAUSSURE, 2006, p.188). Donde *honōs* foi substituído por *honor* a fim de restabelecer a regularidade.

Ao frisar a distinção entre analogia e mudança, o CLG aponta que os primeiros linguistas não souberam compreender o fenômeno da analogia, pois, devido a uma ilusão característica da época, “tudo quanto se afasta da ordem dada é uma irregularidade, infração de uma forma ideal” (SAUSSURE, 2006, p.189). E, portanto, “via-se no estudo original da língua algo de superior e de perfeito” (SAUSSURE, 2006, p.189), logo qualquer “liberdade tomada com relação à língua constituía, pois, uma anomalia” (SAUSSURE, 2006, p.189).

Posteriormente, com os neogramáticos, delegou-se “à analogia seu verdadeiro lugar, mostrando que ela, juntamente com as mudanças fonéticas, é o grande fator da evolução das línguas, o processo pelo qual estas passam de um estado de organização a outro” (SAUSSURE, 2006, p.189). E então pôde-se afirmar que “como repugna à língua manter dois significantes para uma só ideia, as mais das vezes a forma primitiva, menos regular, cai em desuso e desaparece” (SAUSSURE, 2006, p.190). Assim demonstra-se que não há transformação de uma forma à outra, e sim uma analogia que pode vir a substituir uma forma por outra, ideia evidenciada em sua afirmação de que “vê-se que a inovação analógica e a eliminação da forma antiga são duas coisas distintas e que em parte alguma se surpreende uma transformação” (SAUSSURE, 2006, p.190).

Quanto à distinção entre analogia e transformação, o CLG afirma ainda que, tamanha é a diferença entre ambas, que pode-se constatar a produção de formas que nada substituem como, em alemão, “pode-se tirar um diminutivo em *-chen* de qualquer substantivo de sentido concreto; se uma forma *Elefantchen* se introduzisse na língua, não suplantaria nada de preexistente” (SAUSSURE, 2006, p.190).

Sobre o tema da analogia como responsável pelas criações da língua, os editores apontam que se, por um lado, tudo é gramatical – logo sistêmico-sincrônico – na analogia, por outro lado, não é outra a dimensão de sua origem que não a dimensão da fala individual, portanto “é nessa esfera, e à margem da língua, que convém surpreender primeiramente o fenômeno [da criação por analogia]” (SAUSSURE, 2006, p.192).

Conforme o CLG, o fenômeno da “analogia nos ensina, portanto, uma vez mais, a separar a língua da fala” (SAUSSURE, 2006, p.192). Então, de maneira mais pormenorizada, afirma que toda criação “deve ser precedida de uma comparação inconsciente dos materiais depositados no tesouro da língua, onde as formas geradoras se alinham de acordo com as suas relações sintagmáticas e associativas” (SAUSSURE, 2006, p.192). Acerca da solidariedade do sistema reafirma que o frequente trabalho “da língua, a decompor unidades que lhe são dadas, contém em si não somente todas as possibilidades de um falar conforme o uso, mas também todas as possibilidades das formações analógicas” (SAUSSURE, 2006, p.192). Com isso restituímos nossa fé em um sistema enquanto estrutura autônoma, devido à *langue* apenas valer-se de si mesma como parâmetro para evoluir através dos discursos, i. e., dos usos dos falantes; conforme os próprios editores sugerem, toda língua é espontânea e devido à arbitrariedade não se sujeita às vontades individuais dos agentes.

Assim, uma palavra improvisada, “tal como *in-decor-ável*, já existe em potência na língua” (SAUSSURE, 2006, p.193, grifo do autor). Como nem toda possibilidade se vê contemplada, existiriam “em toda língua, palavras produtivas e palavras estéreis” (SAUSSURE, 2006, p.193), e a proporção de umas e outras estaria diretamente ligada à distinção entre “as línguas ‘lexicológicas’ e as línguas ‘gramaticais’” (SAUSSURE, 2006, p.193). “Numa língua artificial, são quase todas [palavras] analisáveis.” (SAUSSURE, 2006, p.193). Analisáveis, logo decomponíveis e relativamente mais livres para criar, ou seja, são mais produtivas – respeitando-se os limites impostos pelos elementos já existentes, obviamente. Em contrapartida em uma língua lexicológica, como o chinês, a criatividade analógica é mais restrita.

Ainda acerca do fenômeno da analogia, enfatiza-se a recorrência do cálculo da quarta proporcional na afirmativa de que “muito amiúde, esta fórmula é utilizada para explicar o próprio fenômeno [criação analógica], ao passo que lhe procuramos a razão de ser na análise e na reconstrução dos elementos fornecidos pela língua” (SAUSSURE, 2006, p.194). Ainda numa reflexão acerca do caráter favorável ao método analítico do latim antigo, propõe, sobre um exemplo, que a “hipótese [do alongamento de uma vogal por uma sonora seguinte] é plenamente confirmada pelas línguas românicas” (SAUSSURE, 2006, p.194). Acerca do método analítico aplicado ao latim antigo, pode-se concluir que essa língua “tinha, portanto, em alto grau, o sentimento das peças da palavra (radicais, sufixos etc.) e de sua combinação. É provável que nossas línguas modernas não o tenham de maneira tão aguda” (SAUSSURE, 2006, p.195).

O CLG reafirma que, recorrentemente “encontramos combinações sem futuro que a língua provavelmente não adotará” (SAUSSURE, 2006, p.196), todavia, “essas inovações são, em si, perfeitamente regulares; explicam-se da mesma maneira que as que a língua aceitou” (SAUSSURE, 2006, p.196), se não chegam a integrar a língua em questão, é porque uma “língua retém somente uma parte mínima das criações da fala; mas as que duram são bastante numerosas para que se possa ver, de uma época a outra, a soma das formas novas dar ao vocabulário e à gramática uma fisionomia inteiramente diversa” (SAUSSURE, 2006, p.196-197). Assim, a “substituição constante de formas antigas por novas constitui um dos aspectos mais surpreendentes da transformação das línguas” (SAUSSURE, 2006, p.197).

Segundo o *Curso*, uma “língua não cessa de interpretar e de decompor as unidades que lhe são dadas” (SAUSSURE, 2006, p.197), portanto, é necessário “pesquisar a causa

dessa mudança na massa enorme de fatores que ameaçam sem cessar a análise adotada num estado de língua” (SAUSSURE, 2006, p.197).

Acerca ainda do fenômeno da analogia, o CLG diz que

a ação da língua é obstada por uma infinidade de hesitações, de aproximações, semi-análises. [...] Entretanto, mesmo nesses tateios, a analogia exerce uma ação sobre a língua. Assim, conquanto não seja por si mesma um fato de evolução, ela reflete, de momento para momento, as mudanças sobrevindas na economia da língua e as consagra por novas combinações. (SAUSSURE, 2006, p.199).

Assim, pode-se entender como é desenhada a visão histórica sobre a *langue*. Para o CLG, se “a história de cada língua permite descobrir um formigueiro de fatos analógicos acumulados uns sobre os outros” (SAUSSURE, 2006, p.199), sendo que “tomados em blocos, [...] contínuos reajustes desempenham um papel considerável na evolução da língua, mais considerável, inclusive, que os das mudanças de sons” (SAUSSURE, 2006, p.199), e uma vez que tudo que entra para uma língua falada já existe nela em potencial, então: “A língua é um traje coberto de remendos feitos de seu próprio tecido.” (SAUSSURE, 2006, p.200). O sistema da *langue* não admite senão a recorrência a unidades dentro de seus próprios limites, que, para além de ser um princípio de economia da *langue* é uma condição de garantia da inteligibilidade da mudança.

Saussure, tendo definido as analogias como princípios de *economia da língua* e deixado já evidente que as analogias que importam são todas elas de origem linguística, e que, por história da língua compreende-se as mudanças fonéticas e as analogias que se possam orquestrar a partir de um sistema coerente e coeso embasado nos sons, reafirma a solidariedade do sistema da *langue*, impenetrável a conceitos provindos daquilo que entende por história externa às línguas.

Portanto, pôde-se afirmar no CLG que a principal função que se percebe na analogia da *langue* é a de atualizar as línguas pela substituição das antigas formações, irregulares e caducas, por outras formas mais normais, compostas de elementos vivos, e assim, *as inovações da analogia são mais aparentes que reais*, visto que novas combinações de unidades de conceitos restritas ao sistema, com seus sons invocadores, não produzem coisas novas nos termos da *langue*. A esse respeito, vemos a função expressiva de significar vinculada a segmentos que já estejam à disposição em termos sígnicos.

O *Curso* afirma que o francês, da perspectiva da substância de que se compõem suas frases, é oitenta por cento indo-europeu, e que, por outro lado suas palavras “transmitidas na sua totalidade, sem mudança analógica, da língua-mãe ao francês moderno, caberiam no espaço de uma página” (SAUSSURE, 2006, p.200).

Tanto na criação de novos elementos como na conservação dos mesmos, a analogia se dá como descrita no cálculo da quarta proporcional, e aqui afirma-se que para “dar-se conta desse processo, basta lembrar que seu princípio é no fundo idêntico ao do mecanismo da língua” (SAUSSURE, 2006, p.200). Exemplifica: “Veja-se o que ocorre em francês com *dites* e *faites*, que correspondem diretamente ao latim *dic-itis*, *fac-itis*, mas que não têm mais ponto de apoio na flexão verbal atual [...]”(SAUSSURE, 2006, p.201, grifo do autor). E assim deduz que “*a língua procura substituí-las*” (SAUSSURE, 2006, p.201, grifo nosso), processo que se dá por meio da analogia.

Sobre o fenômeno da *etimologia popular* que se dá de forma igualmente analógica, todavia, o CLG afirma que este fenômeno e o da analogia “têm apenas uma característica em comum: num e noutro, utilizam-se elementos significativos fornecidos pela língua” (SAUSSURE, 2006, p.204). Considera que as construções da analogia obedecem ao princípio da racionalidade e “é um fato absolutamente geral, que pertence ao *funcionamento normal* da língua” (SAUSSURE, 2006, p.204, grifo nosso), enquanto a etimologia popular é uma deformação que se faz à palavra, a fim de acomodá-la aos elementos que se supõe reconhecer na palavra.

O CLG define a aglutinação, outro fenômeno de formação de novas unidades das línguas, como uma síntese, uma fusão entre unidades, sendo um processo muito menos motivado que a analogia. Advertem contudo, os editores, que “esses dois fenômenos combinam sua ação na história [das transformações] da língua” (SAUSSURE, 2006, p.207).

Acerca das *unidades, identidades e realidades diacrônicas*, o *Curso* afirma que não existem elementos que se delimitam recíproca e definitivamente; que, a qualquer hora, “se distribuem de forma diversa, em virtude de sucessos dos quais a língua é o teatro” (SAUSSURE, 2006, p.209), no qual, “não existem elementos delimitados de uma vez para sempre” (SAUSSURE, 2006, p.209), como aqueles fixados por um estado de língua. Afirma que “uma vez que tenhamos comprovado um determinado deslocamento das unidades sincrônicas, estaremos longe, contudo, de nos ter dado conta do que se passou na língua” (SAUSSURE, 2006, p.211).

Ainda sob a ótica de estudar a abordagem diacrônica ante a unidade, o CLG afirma: “Se duas pessoas pertencentes a regiões diferentes da França dizem, uma *se fâcher* outra *se fôcher*, a diferença é assaz secundária em comparação com os fatos gramaticais que permitem reconhecer, nessas duas formas distintas, uma única e mesma unidade de língua.” (SAUSSURE, 2006, p.212). Pois a língua é uma forma e não uma substância.

Afirma o CLG, que a análise “das unidades da língua, feita a todos os instantes pelas pessoas que falam, pode ser chamada de análise *subjéitiva*; cumpre evitar confundi-la com a *análise objetiva*, fundada na História” (SAUSSURE, 2006, p.213, grifo do autor). E, novamente voltando a abordar o conceito da *falsa analogia*: “O gramático se sente amiúde tentado a ver erros nas análises espontâneas da língua; em verdade, a análise subjéitiva não é menos falsa que a ‘falsa’ analogia.” (SAUSSURE, 2006, p.213).

Postula o *Curso*, com relação à falsa analogia, que a “língua não se engana; seu ponto de vista é diferente, eis tudo. Não existe medida comum entre a análise dos falantes e a do historiador” (SAUSSURE, 2006, p.213), e acrescenta que ambas “estão justificadas, e cada qual conserva seu valor próprio; em última instância, porém, a dos falantes é a única que importa, pois está fundada diretamente nos fatos da língua” (SAUSSURE, 2006, p.213).

Com isso, a descrição sincrônica desempenhada por esse modelo linguístico predomina na análise sempre objetiva desempenhada pelo linguista, que todavia busca compreender a língua viva da perspectiva dos falantes que têm uma noção subjéitiva da mesma. Para atingir esse propósito, nada melhor que “observar o que se passa nas línguas de hoje, na linguagem de todos os dias, e não atribuir aos períodos antigos da língua nenhum processo, nenhum fenômeno que não seja verificável atualmente” (SAUSSURE, 2006, p.214). Assim,

a língua viva não permite surpreender análises como as que fazia Bopp, os neogramáticos, [que] firmes em seu princípio, declararam que raízes, temas, sufixos etc., são puras abstrações do nosso espírito e que, se se faz uso deles, é unicamente por comodidade de exposição. (SAUSSURE, 2006, p.214).

Portanto, a análise objetiva desempenhada pelos linguistas se valida ao levar em consideração a perspectiva da língua corrente, isto é, o ponto de vista do falante, a dimensão subjéitiva da *langue*. O CLG demarca que o ponto de vista dos falantes, da língua falada, deve orientar a descrição objetiva versada pela linguística. Dessa forma, “unida por um vínculo interior à análise subjéitiva da língua viva, a análise objetiva tem um lugar legítimo e determinado no método linguístico” (SAUSSURE, 2006, p.215).

Em nota, os organizadores apontam que não seria necessário “dizer que a distinção diacrônica estabelecida mais acima entre compostos e aglutinados não poderia ser transportada para este ponto, em que se trata de analisar um estado de língua” (SAUSSURE, 2006, p.215).

Da distinção entre a raiz e o radical, o mestre acrescenta que aquela é “uma realidade para a consciência dos falantes. É verdade que eles não a destacam sempre com igual precisão; existem, nesse particular, diferenças, quer no seio de uma mesma língua, quer de língua para língua” (SAUSSURE, 2006, p.217). E ainda tratando acerca dessas unidades linguísticas o CLG afirma que o “prefixo pode também [assim como o sufixo] desempenhar ambos os papéis [um valor semântico de sentido concreto e uma função gramatical], mas é raro que nossas línguas lhe dêem uma função [puramente] gramatical” (SAUSSURE, 2006, p.218). Conclui afirmando que “os resultados dessas análises espontâneas se manifestam nas formações analógicas de cada época; são elas que permitem distinguir as subunidades (raízes, prefixos, sufixos, desinências) das quais a língua tem consciência, e os valores que lhe atribui” (SAUSSURE, 2006, p.219).

Acerca da *diversidade das línguas*, no âmbito de uma *linguística geográfica*, o CLG apresenta a ressalva de que, ao abordar o fenômeno linguístico em suas relações com o espaço, entra-se na alçada da linguística externa, e afirma que aquilo que “primeiro surpreende no estudo das línguas é sua diversidade, as diferenças linguísticas que se apresentam quando se passa de um país a outro, ou mesmo de um distrito a outro” (SAUSSURE, 2006, p.221).

A indicação de uma abordagem com ênfase no sincrônico pode ser justificada na constatação de que, embora “as divergências no tempo escapem ao observador, as divergências no espaço saltam imediatamente aos olhos; os próprios selvagens as percebem, graças aos contatos com outras tribos que falem outra língua” (SAUSSURE, 2006, p.221). De sorte que o CLG observou “que tal sentimento [consciência de seu idioma] faz nascer nos primitivos a idéia de que a língua seja um hábito, um costume análogo ao do traje ou do armamento” (SAUSSURE, 2006, p.221) e, dessa forma, o termo “*idioma* designa com muita precisão a língua como algo que reflete os traços próprios de uma comunidade (o grego para *idiōma* tinha o sentido de ‘costume especial’)” (SAUSSURE, 2006, p.221, grifo do autor). Observa-se, no entanto, haver “uma ideia justa, mas que se torna um erro quando se chega a ver na língua um atributo, não mais da nação, mas da raça” (SAUSSURE, 2006, p.221).

Acrescenta o *Curso*, acerca da diversidade geográfica, “que cada povo crê na superioridade de seu idioma. Um homem que fala outra língua é facilmente considerado como incapaz de falar” (SAUSSURE, 2006, p.222). Essa questão, da diversidade geográfica “determinou a forma inicial de pesquisa científica em matéria de língua” (SAUSSURE, 2006, p.222), mesmo os “camponeses gostam de comparar seu patuá com o

da vila vizinha; as pessoas que falam várias línguas observam os traços que têm em comum” (SAUSSURE, 2006, p.222). Então aponta que: “Um grupo de línguas assim relacionado [com uma origem em comum] se chama uma família [...]” (SAUSSURE, 2006, p.222), e na enumeração de algumas famílias os organizadores irão constatar em nota que a família do “banto é um conjunto de línguas faladas pelas populações da África equatorial do sul, notadamente os Cafres” (SAUSSURE, 2006, p.222). Ainda em outra nota se lê:

O fino-úgrico, que compreende entre outros o finês propriamente dito ou suomi, o mordvino, o lapão etc., é uma família de línguas falada na Rússia setentrional e na Sibéria, e que remonta certamente a um idioma primitivo comum; tais línguas se relacionam com o grupo muito vasto das línguas ditas uralo-altaicas, cuja comunidade de origem não está provada, malgrado certos traços que se encontram em todas. (SAUSSURE, 2006, p.222)

Em seguida, o CLG questiona o mito da origem única das línguas, ao afirmar que o “parentesco universal das línguas *não é provável*” (SAUSSURE, 2006, p.223, grifo nosso), e afirma ser totalmente indemonstrável, caso fosse verdadeiro, “devido ao excessivo número de mudanças ocorridas” (SAUSSURE, 2006, p.223). O que se constata é que existe “uma infinidade de línguas e de família de línguas irredutíveis umas às outras [sem parentesco]” (SAUSSURE, 2006, p.223), e isso é “o que acontece, por exemplo, com o chinês frente às línguas indo-europeias” (SAUSSURE, 2006, p.223). Sem comprometer, contudo, o método, o não parentesco não implica “dizer que devemos renunciar à comparação” (SAUSSURE, 2006, p.223). Muito pelo contrário, devemos empregá-la e deste modo, “comparar-se-ão também os fatos de ordem diacrônica, a evolução fonética das duas línguas etc.” (SAUSSURE, 2006, p.223), e não apenas aplicá-la ao *organismo gramatical*, ou aos *tipos gerais de expressão do pensamento* ou ainda ao *sistema de sons*. Muitos aspectos, como vimos são totalmente condizentes com o cálculo da quarta proporcional, que se subentende em grande parte da metodologia aplicada, bem como, se observa nas operações cotidianas dos usuários.

Quanto ao anteriormente observado, o mestre adiciona que, nesse caso especificamente, “as possibilidades, conquanto incalculáveis em números, estão limitadas por certos dados constantes, fônicos e psíquicos, no interior dos quais toda língua se deve constituir” (SAUSSURE, 2006, p.223), e, reciprocamente “é a descoberta desses dados constantes que constitui o objetivo principal de toda comparação feita entre línguas irredutíveis umas às outras” (SAUSSURE, 2006, p.223). Aponta que, por outro lado, com relação “à outra categoria de diversidades, as que existem dentro das famílias de línguas, elas oferecem um campo ilimitado à comparação” (SAUSSURE, 2006, p.223). Idiomas que variam pouco em relação a outros aparentados são considerados dialetos de uma

mesma língua, todavia, “existe entre os dialetos e as línguas uma diferença de quantidade, não de natureza” (SAUSSURE, 2006, p.223).

O CLG irá abordar a “coexistência de várias línguas num mesmo *território*”. (SAUSSURE, 2006, p.224, grifo nosso). Nesse tocante, a diversidade geográfica “foi até agora apresentada em sua forma ideal: para tantos *territórios*, tantas *línguas distintas*”. (SAUSSURE, 2006, p.224, grifo nosso). Isso não é o mesmo que “várias línguas claramente separadas do ponto de vista territorial, mas compreendidas nos limites de um mesmo Estado político, como é o caso da Suíça” (SAUSSURE, 2006, p.224). Quanto à condição de coexistência territorial, pode acontecer “que a língua de uma nova população se venha superpor à da população indígena” (SAUSSURE, 2006, p.224).

A seguir aponta que, “na Irlanda, fala-se o céltico e o inglês; muitos irlandeses possuem as duas línguas” (SAUSSURE, 2006, p.225). Todavia, “em certos países, a confusão de línguas é ainda maior; na Macedônia, encontram-se todas as línguas imagináveis: o turco, o búlgaro, o sérvio, o grego, o albanês, o rumeno etc., misturados de diversas maneiras, conforme as regiões” (SAUSSURE, 2006, p.225). Porém, não é sempre que “essas línguas estão mescladas de forma absoluta; sua coexistência, numa dada região, não exclui uma relativa repartição territorial” (SAUSSURE, 2006, p.225).

O *Curso* observa que pode acontecer, “por exemplo, que, de duas línguas, uma é falada nas cidades e a outra nos campos; tal repartição, contudo, nem sempre é clara” (SAUSSURE, 2006, p.225), devido a este fator, “na Campanha, ao fim da República, falavam-se [no Império Romano]: o osco, como o testemunham as inscrições de Pompéia; o grego, língua dos colonos fundadores de Nápoles etc. [...]” (SAUSSURE, 2006, p.225), sendo que frequentemente a “superposição de línguas foi consequência da invasão de um povo superior em força” (SAUSSURE, 2006, p.225).

Também pode ocorrer, segundo o *Curso*, de uma língua mudar de território, e foi assim que procederam os ciganos que, a despeito do nomadismo e da mudança territorial, carregaram consigo sua língua e, “fixados sobretudo na Hungria, onde formam vilas compactas; o estudo de sua língua, mostrou que devem ter vindo da Índia, numa época ignorada” (SAUSSURE, 2006, p.226).

Sobre os vínculos entre *língua literária e idioma local*, o CLG afirma que “a unidade linguística pode ser destruída quando um idioma natural sofre influência de uma língua literária” (SAUSSURE, 2006, p.226). Assim:

Por ‘língua literária’ entendemos não somente a língua da literatura como também, em sentido mais geral, toda espécie de língua culta, oficial ou não, ao serviço da comunidade inteira. [...] Abandonada a si mesma, a língua conhece

apenas dialetos, nenhum dos quais se impõe aos demais, pelo que ela está destinada a um fracionamento indefinido. [...] Uma vez promovido à condição de língua oficial e comum, raramente permanece o dialeto privilegiado o que era antes. [...] Seja como for, a língua literária não se impõe do dia para a noite, uma grande parte da população passa a ser bilíngue, falando simultaneamente a língua de todos e o patuá local. [...] É o que se vê em muitas regiões da França, como a Savóia, em que o francês é uma língua importada e não logrou sufocar ainda o patuá da terra. (SAUSSURE, 2006, p.226).

Ainda sobre esse tema, o *Curso* afirma que tal “fato está generalizado na Alemanha e na Itália, onde, em todas as partes, o dialeto persiste ao lado da língua oficial” (SAUSSURE, 2006, p.227). O fenômeno é tão comum que, até mesmo “na antiga Babilônia, acredita-se poder estabelecer uma língua oficial ao lado dos dialetos regionais” (SAUSSURE, 2006, p.227). Donde questiona: “Uma língua geral supõe forçosamente o uso da escrita?” (SAUSSURE, 2006, p.227). E sua resposta é: “Os poemas homéricos parecem provar o contrário; conquanto tenham surgido numa época em que mal se fazia uso da escrita, sua língua é convencional e acusa todos os caracteres de uma língua literária.” (SAUSSURE, 2006, p.227).

Em seguida sustenta que os “fatos versados neste capítulo são tão frequentes que poderiam passar por um fator normal na história das línguas” (SAUSSURE, 2006, p.227). Contudo, o que interessa é o fenômeno primordial, portanto, “fora de toda importação de língua estrangeira e de toda formação de uma língua literária” (SAUSSURE, 2006, p.227). Assim, “Liège será românica porque se encontra em território valão; o francês ali não passa de uma língua estrangeira sobreposta a um dialeto do mesmo tronco” (SAUSSURE, 2006, p.227).

Sobre a diversidade de parentesco, afirma-se:

[...] imaginemos condições teóricas tão simples quanto possível, que permitam discernir a causa essencial da diferenciação no espaço, e perguntemo-nos o que se passaria se uma língua falada num ponto claramente delimitado – uma pequena ilha, por exemplo – fosse transportada por colonos para outro ponto, igualmente delimitado, por exemplo para outra ilha. Ao cabo de certo tempo, veremos surgir entre a língua do primeiro lar (L) e a do segundo (L') diferenças variadas, no tocante ao vocabulário, à gramática, à pronúncia etc. (SAUSSURE, 2006, p.228)

Num caso desses, para o CLG, o estudo “não pode, portanto, ser unilateral; as inovações de ambas as línguas têm igual importância” (SAUSSURE, 2006, p.229). Todavia, como nada mudaria imediatamente e sem o transcorrer do tempo, pelo simples fato de mudar uma língua seu espaço físico, afirma-se que, independente do tempo, “o espaço não pode exercer nenhuma ação sobre a língua. No dia seguinte ao do seu desembarque em L', os colonos saídos de L falavam exatamente a mesma língua da véspera” (SAUSSURE, 2006, p.229).

O CLG faz veemente objeção à hipótese que defende um vínculo entre a língua e o ambiente onde se desenvolve e assim refuta a ideia de que as diversidades de “meio, de clima, de configuração do solo, de costumes especiais (diferentes, por exemplo, num povo montanhês e numa população marítima), podem influir na língua, e [nega] que, nesse caso, as variações aqui estudadas seriam condicionadas geograficamente” (SAUSSURE, 2006, p.230), pois, “*a própria mudança*, abstração feita de sua direção especial e de suas manifestações particulares, numa palavra, a instabilidade da língua, depende somente do tempo” (SAUSSURE, 2006, p.230, grifo do autor).

O *Curso* sugere que se imagine “um território unilíngue, vale dizer, onde se fale uniformemente a mesma língua e cuja população seja fixa, por exemplo a Gália por volta de 450 d. C., onde o latim se havia estabelecido firmemente em toda parte” (SAUSSURE, 2006, p.230). Questionando-se o que ocorreria ao longo do tempo em um território unilíngue e relativamente homogêneo linguisticamente, conclui que: “Como não existe imobilidade absoluta em matéria de linguagem, ao fim de um certo lapso de tempo a língua não será mais idêntica a si mesma.” (SAUSSURE, 2006, p.230). E afirma que: “A evolução não será uniforme em toda a superfície do território, mas variará de acordo com os lugares; jamais se comprovou que uma língua se modificasse da mesma maneira na totalidade do seu domínio.” (SAUSSURE, 2006, p.230).

Com relação ao princípio da espacialidade e suas influências na língua, diz que é a existência de “áreas distintas que explica a diversidade de maneiras de falar em todos os pontos do domínio de uma língua, quando esta é entregue à sua evolução natural” (SAUSSURE, 2006, p.232), afirmando, ainda, que se “num momento dado, uma mesma língua reina por toda a extensão de um território, ao cabo de cinco ou dez séculos os habitantes de dois pontos extremos não se entenderão mais, provavelmente” (SAUSSURE, 2006, p.232). Todavia:

Um viajante que atravessasse esse país de ponta a ponta não advertiria, de localidade para localidade, mais que variedades dialetais mínimas; entretanto, acumulando-se essas diferenças à medida que prosseguisse, acabaria ele por encontrar uma língua ininteligível para os habitantes da região de onde tivesse partido. (SAUSSURE, 2006, p.232).

O *Curso* afirma que se atribuiu “o nome de ‘linhas isoglossas’ ou ‘isoglossas’ às fronteiras dos caracteres dialetais; esse termo foi formado pelo modelo de *isotermo*; todavia é obscuro e impróprio, pois quer dizer ‘que tem a mesma língua’”. (SAUSSURE, 2006, p.234, grifo do autor). Consoante já fora anteriormente constatado, difícil tarefa é “dizer em que consiste a diferença entre uma língua e um dialeto. Frequentes vezes, um dialeto

tem o nome de língua porque produziu uma literatura; é o caso do português e do holandês” (SAUSSURE, 2006, p.235). Então, o mestre orienta que a tal “questão da inteligibilidade desempenha também o seu papel; dir-se-á muito bem, de pessoas que não se compreendem, que falam línguas diferentes” (SAUSSURE, 2006, p.235). E arremata:

Seja como for, línguas que se desenvolveram num território contínuo, no seio de populações sedentárias, permitem verificar os mesmos fatos que os dialetos, numa escala mais vasta encontram-se ali as ondas de inovação, somente que abarcam um terreno comum a várias línguas. (SAUSSURE, 2006, p.235-236).

O *Curso*, então, observa que naquelas “condições ideais que supusemos, só no caso dos dialetos é que se podem estabelecer fronteiras entre línguas aparentadas; a extensão do território é indiferente” (SAUSSURE, 2006, p.236), assim:

Existem pontos extremos nos quais se pode dizer, com segurança: ‘Aqui impera o francês, aqui o italiano’; entretanto, quando entramos nas regiões intermediárias, vemos essa distinção se apagar; uma zona compacta mais restrita, imaginada para servir de transição entre as duas línguas, como por exemplo o provençal entre o francês e o italiano, não tem realidade. (SAUSSURE, 2006, p.236).

Por fim, constata que as “delimitações das línguas se encontram sufocadas, tanto quanto as dos dialetos, nas transições” (SAUSSURE, 2006, p.236). Assim como “os dialetos não passam de subdivisões arbitrárias da superfície total da língua, assim também o limite que se acredita separe duas línguas só pode ser convencional” (SAUSSURE, 2006, p.236). Informa o texto sobre a constância de passagens bruscas de uma língua a outra, e isso o faz questionando que: “as passagens bruscas de uma língua para outra são muito frequentes: de onde provêm elas?” (SAUSSURE, 2006, p.236), e deduz. Que provenham do fato de que certas circunstâncias desfavoráveis evitaram tais transições insensíveis de subsistir.

Apona a família indo-europeia como “um exemplo característico disso. Essas línguas deviam estar, a princípio, em relações muito íntimas e formar uma cadeia ininterrupta de áreas linguísticas, das quais podemos reconstituir as principais, em suas grandes linhas” (SAUSSURE, 2006, p.236). O CLG ainda afirma que “pelos seus caracteres, o eslavo se sobrepõe ao iranino e ao germânico, o que está de acordo com a repartição geográfica dessas línguas” (SAUSSURE, 2006, p.236). Porém, outras causas ainda “contribuem igualmente para apagar as transições, por exemplo, a extensão das línguas comuns à custa dos patuás” (SAUSSURE, 2006, p.237), de sorte que, atualmente, “o francês literário (a antiga língua da Ilha da França) vem chocar-se, na fronteira, com o italiano oficial, e é uma sorte que se possam ainda encontrar patuás de transição nos Alpes ocidentais” (SAUSSURE, 2006, p.237).

Saussure problematiza uma dicotomia pouco recorrente atualmente que diz respeito à *força do intercuro* e ao *espírito do campanário*. Nesse ínterim, afirma que a “propagação dos fatos da língua está sujeita às mesmas leis que regem qualquer outro costume, a moda, por exemplo” (SAUSSURE, 2006, p.238). O intercuro unifica e o campanário particulariza. É, então, ao intercuro que se atribui a “extensão e a coesão de uma língua” (SAUSSURE, 2006, p.239), assim como sua manutenção no tempo. O intercuro é como uma onda que se propaga de modo que “dois dialetos de uma mesma língua, em regiões bastante afastadas uma da outra, têm um caráter linguístico em comum” (SAUSSURE, 2006, p.239).

Acerca da *diferença linguística em territórios separados*, o CLG enuncia que somente:

quando nos damos conta de que, numa massa unilíngua, a coesão varia de acordo com os fenômenos, de que as inovações não se generalizam todas, de que a continuidade geográfica não impede diferenciações perpétuas, é que podemos abordar o caso de uma língua que se desenvolve paralelamente em dois territórios separados. (SAUSSURE, 2006, p.242).

Para o CLG, a causa “importa pouco, aliás; a questão é, antes de tudo, saber se a separação desempenha um papel na história das línguas [Interage no sistema?] e se produz outros efeitos que não os que apareçam na continuidade [territorial e não de tempo]”. (SAUSSURE, 2006, p.242). Afirma terem errado os indo-europeístas quando, “diante de uma grande família de línguas que se tornaram muito diferentes umas das outras, eles não pensaram que isso se pudesse ter produzido de outra maneira que não fosse pelo fracionamento geográfico” (SAUSSURE, 2006, p.242). Não se aperceberam que o tempo era sua causa principal. Fato é que à “imaginação se representa mais facilmente línguas distintas em lugares separados, e para um observador superficial, é a explicação necessária e suficiente da diferenciação” (SAUSSURE, 2006, p.242), conforme constatara o CLG, e diz que outro erro seria associar “a noção de língua à de nacionalidade, esta explicando aquela” (SAUSSURE, 2006, p.242).

Assim, para o *Curso*, “o fracionamento sobre um mesmo território basta para explicar as relações recíprocas entre as línguas indo-europeias, sem que seja necessário admitir que os diversos povos tivessem deixado suas posições respectivas” (SAUSSURE, 2006, p.243), e arremata que, dessa forma “a teoria das ondas não nos dá somente uma visão mais justa da pré-história do indo-europeu; ela nos instrui acerca das leis primordiais de todos os fenômenos de diferenciação e das condições que regem o parentesco das línguas” (SAUSSURE, 2006, p.243).

Algumas colocações e posicionamentos ainda são atribuídas a Saussure no tocante ao assunto em questão, em torno da diferenciação linguística em territórios separados, tendo o linguista afirmado que a “história das línguas indo-europeias nos oferece muitos exemplos de povos que se separaram da grande família por trasladação, e essa situação deve ter tido efeitos especiais; só que esses efeitos se somam aos da diferenciação na continuidade” (SAUSSURE, 2006, p.243). Portanto, “para apreciar os graus de parentesco entre as línguas, cumpre fazer uma distinção rigorosa entre a continuidade e o isolamento” (SAUSSURE, 2006, p.244).

Assim extrai-se do pensamento saussuriano nesse tocante que:

De maneira geral, uma língua que evoluiu na descontinuidade geográfica apresenta, em face das línguas parentes, um conjunto de traços que lhe pertencem exclusivamente, e quando esta língua se fraciona, por sua vez, os diversos dialetos que dela surgem atestam, pelos traços comuns, o parentesco mais estreito que as une entre si, com exclusão dos dialetos de outro território. [...] Bem diferentes são as relações entre línguas sobre território contínuo; os traços comuns que elas apresentam não são forçosamente mais antigos que os que as diversificam. (SAUSSURE, 2006, p.244-245).

Desse modo, segundo o CLG, “dois idiomas vizinhos podem ter uma particularidade comum, sem formar um grupo à parte no conjunto, e cada um deles pode estar vinculado aos idiomas contíguos por outros caracteres, como o demonstram as línguas indo-europeias” (SAUSSURE, 2006, p.245).

Para o CLG, há uma linguística diacrônica prospectiva – que acompanha o curso do tempo – corresponde ao curso verdadeiro dos acontecimentos e é “a que se emprega necessariamente para escrever um capítulo qualquer da Linguística histórica, para desenvolver qualquer ponto da história de uma língua” (SAUSSURE, 2006, p.247). Todavia, “para poder fixar a história de uma língua em todos os seus detalhes, acompanhando o curso do tempo, seria mister possuir uma infinidade de fotografias da língua, tomadas momento após momento” (SAUSSURE, 2006, p.247), de modo que cabe, portanto, empregar o método retrospectivo em se tratando da linguística diacrônica, método este reconstrutivo, apoiado na comparação.

O *Curso* destaca o fato de que, quanto maior o volume de dados para comparação, mais eficiente a indução, e isso “vale para as línguas no seu conjunto” (SAUSSURE, 2006, p.248). Se os dados forem suficientes, seguramente as induções nos presentearão com verdadeiras reconstruções, assim “pôde-se, por comparação, tirar os elementos primitivos que contêm, e reconstituir o essencial da língua indo-europeia, tal como existia antes de diferenciar-se no espaço” (SAUSSURE, 2006, p.248). E, por conseguinte, pelos dados

bastantes à indução, o “método retrospectivo nos faz, portanto, penetrar o passado de uma língua para além dos mais antigos documentos” (SAUSSURE, 2006, p.248).

Acerca da verificação entre dois estados de línguas distintos, qual seria a *língua mais antiga* e qual o *protótipo*, o *Curso* critica o consenso tácito dos comparatistas de que o sânscrito seria o proto-indo-europeu e assevera que uma coisa “é supor o indo-europeu engendrando o sânscrito, o grego, o eslavo, o céltico, o itálico, e outra é colocar uma dessas línguas no lugar do indo-europeu” (SAUSSURE, 2006, p.251). Tal hipótese leva a questionar sobre “o que se quer dizer quando se diz que uma língua seria mais antiga ou mais velha que outra” (SAUSSURE, 2006, p.251).

Quanto à primeira interpretação proposta, o CLG afirma que poder-se-ia, “inicialmente, pensar na origem primeira, no ponto de partida de uma língua” (SAUSSURE, 2006, p.251). Mas, que, entre todas as línguas, “não há nenhuma à qual se possa consignar uma idade, porque toda língua é a continuação da que se falava antes dela” (SAUSSURE, 2006, p.251). Não há um limite apreciável entre os estados de uma língua, pois a *continuidade absoluta* de desenvolvimento de uma dada língua impede distinguir nela gerações, “e Gaston Paris se insurgia, com razão, contra a concepção de línguas filhas e de línguas mães, porque tal concepção supõe interrupções” (SAUSSURE, 2006, p.251). Logo, não seria “nesse sentido que se pode dizer que uma língua é mais velha que outra” (SAUSSURE, 2006, p.252).

Uma segunda interpretação consoante o CLG é a de que pode-se “dar a entender que um estado de língua foi surpreendido numa época mais antiga que outra” (SAUSSURE, 2006, p.252), mas isso só se aplicaria se um dos estados fosse uma variação do outro, o que quer dizer que, entre duas línguas diversas, os efeitos não seriam os mesmos.

Com a terceira interpretação, a “palavra ‘antigo’ pode designar, enfim, um estado de língua mais arcaico, vale dizer, cujas formas se mantiveram mais próximas do modelo primitivo, afora toda questão de data” (SAUSSURE, 2006, p.252). Assim, “se se atribui ao sânscrito maior antiguidade que as outras línguas, isso não pode ser senão no segundo ou terceiro sentidos; ora acontece que ele o é em ambos os sentidos” (SAUSSURE, 2006, p.252). Nesse particular, o *Curso* afirma:

De um lado, concorda-se em que os hinos védicos ultrapassam em antiguidade os textos gregos mais antigos; de outro, coisa particularmente importante, a soma de seus caracteres arcaicos é considerável em comparação com o que outras línguas conservavam. (SAUSSURE, 2006, p.252).

Conforme o CLG, em decorrência da ideia deveras confusa do que seja *antiguidade*, se transformou o sânscrito em algo anterior a toda a sua família linguística, sucedeu “mais

tarde que os linguistas, mesmo curados da ideia de uma língua mãe, continuaram a dar importância excessiva ao testemunho que ele fornece como língua colateral” (SAUSSURE, 2006, p.252).

Aponta o *Curso* que: “Adolphe Pictet, embora reconhecendo explicitamente a existência de um povo primitivo [indo-europeu] que falava sua própria língua” (SAUSSURE, 2006, p.252), nem por isso parece “menos convencido de que cumpre consultar, antes de tudo, o sânscrito, e de que seu testemunho ultrapassa, em valor, o de várias outras línguas indo-europeias reunidas” (SAUSSURE, 2006, p.252).

Destaca o CLG ser “extremamente raro que duas formas da língua fixadas pela escrita em datas sucessivas representem exatamente o mesmo idioma em dois momentos de sua história” (SAUSSURE, 2006, p.253), sendo, na maioria dos casos, línguas aparentadas sem continuidade direta uma com a outra. Afirmando que “exceções confirmam a regra: a mais ilustre é a das línguas românicas em face do latim” (SAUSSURE, 2006, p.253), ilustra que, “remontando do francês ao latim, encontramos bem na vertical; o território dessas línguas resulta ser, por acaso, o mesmo que aquele em que se falava o latim, e cada uma delas não é senão o latim evoluído” (SAUSSURE, 2006, p.253).

O CLG aponta que por meio das comparações e reconstruções se, “em vez de comparar duas palavras de línguas diferentes, confrontamos duas formas tomadas de uma única língua” (SAUSSURE, 2006, p.255), os resultados verificados são equivalentes. Quanto à tarefa de reconstrução acrescenta que, obviamente, não se pretende com as reconstruções restituir uma forma por si mesma, como se a reconstituição de uma língua servisse para lhe aprender as regras do bem falar, ou mesmo para buscar restaurar por completo uma língua, e que “sequer nutrem [os linguistas indo-europeístas] tal ideia [de restaurar completamente o indo-europeu] quando abordam as línguas historicamente conhecidas” (SAUSSURE, 2006, p.257), e tampouco “ao reconstruir as palavras isoladas de línguas pré-históricas” (SAUSSURE, 2006, p.257), e que ainda que a reconstrução ficasse sujeita à revisão, “não se poderia prescindir dela para obter uma noção de conjunto da língua estudada, do tipo linguístico a que pertence” (SAUSSURE, 2006, p.257).

Quanto ao *grau de certeza das reconstruções*, o *Curso* afirma que dentre os fatos que reforçam nossa confiança nas reconstruções está aquele que “diz respeito ao sistema desses elementos fonológicos em cada língua” (SAUSSURE, 2006, p.258), mesmo porque:

para conhecer as unidades fônicas de uma língua, não é indispensável caracterizar-lhes a qualidade positiva; cumpre considerá-las como entidades diferenciais cuja peculiaridade consiste em não se confundirem umas com as

outras. *Isso é de tal maneira essencial que se poderiam designar os elementos fônicos de um idioma a reconstituir por quaisquer algarismos ou signos.* (grifo nosso). (SAUSSURE, 2006, p.258, grifo nosso).

Tal constatação, da indiferença quanto aos signos nas reconstruções, reafirma o conceito da arbitrariedade do signo, na medida em que o que importa é preservar as qualidades diferenciais do sistema, seja a grafia, seja a entonação, enfim quaisquer caracteres, ou elementos; donde pode-se afirmar que a natureza dos signos “não terá importância, desde que não os confundamos com outro dos elementos distinguidos da língua” (SAUSSURE, 2006, p.259).

O CLG reafirma que o linguista “pode, portanto, graças ao método retrospectivo, remontar o curso dos séculos e reconstituir línguas faladas por certos povos muito antes de sua entrada para a História” (SAUSSURE, 2006, p.260). Pergunta-se: “essas reconstruções, não poderiam elas esclarecer-nos também a respeito desses mesmos povos, de sua raça, filiação, relações sociais, costumes, instituições etc.?” (SAUSSURE, 2006, p.260). E reformula a questão indagando: “a língua subministra luzes à Antropologia, à Etnografia, à Pré-História?” (SAUSSURE, 2006, p.260). Afirma que diferentemente do que se esperaria, acredita ser em grande parte uma ilusão.

Deste modo, para o CLG, seria um erro supor que “pela comunidade de línguas se possa inferir a consanguinidade” (SAUSSURE, 2006, p.260), ou que “uma família de línguas encubra uma família antropológica. A realidade não é tão simples.” (SAUSSURE, 2006, p.260). Por exemplo, “cabelo louro, rosto alongado, estatura elevada etc. [...] nem todas as populações de línguas germânicas respondem a tais características” (SAUSSURE, 2006, p.260). Ademais, “vêm-se com frequência nações que adotam ou suportam a língua de seus vencedores, como os gauleses após a vitória dos romanos” (SAUSSURE, 2006, p.260-261). Por conseguinte, “nos casos muito numerosos em que os testemunhos da Antropologia e da língua não concordam, não é necessário opô-las ou escolher entre ambas; cada uma delas conserva seu valor próprio” (SAUSSURE, 2006, p.261).

Afirma o *Curso* que apesar de haver certa reciprocidade, não há vínculo exato entre as línguas e quaisquer características étnicas ou antropológicas de seus falantes que possa ser tomado de maneira universal, de modo que, embora os falantes interajam através de sua língua, não são jamais regentes dela.

Logo, retoma o CLG a questão: “Que nos ensina, pois, esse testemunho da língua? A unidade da raça não pode ser, por si só, mais que um fator secundário, e de modo algum necessário, da comunidade linguística [...]” (SAUSSURE, 2006, p.261). Isso posto,

estabelece que é “entre o etnismo e a língua que se firma aquela relação de reciprocidade já registrada: o vínculo social tende a criar a comunidade de língua e imprime talvez ao idioma comum determinados caracteres” (SAUSSURE, 2006, p.261), e afirma que “inversamente, é a comunidade de língua que constitui, em certa medida, a unidade étnica” (SAUSSURE, 2006, p.261). Entende que: “Reciprocamente, no que respeita à questão de unidade étnica, é a língua que cumpre antes de tudo interrogar [...]” (SAUSSURE, 2006, p.261).

Assim, segundo o mestre, na Itália antiga de nada adianta buscarmos similaridades entre os grupos étnicos dos latinos e dos etruscos, pois, “não se chegará jamais à certeza que a língua dá imediatamente: quatro linhas de etrusco bastam para mostrar-nos que o povo que o falava era absolutamente distinto do grupo étnico que falava latim” (SAUSSURE, 2006, p.262). Logo, nesse tocante “e nos limites indicados, a língua é um documento histórico” (SAUSSURE, 2006, p.262), e “o fato de as línguas indo-europeias constituírem uma família nos leva a concluir por um etnismo primitivo, do qual todas as nações que hoje falam tais línguas são, por filiação social, as herdeiras mais ou menos diretas” (SAUSSURE, 2006, p.262).

Questiona o *Curso*: “se a comunidade de língua permite afirmar a comunidade social, será que a língua nos faculta conhecer a natureza desse etnismo comum?” (SAUSSURE, 2006, p.262). Constata que, por muito tempo, “acreditou-se que as línguas fossem uma fonte inesgotável de documentos acerca dos povos que a falavam e de sua pré-história” (SAUSSURE, 2006, p.262). Considera a obra *As Origens Indo-Europeias* de Adolphe Pictet o ensaio mais atraente desse gênero, que inaugurou a ciência conhecida por paleontologia linguística. Nessa obra, segundo Saussure, “Pictet quer encontrar, nos testemunhos fornecidos pelas línguas indo-europeias, os traços fundamentais da civilização dos ‘árias’, e acredita poder fixar-lhe os aspectos mais diversos[...]” (SAUSSURE, 2006, p.262). Anteriormente a ele outros se valeram da linguística para buscar reconstruir também a mitologia e a religião indo-europeias, ao que o CLG contesta que a seu ver “não parece que se possa pedir a uma língua ensinamentos desse gênero” (SAUSSURE, 2006, p.263). Afirma que isso se dá primeiramente devido à incerteza da etimologia, sendo a evolução dos significados das palavras um segundo fator desfavorável ao emprego da etimologia.

Ainda como um terceiro fator que abala o vínculo entre a linguística e a etimologia, o *Curso* aponta a possibilidade de empréstimos e lembra que, em diversos casos, “a falta de dados extralinguísticos não permite saber se a presença de uma mesma palavra em

diversas línguas se deve a empréstimo ou se prova uma tradição primitiva comum” (SAUSSURE, 2006, p.264). Todavia, é inegável que os termos comuns indicativos de parentesco “permitem afirmar que, entre os indo-europeus, a família era uma instituição tão complexa quão regular, pois sua língua conhecia, nesse particular, matizes que não podemos exprimir” (SAUSSURE, 2006, p.264). Excetuando-se dados muito gerais, um que outro pormenor minucioso vem à tona, segundo o CLG. Considera um caso frutuoso aquele que envolve o estudo comparativo dos nomes dos animais e descreve a reconstituição para o indo-europeu da palavra que designa *bovino* a partir do grego, do sânscrito e do alemão, em que o *Curso*, observa coincidências e afirma que “também a flexão tem os mesmos caracteres em todas as línguas, o que não seria possível se se tratasse de uma palavra tomada de empréstimo, posteriormente, a outra língua” (SAUSSURE, 2006, p.264).

Analisando descritivamente um caso de sufixação da palavra *dominus*, o texto afirma que um “termo germânico de *kindins* (absolutamente perdido nas demais línguas) é empregado por Ulfilas para designar o governador romano de uma província” (SAUSSURE, 2006, p.265). Destarte, a despeito das evidências demonstradas faz-se necessário “lembrar, uma vez mais, que as comparações de língua a língua raras vezes proporcionam índices tão característicos” (SAUSSURE, 2006, p.265).

Agora o CLG parte do questionamento de que: “Embora a língua não forneça muitas informações precisas e autênticas acerca dos costumes e instituições do povo que a usa, servirá ao menos para caracterizar o tipo mental do grupo social que fala?” (SAUSSURE, 2006, p.266). Refuta tal possibilidade, pois, se acredita-se “que uma língua reflete o caráter psicológico de uma nação; uma objeção bastante grave se opõe, entretanto, a tal modo de ver” (SAUSSURE, 2006, p.266), e essa objeção, segundo consta, diz respeito ao fato de que “um procedimento linguístico não está necessariamente determinado por causas psíquicas” (SAUSSURE, 2006, p.266).

E assim prossegue, argumentando que:

As línguas semíticas exprimem a relação de substantivo determinativo a substantivo determinado (cf. port. ‘a palavra de Deus’) pela simples justaposição, que implica, em verdade, uma forma especial, chamada ‘estado construído’, do determinado colocado diante do determinante. (SAUSSURE, 2006, p.266).

Propõe a assertiva de que “esse procedimento nasceu em romance por um puro acaso, tanto morfológico quanto fonético: a redução extrema dos casos, que impôs à língua

essa construção nova” (SAUSSURE, 2006, p.266). Por fim, já concluindo, o mestre afirma que:

o caráter psicológico do grupo linguístico pesa pouco diante de um fato como a supressão de uma vogal ou uma modificação de acento, e muitas outras coisas semelhantes, capazes de revolucionar a cada instante a relação entre o signo e a ideia em qualquer forma de língua. (SAUSSURE, 2006, p.267).

E o CLG aponta que, muito embora nada se possa deduzir com certeza além daquilo especificamente de interesse à linguística, nunca “deixa de ter interesse determinar o tipo gramatical das línguas (quer sejam historicamente conhecidas ou reconstruídas) e classificá-las de acordo com os procedimentos que utilizam para a expressão do pensamento” (SAUSSURE, 2006, p.267).

O *Curso* afirma que vimos que “a língua não está sujeita diretamente ao espírito dos que a falam: insistamos, ao concluir, numa das consequências desse princípio: nenhuma família de línguas pertence, por direito e para sempre, a um tipo linguístico” (SAUSSURE, 2006, p.268). Por outro lado, questionar a qual “tipo um grupo de línguas se vincula é esquecer que as línguas evoluem, subentender que haveria, nessa evolução, um elemento de estabilidade” (SAUSSURE, 2006, p.268).

Lembra que “muitos, ao falar das características de uma família, pensam antes nas do idioma primitivo, e esse problema não é insolúvel, visto tratar-se de uma língua e de uma época” (SAUSSURE, 2006, p.268). Então propõe que “considere-se, por exemplo, a família indo-europeia; conhecem-se as características distintivas da língua de que se originou” (SAUSSURE, 2006, p.268), e, das características enumeradas, vê-se “que nenhuma dessas características se manteve integralmente nas diversas línguas indo-europeias” (SAUSSURE, 2006, p.269).

Seria, portanto, para o mestre, “mais legítimo falar de certas transformações mais ou menos comuns às diversas línguas de uma família” (SAUSSURE, 2006, p.269), uma vez que “o enfraquecimento progressivo do mecanismo flexional, assinalado mais acima, é geral nas línguas indo-europeias” (SAUSSURE, 2006, p.269). Afirma, ainda, ser bastante corrente verificar que determinados traços comuns a todas as línguas de uma mesma família não se verificam no protótipo, logo, se um “traço do protótipo não se pode encontrar nesta ou naquela das línguas derivadas: o contrário é igualmente verdadeiro” (SAUSSURE, 2006, p.269). Um exemplo disso, para ele, é o fenômeno de harmonia vocálica, que “ocorre no uralo-altaico, vasto grupo de línguas faladas na Europa e na Ásia, desde a Finlândia até a Manchúria” (SAUSSURE, 2006, p.269), constituindo-se um “traço comum, sem ser um traço original, a tal ponto que não pode ser invocado para provar a origem comum (deveras

contestada) dessas línguas, nem tampouco seu caráter aglutinante” (SAUSSURE, 2006, p.270).

Acerca, ainda, da identidade de elementos entre línguas aparentadas e seus protótipos, o CLG afirma que, ao comparar “as línguas semíticas com o proto-semita reconstituído, impressiona, à primeira vista, a persistência de certas características” (SAUSSURE, 2006, p.270), reconhecíveis em alguns traços, “vários dos quais se opõem, de maneira surpreendente, aos do indo-europeu: ausência quase total de compostos, uso restrito da derivação, flexão pouco desenvolvida (mais, entretanto, no proto-semita que nas línguas filhas)” (SAUSSURE, 2006, p.270). Contudo, para o mestre, “acontece simplesmente que as línguas semíticas sofreram menos alterações fonéticas que muitas outras, e que as consoantes se conservaram melhor nesses grupos que alhures” (SAUSSURE, 2006, p.271).

Reforça o *Curso* o que seja sua convicção inabalável em toda a obra, um tema fundamental que apoia a teoria em seu conjunto e que é a demarcação da *langue* que não se deixa tocar, e afirma que mesmo “reconhecendo que Schleicher violentava a realidade ao ver na língua uma coisa orgânica, que trazia em si própria a sua lei de evolução” (SAUSSURE, 2006, p.271), seguimos, contudo, “a querer fazer dela uma coisa orgânica em outro sentido, ao supor que o ‘gênio’ de uma raça ou de um grupo étnico tende a conduzir a língua incessantemente por caminhos determinados” (SAUSSURE, 2006, p.271). O tema da *langue* intocável, que evolui segundo um mecanismo que é independente das vontades individuais, vincula-se à emergência de enunciados reitores e, portanto, também favorece a instância de séries de acontecimentos e coisas.

Para finalizar, o *Curso* nos deixa explícito seu ponto de vista:

Das incursões que acabamos de fazer nos domínios limítrofes de nossa ciência, se depreende um ensinamento inteiramente negativo, mas tanto mais interessante quanto concorda com a ideia fundamental deste curso: *a Linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma.* (SAUSSURE, 2006, p.271, grifo do autor).

Conceito simplificado de *langue* no CLG

A linguagem é uma condição natural ao ser humano, todavia o fato de empregarmos os órgãos da fala da maneira como empregamos não pode ser encarado com a mesma naturalidade. Questiona-se, se efetivamente não seria por uma mera coincidência que o uso da linguagem tal qual a empregamos tenha recaído sobre os órgãos fonadores, e não tenha

se desenvolvido de alguma outra forma, mas certo é que a despeito da natureza ou não da linguagem como um todo, a questão específica da linguagem verbal, enquanto principal sistema de signos na forma da *langue* (em sua complementaridade com a *parole*), é um ponto que não parece levantar dúvidas. A linguagem verbal e seu sistema de signos na forma da *langue*, é o principal sistema semiológico que conhecemos.

A partir da enunciação do caráter social da linguagem e da *langue*, aquelas questões acerca da natureza da linguagem deixaram de ter tanta relevância para a linguística que passou a se orientar pela evidência do aspecto convencional e coletivo da *langue*. Segundo a teoria saussuriana, a linguagem é, portanto, uma faculdade natural que, contudo, apresenta uma dimensão individual e uma dimensão social; ambas são indissociáveis, na medida em que a linguagem verbal apenas se dá na coincidência de suas ocorrências; ou seja, no complexo heteróclito e multiforme da linguagem, Saussure conceitua duas realidades distintas. Embora não se realizem isoladamente, essas dimensões articuladas da linguagem podem ser definidas naquelas duas concepções codependentes: a *langue* e a *parole*.

A *langue* refere-se à dimensão social da faculdade da linguagem sendo sua parcela que se encontra estabilizada; é convencional e ocorre nos usos realizados pelos falantes, isto é: se produz por meio da *parole*. A *parole*, por sua vez, é a dimensão (inter)individual do todo heteróclito da linguagem. A *parole*, todavia, não desfruta da mesma estabilidade da *langue*, de modo que seus deslocamentos são responsáveis pelas evoluções promovidas na *langue*.

A continuidade da *langue* no tempo promove sua evolução que se dá através das falas e por meios de deslocamentos realizados em suas relações; essas alterações não se dão livremente, mas referendadas pelo arbítrio de toda a massa falante, que se vale de combinações de unidades delimitadas, da língua falada, investidas de valor para promover a manutenção e modificá-la, na medida em que tampouco a instituição social da *langue* escapa aos efeitos universais do tempo. Porém, o tempo ele mesmo não basta para transformar a *langue*; para tanto é imprescindível considerar o efeito das forças sociais agindo sobre a língua corrente, ou seja, faz-se necessário a coletividade dos falantes promovendo as falas para que haja mudança, como uma garantia da manutenção da *langue*. Resumindo, grosso modo, em termos de relações, é a *parole* empregando a própria *langue* que produz e evolui a *langue*. É a *langue* que viabiliza e rege a *parole*.

A linguagem verbal é, portanto, o sistema semiológico por excelência, sendo o resultado da articulação da *langue* com a *parole*. A *langue*, como conceito da linguística

saussuriana, é aquela instituição social com características peculiares frente às demais, sendo o principal sistema de signos que denominam e manifestam ideias através da articulação das suas unidades discretas delimitadas.

Em sua articulação com a *parole*, a *langue* é a soma dos sinais que se depositam nos cérebros de seus usuários e é um produto das falas anteriores que determina a forma como exprimir as ideias de maneira convencionada, e, que por ser imotivada, independe das vontades individuais, não tendo vínculos definitivos entre seus elementos, o que a torna um sistema de valores que evolui incessantemente e se encerra em sua própria ordem, constituindo, portanto, o objeto de problematizações linguísticas.

Em sua dimensão conceitual, a *langue* no CLG é encarada como uma parte necessária ao exercício da linguagem, que é passível de classificação devido, em grande parte, ao fato de compor-se de artigos delimitáveis e diferenciais com uma relativa fixidez no tempo e uma resistência a qualquer tentativa individual de modificação. Em razão de seus elementos se apresentarem de forma arbitrária e solidária, a *langue* é suscetível duma definição autônoma.

A *langue* é social e convencional, enquanto a linguagem em si mesma é encarada como uma faculdade natural. A *langue* é o meio, que através de convenções persistentes e variáveis, apenas na medida de sua manutenção, comunica toda espécie de fenômenos possíveis e imagináveis através da fala, com a qual estabelece uma relação complementar, sendo igualmente seu instrumento e seu produto.

A *langue* se vale do conjunto dos signos que resultam das junções de duas manifestações complexas, o significante e o significado, que isolados nada representam, mas que unidos adquirem significação. Ela se refere à totalidade de regras e peças que os indivíduos de uma mesma comunidade linguística lançam mão para se fazerem entender entre si e não corresponde a nenhuma língua falada especificamente, mas se aplica a cada uma delas.

A significação que decorre dos signos derivados da junção das partes, *sonora* (significante) e *conceitual* (significado), adquire um valor, um nível virtual de sentido compreensível plenamente apenas através de suas relações oposicionais com todos os demais elementos do sistema. Isolados os signos, ou seja, as unidades concretas decorrentes de dois elementos completamente negativos (sons e conceitos), não são dotados de um valor, por este ser relacional, derivado do conjunto sistêmico dos elementos solidários que compõem a *langue*.

A *langue* é, portanto, conforme o CLG, um sistema convencional e solidário de signos distintos entre si. Cada qual individualmente resulta da junção de duas coisas distintas: um significado e um significante, que não têm existência própria mas compõem um acervo recorrente de elementos presentes nos cérebros dum conjunto de indivíduos, o qual se constitui basicamente de um léxico e de uma gramática, ou *a totalidade das imagens verbais* e um *sistema gramatical que existe virtualmente*. Como na língua tudo é convencional, importa antes de mais nada compreender a sua forma. Sua característica social, bem como a arbitrariedade dos signos a resguardam de tentativas isoladas de mudanças. A *langue* se expressa pelo conjunto dos paradigmas circulantes e consentidos pela comunidade de falantes.

Essas concessões que se fazem às associações recorrentes da *langue*, às suas convenções, não são de maneira alguma determinadas individualmente pelos usuários das línguas faladas e antes pelo contrário, uma vez que, o consenso tácito, *espontâneo*, da comunidade dos falantes é que irá validar ou não a admissão de qualquer unidade. Se há algo de motivado nos empregos que seus usuários lhe dão, o mesmo não pode ser observado na *langue* em si mesma, pois não existe vínculo que prenda o significado ao som, nem o signo que daí decorre ao mundo, nem nada que impeça de o som ser substituído por outro conjunto qualquer de meios convencionais e sistematizados.

Conforme o CLG a *langue* produz a unidade da linguagem, sendo um objeto de natureza concreta e homogênea e, portanto, classificável, delimitável, compondo um sistema de expressão embasado na oposição conceitual das impressões acústicas e formado por um conjunto de fonemas diferenciados organizados em leis que se consolidam através da *parole*, e que são apreendidos pelos falantes por meio do hábito e da atenção. As suas unidades independentes se relacionam com aquilo que as rodeiam na cadeia da fala, que se organiza linearmente por meio dos significantes (o som por excelência), embora a *langue*, não esteja limitada por nada na escolha de seus meios.

A *langue* forma um todo com a vida da massa social, sendo um produto das forças sociais, que, embora seja imotivada, não é livre; por estar ligada ao seu passado e devido ao peso da coletividade é relativamente estável, sendo, assim como a *parole*, produzida e processada pelos falantes. Por estar resguardada, por meio da arbitrariedade dos signos não obedece a vontades individuais e por tudo isso pode ser considerada uma instituição pura que obedece apenas às regras próprias ao seu mecanismo interno. Embora possa, sim, conforme o CLG, ser afetada pelo clima ou pela política, estes aspectos são postos de lado

se nos atermos à sua forma. Então seremos capazes de entender o domínio das articulações no qual há apenas diferenças que se estabelecem no tempo.

O *Proposições para uma semiologia e uma linguística* (PSL)

Lançado em 1973, num Brasil que então sofria uma ditadura militar, o livro *Proposições para uma semiologia e uma linguística: uma nova leitura de Ferdinand de Saussure*, para além de revolucionário é, de acordo com João Marcos Mateus Kogawa (2012) um primeiro aporte da análise do discurso francófona no Brasil. Erigido a partir da problematização da temática estruturalista constitutiva da linguística saussuriana emergente do CLG, o PSL empreende uma leitura materialista ao *Curso*.

Análise arqueológica a partir das emergências de *langue* no PSL, com ênfase na interpretação de sua dimensão conceitual

Na sua Introdução do *Proposições para uma semiologia e uma linguística: uma nova leitura de F. de Saussure*, com relação à formação das suas modalidades enunciativas, Carlos Henrique de Escobar articula um modelo discursivo maiormente vinculado a enunciados do tipo demarcativo e interpretativo. Em relação às escolhas estratégicas e temáticas, pautado em uma terminologia psicanalítica teorizará acerca dos *fantasmas* que atribui à linguística estrutural e afirma:

A nossa semiologia materialista dirigida a pensar o elemento ‘*meios de trabalho*’ dos processos de trabalho dos discursos ideológicos se abre em *linguística* – e outras ciências de ‘*meios de trabalho*’ discursivos – isto é, numa ciência que analisa os *meios de trabalho* linguísticos como processos de trabalho de discursos de língua. (ESCOBAR, 1973, p.11, grifo do autor).

Essa semiologia materialista, pensada a partir da leitura de Saussure, no PSL Escobar propõe desenvolver sob a designação de *ciência dos discursos ideológicos* (CDI), acerca da qual afirma que:

se a linguística está diretamente ligada e subentendida na ciência dos discursos ideológicos ela também se especifica e se diferencia relativamente quando analisa e produz os conceitos das questões dos ‘*meios de trabalho*’ dos discursos ideológicos, cujos processos de trabalho operam com discursos de língua. (ESCOBAR, 1973, p.13).

De acordo com as escansões discursivas que se deram a partir da leitura escobariana, “Saussure recusa uma linguística de estatuto vivido, de saber gramático e de experiência de língua a partir de um presumido saber nato [...] ele fala da língua como um *sistema* com suas regras próprias e articulações” (ESCOBAR, 1973, p.13-14, grifo do autor). Em busca de uma *problemática saussuriana*, o PSL afirma não se deter no *deslocamento conceitual* promovido por Saussure, e identifica a “sua recusa de uma linguística dos ‘meios de expressão’ para uma linguística como teoria, e teoria do *sistema* de língua” (ESCOBAR, 1973, p.14, grifo do autor). Adverte, contudo, que a “recusa da linguística como ‘meios de expressão’ não nos situa na meia-verdade do sistema de língua da linguística estruturalista” (ESCOBAR, 1973, p.14-15).

Assim, a linguística proposta no programa escobariano “se estende à problemática da produção nos temas dos discursos de língua, o que só foi possível na medida em que a pudemos situar – conforme sua verdade – na problemática da ideologia e da história” (ESCOBAR, 1973, p.15). Essa é a temática chave de toda a obra, e rege desde os enunciados vinculados à linguística científica e à semiologia materialista, que emergem principalmente a partir de uma formulação marcadamente crítica em relação aos enunciados estruturalistas, quanto os enunciados relacionados à ciência dos discursos ideológicos, que embora mais propositivos, também emergem através da crítica aos enunciados do programa estruturalista, e não se valem de uma objetificação discursiva de aspectos da realidade concreta de línguas faladas.

Segundo Escobar sua própria proposta de trabalho não se encontra ainda satisfatoriamente desenvolvida, pois conforme adverte no PSL, a “relação necessária dos discursos de língua como ‘meios de trabalho’ dos processos de trabalho dos discursos ideológicos exigiria um amplo trabalho sobre a ciência dos discursos ideológicos e não o resumo dos seus pressupostos teóricos” (ESCOBAR, 1973, p.15), conforme apresentado nas conclusões do livro.

Por inúmeras vezes, e das mais variadas formas, o texto irá reiterar que “o conceito de *langue* em Saussure flutua em três níveis diferentes, isto é, em um nível propriamente linguístico (*a langue*), em um nível semiológico (o estatuto do *discurso de língua*) e em um nível de ciência dos discursos ideológicos (‘psicologia social’, etc.)” (ESCOBAR, 1973, p.15, grifo do autor).

Escobar lamenta a não exaustividade, o não acabamento de sua própria proposta de trabalho, conforme lemos em, a “análise não vai – conforme fora no início o nosso desejo – até a análise concreta de uma formação de discursos ideológicos com dominante dos

discursos de língua (no corpus mais geral de uma formação de discursos ideológicos)” (ESCOBAR, 1973, p.15). A análise escobariana se detém na expectativa do desenvolvimento de sua “*linguística científica*. Isto é, dos discursos de língua (em seu estatuto semiológico) como um processo de trabalho discursivo específico que repensaria a fonologia, a morfologia, a sintaxe, que revolucionaria a semântica na problemática mesma dos discursos ideológicos” (ESCOBAR, 1973, p.15, grifo do autor), pois pensar “os termos dos processos de trabalho dos discursos de língua resituando os fonemas nos termos de ‘meios de trabalho’ dos discursos de língua, e da semântica como matéria-prima, etc. exigiria de nossa parte um outro trabalho” (ESCOBAR, 1973, p.15-16).

Conforme o *Proposições*, a linguística estática estruturalista hostiliza a criatividade, enquanto o gerativismo seria “uma concepção de ‘criatividade não-subjetiva’ no interior da língua” (ESCOBAR, 1973, p.16, grifo do autor), e esse posicionamento estático do estruturalismo falseia, segundo Escobar, tanto a problemática da linguística saussuriana, quanto a questão da produção dos discursos, bem como, “o papel que aí cumprem os discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.16).

Segundo Escobar, sua leitura “redescobre nos conceitos da linguística saussuriana os termos da produção, da articulação dos discursos de língua com a história, dos níveis enfim pelos quais os discursos de língua são concebidos por conceitos e se armam em torno das questões de sua produção” (ESCOBAR, 1973, p.16). A demarcação enunciativa, a interpretação e recorte de signos, as deduções e as analogias são os elementos que predominam na formação do discurso. Para o PSL:

As relações sujeito/objeto ou de uma ‘harmonia pré-estabelecida’ (numa mesma problemática empirista) por onde se tem lido os conceitos de *langue/parole*, *significante/significado*, *sincronia/diacronia*, *sintagma/paradigma* etc. são radicalmente recusadas no primado epistemológico da teoria, dos conceitos teóricos da linguística e da concepção mesma que por aí resulta da língua como processos de trabalho de discursos de língua. (ESCOBAR, 1973, p.16, grifo do autor).

Assim o PSL considera que a “fonologia, a morfologia e a sintaxe retomam sua verdadeira força quando encontram seu lugar nos processos de trabalho dos discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.17). Portanto, não se contenta em aderir à universalidade estruturalista ou à criatividade na frase do gerativismo ou em se resignar nos “esforços recentes por pensar ‘uma teoria linguística da frase’, no corpo de um *sistema de língua*” (ESCOBAR, 1973, p.17, grifo do autor).

Confrontando aquilo que designa como a relação sujeito/objeto em ambas as correntes linguísticas que ora problematiza, a saber: o estruturalismo e o gerativismo, o

autor afirma que seus “conceitos de processo de trabalho dos discursos da língua vão muito além e não correm o risco de ficar entre a ‘criatividade subjetiva’ (na frase) e a ‘universalidade’ das estruturas de língua” (ESCOBAR, 1973, p.17), uma vez que considera que a *impregnação* dos “processos de trabalho dos discursos de língua por um campo semântico ativo recoloca para nós a função ideológica em comum de todos estes discursos” (ESCOBAR, 1973, p.17). Com analogias explícitas na forma de comparações entre os temas pertinentes ao gerativismo e ao estruturalismo, as positivities deste programa vão construindo as demarcações enunciativas que vão estabelecendo seu acervo, seus recortes no saber, no domínio das coisas ditas.

Desse modo, seu objeto são os “*discursos* e não ‘línguas’ ou ‘linguagens’, visto que eles se situam e resultam (em sua continuidade com a história) a partir de um *campo de força*, de uma divisão de um combate ideológico e portanto semântico” (ESCOBAR, 1973, p.17, grifo do autor). Com a proposição de se objetivar os *discursos* em detrimento à *langue*, a temática do *discurso*, juntamente com as questões pertinentes à ideologia e à História, vincula-se à emergência dos enunciados reitores.

Em nota de rodapé, lê-se: “No 3º curso, finalmente, o tema das línguas, que surge na linguística externa, a prática da língua pelos ‘indivíduos’, etc. [...]” (ESCOBAR, 1973, p.18). Então, Escobar considera, sobre sua análise dos três cursos de Saussure, que no “primeiro curso Saussure principia pela linguística diacrônica, explicando que ‘o lado histórico da língua é ignorado pelos sujeitos falantes’” (ESCOBAR, 1973, p.21), e que por sua vez as questões observadas “da relação dos discursos de língua (no corpo da problemática dos discursos ideológicos) como articulação com a história ficarão por vezes imperceptíveis ao nível dos problemas da linguística externa e interna, da arbitrariedade do signo, da *parole* etc.” (ESCOBAR, 1973, p.22, grifo do autor).

A negação da independência do sistema da *langue* ante a História, institui aquilo que segundo a arqueologia é um dos elementos mais produtores em matéria de discursos, a contradição. A escolha lexical de *imperceptíveis* instaura um grau de certeza em relação a um elemento que de fato não se verifica na leitura saussuriana convencional. Isto prepara o terreno para as questões que fundamentam os enunciados reitores, que consoante observamos se dão até aqui erigidos a partir de três elementos principais: o *discurso*, a *ideologia* e a *História*. Assim o *Proposições* expõe que “chegar ao objeto de conhecimento da linguística – pelo menos aproximativamente – é armar um quadro conceitual que surpreende o lado *ideológico* e *histórico* dos *discursos* de língua articulada” (ESCOBAR, 1973, p.22, grifo nosso). Afirma, contudo, que, por outro lado:

se *langue* continua sendo outra coisa que um *conceito*, talvez um modelo, se a *sincronia* é encarada, em Saussure, como ‘sincronia empírica’, delimitada num tempo real, etc., se, enfim, os *conceitos* deixam de ser conceitos para ser aspectos contínuos de uma realidade fora que se mostra também aqui por estas abstrações, então Saussure não é o cientista do corte que pretendemos. (ESCOBAR, 1973, p.22, grifo do autor).

Assim, Escobar realiza suas escansões no arquivo, que pautadas na reinterpretação da terminologia saussuriana promovem as demarcações que caracterizam sua própria concepção de *langue*. Aponta que Saussure, em seu último curso, aborda a dimensão conceitual “da *langue*, e isso somente depois de refletir todo um semestre sobre o contexto dito ‘periférico’ dado a este problema fundamental” (ESCOBAR, 1973, p.23, grifo do autor), enquanto “procurava pensar a ‘geografia linguística’, a ‘escrita’, a fonética, as famílias de línguas, etc.” (ESCOBAR, 1973, p.23), mas que, todavia, através dos editores, a busca saussuriana pelos “fundamentos teóricos da linguística se converteu em ‘os dados de base’ sobre os quais a linguística se fundará e em seguida no esforço de pensar as noções ou articulações das partes constitutivas das línguas” (ESCOBAR, 1973, p.24, grifo do autor).

Dessa forma, o PSL entende que a linguística saussuriana estruturalista presente no CLG “não dá-se conta do produto teórico de *Saussure* – [...] tende a ver no *Saussure* dos cursos (1907-1908-1910 e da publicação do *Cours*-1916) uma linha de continuidade com o Saussure do... *Memória sobre o sistema primitivo das vogais nas línguas indo-europeias*” (ESCOBAR, 1973, p.24, grifo do autor). A esse respeito, afirma que “estes ‘dados elementares’ se constituem naquilo que a linguística estrutural reúne na postulação do *sistema* das línguas, isto é, as relações formalizadas numa língua dada” (ESCOBAR, 1973, p.25, grifo do autor) e deduz que “estes ‘dados elementares’, este ‘sistema’ das línguas, não constituem nenhuma contribuição ‘revolucionária’ à linguística contemporânea de Saussure (jovem ou adulto)” (ESCOBAR, 1973, p.25). Considera que os *achados* saussurianos do *Mémoire des voyelles* “não constituem ‘teoria linguística’, mas sim um aprimoramento na análise empírica das línguas indo-europeias” (ESCOBAR, 1973, p.25-26).

Contudo, admite que, apesar da sua discordância em relação às estratégias teóricas estruturalistas e suas verificações e descrições ancoradas no empírico, nas positivities dos falantes, “em nada conflituam nossas postulações, a respeito da não-cientificidade da linguística empírica, com o testemunho posterior da validade relativa de suas observações das línguas ou formações linguísticas” (ESCOBAR, 1973, p.26). Questiona se a escassez

de publicações saussuriana “se dê apenas por uma diferença ‘estrutural’ da análise – isto é, por uma formalização maior do ‘sistema’ das línguas já admitida por todos” (ESCOBAR, 1973, p.26, grifo do autor). E cita a carta de Saussure a Meillet, que buscara em Benveniste, o trecho escrito por

Saussure: ‘Sans cesse l’ineptie absolue de la terminologie courant, la nécessité de la reformer et de montrer pour cela quelle espèce d’objet est la langue en générale, vient gêter mon plaisir historique, quoique je n’aie pas de plus cher voeu que de n’avoir pas à m’occuper de la langue en général’⁴.(ESCOBAR, 1973, p.27).

O modelo de ciência emergente do PSL, materialista e inspirado na leitura crítica desempenhada por Althusser, acusa a *práxis* linguística presente na redação do CLG de submeter a teoria ao método e não o contrário, e assim perder seu caráter científico “que em linguística significa uma prática subordinada à Teoria Linguística, que na forma de um método entra em contato teórico produzindo conhecimento na medida mesma que trabalha e constata a coerência teórica do seu objeto próprio (a langue)” (ESCOBAR, 1973, p.29).

Escobar aponta que, para Saussure, abordar “uma formação linguística ou um discurso específico de língua é retomar os trabalhos de produção de um objeto de conhecimento” (ESCOBAR, 1973, p.29). Segundo sua interpretação, “a *conjuntura ideológica pré-corte linguístico* se havia demarcado nitidamente por um lado, como descrição e formalização das línguas” (ESCOBAR, 1973, p.30, grifo do autor), e que, portanto, pretender “que estes linguistas, ocupados com a história e a descrição das línguas, não tenham tido tempo para os ‘cuidados teóricos’ (Benveniste), e que os cuidados teóricos de Saussure não eram senão estas ‘preocupações lógicas’ é obscurecer ainda mais estas questões” (ESCOBAR, 1973, p.30).

Conforme lê-se no PSL, o CLG “coloca para nós uma situação ainda mais difícil, ao menos ao nível do texto-chave desta ciência, que é a de distinguirmos já, e em muitos níveis, as deformações ideológicas empreendidas contra a ciência da língua” (ESCOBAR, 1973, p.31). Segundo lê-se no PSL, Benveniste afirma que:

na linguagem ‘tudo deverá ser definido em termos duplos’, ou em termos de ‘dualidade opositiva’, e em razão disto nos dá a lista destas oposições (articulatório/acústico – som/sentido – indivíduo/sociedade – langue/parole – material/insubstancial – sintagma/paradigma – identidade/oposição – sincrônico/diacrônico, etc.). (ESCOBAR, 1973, p.32).

⁴ Sem cessar, a inépcia absoluta da terminologia atual, a necessidade de reformá-la e de mostrar para ela que tipo de objeto é a linguagem em geral, vem estragar meu prazer histórico, embora eu não tenha um desejo mais desejável do que não ter que lidar com a linguagem em geral. (tradução nossa).

Conforme o PSL, é inútil “referir-se à linguagem como ‘o que há de mais paradoxal no mundo’ para tentar colocar a relação (sem admiti-la como ‘linguística’) de uma estrutura rigidamente dual da língua e um uso uniforme da linguagem sobre as outras práticas” (ESCOBAR, 1973, p.33). Considera que o “esforço de formalizar rigidamente a língua se compõe ao lado de outros tantos critérios idealistas do empirismo” (ESCOBAR, 1973, p.33), e que não seria o caso de negar a importância conferida “às *distinções* no interior da língua, mas de afrontar a tentativa de ver a língua totalmente (e a linguística) apenas nestas distinções, sem pensar (ou produzir) o estatuto teórico da linguística onde estas distinções são aspectos” (ESCOBAR, 1973, p.33, grifo do autor).

O que Escobar identifica como importante é um retorno “à *teoria* (que existe e se continua dela mesma), é voltar à ciência, é começar fora de toda origem (de toda não-ciência) a ciência dos discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.35, grifo do autor). Afirma que ao se determinar em linguística:

a estrutura de produção da *prática da língua* (como região da ciência dos discursos ideológicos), isto é, a relação entre os diversos níveis em termos de eficácia, de determinação e ação recíproca, nós nos esvaziáramos em figurar ‘correspondências formais’ entre as estruturas. (ESCOBAR, 1973, p.36).

Assim no PSL, Escobar se justifica:

Eis, então, porque dizemos – o que não contraria o *Saussure do Corte*, senão mesmo o realiza – que a linguística, até então ‘ideal’ e universalizante, deve ser situada na ciência dos discursos ideológicos (isto é, na *ciência da história*) como uma ciência regional do discurso ideológico de ‘língua’, dos processos de trabalho dos discursos de língua, mesmo se nos distanciamos, aparentemente, de Saussure. (ESCOBAR, 1973, p.39, grifo do autor)

Escobar afirma que “Saussure, conforme mostraremos, produziu *o objeto de conhecimento da linguística (a ‘langue’)*, enquanto que os *estruturalismos, linguísticos e não linguísticos, têm-se constituído em discursos sobre regiões empíricas*” (ESCOBAR, 1973, p.39, grifo do autor). Porém, a “conjuntura ideológica pré-corte na linguística saussuriana se encontra *nos trabalhos e interesses dirigidos ‘à descrição das línguas existentes’*” (ESCOBAR, 1973, p.40, grifo do autor). Em seguida assevera que:

O *corte* nas ciências se encontra sempre sobredeterminado pela acumulação de configurações ideológicas e alguns destes elementos são (no interior mesmo da linguística histórica e comparativa) *os interesses já despertados para a descrição das línguas existentes* (ou análise linguística descritiva, ou sincrônica). (ESCOBAR, 1973, p.40, grifo do autor).

Assim, o *Proposições* busca demonstrar o que compreende como falta de novidades da linguística saussuriana empreendida na redação do CLG e cita que o “comparatista

alemão *Wilhelm von Humboldt* (1767-1857) encara cada língua como uma totalidade coerente, fixando o conceito de forma – *que será decisivo para a nova linguística*” (ESCOBAR, 1973, p.40, grifo do autor), de modo que Humboldt já pensa o “papel da língua nas formações sociais, como algo institucional, etc., e literalmente muitas noções saussurianas já aparecem armadas nele” (ESCOBAR, 1973, p.40, grifo do autor).

Cita ainda a este respeito que: “*William D. Whitney* também colocou a necessidade de uma descrição e de uma análise sistematizada da língua (*The Life and Growth of Language*, 1875) e Saussure demonstra um apreço particular por este linguista americano.” (ESCOBAR, 1973, p.40, grifo do autor). Constata que o “linguista russo-polonês J. Baudouin de Courtenay trabalha a análise formal das línguas e seu nome é quase inseparável dos trabalhos analíticos da língua” (ESCOBAR, 1973, p.41). E ainda afirma que o “historicismo linguístico fica bem demarcado por respeito às ‘descrições’ das línguas” (ESCOBAR, 1973, p.41). E portanto, para Escobar, não há nada de novo em se tratando em termos estruturalistas a linguística saussuriana.

Contudo, atribui o corte à concepção da parte de Saussure, de um conceito de *langue*, que, embora derivado daquele, busca objetar-se, ao que o termo representa no CLG. Assim, contrapondo o *Curso*, afirma que Saussure “produzirá um objeto de conhecimento (a *langue*) – e caso não admitíssemos que ele produziu este objeto deveríamos então considerá-lo (de certa forma) *continuo* com todos estes linguistas, e linguistas, como dissemos, *da conjuntura ideológica pré-corte*” (ESCOBAR, 1973, p.41, grifo do autor). E então afirma:

Quanto a nós, os esforços de opor e mesmo de articular Saussure com seu tempo (e os tempos imediatos que o cercam) constituem os trabalhos preliminares de caracterização das *demarcações da conjuntura ideológica pré-corte linguístico*. É por isso que, por exemplo, nós vemos nos trabalhos da linguística descritiva, na medida em que ela abstrai todo movimento de evolução das línguas, um critério essencial desta demarcação. (ESCOBAR, 1973, p.45, grifo do autor).

Nesse sentido, considera que não por acaso, “*Anton Marty* opõe ao historicismo dogmático de *Hermann Paul* um trabalho descritivo puramente sincrônico da língua” (ESCOBAR, 1973, p.45, grifo do autor), e que os êxitos do comparatismo “(estudo comparado das línguas indo-europeias, com a demonstração de seu parentesco, as ‘leis fonéticas, e as regras da transformação’) não estiveram isentos de um aspecto técnico capaz de convencer os menos dispostos a sua ‘verdade’ científica” (ESCOBAR, 1973, p.46), para então afirmar que, nesse “nível de ‘cientificidade’, já encontramos uma crítica à questão

das ‘origens das línguas’ e, no seu lugar, se prefere falar agora de uma ‘*fase indo-europeia comum*’, de um período ou de um lugar” (ESCOBAR, 1973, p.46, grifo do autor).

O autor aponta que: “*J. Schmidt* ataca a concepção schleicheriana da ‘árvore genealógica’, onde se diz que cada língua se transforma, no tempo, em outras línguas, conforme regras bastante definidas.” (ESCOBAR, 1973, p.46, grifo do autor). Afirma que não seja mais inocentemente “que a linguística se dirige à preocupação das descrições das línguas, de onde, e na medida de uma inspiração empirista, ela possa mais tarde falar de modelo, e se inspirar nas linguagens formais da matemática” (ESCOBAR, 1973, p.47). E desfere que “a noção *estrutural* se faz a um nível muito geral, por onde se pretende dizer do caráter sistemático e abstrato da língua” (ESCOBAR, 1973, p.47, grifo do autor), de modo que, a seu ver “é ‘naturalmente’ *estrutural* quase a totalidade dos trabalhos sobre as línguas no nosso século (e em outros)” (ESCOBAR, 1973, p.47, grifo do autor).

Sustenta tal ideia na afirmação de que “Humboldt, em sua *forma* linguística já não admitia a separação entre estruturação semântica e estrutura da língua, isto é, se opunha ao que veio ser mais tarde o antimentalismo de um certo estruturalismo” (ESCOBAR, 1973, p.49, grifo do autor). Acusa ser um hábito, o fato de “chamar de ‘científica’, em Saussure, a determinação de ‘estados de língua’, em razão de sua contraposição aos neogramáticos, já que estes trabalhavam a língua como um fluxo histórico em pleno devir” (ESCOBAR, 1973, p.50). E afirma: “eis porque então Mattoso [Câmara Jr.] cita a famosa frase de *Hermann Paul* (1920): ‘não há outro estudo científico da língua senão o histórico’.” (ESCOBAR, 1973, p.50, grifo do autor).

Então, o PSL afirma que a “caracterização de Saussure como aquele que apreende a *lógica dos fatos de língua* na verdade não percebe a importância e a profundidade de sua linguística e funde Saussure com aquilo que ele recusa” (ESCOBAR, 1973, p.50, grifo do autor). Adverte que a “distinção, *historicidade dos fatos de língua* ou *logicidade – estrutural – deles* ‘num dado momento’ não se distingue ao nível de seus objetos e é incompatível com a linguística de Saussure” (ESCOBAR, 1973, p.50, grifo do autor). Afirma que “tanto um fato de língua como uma língua encarada na ordem empírica dos seus fatos não se sobrepõem ao objeto empírico” (ESCOBAR, 1973, p.50) e que Saussure, “para ter fundado uma ciência deveria ter-se colocado fora desse objetivo empírico comum, tanto do estruturalismo empírico descritivo quanto do historicismo” (ESCOBAR, 1973, p.50).

Assim, segundo as demarcações escobarianas, da “falsa distinção de *Saussure* frente aos neogramáticos decorre uma forma não menos equivocada de entender aquela

parte de sua obra que questiona o ‘tempo nas línguas’, isto é, sua *história*” (ESCOBAR, 1973, p.50, grifo do autor), ou então “supõe-se que *Saussure* seja fiel aos neogramáticos no sentido histórico (diz Jakobson). Ideia absurda. E absurda até mesmo se admitíssemos que *Saussure* não teria feito nada além de apreender as línguas como ‘estados’” (ESCOBAR, 1973, p.50, grifo do autor).

Escobar formula a questão: “como poderia ele [Saussure] juntar, numa mesma concepção das línguas, a sua estruturalidade efetiva e a sua evolução historicista?” (ESCOBAR, 1973, p.50). E acrescenta a dedução de que ao menos “teria que ficar aberta a questão do tempo histórico da língua numa concepção estruturalista dos estados de língua e não preenchida, se assim podemos dizer, contraditoriamente com seus princípios de ‘estado de língua’” (ESCOBAR, 1973, p.50-51). Aponta ainda que contemporaneamente a Saussure, Marty “tinha posição definida sobre a língua como ‘estado’, como lugar de ‘leis descritivas’, e o próprio *Hermann Paul* admitia uma análise deste estado da língua, ainda que estivesse sempre associando o ‘fato de língua’ ao *processo mental* (psicologicamente)” (ESCOBAR, 1973, p.51, grifo do autor).

Acusa, ademais, os aspectos que denuncia como um empirismo da parte dos editores: “Da mesma forma, e ainda empiricamente, não nos cabe ver em *Saussure* a novidade (que novidade?) da determinação da língua como *instituição*, de onde (dizem os linguistas empiristas) adviria o conceito de ‘langue’ de *Saussure*.” (ESCOBAR, 1973, p.51, grifo do autor) Quanto a isso, acrescenta que “Whitney, muito antes, se debaterá neste sentido, e quando Saussure se refere a ele o faz no sentido de criticar a problemática da ‘origem da língua’ e não (como se supõe) identificando o seu objeto com a ‘instituição’ whitneyana.” (ESCOBAR, 1973, p.51) Em nota de rodapé acrescenta: “só mais tarde, e no interior da exposição mesma da problemática dos discursos de língua poderemos indicar o estatuto teórico do conceito de ‘instituição’” (ESCOBAR, 1973, p.51).

Conforme a leitura escobariana, Saussure emprega Durkheim, “mas ele o faz ilustrando os aspectos complementares dos seus conceitos (sistematizados) da análise das línguas como discursos de língua e na ‘história’” (ESCOBAR, 1973, p.51). Para ele, os conceitos saussurianos “de associação (paradigma) e de sintagma, que constituem conceitos complementares do *objeto de conhecimento* da sua linguística, passaram a ser vistos como termômetros de mensuração da estruturalidade empírica das línguas” (ESCOBAR, 1973, p.51, grifo do autor). Dessa forma, a “estruturação sistemática e a estruturação linear perderam o papel de conceitos preliminares sobre a *causalidade*

específica da ‘*langue*’, para ser fitas métricas da ‘descrição de línguas’” (ESCOBAR, 1973, p.51, grifo do autor).

Segundo o *Proposições*, sem contudo, deixar de reconhecer a importância de Jakobson, bem como a sua

determinação do fonema (e a superação deste conceito) como estruturação de traços fônicos, não podemos deixar de sentir como parcial essa sua validação do paradigmático na língua (‘contra a supremacia da linearidade linguística’, diz Mattoso), já que Jakobson continua a não dar-se conta do significado da linguística de *Saussure* e do primado teórico (não descritivo) dos seus conceitos. (ESCOBAR, 1973, p.52, grifo do autor).

Para Escobar, segundo concepção bastante recorrente no texto do PSL a “*langue* da ciência de Saussure não são as ‘sincronias empíricas’, as ‘descrições’, as ‘histórias’ neogramáticas ou os ‘universais’ metafísicos da linguística recente, mas um núcleo conceitual e suas leis dialéticas” (ESCOBAR, 1973, p.54, grifo do autor). E assim,

com o objeto de conhecimento *langue*, produzido teoricamente, parece-nos equívoco dizer, por exemplo, como *E. Benveniste*, que a ‘linguística tem um duplo objeto’: ‘...ela é a ciência da linguagem e ciência das línguas...’ (pág. 19, *Problèmes de linguistique générale*. Gallimard) e confundir, então, ato contínuo, o *objeto teórico da linguística* com ‘línguas’ ou ‘linguagem’, isto é, com um objeto singular concreto. (ESCOBAR, 1973, p.54, grifo do autor).

Destaca a “afirmação de *Benveniste*: ‘esta distinção, que não se faz sempre, é necessária: a linguagem, faculdade humana, característica universal e imutável do homem, é outra coisa que as línguas, sempre particulares e variáveis, nas quais ela se realiza’” (ESCOBAR, 1973, p.54, grifo do autor). Para afirmar que a indistinção “da *langue* com as línguas ou, do objeto de conhecimento com o objeto empírico, tem sido uma decorrência da interpretação não-vigiada teoricamente de F. de Saussure e, ademais, a variante estruturalista de uma ‘linguagem universal’ e das ‘línguas numerosas’” (ESCOBAR, 1973, p.55, grifo do autor). Continuando em seu posicionamento, sustenta que “a história da linguística implica na produção da *Teoria linguística* [...] para que a *ciência* da língua passe a existir” (ESCOBAR, 1973, p.55, grifo do autor), afirmando que nem “a distinção entre a língua, enquanto objeto de especulação (Grécia – Idade Média), e a língua objeto de observação (Séc. XVIII) constitui conceito para pensar esta *história*” (ESCOBAR, 1973, p.55, grifo do autor).

Conforme defendido pelo PSL, a

observação da língua pode, é verdade, ser distinguida (demarcada) ao nível do material ideológico, mas isto apenas para se pensar os limites da problemática ideológica e se ter nas *descrições* das línguas que precedem, imediatamente, o corte saussuriano, como um indício da articulação, que a ciência, em ‘seus

começos’, encontra-se com a conjuntura ideológica específica, onde ela se faz. (ESCOBAR, 1973, p.55, grifo do autor).

Contudo, pondera que “não pensamos com isso homogeneizar (melhor seria dizer *indiferenciar*) o material empírico situado pela história da reflexão sobre as ‘línguas’ e a ‘linguagem’” (ESCOBAR, 1973, p.55, grifo do autor). Considera que a “descoberta do *sânscrito* no começo do século XIX, as relações de parentesco entre as línguas indo-europeias, os trabalhos desenvolvidos na gramática-comparada, ainda que não ‘científicos’, constituem o material ideológico próprio da linguística [...] pré-corte” (ESCOBAR, 1973, p.56, grifo do autor).

Retomando suas demarcações através de contraposições dedutivas, acerca daquilo que considera como um empirismo invasivo, aponta que:

Se, até o começo do nosso século, as posições genéticas eram dominantes na interpretação das línguas – isto é, o estudo da *evolução* das formas linguísticas – e se, contemporaneamente a este sentimento de sucesso nas explicações historicistas, vão surgindo as questões por referência à natureza, à realidade, à estrutura, (etc.), das línguas, este paralelismo, descritivo/genético, tem agora aspecto particular frente à alternância constitutiva do empirismo, especulativo ou não, onde a ‘linguística’ sempre se situou. (ESCOBAR, 1973, p.56, grifo do autor).

Dentre outros fatores que contribuem para aquilo que o PSL acusa como uma *falsa oposição estrutura/história*, destaca:

o interesse despertado por línguas não escritas (e sem história), línguas dos índios americanos, que viriam revelar a parcialidade do instrumental de análise aplicado sobre as línguas indo-europeias e que conduziriam, os já relativamente formalizados conceitos-instrumentos da linguística, a um despojamento especulativo maior, ao mesmo tempo que a uma tecnização bastante marcada. (ESCOBAR, 1973, p.56).

Assim, para o *Proposições*, como um resultado das estratégias descritivas adotadas pela linguística para analisar as línguas a partir do conceito de *langue* saussuriano editado no *Curso* “tratava-se agora (na forma de uma assimilação apenas ‘técnico-empírica’ do *CLG*, de Saussure) de descrever e analisar as línguas nos seus elementos formais próprios” (ESCOBAR, 1973, p.56). Afirma, porém, que entender que “a linguística é mais ciência porque dá *status* de ‘língua’ a qualquer língua e então a ‘descreve’ e a analisa *nela mesma* (como diz Benveniste) é um equívoco” (ESCOBAR, 1973, p.57, grifo do autor). Nesse sentido, adverte:

se, por um lado, o historicismo dos linguistas, que trabalhavam as línguas indo-europeias, indicava uma parcialidade ideológica no objeto e nos instrumentos da linguística, por outro lado, a linguística cartesiana (não menos empirista) pressupunha uma universalidade (gramática universal) onde as línguas dispersadas se redimiam, isto é, em sua parcialidade efetiva (dos meios teóricos) guardava-se

a generosidade filosófica de atribuir um ser (universal) de língua a toda e qualquer língua. (ESCOBAR, 1973, p.57).

Através de demarcações teórico-conceituais no arquivo aponta, ainda, que “o empirismo, vestido diferentemente, dos cartesianos ou dos estruturalistas em linguística têm em comum a concepção da *totalidade expressiva* como estrutura da língua, e não fazem senão sublinhar ou o sujeito ou o objeto desse círculo epistemológico fechado onde trabalham” (ESCOBAR, 1973, p.57, grifo do autor). E de dedução em dedução justifica sua teoria (tema, estratégia) de que, o discurso saussuriano acerca da sistematicidade da *langue* não acrescenta nada de novo para a linguística: “Eis por que nos parece absurdo atribuir a *Saussure* esta ‘grande contribuição’, que não é senão, como quase todos os linguistas afirmam, o princípio fundamental da linguística: isto é, ‘a língua forma um sistema’.” (ESCOBAR, 1973, p.57, grifo do autor).

O PSL afirma em relação à grande contribuição de Saussure, que não é “o conceito do *sistema* que especifica este quadro, mas o de *langue* – e a isto nos referiremos dentro do trabalho de Saussure” (ESCOBAR, 1973, p.57, grifo do autor), já que a linguística, de um modo geral nunca “deixou de ter das línguas uma visão de ordem ou de ‘relativo fechamento’, etc.” (ESCOBAR, 1973, p.57). E, portanto, afirma que “estamos propondo a ‘nova leitura’ de Saussure, conforme os termos mesmo de sua produção no *CLG* [...] no lugar de subentender a cientificidade das línguas pelas noções (e no que nelas há de novo e antigo) de *sistema, estrutura, níveis, unidades últimas*, etc.” (ESCOBAR, 1973, p.58, grifo do autor).

Citando Benveniste, de acordo com quem “a análise metódica leva a reconhecer que uma língua não retém jamais senão uma pequena parte das combinações, muito numerosas em teoria, que resultam destes elementos mínimos livremente reunidos” (BENVENISTE apud ESCOBAR, 1973, p.58), o *Proposições* demarca:

caberia questionar no objeto de *conhecimento*, lugar *teórico* dos conceitos e do seu valor científico, e pensar enfim nestes conceitos e não ao nível de segmentações, classificações, divisões propostas conforme um projeto de conhecimento selvagem, isto é, de travestimento formal do objeto real concreto e singular das línguas. (ESCOBAR, 1973, p.58, grifo do autor).

O *Proposições* afirma que a “relação *fato e origem* do empirismo ‘atomista’ não conflitua com os termos de *aparência e estrutura-essência*, ainda que ao nível das teorias ideológicas da língua se reconheça uma certa importância neste *percurso do atomismo para o estruturalismo*” (ESCOBAR, 1973, p.59, grifo do autor). Diz que, não por acaso, “ao lado do ‘formalismo’ dos linguistas estruturalistas (com exceção dos rigorosamente

formalistas), se encontrem as considerações mais gerais, mais ‘filosóficas’ (ou sociologizantes) a respeito da articulação das línguas com a ‘realidade’ (expressão deles)” (ESCOBAR, 1973, p.60). E que entre esses equívocos em relação “à análise do papel do discurso da língua é que *Benveniste* (mas não apenas ele) entra no jogo dos termos do ‘circuito individual da comunicação’ com reflexões tais como a de que ‘o locutor, como tal, representa a realidade; e para o auditor, ele recria esta realidade’” (ESCOBAR, 1973, p.60, grifo do autor).

Entende que o estruturalismo se desgasta nos “temas da ‘adequação do espírito e da realidade’ e os trabalhos de Sechehaye, Bally, Meillet, Hjelmslev, discutindo a relação da língua e do pensamento, retratam esta infusão filosófico-ideológica com que o descritivismo estruturalista se deixa caracterizar” (ESCOBAR, 1973, p.60). Identifica, no arcabouço conceitual estruturalista, o sociologismo francês na “problemática da sociedade e do indivíduo, ou os filosofemas especulativos da língua como *logos*, da língua como fundadora do real (senão do *ser*), da linguagem como condição da sociedade, da coincidência da consciência com a linguagem, etc.” (ESCOBAR, 1973, p.61, grifo do autor).

Assim, entende que Benveniste, “no lugar de convir [...] com o caráter de discurso ideológico da língua, mesmo sem a ciência da linguística, prefere dizer: ‘Porque a linguagem representa a forma mais alta de uma faculdade que é inerente à condição humana, a faculdade de *simbolizar*’, etc.” (ESCOBAR, 1973, p.61, grifo do autor). Todavia, afirma apenas “interessar estas palavras (de Benveniste) como um testemunho a mais do clima filosofante em que a *função* da língua (e linguagem) é teoricamente dispersada” (ESCOBAR, 1973, p.61, grifo do autor).

O PSL então, deste quadro deduz, criticamente, que agora “os rigorosos descritivistas da linguística estrutural recobram seus deuses e preconceitos, já que pensar a *articulação* da língua (ou suas funções) os mobiliza enquanto classe social e os obriga à tradição das posições conhecidas” (ESCOBAR, 1973, p.61, grifo do autor). E finaliza afirmando que Benveniste, ao localizar “o símbolo no social e a linguagem na língua como ‘estrutura linguística definida e particular’, não arreda pé da relação símbolo e realidade, isto é, da relação fundamental que a sociedade e a língua processam” (ESCOBAR, 1973, p.62, grifo do autor). A interpretação atribuída a *langue*, por contradizer aquela característica ao CLG, motiva diversas demarcações, raciocínios por analogia, deduções, etc. A produtividade das contradições verifica-se em toda a obra.

Escobar aborda mais detalhadamente as proposições concernentes à sua *langue* saussuriana a partir da observação de *questões epistemológicas*, realizando um paralelo entre Saussure e Marx, ao afirmar que aquele “no *CLG* subentende, na *langue*, um objeto de conhecimento, isto é, um trabalho implicado com a principalidade do teórico, [...] na postulação mesma desta questão, produzindo o seu conceito, o conceito de *modo de produção* teórico” (ESCOBAR, 1973, p.65, grifo nosso), e que no caso tanto de Saussure como no de Marx temos “o conhecimento das conjunturas, ou melhor, *os conceitos particulares produzidos* sob o comando da teoria geral (o *modo de produção* ou a ‘*langue*’, como conceitos teóricos abstrato-formais ‘no sentido forte’) na matéria-prima das observações, enquetes, descrições” (ESCOBAR, 1973, p.65-66, grifo do autor).

No caso específico de Saussure frente ao seu objeto teórico, Escobar acrescenta que:

conforme a nossa ‘*leitura*’, teria indicado com a ‘*parole*’, por um lado, (já que, por um outro, ela constitui crítica ao empirismo) esta *análise de conjuntura linguística*, aspecto virtual na linguística científica de Saussure, e com ‘*língua*’ (conceito confundido, na *redação do CLG* por seus discípulos, com o próprio objeto de conhecimento da linguística). (ESCOBAR, 1973, p.66, grifo do autor)

Quanto a isso destaca:

Saussure se referiria ao conhecimento das ‘*formações de línguas*’ – isto é, no *CLG* está presente o caminho para se compreender que a ‘*teoria geral*’ da linguística (o trabalho realizado por Saussure) dirige-se à produção destes conceitos ‘*particulares*’, nas análises de *conjunturas de língua* ou de *formações de discursos de língua*, mas sempre, necessariamente, a partir do primado do teórico. (ESCOBAR, 1973, p.66, grifo do autor).

Segundo o *Proposições*, a crítica saussuriana “ao empirismo da ‘*linguagem*’, (suas referências às formações linguísticas que, na *redação do CLG*, devemos distinguir de ‘*langue*’) de maneira direta, subentende a existência fora e independente das línguas (instituições) como objetos reais concretos” (ESCOBAR, 1973, p.67, grifo do autor).

O mestre inova, segundo Escobar, quando, em lugar do “*fato histórico em ‘tempos diferentes’ e ligados historicamente* (supondo que a linguística anterior não descreve as estruturas de língua, o que não é verdade), Saussure não produz, apenas, uma *inversão* de comportamento analítico-descritivo” (ESCOBAR, 1973, p.69, grifo do autor), mas, conforme o PSL entende, pela leitura estruturalista: “ele agora apreende os fatos em ‘*regime estrutural*’, conforme uma *língua-instituição real*” (ESCOBAR, 1973, p.69).

O PSL estabelece uma remanência discursiva bastante característica de sua formação discursiva, ao enunciar um paralelo entre Saussure, Marx e ainda Freud nos “trabalhos *Inéditos* de Saussure, tanto quanto [n]o *CLG*, quando ele [Saussure] se refere à

especificidade do poético (*Anagramas*), às línguas como discurso ideológico e ao *objeto de conhecimento* da linguística” (ESCOBAR, 1973, p.69-70, grifo do autor), e afirma que segundo a linguística estrutural, Saussure “logiciza os ‘fatos de língua’, ele pensa as línguas como *instituições já-dadas*, etc.” (ESCOBAR, 1973, p.70, grifo do autor). Conclui-se, deduzindo que nada mais os “impede (com Sechehaye in *La pensée et la langue ou comment concevoir le rapport organique de l’individuel et du social dans le langage?* in ‘*Essais sur le langage*’, Ed. Minuit) de fazer de Saussure um *humanista*, um *historicista*, um *estruturalista*, etc.” (ESCOBAR, 1973, p.70, grifo do autor).

O *Proposições* assume uma modalidade mais propositiva em suas formulações, a partir de que, a estratégia enunciativa revela-se num discurso mais teórico, no qual os temas que caracterizam seu programa começam a ganhar força frente às críticas que outrora apresentaram inúmeros enunciados contradizentes ao CLG e ao estruturalismo de um modo geral, muitas vezes na forma de interrogações e questionamentos, outras tantas com predominância de demarcações e ressignificações, em elementos principalmente do eixo temático-conceitual.

A temática se dirige, apoiada numa leitura marxista da *problemática da linguística saussuriana*, “aos conceitos de *produção*, de *processo de trabalho*, de *estrutura ideológica* e de *subestruturas* (de *Instauração e Elaborada*), de *discurso de língua*, de *processo de trabalho dos discursos de língua*, etc.” (ESCOBAR, 1973, p.73, grifo do autor). Temática que, todavia, segundo Escobar, *uma noção taxonômica de estrutura*, veio suplantiar no enfoque estruturalista, este inclinado a descrever em unidades e níveis empírico-formais “o conceito mesmo de ‘*langue*’ que Saussure havia produzido”. (ESCOBAR, 1973, p.76).

Objetivando pensar o lugar da história e dos discursos ideológicos dentro de um programa saussuriano, Escobar pretende desenvolver uma teoria dos discursos, “entre os quais o discurso de língua-articulada que ocupa um lugar relevante nas análises dos discursos ideológicos de estatuto semiológico” (ESCOBAR, 1973, p.76). Aqui, o PSL afirma com relação ao CLG que seu “revestimento de imponderabilidade, de eternidade, de inatismo, quase de ‘natureza’ das línguas subverte o próprio significado de uma linguística científica em Saussure” (ESCOBAR, 1973, p.78).

Compreende que a produção teórica do conceito de *langue* conduz Saussure “a pensar – ainda na *linguística* como teoria geral dos discursos de língua-articulada – as articulações deste discurso particular com a história, nas problemáticas do signo e da arbitrariedade do signo” (ESCOBAR, 1973, p.78, grifo do autor). No entanto, segundo Escobar, a partir da redação do CLG converteu-se Saussure em “um empirista, reduziu-se

a ‘*langue*’, objeto de conhecimento da linguística, à ‘língua-instituição’, confundiu-se o conceito de estrutura com uma estrutura empírica, transformou-se sua linguística numa série de pares binários (*langue-parole* [...])” (ESCOBAR, 1973, p.78, grifo do autor).

Justificando-se por meio do Saussure de Starobinski e mesmo por aquele presente no CLG, Escobar demarca que a “semiologia saussuriana é, efetivamente, este enfoque novo dos discursos ideológicos, entre os quais o discurso de língua articulada tem o estatuto de um campo privilegiado nos trabalhos deste mesmo autor” (ESCOBAR, 1973, p.80). Contudo adverte que seria “um privilégio que não significa nem a transposição de um modelo linguístico para as análises de qualquer outro tipo de discurso ideológico ou a subordinação destes outros discursos pelo discurso de língua articulada” (ESCOBAR, 1973, p.80). Desse modo, “Saussure não é um linguista propriamente, nem sua ‘linguística’ é uma ‘ciência estrutural’ das línguas, mas sim um cientista de uma das *regiões do continente histórico* e sua ‘linguística’ os começos de uma *teoria geral dos discursos ideológicos*” (ESCOBAR, 1973, p.80-81, grifo do autor). Assim, ao invés de “oposições puras e simples nós temos: [...] a produção do objeto de conhecimento da linguística, ou *langue*” (ESCOBAR, 1973, p.82, grifo do autor).

O autor propõe a diferenciação entre linguagem como o “*objeto real concreto e langue* (objeto do conhecimento) e *parole* como *conjuntura linguística*” (ESCOBAR, 1973, p.82, grifo do autor). Todavia esta formação discursiva, segundo sua própria formulação, não se ocupa de “opor sincronia/diacronia, *langue/parole*, etc., mas de consignar a estes conceitos seu lugar na prática teórica saussuriana – como eles articulam e produzem seu objeto de conhecimento” (ESCOBAR, 1973, p.82), afirmando:

A *parole* deixaria de ter aquela acepção individualista e psicológica, aparentemente concedida a ela por *Saussure* (por oposição a *langue*), para ser para nós, numa *releitura de Saussure*, (e releitura com o peso de uma *reescrição* de Saussure no material dos seus *cursos*), por exemplo, *conjuntura linguística* – um tempo e um espaço de língua para ser analisado. (ESCOBAR, 1973, p.83, grifo do autor).

Segundo o *Proposições*, a *conjuntura linguística*, ou seja, a *parole* é aquilo que “não se opõe à *langue* como ‘social’ (conforme interpretação equivocada da *langue*) mas que precisa dela como objeto de conhecimento segundo a preocupação de Saussure em dar primado ao teórico” (ESCOBAR, 1973, p.83, grifo do autor). Para Escobar, portanto, os conceitos saussurianos, “sistematizados, são o objeto de conhecimento (*langue*), [e] não constituem aspectos empíricos de uma língua particular (formação linguística)” (ESCOBAR, 1973, p.83, grifo do autor).

Deste modo, Escobar não admite a leitura dicotomizada desses conceitos e então, nega “a leitura de *W. Doroszewski* (1933) da dicotomia *langue-parole* como uma tentativa de Saussure de cancelar as duas posições em debate no fim do século – *Durkheim* (*a langue*) e *Tarde* (*a parole*)” (ESCOBAR, 1973, p.83, grifo do autor). Assim, afirma que “o conceito de *langue* não deve nem pode ser confundido com as línguas reais, e seu estatuto histórico (na *ciência da História*) com as instituições reais existentes” (ESCOBAR, 1973, p.83, grifo do autor). Assim deduz que, da “crítica [crítica saussuriana ao empirismo suposta por Escobar] nós extraímos alguns aspectos indicativos da distinção que se deve fazer em Saussure por respeito aos linguistas pré ou pós *Saussure* (da *descrição* das línguas).” (ESCOBAR, 1973, p.85, grifo do autor).

O programa presente no PSL afirma que Saussure visa “expor criticamente o lado múltiplo e selvagem do objeto empírico da linguagem, o que por si mesmo testemunha a *descontinuidade* de Saussure com o passado e o ‘futuro’ linguístico, que identificaria a língua com a *instituição* empírica” (ESCOBAR, 1973, p.85, grifo do autor). Dessa forma, afirma entender

tanto a crítica à *problemática das origens* (e crítica apenas possível a partir do *primado do teórico* – da produção mesma do objeto de conhecimento da linguística) como a distinção da questão do objeto de conhecimento (*langue*) dos termos de ‘condições permanentes’, dos quais a problemática da origem, ao não se diferir, se deixa consumir de um mesmo empirismo. (ESCOBAR, 1973, p.86, grifo do autor).

Então o autor aponta aquilo que considera “o texto-chave do *CLG* de Saussure: ‘há, segundo nos parece, uma solução para todas estas dificuldades: *é preciso colocar-se inicialmente sobre o terreno da ‘langue’ e tomá-la por norma de todas as outras manifestações da linguagem*” (ESCOBAR, 1973, p.87, grifo do autor). Identifica em Saussure uma ‘mudança de terreno’, expressa naquilo que atribui o estatuto de uma *postulação teórica* naquele “texto do *CLG* que sucede imediatamente a este: ‘De fato, entre tantas dualidades, somente *a langue* parece ser suscetível de uma definição autônoma e fornecer um ponto de apoio satisfatório para o espírito” (ESCOBAR, 1973, p.88, grifo do autor).

Segundo o PSL, tal formulação saussuriana “ratifica a autonomia do objeto de conhecimento (*a langue*) por respeito à multiplicidade do empírico e que, distinguindo este objeto dos objetos reais concretos, o situa no ‘espírito” (ESCOBAR, 1973, p.88, grifo do autor). Afirma: “Saussure está então nos propondo uma análise das formas, e o lugar desta

análise é o *sistema da 'langue'*: a produção e sistematização abstrato-formal de conceitos.” (ESCOBAR, 1973, p.88, grifo do autor).

Compreende que, então, Saussure “se propõe as articulações desse objeto novo, isto é, a análise das formas, no lugar de uma descrição das ‘formas’, no lugar de uma descrição de ‘fatos de língua’”. (ESCOBAR, 1973, p.88). Nisso entende um problema o fato de Saussure não ter submetido a linguística e a semiologia à ‘psicologia social’ de então, e este fato “que será merecedor de considerações da nossa parte, indica pelo menos um movimento de encadeamento teórico a que Saussure submete os discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.89). Afirma que, se os *discursos de língua* “são, em princípio, objeto da linguística (a *langue*), eles também necessitam da semiologia na medida em que esta seria, mais amplamente, a ciência dos discursos de tipo ou de estatuto semiológico” (ESCOBAR, 1973, p.89, grifo do autor).

Escobar sustenta que a leitura do CLG deve ser feita a partir daquilo que identifica como o corte epistemológico saussuriano, pois “*Saussure* propõe a saída das ‘dificuldades’ por uma mudança de terreno (ou de problemáticas) (‘... se colocar imediatamente sobre o terreno da *langue*...’)” (ESCOBAR, 1973, p.89, grifo do autor), a partir da formulação de que se “a *langue* é a condição, como ele diz (a ‘norma’), ‘de todas as outras manifestações da linguagem’, ele procura fazer-nos pensar (enquanto *pensar* for aqui *produzir a linguística*) cada aspecto da linguística como esforço de construção deste objeto novo” (ESCOBAR, 1973, p.90, grifo do autor). Completa com a constatação de que “são suas [de Saussure] também estas palavras: ‘De fato, entre tantas *dualidades*, somente a *langue* parece ser suscetível de uma definição autônoma e fornecer um ponto de apoio satisfatório para o espírito” (ESCOBAR, 1973, p.90, grifo do autor).

Em seguida, após discorrer acerca dos aspectos que discorda acerca da *langue* no CLG, estabelecendo um novo campo de memória, que irá cumprir relações de aditividade diversas daquelas possibilitadas pelo CLG, pergunta-se: “mas o que é a *langue*?” (ESCOBAR, 1973, p.90-91, grifo nosso), e retoma a ressignificação do conceito redigido no *Curso*.

O PSL então irá criticar a expressão *adotada pelo corpo social*, que, conforme a leitura escobariana “sedimenta este texto contraditório [...] de um ‘voluntarismo consciente’, rigidamente oposto às posições de Saussure a respeito do ‘já-dado’ da prática das línguas como objeto real na história que a linguística produz em conceito” (ESCOBAR, 1973, p.91, grifo do autor). Contudo afirma ser possível reconhecer na “forma equívoca de se estabelecer uma relação entre *langue* e linguagem (como ‘parte essencial’)

e entre linguagem-objeto-real e *parole*, como conceito, quem sabe, um subentendido esforço de pensar o discurso de língua na história” (ESCOBAR, 1973, p.91, grifo do autor).

E constata que “*Saussure* diz: ‘há segundo nos parece, uma solução para todas estas dificuldades: *é necessário colocar-se inicialmente sobre o terreno da ‘langue’ e tomá-la por norma de todas as outras manifestações da linguagem’*” (ESCOBAR, 1973, p.91, grifo do autor), para então deduzir que a partir desta afirmativa, Saussure reivindique à linguística abster-se de distinguir partes na ‘linguagem’, e assim “deixar de pressupor para a linguística um objeto já-dado, seja ele uma categoria da totalidade linguística (a soma das determinações empíricas do fenômeno de língua) ou as partes privilegiadas deste fenômeno de linguagem” (ESCOBAR, 1973, p.91-92).

Entende que o “objeto de conhecimento, a *langue*, não é contudo epistemologicamente bem precisado, até mesmo nestes raros textos que podemos, não sem dificuldade, distinguir da ideologia empirista dos *redatores* circunstanciais do *CLG*” (ESCOBAR, 1973, p.92, grifo do autor). Propõe “situar, logo de início, no *terreno da langue*, ele continua: ‘... e tomá-la por norma de todas as outras manifestações da linguagem’ etc.” (ESCOBAR, 1973, p.92, grifo do autor). E aborda a questão:

Como compreender esta expressão ‘... tomá-la por norma...’? De um lado, ela parece comprometer a distinção do *objeto de conhecimento (a ‘langue’)* com o *objeto empírico linguagem*, e isto porque o objeto de conhecimento não tem, por respeito à multiplicidade de manifestações do objeto empírico, uma relação normativa, isto é, de ordenação e de prescrição de leis. (ESCOBAR, 1973, p.92, grifo nosso).

Escobar afirma que a expressão *tomá-la por norma*, “dentro do quadro contextual onde ela se encontra, quer dizer *tomar o objeto de conhecimento ‘langue’* – teoria geral da linguística científica – por instrumento de conhecimento nas análises de todas as formações de linguagem” (ESCOBAR, 1973, p.92, grifo do autor). Tal concepção constitui um aspecto capital na compreensão da teoria saussuriana na leitura de Escobar, pois que no PSL “o terreno da ‘langue’ é o lugar, na *reprodução ampliada do discurso científico da linguística*, onde se produzem os conhecimentos particulares desta ciência. *Terreno* este que vemos em sua ‘fábrica’ na problemática do *valor*” (ESCOBAR, 1973, p.92, grifo do autor).

Outrossim, da resignificação que interpreta a *linguagem* como sinônimo, em sentido lato, de *língua empírica* e que produz sua lei de remanência própria, afirma-se no PSL que: “No objeto empírico, nossos caminhos seriam infinitos e contraditórios, e é por isso mesmo que ‘apenas a *langue*’ ou, se quiserem, a *linguística científica*, é *autônoma*

como tal, se fazendo no interior de sua estrutura específica de produção de *conhecimento*.” (ESCOBAR, 1973, p.93, grifo do autor). Compreende que “a distinção entre ‘*langue*’ e *linguagem*, [...] é uma distinção de objetos ao nível, pelo menos, da problematização teórica da linguística” (ESCOBAR, 1973, p.93, grifo do autor).

Afirma que essa distinção fundamental antecede em Saussure outras distinções conceituais “no interior de sua linguística [de Saussure], isto é, na dialética da *langue*” (ESCOBAR, 1973, p.93, grifo do autor), no sentido de desenvolver as distinções pertinentes a “uma teoria geral da *langue*, [tais] como formações de língua; conjunturas linguísticas, etc. – que muitas vezes deveremos produzir conceitualmente a partir dos suportes teóricos de sua linguística” (ESCOBAR, 1973, p.93, grifo do autor).

E concebe, decorrente de sua interpretação de *linguagem* como *línguas*, que:

se ‘*linguagem*’ quer dizer um fenômeno empírico (‘Tomada em seu todo, a *linguagem* é multiforme e heteróclita.’) e a *langue* – tal como a dizemos epistemologicamente – ‘um todo por si e um princípio de classificação’, a diferença fica sendo quase, pelo menos aparentemente, uma distinção apenas terminológica. (ESCOBAR, 1973, p.93, grifo do autor).

Assim, afirma que, “se *langue* quer dizer *linguagem* regrada, institucional (parte da *linguagem*), a diferença entre *langue* e *linguagem* deixa de ser de *estatuto teórico*, para ser, ao nível de realidades empíricas, diferença de nomes” (ESCOBAR, 1973, p.93, grifo do autor), e “*linguagem* então seria um termo dispersado em numerosos fenômenos reais e a *langue* estes fenômenos regulados socialmente” (ESCOBAR, 1973, p.93, grifo do autor).

Com base no acima exposto, o *Proposições* problematiza: “por que, enfim, supor uma *mudança de terreno*, quando na verdade *linguagem* e formação de língua são objetos empíricos (real-singular-e-concreto) tal como a *langue*?” (ESCOBAR, 1973, p.94, grifo do autor) Reitera sua convicção de que afirmar “que a *langue* é o objeto da linguística apenas porque e tão-somente porque permite-nos (na forma muito comprometida de ‘evidência’) perceber esta *unidade*” (ESCOBAR, 1973, p.94, grifo do autor), seja um equívoco e acrescenta que “a afirmação de que a *langue* (daqui para frente indistinguível das línguas ou ‘formações de língua’) ‘é um todo em si e um princípio de classificação’ aprofunda e encadeia este esforço dos *redatores* em entender o objeto de conhecimento de Saussure como ‘línguas’ empíricas” (ESCOBAR, 1973, p.94, grifo do autor).

Escobar compreende que a linguística anterior a Saussure já se encarregava de descrever as línguas existentes e, portanto, o conceito de *langue* do CLG não teria promovido o corte saussuriano, uma vez que “esta intelecção de *langue* como ‘línguas institucionais reais’ conduz à elaboração de um instrumental analítico que termina por

converter a linguística em *técnica descritiva*” (ESCOBAR, 1973, p.94, grifo do autor).

Constata que:

Eles [os redatores] vão dizer – e observem só a extensão deste subterfúgio – que Saussure, em vista desta complexidade da linguagem, optará pela *langue*, que é ‘ao mesmo tempo um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício desta faculdade entre os indivíduos’. (ESCOBAR, 1973, p.95, grifo do autor).

Isso posto, crítica: “este texto é ou um equívoco, ou um texto intruso, pois Saussure parece não falar mais aqui de *langue*, (objeto de conhecimento da linguística) mas de *formações de língua*” (ESCOBAR, 1973, p.95, grifo do autor); e acrescenta que “os discípulos-redatores do *CLG* não distinguem nem objeto empírico, nem objeto de conhecimento, muito menos *formações de língua*, logo tudo isto, ao menos aparentemente, parece correr por ‘nossa conta’” (ESCOBAR, 1973, p.95, grifo do autor).

Então, o PSL questiona: “o que nós perguntamos é se esta mudança de termo (e nós falamos a pretexto da mesma questão e do mesmo texto de Saussure, em *mudança apenas terminológica*), isto é, no lugar de ‘linguagem’ a palavra ‘língua’ vai resolver alguma coisa?” (ESCOBAR, 1973, p.95, grifo do autor), e afirma que, nesse aspecto, o texto do *CLG* é incoerente por, primeiramente, se “negar a tomar estas qualidades como seu objeto de conhecimento, isto é, a *formação de língua* como objeto de conhecimento da linguística; e depois, ao menos na escrita dos seus redatores (e discípulos), para aceitar esta *formação de língua* como objeto da linguística” (ESCOBAR, 1973, p.95, grifo do autor).

Dessa maneira, supõe que “Saussure, depois de precisar seu objeto de conhecimento (a *langue*), retoma sua crítica ao empirismo, dizendo-nos o *que não é* seu objeto teórico” (ESCOBAR, 1973, p.95-96, grifo do autor), nas suas postulações que afirmam “que a *linguagem* é tanto física quanto fisiológica, psíquica, etc., pertencendo tanto ao domínio individual e ao domínio social, dizendo, enfim, que isto que a linguagem é, a *langue* não é” (ESCOBAR, 1973, p.96, grifo do autor), e critica o que entende ser Saussure *reconvertido ao empirismo* dos redatores, com base “naquele texto que diz que a *langue* (aliás, agora indiscernível das *formações de língua*) ‘é um todo em si e um princípio de classificação’” (ESCOBAR, 1973, p.96, grifo do autor). Contesta: “não é a *langue*, em Saussure, jamais uma técnica, isto é, um instrumental para classificações, ademais porque ela é uma teoria e uma metodologia produzida por esta teoria, por onde é mediado o trabalho científico inteiro” (ESCOBAR, 1973, p.97, grifo do autor).

Assume ser incompatível “supor que Saussure, após ter situado os aspectos contraditórios do objeto empírico ‘linguagem’, iria, na ‘forma da língua’ (também um

objeto empírico, e parte da ‘linguagem’), pretender ter atingido, por aí, este seu objeto” (ESCOBAR, 1973, p.97, grifo do autor), e assevera “ficava por saber se a *língua empírica* (entendida pelos empiristas como aquilo que é a *langue*), e indicada como o *seu objeto*, seria parte da linguagem ou outra coisa” (ESCOBAR, 1973, p.97, grifo do autor), pois entende que “a língua, que a leitura empirista de Saussure pretende ser seu objeto, se torna uma parte da ‘linguagem’” (ESCOBAR, 1973, p.97).

Outra vez, criticamente, o *Proposições* afirma que “depois de pretender dar à língua o primeiro lugar entre os fatos de linguagem, ele diz que com isso ‘... nós introduzimos uma *ordem natural* num conjunto que não se presta a nenhuma outra classificação” (ESCOBAR, 1973, p.97, grifo do autor), e na sequência pergunta: “poderia a língua-convenção ser pensada como ‘ordem natural’ nos fenômenos disparatados da linguagem?” (ESCOBAR, 1973, p.97). Para então afirmar que “quando *Saussure* quer opor a ‘linguagem’, como faculdade natural, à língua (pensada na *langue*) [...] nós vemos aparecer a problemática da *articulação* das práticas, do seu estatuto de práticas numa formação social, etc.” (ESCOBAR, 1973, p.98-99, grifo do autor), e, assim, as

língua(s), como prática situada na História (região da ideologia), precisa, além da imprescindível produção do seu objeto de conhecimento – e ao nível mesmo da produção deste objeto – também do M.H.⁵, para pensar o seu lugar numa História (e num continente científico) e para produzir conhecimentos, isto é, para se aplicar sobre *formações de língua* e *conjunturas de discursos de língua*. (ESCOBAR, 1973, p.99, grifo do autor).

O PSL irá agora destacar no CLG a questão da “natureza da linguagem” e afirma que “no texto (‘A esse princípio de classificação poder-se-ia objetar que o exercício da linguagem repousa sobre uma faculdade que nos é dada pela natureza, enquanto que a língua constitui algo adquirido e convencional; que deveria subordinar-se ao instinto natural em vez de adiantar-se a ele’)” (ESCOBAR, 1973, p.99), e, portanto, deduz que

a problemática da ‘*natureza*’ ou não da linguagem, do ‘caráter social’ da língua, contínuo ou descontínuo com a ‘natureza’, da sua ‘aquisição’ (ou aprendizagem) e do seu ‘convencionalismo’, do inconsciente ou das ‘práticas já-dadas’, onde se estabelece a ‘prática da língua’, etc., nos projetam para muito além de tudo aquilo que o CLG contém (implicitamente) de *suporte teórico* na ciência da história. (ESCOBAR, 1973, p.99, grifo do autor).

Entende que o CLG, ao limitar-se a abordar, via Whitney, a questão da *natureza da linguagem*, não avança muito em relação à linguística pré-corte, e afirma que “Saussure sabe relativamente pouco sobre as implicações da linguagem (e das *formações de língua*)

⁵ Materialismo histórico.

com a História” (ESCOBAR, 1973, p.99-100, grifo do autor). Compreende que a reformulação de Saussure à natureza da linguagem proposta pelo linguista americano, de que seja por *comodidade* que nós nos servimos do *aparelho vocal*, já seria na teoria saussuriana um idealismo da arbitrariedade, que se vê retificado pela problemática saussuriana da associação da *langue* com outras práticas sociais.

Idealismo que Escobar identifica e entende como ultrapassado pelo linguista genebrino nas palavras saussurianas “que dizem: ‘a língua não é uma instituição social em todos os pontos semelhantes às outras’, ela não é uma prática que se possa confundir com as outras práticas, ela implica numa reflexão prévia (histórica) capaz de articular estas práticas, diferenciando-as” (ESCOBAR, 1973, p.100), conclui Escobar. E então, adentrando um pouco nos termos de suas proposições, o PSL, acerca das diferenças da instituição da *langue* frente às demais práticas sociais afirma: “Os *discursos de língua* não podem mesmo ser confundidos pura e simplesmente com os discursos ideológicos.” (ESCOBAR, 1973, p.100, grifo do autor).

Compreende, portanto, uma lacuna temática no CLG, a qual afirma tratar-se “do conceito mesmo de história, de processo de trabalho dos discursos de língua como objeto da linguística e esta carência será muito mais sensível quando abordarmos a problemática do *valor*” (ESCOBAR, 1973, p.101, grifo do autor). Dessa forma, o PSL entende que Saussure admite “a língua ou ‘*formação de língua*’ aqui como outra coisa que *langue*; ademais porque esta passagem do conceito de *langue* para o de *línguas* fica como que encoberta ao nível da noção de *classificação*, quando os ‘redatores’ forçam o conceito de *langue* [...]” (ESCOBAR, 1973, p.101, grifo do autor), e o confundem com as línguas, pois, deduz que “os discípulos de Saussure atribuíram um primeiro lugar, nos ‘fatos de linguagem’, à ‘ordem natural’, ou às *línguas*” (ESCOBAR, 1973, p.101, grifo do autor).

Segundo interpreta Escobar, preocupados em questionar este *princípio de classificação natural*, os estruturalistas “perguntam pelo caráter natural da linguagem e pelo caráter adquirido e convencional da formação de língua” (ESCOBAR, 1973, p.101), ou então, “perguntam – e num plano já de *práticas linguísticas* ou de *práticas sociais* – pela subordinação ou não da ‘língua’ convencional à linguagem natural” (ESCOBAR, 1973, p.101, grifo do autor). Todavia, demarca que: “Os *Inéditos* de Saussure, quando procuram trabalhar as *formações de língua* como discursos ideológicos, parecem já na iminência desta consciência nova de uma *ciência dos discursos ideológicos*.” (ESCOBAR, 1973, p.102, grifo do autor). Donde deriva a dedução escobariana de que, afirmar-se que

o que é ‘natural’ ao homem não é propriamente a linguagem, *mas o poder de constituir, de produzir uma língua*, é convincentemente estatuir a *linguística* (que Saussure produz teoricamente) na *ciência da história*: ‘... poder-se-ia dizer que não é a linguagem falada que é natural ao homem, mas a faculdade de constituir uma língua, isto é: um sistema de signos distintos correspondentes a ideias distintas’. (ESCOBAR, 1973, p.102, grifo do autor).

Na interpretação do *Proposições* Saussure busca demonstrar que “se há uma ‘natureza’ atribuível aos homens, ela é a História, assim como a história se deixa pensar em *seu trabalho* até mesmo no Inconsciente, nos discursos em geral e, particularmente, nos discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.102, grifo do autor). E entende, ainda, que “a crítica de Saussure à redução do discurso articulado à fisiologia (‘Broca descobriu...’ etc.) [...] não significa apenas a delimitação, muito geral, das línguas como estruturas, e então suas diferenciações empíricas” (ESCOBAR, 1973, p.102, grifo do autor), e, portanto, não haveria espaço para seus “signos senão na medida em que *um lugar social comanda ou se deixa falar na autonomia relativa dos signos produzidos linguisticamente nos discursos ideológicos de língua*” (ESCOBAR, 1973, p.102-103, grifo do autor). Identifica, na produção do objeto de conhecimento da linguística de Saussure, a problemática da “articulação das *formações de língua* com a História” (ESCOBAR, 1973, p.103, grifo do autor).

A esse respeito o PSL afirma que:

a língua na ‘linguagem’, como *formação de língua*, [...] leva Saussure a dizer: ‘Para atribuir à língua o primeiro lugar no estudo da linguagem, pode-se, enfim, fazer valer este argumento de que a faculdade – *natural ou não* – de articular ‘palavras’ não se exerce senão com a ajuda de instrumento criado e fornecido pela coletividade; não é, então, ilusório dizer que é a língua que faz a unidade da linguagem’. (ESCOBAR, 1973, p.103, grifo do autor).

Todavia, Escobar propõe que: “*Formação de língua* não divide o objeto de conhecimento da linguística (‘a langue’), tampouco divide a ‘linguagem’.” (ESCOBAR, 1973, p.103, grifo do autor). Seguindo seus argumentos conclui que, isto se dá, entre outros fatores, porque “*formações de língua* nos conduzem à problemática da relação das línguas com a História, enquanto conceito ligado a outros conceitos no corpo da teoria geral da linguística” (ESCOBAR, 1973, p.103, grifo do autor). Isto posto, o *Proposições* irá afirmar “a *indiferença* da linguística científica para a questão do ‘*natural ou não*’ da propriedade de ‘articulação’ de discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.103-104, grifo do autor).

Segundo o PSL, “Saussure tem plena consciência não apenas da problemática nova onde a linguística se situa, mas também de que, para ela, é *indiferente* a problemática da ‘origem natural’ (‘natural ou não’) dos discursos de língua.” (ESCOBAR, 1973, p.104,

grifo do autor). Entende que os “*discursos de língua* se alimentam da estrutura social ao mesmo tempo que a produzem, isto é, o objeto real da linguística (que o conceito de *langue* produz como conhecimento) são *as formações de língua* e suas articulações na estrutura complexa das práticas ideológicas” (ESCOBAR, 1973, p.104, grifo do autor).

Assim, o *Proposições* abordará “a distinção dos ‘elementos internos e elementos externos da língua’”. (ESCOBAR, 1973, p.104). E pergunta-se: “Língua ou *langue*?” (ESCOBAR, 1973, p.104, grifo do autor). E indica haver uma indistinção no CLG, entre *lingua* como a instituição social concreta e *langue* como conceito. Escobar, através de demarcações interpretativas-temáticas, propõe então que:

Quando Saussure (conforme os redatores) diz-nos que se ocupa em alijar da ‘língua’ tudo que é estranho a ela, e vai designar todos estes elementos como ‘linguística externa’, nos ocorre a seguinte conclusão: ‘linguística externa’ quer dizer (como nível da linguística em continuidade com a ciência dos discursos ideológicos) a aplicação da teoria geral da linguística (“a *langue*”) à análise dos objetos reais concretos singulares de linguagem (*as formações de língua* – *as conjunturas de linguagem*). (ESCOBAR, 1973, p.105, grifo do autor).

Escobar compreende que, assim, Saussure está enveredando numa aproximação da linguística, como tal, à *ciência da história*, e que Saussure “vê este encontro na aplicação efetiva destas análises de *formação de língua* e de *conjuntura de linguagem* como um encontro que preserva o objeto da linguística” (ESCOBAR, 1973, p.105, grifo do autor). E afirma identificar,

na aplicação da teoria da linguística sobre *formações de língua*, a necessidade não apenas de pensar estas *formações de língua* na história, como também a necessidade de, ao lado da produção do conceito de *langue*, se produzir aquele da relação entre linguística e *ciência dos discursos ideológicos*, cuja presença em Saussure se pode pressentir ao nível das questões da arbitrariedade do signo, da *parole* e do *valor*, etc., já porque seu desejo de distinguir a autonomia do objeto da linguística será reinterpretado pelas linguísticas na acepção radical dos estruturalistas. (ESCOBAR, 1973, p.105, grifo do autor).

O *Proposições* parte da sua afirmação de insuficiência, na linguística feita em nome de Saussure, de aprofundamento na tarefa de elaboração da “reprodução ampliada deste objeto de conhecimento (a *langue*) nas análises, por exemplo, propugnadas pela ‘linguística externa’ como também não se aprofundou a articulação deste discurso científico com a *ciência da história*” (ESCOBAR, 1973, p.105, grifo do autor). Em seguida, problematiza a ausência de um “conceito de *transição* em linguística, coisa que permanece parcial também na *ciência da história*, e por onde talvez se possa recuperar as estreitas relações entre os discursos de língua e os discursos ideológicos” (ESCOBAR, 1973, p.105-106, grifo do autor). Escobar entende haver em Saussure ambiguidades envolvendo conceitos

“como os de *langue, língua, parole, sincronia, diacronia, linguística externa e interna, semiologia, etc.*, [o que] se deve também a este não acabamento teórico de sua obra na prática de análises conjunturais de *discursos de língua*” (ESCOBAR, 1973, p.106, grifo do autor).

Afirma Escobar, que “o que mais nos choca é a impossibilidade de Saussure, que ademais pensa corretamente as *formações de língua*, de pensar de maneira igual a *história*” (ESCOBAR, 1973, p.106, grifo do autor). E constata que Saussure “menciona ‘as relações existentes entre a língua e a história política’” (ESCOBAR, 1973, p.106). Aponta que a relação entre “línguas e ‘fatos políticos’ é pensada em nível incidental (na forma de acontecimentos)” (ESCOBAR, 1973, p.107), e que, ao longo do CLG, testemunha “Saussure comprometer as *formações de língua* [...] com fatos, ou posturas de consciência, na forma de instituições, Escola, Igreja, Literatura” (ESCOBAR, 1973, p.107, grifo do autor). Com o que expressa: “Se por um lado isto é criticável, por outro lado conduz-nos à aproximação que Saussure vai fazendo, aos poucos, entre a ‘língua’ com todas as espécies de discursos ideológicos.” (ESCOBAR, 1973, p.107, grifo do autor).

Escobar entende que a relação

das *formações de língua*, ou suas transformações, pela intervenção do político, na forma de produção de ‘línguas especializadas’, situa a relação do social e da prática de língua ao nível de produção ideológica na estrutura social (‘A política interior dos Estados não é menos importante para a vida das línguas [...]’) (ESCOBAR, 1973, p.107, grifo do autor).

O PSL afirma que, aquilo que define como o “empirismo histórico de Saussure pode aqui, e em qualquer parte do seu CLG, ser subordinado à ‘natureza’ social das práticas de língua, conforme ficou evidenciado nas suas referências a Whitney” (ESCOBAR, 1973, p.107, grifo nosso), e que quando Saussure formula que, “por exemplo: ‘a linguística deve também examinar as relações recíprocas da língua do livro e da língua corrente’, ele pensa numa ‘língua corrente’ como produzida socialmente e não como língua indiferente (gramatical e dada) às línguas especializadas” (ESCOBAR, 1973, p.107).

O autor acusa que “a articulação das línguas com a História foi alijada do espaço da linguística, ou então transformada numa problemática especulativa da relação da língua com as culturas, ou pensamentos, etc.” (ESCOBAR, 1973, p.107-108). Logo, para o PSL a linguística decorrente diretamente do “texto dos redatores do CLG, recoloca a confusão originária de todo livro. ‘Enfim tudo o que se refere à extensão geográfica das línguas [...] não toca no organismo interior do idioma’” (ESCOBAR, 1973, p.108, grifo do autor).

Assim, conclui, acerca da linguística externa que “a distinção entre ela e a linguística interna parece mais paradoxal, de tal forma o fenômeno geográfico está estreitamente associado à existência de toda língua” (ESCOBAR, 1973, p.108).

Escobar assevera que seja fácil “dar-se conta da introdução aqui de uma confusão taxativa entre a linguística interna como o ‘conhecimento’, a teoria geral da linguística (*a langue*), com o idioma, com uma *formação de língua* e a impressão que daí se tem de um organismo acabado (pronto)” (ESCOBAR, 1973, p.108, grifo do autor). Compreende que

a designação da *linguística externa*, confundida com o externo empírico, isto é, não como uma aplicação da *teoria geral da linguística* mas como algo que, em sendo empírico como concretamente as *formações de língua* (suposto objeto da linguística interna), à diferença destas últimas, estaria marginalizado ao seu acabamento estrutural (exemplo: extensão geográfica, fracionamento dialetal) etc. (ESCOBAR, 1973, p.108, grifo do autor).

Afirma uma *redução da linguística do corte à empírica*, de modo que “a distinção entre linguística interna (elementos internos) e linguística externa (elementos externos) fica relegada à distinção de objetos – objeto próprio e objeto não-próprio e não mais à *presença das práticas não-linguísticas na prática da língua*”. (ESCOBAR, 1973, p.108, grifo nosso). Aqui identifica ainda “a problemática das articulações obrigatórias das *formações de língua* com outras práticas sociais, designadas ainda, muito genericamente, como ‘fenômenos gerais’ no texto citado” (ESCOBAR, 1973, p.108, grifo do autor).

E afirma que,

quando Saussure diz, a respeito do *estudo* dos fenômenos linguísticos, que são *estudos* frutuosos ‘mas (que) seria falso dizer que sem eles não se possa conhecer o organismo linguístico interno’ nós o vemos também pensando as condições, muito gerais, de uma ciência da língua (a linguística do corte), contudo sem pleno domínio da *ciência da história*. (ESCOBAR, 1973, p.108-109, grifo do autor).

A ‘ciência da história’ que, segundo o PSL, Saussure pensa mas não domina plenamente, é aquela ciência que “subentenderia a linguística como ciência e como análises de *formações de língua*, tanto quanto sua articulação teórica com as outras regiões da *ciência da história*” (ESCOBAR, 1973, p.109, grifo do autor). As escansões promovidas por Escobar no discurso da linguística partem da sua visada marxista que entende no materialismo histórico uma espécie de discurso regente da realidade e da ciência como um todo.

O *Proposições* irá uma vez mais direcionar sua crítica para a leitura dicotômica realizada pelo estruturalismo, que trabalha “os conceitos de *langue* e *parole* tradicionalmente encarados como oposicionais” (ESCOBAR, 1973, p.109), mesmo porque, Escobar entende que também constitui um erro elaborar “a distinção entre *langue*

e *parole* em Saussure, fazendo aquilo que fez Hjelmslev, isto é, transformando aquela distinção no ‘gradualismo’, *esquema, norma estabelecida e fala*” (ESCOBAR, 1973, p.109-110, grifo do autor). Segundo o PSL, Hjelmslev e Barthes, “mas não apenas eles, buscam recobrar para a linguística o papel da ‘parole’ (‘uma linguística da *parole*’, diz R. Barthes) como se em Saussure houvesse tão-somente um ‘discurso do sistema de língua” (ESCOBAR, 1973, p.110, grifo do autor).

Agora o PSL irá focar a questão da *parole*, e entende que a recusa “da *parole* pelos linguistas estruturalistas da distinção rígida entre *langue* – encarada ademais como língua empírica – e *parole*, se situa sobretudo na impossibilidade de imobilizar esta última como signos ou partes imóveis do sistema da primeira” (ESCOBAR, 1973, p.110, grifo do autor), e que a esta recusa é em parte motivada por aquilo que o PSL identifica como uma “preservação ‘idealista’ do sistema de língua como ‘sistema puro’ onde a *parole*, como ‘um fato não linguístico’, não entra em seu estatuto (adivinhado) de fato psicológico” (ESCOBAR, 1973, p.110, grifo do autor).

Escobar afirma que a “prática de língua do ‘interlocutor’, pela intuição (e como ‘criação’ nas frases), se articula apenas *especulativamente* com a gramática subjacente” (ESCOBAR, 1973, p.110, grifo do autor). Entende que “Charles Bally que, afinal, é um dos grandes responsáveis pela publicação do *Cours* tem da ‘oposição’ *langue/parole* a versão mais literal e equívoca.” (ESCOBAR, 1973, p.110, grifo do autor). Afirma que para Bally a distinção saussuriana seria a “oposição (como diz Eugenio Coseriu – in *Teoria del language y linguistica general*, ed. Gredos., 1967) ‘entre acervo linguístico social (língua) e funcionamento linguístico individual (fala)...’, o que significa se encontrar na origem da leitura empirista” (ESCOBAR, 1973, p.110-111, grifo do autor) desta oposição.

O *Proposições* defende sua ilação de que, no CLG, a interpretação dos conceitos “de língua (*langue*) e *parole* ganha uma atmosfera de evidência na medida em que a *langue*, objeto de conhecimento, é ‘vívida’ como uma língua dada” (ESCOBAR, 1973, p.111, grifo do autor), o que promoveria uma *luta* entre os conceitos vistos como opostos de “*langue* e *parole*, até mesmo se esta oposição for encarada na direção de Ch. Bally, como uma oposição entre *linguagem afetiva* (estilística) e *gramática*, como ‘um aspecto normal ou intelectual’ da linguagem” (ESCOBAR, 1973, p.111, grifo do autor). E opõe-se à interpretação de Bally, afirmando que este se engana ao problematizar “a *parole*, como um ‘lugar de linguagem afetiva’, e restituindo a oposição em si, *langue/parole*, termos menos abstratos (e até mesmo um certo espaço comum concreto – como ele diz), se ele enfim

supõe que isto lhe permite superpor-se ao esquematismo ‘originário’” (ESCOBAR, 1973, p.111, grifo do autor).

Segundo o *Proposições* as “afirmações de que a *langue* preexiste à *parole* do ponto de vista sincrônico, e a *parole* à *langue* do ponto de vista diacrônico não vão além do espaço ideológico de ‘respostas’ já-dadas aos problemas da linguagem” (ESCOBAR, 1973, p.111, grifo do autor), tampouco “captam a problemática saussuriana aprofundando os temas da linguística sincrônica e pretendem resolver os temas da *transição* no sistema da *langue* por uma concepção ingênua da *parole*” (ESCOBAR, 1973, p.111, grifo do autor).

Ao realizar um breve levantamento das concepções relacionadas à *parole*, por parte de alguns teóricos, o autor afirma: “Walter Porzig (*Das Wunder der Sprache*, Berna, 1950) não vai além quando admite, ao problematizar a *parole*, que se pode construir a *langue* através de ‘atos linguísticos concretos’.” (ESCOBAR, 1973, p.111, grifo do autor). Escobar então afirma que, por sua vez “Adam H. Gardiner (*The Theory of Speech in Language*, Oxford, 1951) fica praticamente ao mesmo nível de constatação empirista. Para este último, a *langue* tem caráter geral e abstrato e a *parole* é particular e ocasional.” (ESCOBAR, 1973, p.111, grifo do autor). Aponta que “Sechehaye (in *Les trois linguistiques saussuriennes*, in *Vox Romanica*, 1940) [...] afirma que se à maneira de uma contribuição a *parole* é realização da *langue*, a *parole* também é uma *langue* ao ser vista em sua forma de ‘meios idiomáticos’.” (ESCOBAR, 1973, p.111-112, grifo do autor), e que Sechehaye “fala de uma *parole* ‘organizada’ mediando os limites *langue/parole* ou então a *langue* como ‘sistema estático’ e a *langue* como ‘evolução’” (ESCOBAR, 1973, p.112, grifo do autor).

Então Escobar afirma que, houve inúmeros autores que se debruçaram, não apenas “em pensar, amenizar e eventualmente resolver a oposição (‘distinção’) radical de *langue/parole*, mas também de sincronia/diacronia, senão da totalidade das oposições linguísticas estruturalistas” (ESCOBAR, 1973, p.112, grifo do autor). A demarcação de uma linguística dialética em continuidade com a temática histórico-materialista se opõe radicalmente à leitura dita dicotômica da teoria estruturalista.

Também estende sua lei de dispersão à série de distinções que no discurso da linguística se promovem em nome daquela dicotomia “*Langue/parole* – [e que são:] indivíduo/comunidade, aspecto individual/aspecto social, acervo linguístico individual/acervo linguístico social, atos linguísticos individuais/atos linguísticos da comunidade, ou outras tantas noções” (ESCOBAR, 1973, p.112, grifo do autor). Afirma que não muda nada concluir que “a linguagem só existe como *parole*, que *langue* e *parole*

não podem ser realidades autônomas, pois *parole* é realização da *langue*, e *langue* é condição da *parole*” (ESCOBAR, 1973, p.112, grifo do autor).

Novamente adentrando suas próprias convicções de fundo marcadamente em consonância com as temáticas do materialismo histórico, o PSL afirma que “evita-se *analisar* os textos saussurianos naquilo que, em meio deles, tece uma teoria parcialmente dada dos *discursos de língua*” (ESCOBAR, 1973, p.112, grifo do autor), para afirmar que para um leitor de Saussure entender a “*dialética dos discursos da língua* em Saussure [...] desse objeto teórico (a *langue*) era preciso que antes [...] se desse conta da importância que têm em Saussure os esforços por se distinguir seu discurso científico de todo e qualquer outro discurso ideológico” (ESCOBAR, 1973, p.112-113, grifo do autor). A esse respeito, acrescenta:

o que se dirá da *langue* – conforme a ‘leitura’ habitual do *CLG* – como oposição à *parole* toma forma de: ‘A *langue* é uma ‘realidade’ psíquica que compreende significados e imagens acústicas’, ou ‘um sistema gramatical virtualmente existente em cada cérebro, ou, mais precisamente, nos cérebros de um conjunto de indivíduos’ (‘...mais ou menos como um dicionário cujos exemplares, idênticos, foram repartidos entre os indivíduos’); ou então, ela é ‘o conjunto de hábitos linguísticos que permitem a um sujeito compreender e fazer-se compreender’, ou enfim, ela é, como diz Saussure ‘ao mesmo tempo’ ‘uma realidade social’ um ‘produto’ ou ‘instituição social’, um ‘produto social depositado no cérebro de cada um’, etc. (ESCOBAR, 1973, p.113, grifo do autor).

E afirma que a “leitura destas frases fragmentadas não leva tão-somente a confundir diferentes acepções empiristas da *langue*” (ESCOBAR, 1973, p.113, grifo do autor), mas “a *langue* como realidade psico-física, a *langue* como realidade psíquica ou aspecto individual, a *langue*, nos termos social e concreto, ou abstrato, ou sistemático, etc.” (ESCOBAR, 1973, p.113, grifo do autor). Então apresenta uma descrição qualitativa de aspectos teóricos, os quais caracterizam o seu sistema enunciativo, que instaura os enunciados como *acontecimentos* (suas *condições* e seu *domínio de aparecimento*) e *coisas* (sua *possibilidade* e seu *campo de utilização*):

Reconhecido que o conceito de *Langue* se constitui no *objeto de conhecimento da linguística saussuriana*, tanto pelo lado de uma abertura – dirigida à *ciência dos discursos ideológicos* – no questionamento dos ‘*meios de trabalho*’ discursivos em geral (*semiologia científica*) dos *processos de trabalho dos discursos ideológicos*, quanto pelo lado de seu espaço conceitual estrito no questionamento dos ‘*meios de trabalho*’ dos discursos de língua, ou ciência que tem por objeto os *discursos de língua* como ‘*meio de trabalho*’ dos processos de trabalho dos discursos ideológicos. (ESCOBAR, 1973, p.114, grifo do autor).

Através de demarcações teóricas, o programa da linguística materialista incorpora suas características, suas positivities, nas afirmativas de que a *parole* “situa a dificuldade da problemática do ‘sujeito’ ou, se quiserem, do *suporte* dos ‘discursos de língua’”

(ESCOBAR, 1973, p.115, grifo do autor), que a ela cabem “as questões em torno do *engajamento* [...] desta *força de trabalho* dos discursos de língua nas formas gradativamente mais formalizadas (gramaticalizadas) dos ‘meios de trabalho’, dos processos de trabalho dos discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.115, grifo do autor), e que as questões mobilizadas por ela conduzem “ao problema da forma de relação (de ‘apropriação real’ de ‘propriedade’) da força de trabalho dos discursos de língua com estes discursos como ‘meios de trabalho’ dos discursos ideológicos” (ESCOBAR, 1973, p.115, grifo do autor); assim sendo, as questões da *parole* “se abrem ao estudo das *forças produtivas* dos discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.115, grifo do autor), pois “a *parole* tem acepções de ‘produto’ ideológico, de produto na forma de discursos ideológicos de língua, etc.” (ESCOBAR, 1973, p.115, grifo do autor).

A partir de seu referencial teórico-metodológico materialista, Escobar irá apontar para a sua dialética entre a *langue* e a *parole*, ou aquilo que, em linhas gerais, pode-se tratar como uma *linguística da langue* enquanto *linguística científica* e uma *linguística da parole* enquanto *ciência dos discursos ideológicos*. Assim, quando o PSL se propõe a analisar o excerto do CLG intitulado “Linguística da *langue* e Linguística da *parole*” (ESCOBAR, 1973, p.115, grifo do autor), através de interpretações e ressignificações, Escobar formula que ao se referir a uma *primeira ciência*, Saussure esteja evocando a linguística científica “aquela que se arma no objeto de conhecimento: *langue*” (ESCOBAR, 1973, p.115), e que, “as questões mais gerais da *parole* [...] quando encaradas como *parole* dos discursos de língua ‘vêm por si mesmas subordinar-se a esta primeira ciência’” (ESCOBAR, 1973, p.115), o que, “não se trata então de recusar a *parole* dos discursos de língua à *linguística* mas de reconhecer nestas questões problemas da alçada de uma *ciência dos discursos ideológicos*” (ESCOBAR, 1973, p.116, grifo do autor). Afirma que o que ninguém havia percebido acerca “destas ‘duas linguísticas’ é que se trata aqui de uma metáfora do recobrimento da linguística científica (ciência dos discursos de língua) pela *ciência dos discursos ideológicos*” (ESCOBAR, 1973, p.116, grifo do autor). Novamente citando o CLG, afirma que, “ao outorgar mesmo ‘à ciência da *langue* seu verdadeiro lugar no conjunto do estudo da linguagem, situamos ao mesmo tempo toda linguística’” (ESCOBAR, 1973, p.116, grifo do autor).

Escobar problematiza a questão da individualidade da *parole* no CLG, questão que compreende ser uma estratégia teórica empirista, e a partir de uma assertiva verificável no *Curso* acerca da incompatibilidade de um sistema *langue-parole* demarca que:

‘O estudo da linguagem (...) tem por objeto a *langue*, que é social em sua essência e independente do indivíduo’. [Assim, entende que:] O tema empirista do sujeito ou individualidade (por onde se tem pensado a *parole*) é incompatível com o conceito de estrutura da *langue*, ou das formações ideológicas como discursos de língua já-dados e estruturados. (ESCOBAR, 1973, p.116, grifo do autor).

No *Proposições*, a partir de sua formação discursiva materialista histórica, nas positivities que animam seu programa, o tema desenvolvido para a *parole* a demarca como *trabalho, força de trabalho e produto* do “processo de trabalho dos discursos de língua: ‘a *langue* é necessária para que a *parole* seja inteligível e produza todos os seus efeitos; mas esta é necessária para que a *langue* se estabeleça; historicamente, o fato da *parole* vem sempre antes” (ESCOBAR, 1973, p.116-117, grifo do autor). Dessa forma, da ressignificação conceitual demarcada, na formação discursiva do PSL:

A *parole* traz a problemática do ‘sujeito’ não mais como sujeito-individual da filosofia burguesa, mas como atividade produtiva, como *função-sujeito* nos processos de trabalho dos discursos de língua: ‘ela (a *parole*) se deposita em nosso cérebro somente após inúmeras experiências. Enfim, é a *parole* que faz evoluir a *langue* (...). Existe, pois, interdependência da *langue* e da *parole*; aquela é ao mesmo tempo o instrumento e o *produto* desta’. (ESCOBAR, 1973, p.117, grifo do autor).

Identifica que, no “estatuto de produção da *parole*, (nas questões que traz consigo) se situa também a relação de dependência entre esta prática discursiva engajada (a *parole*) e a estrutura já-dada da *langue* como lugar desta produtividade” (ESCOBAR, 1973, p.117, grifo do autor). Contudo, afirma que “isto só se completa com a frase final onde a *parole* tem visível papel de *instrumento*, de força de trabalho (e de *forças produtivas*, quando engajadas com os *meios de trabalho* dos processos de trabalho dos discursos de língua)” (ESCOBAR, 1973, p.117, grifo do autor). Afirma ainda, a este respeito, que, todavia, “esta caracterização se confunde com a de *produto* e, logo em seguida, ainda no mesmo contexto, é admitida como algo em si distinto da *langue* – isto é, do seu objeto teórico” (ESCOBAR, 1973, p.117, grifo do autor).

Escobar afirma haver uma *instabilidade na relação dos conceitos langue e parole* no CLG e que,

no caso das distinções (tanto eventuais como impostas a Saussure pelas *leituras empiristas*) das linguísticas da *langue* e da *parole* nós podemos – entre outras consequências – supor as suas dificuldades em pensar o recobrimento da linguística pela ciência dos discursos ideológicos, ou então, as questões distintas mas articuladas, da estrutura da *langue* e dos processos de trabalho dos discursos de língua. (ESCOBAR, 1973, p.117-118, grifo do autor).

O PSL então deduz que se, “como diz Saussure, ‘a *langue* é um sistema que conhece somente sua ordem própria’, ele está por aí recusando as soluções marginais de uma

etnolinguística empirista, etc.” (ESCOBAR, 1973, p.118, grifo do autor), para então lamentar-se que “C. L. Haroche, P. Henry e M. Pêcheux – sobretudo o último – não tenham percebido a extensão das questões que envolvem os conceitos de *langue* e *parole*” (ESCOBAR, 1973, p.118, grifo do autor), pois: “*Langue* não se opõe a *parole*, senão como termos dos *processo de trabalho dos discursos de língua* num mesmo discurso epistemológico dos ‘meios de trabalho’ dos processos de trabalho dos discursos ideológicos.” (ESCOBAR, 1973, p.119, grifo do autor). Entende que a oposição “da *langue* como ‘social’ e *parole* como ‘individual’, é um produto da literalidade empirista de certas leituras” (ESCOBAR, 1973, p.119, grifo do autor). E afirma que a dicotomização e os “círculos ideológicos (*langue/parole*, significado/significante, sintagma/paradigma, sincronia/diacronia, etc.) não pertencem a Saussure mas resultam da ‘leitura’ que ele sofreu” (ESCOBAR, 1973, p.119, grifo do autor).

Propõe que, ao invés de “se forçar uma reflexão pelo lado destas oposições ‘sem saída’, seria melhor, por exemplo, compreender a fundo a relação que faz Saussure entre estas duas afirmações: ‘a *langue* é uma instituição social’ e depois, ‘a *langue* é uma forma e não uma substância.’” (ESCOBAR, 1973, p.119, grifo do autor) Acredita que na “problematização inicial entre *Langue/Parole* se encontra a chave das questões (e das dificuldades) que uma *leitura* de Saussure suscita” (ESCOBAR, 1973, p.121, grifo do autor).

Escobar então afirma que a: “*langue*, como objeto de conhecimento, não pretende ser confundida com ‘linguagem’(s), e *parole*, como *engajamento* na estrutura da *langue* de uma força de trabalho discursiva – nos *processos de trabalho dos discursos de língua*” (ESCOBAR, 1973, p.121, grifo do autor), não pode confundir-se com a fala individual. Acredita que a distinção “que faz Saussure entre *langue* e ‘linguagem’ não tem sido levada a sério pelos linguistas que, na impossibilidade de compreendê-la, refugiam-se no formalismo de seus ‘métodos’” (ESCOBAR, 1973, p.121-122, grifo do autor).

Na CDI de Escobar, a *langue* está para o *valor*, assim como a *parole* está para a *significação*. Aqui, compreende Escobar que a “*linguística* de Saussure (da *langue*, do *valor*, da *significação*) não se refere explicitamente à semântica” (ESCOBAR, 1973, p.122, grifo do autor), porém, entende que Saussure indica seu caminho pelo conceito de *valor*, e portanto para o escopo teórico da linguística materialista é a relação, não opositiva “entre *langue* e *parole*, como *engajamento* e produção dos *discursos de língua*, que confere subentendidamente ao tema do *sentido* a certeza da articulação das línguas com a história

sem perda de sua estruturalidade superestrutural” (ESCOBAR, 1973, p.122, grifo do autor).

Afirma que aquela

aparente oposição – em grande parte advinda das dificuldades próprias à reflexão de uma *teoria da passagem* e da *transição* entre ‘*meios de trabalho*’ dos discursos ideológicos, ou ainda, entre *processos de trabalho de discursos de língua* (morfologia-fonologia-sintaxe – ‘meios de trabalho’ de estatuto linguístico) – entre linguística sincrônica e linguística diacrônica também situa para nós os temas semânticos implícitos na linguística saussuriana. (ESCOBAR, 1973, p.122, grifo do autor).

Com relação à *parole*, afirma que esta só pode criar “*engajada* na estrutura de produção que a *langue* arma com o agente social” (ESCOBAR, 1973, p.122, grifo do autor). Em seguida cita do CLG que “A analogia nos ensina uma vez mais a separar a *langue* da *parole*; ela nos mostra a segunda dependendo da primeira e nos faz tocar com o dedo o jogo do mecanismo linguístico [...]” (ESCOBAR, 1973, p.122, grifo do autor). E interpreta o excerto afirmando que a separação

entre *langue* e *parole*, é recoberta pela expressão ‘*dependência*’, mas não apenas em termos de uma dependência geral, mas ‘*dependência*’ no *mecanismo linguístico*. Isto é, a *parole* subentende a *langue* em sua produtividade não apenas porque tem nela seus possíveis, mas sim porque a *langue* se estrutura como tal com a *parole* [...] (ESCOBAR, 1973, p.122-123, grifo do autor).

Quanto à sua interpretação da relação interdependente entre *langue* e *parole*, Escobar a partir do CLG destaca que: “Toda criação deve ser precedida de uma comparação inconsciente dos materiais depositados no tesouro da *língua*, onde as formas geradoras se alinham de acordo com suas relações sintagmáticas e associativas’.” (ESCOBAR, 1973, p.123, grifo do autor) Logo, já nas formulações emergentes de sua própria formação discursiva, o PSL demarca que a “*langue*, suas ‘contradições’ e o engajamento da problemática mesma que cerca o conceito de *parole*, se abrem na forma de processos de trabalho de discursos ideológicos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.123, grifo do autor).

Dessa forma, o PSL deduz que igual “implicação entre *Valor* e *Significação*, em Saussure, que *lemos* como estrutura de produção da *langue*, se encontra aqui, numa forma paralela, entre *langue* e *parole*” (ESCOBAR, 1973, p.123, grifo do autor), e demarca que as implicações entre *valor* e *significação*, e, entre *langue* e *parole* se dão, pois a “forma científica de um discurso de língua (e o conceito de ‘combinação’), nos obriga a situar o *trabalho engajado* – a história – no conceito central de *Langue* quando pensarmos na *parole*, e no conceito central de *Valor* quando pensarmos na ‘significação’” (ESCOBAR, 1973, p.123, grifo do autor).

Deste modo, Escobar afirma que Saussure tem “rigor epistemológico, logo seu discurso é um discurso armado de um objeto de conhecimento particular que nós encontramos como *Langue* e *Valor* e a dialética desta estrutura de produção (na história) ganha as formas conceituais de *parole* e *significação*” (ESCOBAR, 1973, p.123-124, grifo do autor). Assim, “os ‘*meios de trabalho*’ (a *langue* e as questões de produção e engajamento que a *parole*, por um lado, situa) [...] são reproduzidos no mecanismo mesmo dos discursos ideológicos que a ciência dos discursos ideológicos estuda” (ESCOBAR, 1973, p.124, grifo do autor).

As problematizações do PSL, agora, se formulam a partir daquele excerto do CLG que “traz o título de ‘Lugar da língua (ou *langue*) nos fatos de linguagem’” (ESCOBAR, 1973, p.124, grifo do autor), a partir do qual entende que Saussure esteja em busca “da *formação de língua*, formação esta que ele só pode pensar no *objeto de conhecimento* quando este é aplicado na produção de conhecimentos linguísticos” (ESCOBAR, 1973, p.124, grifo do autor). Afirma que “o primeiro momento deste texto procura produzir um esquema (‘para encontrar, no conjunto da linguagem, a esfera que corresponde à língua...’) capaz de indicar esta *formação de língua* nos fatos de linguagem” (ESCOBAR, 1973, p.124, grifo do autor), e que “depois de recolocar a obrigatoriedade de uma reflexão social ao se pensar em *formação de língua*, nos diz: ‘... é necessário sair do ato individual que não é senão o embrião da linguagem, e abordar o fato social’” (ESCOBAR, 1973, p.124, grifo do autor).

O *Proposições*, a partir da interpretação do *circuito da parole* como uma operação com vistas a apontar a distinção dos aspectos físicos, fisiológicos e psíquicos, o propõe como relacionado com a ‘conjuntura de linguagem’ que se subentende no conceito de “*formação de língua*, que em princípio Saussure desejava atingir, mas que como *discursos* se recuperará em outro nível” (ESCOBAR, 1973, p.125, grifo do autor) e assim afirma que, se,

por um lado, aceitamos este ‘circuito da *parole*’ (um ato que supõe dois indivíduos: que se falam e se ouvem num círculo de comunicação, que é tanto físico, fisiológico, psíquico – quanto linguisticamente *conjuntural*), como válido na linguística científica que postulamos, para Saussure, é então porque o encaramos como uma abertura às questões da *conjuntura de linguagem* – conjuntura subentendida na teoria linguística e no conceito de *formação de língua*. (ESCOBAR, 1973, p.125, grifo do autor)

Escobar considera que, na “reflexão do signo, quem sabe, é onde podemos pensar a *produção* do *discurso de língua*” (ESCOBAR, 1973, p.125, grifo do autor), pois, “pode-se dar conta aqui de uma distinção, não mais do *objeto de conhecimento* da linguística (a

'*langue*') [...] mas uma distinção do conceito de *formação de língua* frente aos 'aspectos' que se postulam [...] relativamente marginais a ele" (ESCOBAR, 1973, p.125-126, grifo do autor). Disso conclui que o conceito "de *formação de língua* não implica somente no primado do teórico mas também na clareza por respeito à prática da língua entre outras práticas no continente Histórico" (ESCOBAR, 1973, p.126, grifo do autor).

Demarca que a "verdade porém é que a dificuldade, em reunir a figura do 'circuito da *parole*' com a *prática de língua*, persiste" (ESCOBAR, 1973, p.126, grifo do autor), e que Saussure tenta se livrar disso quando reconhece "os limites desta imagem de 'comunicação individual' como caminho para detectar a *formação de língua*, de outro lado, situando toda essa sua problemática do 'circuito da *parole*' numa inquirição (preliminar) do signo" (ESCOBAR, 1973, p.1126, grifo do autor).

Afirma que "o signo isolado brutaliza [...], impossibilita-nos de pensar a *produção do discurso (ideológico) de língua* (discurso de estatuto semiológico)" (ESCOBAR, 1973, p.126, grifo do autor). Entende que Saussure partilha desta concepção ao afirmar "com todas as letras: 'É necessário acrescentar uma faculdade de associação e de coordenação que se manifesta desde que não se trate mais de signos isolados: é esta faculdade que desempenha o mais importante papel na organização da língua enquanto sistema'" (ESCOBAR, 1973, p.126-127, grifo do autor). Compreende que seja tal *faculdade* "que nos remete, junto à problemática do signo, àquela do *sistema da língua como produção*, nos temas das 'relações sintagmáticas e relações associativas'" (ESCOBAR, 1973, p.127, grifo do autor).

Valendo-se de uma remanência com o *a priori* histórico pertinente à formação discursiva que se atribui ao nome de Marx, o *Proposições*, em suas formulações, aproxima o conceito de *valor de uso* ao de *valor* (isolado no signo) de Saussure e o de *valor de troca* ao de *significação* (sentido, no discurso), de modo que o *valor de uso* não se distancia do objeto, pois está "como que *marginalizado da prática que lhe atribui uma realidade semântica efetiva*, e onde ele é, agora diferentemente de um signo isolado, também um signo como valor de troca, como prática social, como tributário de *trabalho de língua*" (ESCOBAR, 1973, p.127, grifo do autor). Ainda baseando-se em Marx, afirma que este nos diz que "se abstrairmos o 'valor de uso' (a particularidade do signo, por exemplo) nós passaremos a ter apenas o que é comum, isto é, o *trabalho humano abstrato*. Isto é, *cristalizações* de trabalho social na prática econômica e na prática de língua" (ESCOBAR, 1973, p.128, grifo do autor).

Então, demarcativamente, estabelecendo uma analogia entre a economia e a linguística, o PSL expõe a correspondência que verifica entre as riquezas que são as mercadorias na economia e as ideologias na linguística, concebendo que: “ideologicamente (os diversos discursos ideológicos – e a língua então) é o *trabalho semântico incorporado aos discursos como prática de transformação, ou o trabalho como presença da história inteira nos processos de trabalho discursivos*” (ESCOBAR, 1973, p.128, grifo do autor). E considera que,

como a *magnitude do valor* é medida por um *tempo de trabalho socialmente necessário*, o valor dos signos como valores de troca deve ser extraído da clareza que viermos a ter da *estrutura de produção* implicada na *prática da língua* como ‘meios de trabalho’ discursivos dos processos de trabalho dos discursos ideológicos. (ESCOBAR, 1973, p.128, grifo do autor).

Escobar entende que o CLG, mas não Saussure, ao não priorizar o discurso e sim o signo, não atinge o *valor* como *valor de troca* e disso decorre que se “a ênfase do *valor de uso* pôde conduzir muitos economistas às posições antropológico-filosóficas, outro tanto não deixou de acontecer aos linguistas que encaram o signo isolado ou a língua indiferente à história” (ESCOBAR, 1973, p.129, grifo do autor). Segundo Escobar, Saussure “dá um exemplo, de passagem, de caráter social da língua (e do signo como *valor de troca*) na ‘situação’, por exemplo, em que podemos nos encontrar, ao ouvirmos uma língua estrangeira e, ao não entendê-la, nós teríamos dela uma impressão puramente física” (ESCOBAR, 1973, p.129, grifo do autor), uma vez que, conforme a interpretação materialista, entendê-la seria “situar-se na sua produção, isto é, encontrar-se na *prática de língua* como força histórica de produção (agente social), onde então o signo ganha o *estatuto de valor de troca*” (ESCOBAR, 1973, p.129, grifo do autor).

Afirma que a “*média* é o ‘trabalho social médio’, que atribui o conceito de *valor de troca*, de *valor social*, ao signo linguístico. Trabalho social médio na estrutura de produção da prática de língua” (ESCOBAR, 1973, p.129, grifo do autor). Para além da distinção saussuriana entre *língua literária* e *língua geral*, presente na redação do CLG, o PSL, embasado em seus *a priori* da positividade materialista, desfere que o trabalho de Saussure só se justifique numa visada marxista, para em seguida afirmar que a “reprodução diferencial dos signos, isto é, a produção dos signos linguísticos se situa, ainda que na estrutura de produção da língua, nas diferentes classes” (ESCOBAR, 1973, p.129). Enunciados dessa ordem, que vinculam a produção na *langue* à questão da ideologia de classes, pertencem ao feixe de enunciados reitores, pelas escansões discursivas que realizam através da contradição ao que emerge da formação discursiva do CLG.

Assim, Escobar postula que com o “*valor de uso*, nós temos não sobretudo [...] a estrutura de produção do signo, ou a problemática de produção da língua, *mas os elementos materiais e formais que dão ao produto seu valor de uso*” (ESCOBAR, 1973, p.130, grifo do autor). Entende que no quadro “do discurso de língua [...] o signo, senão a problemática de *produção dos discursos de língua*, revela-se como *valor de uso* e *valor de troca*, conforme a abordagem que se fizer de uma produção no espaço de trabalho da história” (ESCOBAR, 1973, p.130-131, grifo do autor), e, compreende que Saussure distingue tais valores, e que

recusa na sua problemática o *valor de uso*, através de uma série de distinções por onde vai se afirmando o conceito mesmo de valor ‘De que maneira se deve representar este produto social para que a língua apareça perfeitamente desembaraçada do restante? (...) Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros de um conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhuma e só na massa ela existe de modo completo’, na medida em que o esquema do ‘circuito da comunicação’ também foi uma imagem do *valor de uso* que cedeu seu lugar ao conceito de *valor de troca*. (ESCOBAR, 1973, p.132, grifo do autor).

Segundo suas interpretações, Escobar, em referência ao *Curso*, vê o conceito de *valor de troca* “unido à história e ao trabalho dos agentes sociais, pois ‘os signos linguísticos (...) não são abstrações; as associações ratificadas pelo consentimento coletivo, cujo conjunto constitui a *langue*, são realidades que têm sua sede no cérebro’” (ESCOBAR, 1973, p.132, grifo do autor). Entende que Saussure “situa a *parole* como uma prática de língua entre outras práticas sociais (‘classificável entre os fatos humanos’), como um lugar na formação social, como um dos objetos da *semiologia*” (ESCOBAR, 1973, p.132, grifo do autor), a qual enquanto parte da ‘Psicologia social’, implica “distinguir uma *ciência dos discursos* de uma *ciência dos discursos com estatuto específico*, à maneira dos *discursos de língua* para a linguística” (ESCOBAR, 1973, p.132, grifo do autor).

Pautado em sua leitura dialética da relação significado/significante o PSL apresenta sua compreensão da *barra* como *força de trabalho*. Está-se a afirmar que: “No terceiro curso (1910-1911), os temas mais assíduos aqui (sincronia-diacronia, *langue*, linguagem, *parole*, etc.) já estão pressupondo esta conquista teórica, e sua forma – pelo menos subjacentemente – se desprende disto.” (ESCOBAR, 1973, p.134, grifo do autor). Não obstante, compreende “que o *CLG* inteiro, e por aí o projeto linguístico inteiro de Saussure, modula este núcleo teórico fundamental a que se abrem as questões em torno do signo linguístico” (ESCOBAR, 1973, p.134, grifo do autor), e que amparando isto tudo está “a ‘arbitrariedade do signo’ que significou para muitos a inauguração mesma da autonomia

do objeto da linguística, mas que para nós recobre esta questão, evidentemente, mas não sem deixar de relativizar esta independência dos discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.134), em suas relações com a história.

Em relação a este tema central, que é o da arbitrariedade do signo, e sobretudo a partir da interpretação desta como força de trabalho, como produção, Escobar considera que “Se De Mauro pensa corretamente, quando reúne os temas da *langue*, da sincronia, etc. à problemática do signo, ele exagera quando vê na questão da ‘arbitrariedade’ outra coisa que a *autonomia relativa deste sistema*.” (ESCOBAR, 1973, p.134, grifo do autor). De forma que propõe que a

história como produção, e produção pelas classes numa estrutura complexa de classes (o Estado) já-dada, conforme se desprende da *ciência da história*, ou os discursos como produção da história na produção (reprodução) de identidades ideológicas, conforme se desprende da psicanálise, têm seu paralelo na arbitrariedade problematizada de Saussure pelo lado das questões dos discursos de língua. (ESCOBAR, 1973, p.134-135, grifo do autor).

Afirma que ambos, os “*discursos de língua* e os *discursos de estatuto semiológico* [...] se constituem dessa matéria-prima semântico-ideológica formalizada em meios-técnicos” (ESCOBAR, 1973, p.135, grifo do autor). Assim, na linguística marxista:

Se a relação ‘arbitrária’ entre contexto histórico e ‘meios de trabalho’, ou discursos de língua, parece (aparenta) ser radical, a relação de arbitrariedade entre *matéria-prima* dos *processos de trabalho de discursos ideológicos*, ou de *matéria-prima semântica dos processos de trabalho dos discursos de língua*, não parece ser outro tanto. (ESCOBAR, 1973, p.136, grifo do autor).

Escobar entende que, no próprio CLG, “a crítica à concepção nomenclatural da língua (pela problemática do Signo) se abre para além da afirmação epistemológica dos seus conceitos” (ESCOBAR, 1973, p.137, grifo do autor), pois “Saussure não pretende que seu *objeto de conhecimento* (agora o Signo) seja confundido com uma ‘lógica dos fatos de linguagem’, enfim que as *formações de língua* não se tornem nem léxicos nomenclaturais ou formalizações abstratas [...]” (ESCOBAR, 1973, p.137, grifo do autor), e afirma que, como prática relativamente autônoma, os “*discursos de língua* não se permitem mais como objetos de uma análise organizada nos polos descaracterizados do sujeito e do objeto” (ESCOBAR, 1973, p.137, grifo do autor).

O PSL afirma que, ao formular o conceito de valor, Saussure “está como que sublinhando para nós a aceção de *prática* dos discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.137, grifo do autor). Compreende haver em mais de um excerto do CLG a crítica à “concepção nomenclatural da língua num paralelo indiscutível, que então visualizamos, com a crítica feita por Marx das ‘histórias’ empiristas ou até mesmo daquelas que se fazem

– a um nível acontecimental – no respaldo de um *tempo (devir)* filosófico” (ESCOBAR, 1973, p.137, grifo do autor). Afirma que a crítica de Saussure à concepção nomenclatural está “assegurada já em seu estatuto teórico, [e] se encaminha – dispersamente – aos temas da *produção dos discursos de língua*” (ESCOBAR, 1973, p.137-138, grifo do autor).

Quanto àquilo que denomina como o *caráter de estrutura de produção da língua*, afirma que “sua significação de valor já aparece [...] quando Saussure nos diz que a *langue* ‘é um tesouro depositado pela prática da *parole* nos sujeitos pertencentes a uma mesma comunidade, um sistema gramatical existindo virtualmente em cada cérebro” (ESCOBAR, 1973, p.138). Reafirma o mesmo caráter de estrutura de produção na *langue* quando “Saussure nos diz que a *langue* é ‘um depósito’, ‘uma coisa recebida de fora’, e então percebemos que este linguista se refere ao *já dado* da prática dos discursos de língua”, (ESCOBAR, 1973, p.138, grifo do autor) que, porém, não é “um já-dado ‘abstrato’ (especulativo), pois é um já-dado ‘depositado’, um já-dado *História*, onde os sujeitos não são ‘sujeitos’ – senão como um efeito ideológico – mas sim *forças de trabalho* deste processo (*parole*) de trabalho dos discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.138, grifo do autor). Um *já-dado* do produzido e da *história* que “conduz Saussure [...] à recusa dos temas referentes às ‘origens da língua’” (ESCOBAR, 1973, p.138, grifo do autor).

Subentende pelo CLG que:

Os conceitos de ‘*imutabilidade*’ e ‘*mutabilidade*’ dos signos problematizam de maneira geral [...] a produção no coração desta prática, a articulação desta prática com outras práticas no contexto social, e as formas de dependências de um ‘sujeito’ no processo do seu trabalho aos elementos já-dados dos processos de trabalho dos discursos de língua. (ESCOBAR, 1973, p.138-139, grifo do autor).

Escobar afirma que Saussure se refere ao *já-dado* quando faz, conforme a compreensão do PSL, menção “à *herança como fator dominante na instituição linguística*, às diversificações históricas ou histórias diferenciais, à prática em termos inconscientes dos discursos de língua (‘... cada povo está geralmente satisfeito com a língua que ele recebeu’)” (ESCOBAR, 1973, p.139, grifo nosso). Afirma que a prática dos discursos de língua, em termos inconscientes, ao ser contraposta aos efeitos ideológicos nos “discursos ideológicos, opõe a verdade de uma prática de discursos de língua, que reproduzem uma instituição, e a convicção ideológica do ‘novo’ e do ‘único’ a cada momento da ‘existência’ linguística do ‘sujeito’ – o *caráter arbitrário do signo*” (ESCOBAR, 1973, p.139, grifo do autor).

Na leitura escobariana, Saussure “nos levava a admitir a possibilidade teórica da mudança; (‘aprofundando, nós vemos que, na verdade, o arbitrário mesmo do signo coloca

a *langue* ao abrigo de toda tentativa visando modificá-la’)” (ESCOBAR, 1973, p.139, grifo do autor), e entende que o mestre “chega mesmo a indicar que o efeito de arbitrariedade, como efeito ideológico, impede que os usuários possam se situar para um questionamento da língua” (ESCOBAR, 1973, p.139, grifo do autor). Para em seguida verificar através do CLG que: “‘Uma *langue* constitui um sistema. Se, como nós veremos, esse é o lado pelo qual não é completamente arbitrária e onde reina uma razão relativa, é também o ponto onde aparece a incompetência da massa para transformá-la.’” (ESCOBAR, 1973, p.139, grifo do autor)

Em seguida, afirma o PSL que o “tema da subordinação da prática dos *discursos de língua* às outras práticas, e sobretudo à prática política – por onde se abre a história a renovações estruturais – tem indicação em Saussure” (ESCOBAR, 1973, p.139, grifo do autor). Entende que este

diz: ‘A *Langue*... é, a cada momento, prática de todos (...) Sobre este ponto, não se pode estabelecer nenhuma comparação entre ela e as outras instituições (...); a *langue*, pelo contrário, tem a participação de todos em todos os instantes, e é por isso que ela sofre sem cessar a influência de todos. Este fato capital é suficiente para mostrar a impossibilidade de uma revolução’. A *langue*, no seu estatuto ideológico, não se move ou não é movida como outras práticas sociais. (ESCOBAR, 1973, p.139, grifo do autor).

Assim, de acordo com a interpretação do PSL, a “*impregnação* do ideológico e seu papel faz da *langue* ‘entre todas as instituições sociais aquela que oferece menos chances às iniciativas’” (ESCOBAR, 1973, p.139-140, grifo do autor). Acerca disso afirma que Saussure encima as “reflexões, sobre o caráter de *resistência* e *impregnação* [...] dos *discursos ideológicos de língua*, nos dizendo que ela ‘faz corpo com a vida da massa social; e esta, sendo naturalmente inerte, aparece antes de tudo como um fator de conservação’” (ESCOBAR, 1973, p.140, grifo do autor).

Demarca teoricamente que Saussure, ao situar o conceito de mutabilidade “para além das eventuais eficácias de um ‘sujeito’, ele está – na mesma problemática da dependência e articulação das práticas – procurando pensar a produção específica dos *discursos de língua*” (ESCOBAR, 1973, p.140, grifo do autor), o que leva Escobar a afirmar que “‘o que domina em toda alteração é a persistência da matéria antiga’, ou ainda, toda produção aqui é *reprodução*. A mudança (‘mutabilidade’) que não se pode pensar em nível de ‘sujeito’ é *reprodução* em seu processo (*parole*)” (ESCOBAR, 1973, p.140, grifo do autor). Afirma ser Saussure explícito sobre o fato de que “esta ‘mutabilidade’ não é uma coisa simples mas todo um processo de *deslocamentos* nos *processos de trabalho dos discursos de língua*” (ESCOBAR, 1973, p.140, grifo do autor). Assim, entende que:

Estes *deslocamentos* recuperam para Saussure os temas que envolvem a arbitrariedade do signo ('Uma *langue* é radicalmente impotente para se defender dos fatores que deslocam, de instante a instante, a relação do significado e do significante. É uma das consequências da arbitrariedade do signo') e a articulação da prática dos discursos de língua com as outras práticas sociais. (ESCOBAR, 1973, p.140-141, grifo do autor).

Segundo o *Proposições*, "as práticas constituem para Saussure – assim como a prática dos discursos de língua – o material de sua grande semiologia, isto é, das práticas discursivas relativamente autônomas no corpo da história em comum" (ESCOBAR, 1973, p.141), e afirma haver em Saussure razões muitas para dar estatuto de *acabamento*, caráter de elaboração radical "dos 'meios de trabalho' dos processos de trabalho dos discursos ideológicos. Sobretudo naquele que, na estrutura complexa e já-dada dos discursos de estatuto semiológico, ('meios de trabalho') tem o lugar dominante, que é o discurso de língua articulada" (ESCOBAR, 1973, p.141, grifo do autor).

O PSL afirma que tal *acabamento*, Saussure define como uma característica que distingue "[...] radicalmente a *langue* de todas as outras instituições' mas que constitui efetivamente um efeito ideológico tanto nos 'sujeitos' quanto um motivo ideológico subjacente às linguísticas metafísicas ao proporem a universalidade e intemporalidade" (ESCOBAR, 1973, p.141-142, grifo do autor), dos objetos que formula Em seu constante processo de escansão do discurso, demarca que:

Para Saussure, significado e significante, ou então matéria-prima semântica e 'meios de trabalho' propriamente *linguísticos*, não escapam, pelo *deslocamento*, à história ('Resulta disso que estes dois elementos unidos nos signos guardam cada um sua vida própria numa proporção ademais desconhecida, e que a *langue* se altera, ou antes, evolui, sob a influência de todos os agentes que podem atingir seja os sons seja os sentidos'), pois é bem nela, na articulação das práticas, que se deve pensar a estrutura mesma dos processos de trabalho dos discursos de língua. (ESCOBAR, 1973, p.142, grifo do autor).

O PSL entende que o conceito de signo, na esteira do valor, possibilita problematizar "as formações discursivas concretas que Saussure designa como 'pensamentos' e sua 'nebulosa'. Onde nada se distingue 'antes da aparição da *langue*', isto é, do conceito que arma a ciência da linguística" (ESCOBAR, 1973, p.142, grifo do autor), e que "Saussure situa a *langue*, como 'meio de trabalho' (o processo de trabalho dos discursos de estatuto semiológico) frente às formações discursivas concretas", (ESCOBAR, 1973, p.142-143, grifo do autor) logo afirma que acerca disto Saussure, conforme o CLG,

diz: 'O papel característico da *langue* frente ao pensamento não é de criar um meio fônico material para expressão das ideias, mas servir de intermediário entre o

pensamento e o som, em condições tais que sua união conclua necessariamente em delimitações recíprocas de unidades’. (ESCOBAR, 1973, p.143, grifo do autor).

O PSL compreende que “talvez se possa ‘chamar à *langue* o domínio das articulações...’ na forma de um discurso ideológico deslocado e elaborado” (ESCOBAR, 1973, p.143, grifo do autor), ou seja, aquele “discurso (de língua) que Saussure vê em termos de *instituição* (de ‘processo secundário’ na Estrutura Elaborada) e que se caracteriza, como ele diz, metaforicamente, por ‘*um articulus*’, ou pela forma de meios de trabalho” (ESCOBAR, 1973, p.143, grifo do autor), e acrescenta que “as metáforas [...] como aquela que compara a *langue* a uma folha de papel, se constituem num sem-número de esforços para designar o estatuto de ‘meio de trabalho’ dos discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.143, grifo do autor). Afirma que a “tentativa de delimitação do objeto da linguística no corpo mais geral dos discursos pelo estatuto semiológico que especifica o discurso de língua dos outros discursos se completa na leitura ‘*em extenso*’ (e não ‘em abismo’) do significado/significante/*barra*” (ESCOBAR, 1973, p.143, grifo do autor).

Assim expressa que: “Os ‘meios de trabalho’, que conferem estatuto semiológico ao objeto da linguística, se abrem, a sua vez, como qualquer discurso ideológico, em *processo de trabalho de discursos de língua* (Objeto da *linguística materialista*).” (ESCOBAR, 1973, p.143-144, grifo do autor), e que o estatuto de ‘meios de trabalho’ teria “uma acepção de papel dos discursos de língua nos processos de trabalho dos discursos ideológicos imediatamente consequente com tudo aquilo que a ciência dos discursos ideológicos nos diz a respeito dos discursos na *EE* [Estrutura Elaborada]” (ESCOBAR, 1973, p.144, grifo do autor).

Concebe que os signos como “os *meios de trabalho* analisados em seu conceito – a *langue* – isto é, *aquilo que estrutura operatoriamente a matéria-prima ideológica histórica* [...] os ‘signos’ da *langue*” (ESCOBAR, 1973, p.145, grifo do autor), são a economia dos processos de trabalho psíquico, compreendendo ademais “que a semântica só é analisável nos *processos de trabalho dos discursos de língua*, nas ‘propriedades’ de um dos seus elementos – *da matéria-prima linguístico-ideológica*” (ESCOBAR, 1973, p.145-146, grifo do autor). E aproximando a semântica do conceito de luta de classes desafia: o que para além da luta de classes, ou “os *lugares ocupados* dentro do processo de trabalho material, na forma de discursos dirigidos a dissimular e inverter este ‘lugar real’, o que, enfim, senão este corpo discursivo dominante se afigura como matéria-prima dos processos de trabalho dos discursos de *langue*”? (ESCOBAR, 1973, p.146, grifo do autor).

Escobar sugere que a “semântica que na verdade só é analisável pelos processos de trabalho dos discursos de língua tem aí sua forma de presença, ademais, extensiva à verdade e à importância dos processos de trabalho dos discursos ideológicos” (ESCOBAR, 1973, p.146), e que esses *discursos de língua* produzem o sujeito, devido a suas formas de presença do *aparato ideológico do Estado*, logo o “caráter em si ‘intelectual’ das formas de presença da língua – empiricamente – não contraria uma chamada ‘afetividade’, pois [...] os discursos de língua não estão abandonados às ‘emoções individuais’” (ESCOBAR, 1973, p.146, grifo do autor), uma vez que entende que os “*discursos de língua* estruturam já de per-si a ‘significação’ e as ‘formas’ nos *processos de trabalho dos discursos de língua*” (ESCOBAR, 1973, p.146, grifo do autor).

Aqui, o “*valor*, que constitui o núcleo conceitual da ‘*langue*’ e o corte epistemológico saussuriano, é também o lugar da problematização do signo. Sobretudo do signo pelo lado daquilo que constitui a própria *Langue*, isto é, um *sistema de signos*” (ESCOBAR, 1973, p.147, grifo do autor). Partindo da compreensão de que a arbitrariedade no CLG centra-se entre significante e significado, e não entre signo e coisa do *mundo natural* aponta que, todavia “no exemplo *boeuf* ele se refere à diferença dos signos linguísticos (entre línguas diferentes) por respeito à coisa (*o boi*)” (ESCOBAR, 1973, p.147, grifo do autor), o que o leva a indagar: “a arbitrariedade é entre o significante e o significado fora da realidade (a língua é um sistema de formas) ou entre o signo e a coisa?” (ESCOBAR, 1973, p.147-148, grifo do autor).

Ilustra, via CLG, a noção saussuriana de *massa amorfa* para se referir ao “pensamento [e cita que]: ‘Tomado nele mesmo, o pensamento é como uma nebulosa onde nada é necessariamente delimitado. Não há ideias preestabelecidas, e nada é distinto antes da aparição da língua’” (ESCOBAR, 1973, p.148), a fim de criticar a noção de arbitrariedade presente na formação discursiva estruturalista posteriormente desenvolvida por Benveniste, acrescenta que “criticamos a *arbitrariedade* nesta acepção (em parte saussuriana) dos estruturalistas. A língua é uma (prática significante) *prática* e não se relaciona com *coisas*” (ESCOBAR, 1973, p.148, grifo do autor). Afirma ainda: “relação dita aqui *arbitrária* (em Benveniste), em vista da completa autonomia da língua frente a estas ‘coisas’” (ESCOBAR, 1973, p.148, grifo do autor).

Escobar afirma que Benveniste, ao aproximar a arbitrariedade da “*contingência* – admite que ‘colocar a relação como arbitrária é para o linguista uma maneira de se defender desta questão...’, isto é, colocar a relação da língua como ‘sistema de signos’ com o ‘mundo’” (ESCOBAR, 1973, p.149, grifo do autor). A esse respeito postula:

Se ao nível empírico (da ‘consciência espontânea’) do sujeito falante existe adequação completa da língua com a ‘realidade’, o que sabemos ser uma ilusão ideológica, de outro lado, isso não nos deve conduzir a soluções filosófico-ideológicas, mas sim, pelo contrário, a produzir os conceitos da autonomia relativa da língua e da sua articulação com as estruturas sociais. (ESCOBAR, 1973, p.149).

Propõe que significante e significado representa um “jogo de *posturas* desta articulação da *langue* com a História na estrutura de um processo de trabalho discursivo” (ESCOBAR, 1973, p.149-150, grifo do autor), e a partir de sua interpretação da relação entre significado e significante, o autor formula que: “O signo traz esta inteiridade, isto é, como *unidade* da ‘*langue*’ ele é um *sistema* (na autonomia relativa de um *processo de trabalho discursivo*) e como questão ele é a articulação – e o papel – da *langue* na História.” (ESCOBAR, 1973, p.150, grifo do autor). Afirma que o *objeto concreto* da linguística seria “a problemática da *langue* (e de suas *unidades* como signos) na história” (ESCOBAR, 1973, p.150, grifo do autor).

Desfaz a dicotomia e propõe uma dialética, consoante à qual o significado e o significante, “em sua relação estreita e inseparável, reescrevem para nós a relação de trabalho – na materialização de energia intelectual – dos elementos do processo de trabalho dos discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.150, grifo do autor), e ambas “partes distintas e a *barra* desenham então a dialética mesma da *langue*” (ESCOBAR, 1973, p.150, grifo do autor). Assim: “Significado, significante e *barra* presentificam o trabalho da língua e sublinham o conceito de *Valor*.” (ESCOBAR, 1973, p.150, grifo do autor). A “*barra* ativa distinguindo e reunindo as partes deste processo de trabalho de discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.151, grifo do autor). Assim, a linguística materialista instaura suas positivities discursivas no arquivo através das formulações que a caracterizam.

Escobar não vê necessidade de “proceder, como muitos sócio-linguistas, a uma redução sociológica da(s) língua(s), uma culturalização, ou ainda a constatações de diferenças fonológicas, sintáticas e morfológicas entre setores da população” (ESCOBAR, 1973, p.151, grifo do autor), embora entenda haver “modificações na prática dos discursos de língua pelas classes sociais, [...] essa problemática de classe dos discursos ideológicos é sobretudo analisada pela *ciência dos discursos ideológicos*” (ESCOBAR, 1973, p.151-152, grifo do autor), e compreende que as “línguas, como *meios de trabalho (langue)*, só são analisáveis no corpo deste *processo de trabalho dos discursos ideológicos*” (ESCOBAR, 1973, p.152, grifo do autor).

Na interpretação escobariana, o “*contexto*, por onde a *significação* difere no corpo ‘linguístico’ dos *meios de trabalho (langue)* dos processos de trabalho dos discursos

ideológicos, são as *classes sociais*” (ESCOBAR, 1973, p.152, grifo do autor). Escobar afirma que a “língua articulada, entre outros sistemas, como ‘instituição’, tem muitos significados em Saussure” (ESCOBAR, 1973, p.152, grifo do autor), o qual “tem plena consciência do caráter instrumental que têm os discursos de língua, sem que isso signifique uma visão técnica da linguagem articulada ou de qualquer outro sistema (como ele diz, ‘semiológico’)” (ESCOBAR, 1973, p.153, grifo do autor). Compreende a “*langue*, como conceito de um sistema-instrumento dos discursos de estatuto semiológico, [que] somente pode ser pensada em *combinação* com os outros elementos de processo de trabalho discursivo” (ESCOBAR, 1973, p.153, grifo do autor), o que implica que “o discurso de língua (ou outro qualquer sistema semiológico) não é um *canal* no sentido, por exemplo, de um instrumento técnico em-si” (ESCOBAR, 1973, p.153, grifo do autor).

Entende que “se a *langue* constitui – já em Saussure – o conceito mesmo deste elemento dos *processos de trabalho dos discursos ideológicos* nos discursos de estatuto ‘institucional’ (como ele diz) é porque a *langue* se refere a este problema apenas nos discursos ideológicos” (ESCOBAR, 1973, p.153, grifo do autor), da *E.E.*, pois “(a *langue*) é, enfim, a problematização – sempre importante – dos *processos de trabalho dos discursos ideológicos* no elemento dos *meios de trabalho* que compõem em *termos dominantes* este processo de trabalho superestrutural” (ESCOBAR, 1973, p.153, grifo do autor). Assim, o “estatuto aqui deste elemento no conceito de *langue* – em Saussure – tem forma *institucional*” (ESCOBAR, 1973, p.153, grifo do autor).

Pretende que a “*langue* equivale, na *EE*, ao *Falus* na *Estrutura de Instauração*; ela se constitui, tal como o último, por um *deslocamento formalizado* da matéria-prima dos *processos de trabalho dos discursos ideológicos*” (ESCOBAR, 1973, p.153, grifo do autor), e, ainda entende que “a *langue* é tanto o deslocamento dos temas do *discurso ideológico dominante* quanto sua *formalização radical*” (ESCOBAR, 1973, p.153-154, grifo do autor), a qual “sublinha o papel ideológico das línguas (no conceito mesmo de *langue*) nos *processos de trabalho dos discursos ideológicos*” (ESCOBAR, 1973, p.154, grifo do autor).

O *Proposições* entende que em Saussure “a forma de formalização e de instituição das línguas se dirige ao efeito ideológico de aparência de ‘universalidade’” (ESCOBAR, 1973, p.154, grifo do autor), que, porém Saussure, tem “uma consciência dispersa do estatuto teórico da sua linguística e uma conceituação dos discursos de língua abertos às suas dificuldades” (ESCOBAR, 1973, p.154, grifo do autor), e que afirmar que “a ‘língua

é um fato semiológico’, constitui maneiras de Saussure ir armando os pressupostos dessa nossa *ciência dos discursos ideológicos*” (ESCOBAR, 1973, p.155, grifo do autor).

Destaca que, “na língua articulada, os fonemas, os monemas e a força de trabalho dos discursos de língua perfazem um processo de trabalho singular” (ESCOBAR, 1973, p.155, grifo do autor). Em seguida, Escobar afirma:

Da mesma forma – como já ficou do que dissemos – as análises dos signos, do caráter diferencial das unidades, das distinções, etc., são recobertas pela problemática do *valor*. O seu caráter, ademais inacabado (como percebe G. Mounin), nos remete às questões que estruturam e se abrem à dialética da produção da *langue*. (ESCOBAR, 1973, p.156, grifo do autor).

Acerca da *mutabilidade* do signo, o PSL recorre àquela passagem do CLG em que se lê que: “Uma língua é radicalmente incapaz de se defender dos fatores que deslocam, de minuto a minuto, a relação entre o significado e o significante [...]” (SAUSSURE apud ESCOBAR, 1973, p.157, grifo do autor). A visão escobariana admite que em Saussure “a matéria-prima do Inconsciente histórico ou do discurso ideológico dominante e a parte deslocada [...] são desde logo (via o *Desejo*) incorporadas nos processos de trabalho dos discursos ideológicos de um ‘sujeito’” (ESCOBAR, 1973, p.157, grifo do autor), e apreende os *significados* como “*processos de trabalho dos discursos de língua*” (ESCOBAR, 1973, p.158, grifo do autor), e entende que a relação “dos significados e dos significantes [...] é uma relação de produção onde é essencial pensar uma força de trabalho dos discursos de língua: o agente social como mão-de-obra discursiva” (ESCOBAR, 1973, p.158, grifo do autor), ou seja, é uma “*relação de estruturação histórica* entre matéria-prima ideológica (significado) e meios de trabalho (*langue* – ou teoria dos significantes sistematizados e diferenciados) com uma força de trabalho discursiva” (ESCOBAR, 1973, p.158-159, grifo do autor).

Portanto, para o PSL a questão da arbitrariedade entre o significado e o significante abre-se “à questão da articulação dos processos de trabalho discursivos de língua (ou meios de trabalho dos processos de trabalho dos discursos ideológicos) com a história econômico-política” (ESCOBAR, 1973, p.159, grifo do autor). Entende que o empirismo que atribui ao CLG apreendeu de forma dividida conceitos saussurianos, como “o signo, a história da língua, etc.” (ESCOBAR, 1973, p.159, grifo do autor), e que essas e outras “deformações do seu verdadeiro pensamento o fazem aparecer como autor de afirmações tais como estas: ‘Na prática, um estado de língua não é um ponto, mas um espaço de tempo, mais ou menos longo, durante o qual a soma de modificações ocorridas é mínima’” (ESCOBAR, 1973, p.160, grifo do autor). Afirma que:

exatamente quando os textos propriamente epistemológicos de Saussure recusam [...] o objeto já-dado, situam a estrutura em seu conceito (sincronia teórica) e se protegem de uma confusão entre teoria geral dos *meios de trabalho* discursivos (semiologia) com seu quase conceito de *formações de discurso de língua* (*parole*, língua, etc.) no conceito nuclear de *langue*. (ESCOBAR, 1973, p.160, grifo do autor).

Nas demarcações e interpretações escobarianas, Saussure esboça uma “*teoria geral da história*, ou dos conceitos de estrutura e história por onde se pode pensar a *sincronia* e a *transição dos modos históricos dos discursos de língua*” (ESCOBAR, 1973, p.161, grifo do autor). Deduz que em “(‘As entidades concretas da língua’), Saussure [...] está se referindo aqui à ‘fala’ conceitual da sua ciência na forma de signos da língua que ‘não são abstrações’ mas ‘objetos reais’”. (ESCOBAR, 1973, p.161, grifo do autor)

Entende que o valor seja em Saussure “o seu conceito mesmo de *langue* que recobre as distinções de *entidade*, *unidade*, etc.” (ESCOBAR, 1973, p.161, grifo do autor), que o valor situa, “a *dialética* do ‘sistema’ da *langue*, e que permite a Saussure sugerir um *método* – mas um método fundado na *teoria* – a partir de distinções e classificações de unidades” (ESCOBAR, 1973, p.161, grifo do autor), e que se os editores fazem Saussure comparar unidades visíveis “com as unidades da língua que, conforme o texto, tem ‘este caráter estranho e surpreendente de não oferecer entidades perceptíveis à primeira vista...’, eles apenas retomam a confusão primeira” (ESCOBAR, 1973, p.162, grifo do autor), aquela “entre *unidades* como conceitos, no sistema (‘valor’) da *langue*, e unidades reais distinguíveis” (ESCOBAR, 1973, p.162, grifo do autor).

O *Proposições* afirma que as “unidades são conceitos na medida mesma em que o *valor* (‘a combinação’) as recobre como sistema de língua” (ESCOBAR, 1973, p.163, grifo do autor), mas pondera que, não obstante, Saussure é mais explícito quando “diz: ‘Esta análise não tem nada de material’ ou ‘enfim, a *langue* não se apresenta como um conjunto de signos delimitados previamente...’” (ESCOBAR, 1973, p.163, grifo do autor). Entende retomar “as primeiras palavras de Saussure [...] que subentende a concretude destas unidades, no estatuto mesmo da ciência, que dialetizam a *langue* (‘unidades delimitadas ou unidades que se opõem no mecanismo da *langue*’)” (ESCOBAR, 1973, p.163, grifo do autor). Destaca que Saussure “se refere à *entidade linguística* como algo a ser realmente ‘delimitado’ ou algo a ser ‘separado de tudo o que a rodeia na cadeia fônica’ (em seguida: ‘São estas entidades ou *unidades* que se opõem no mecanismo da língua’)” (ESCOBAR, 1973, p.163, grifo do autor).

Segundo o *Proposições*, o CLG dos editores considera que Saussure “está apenas caracterizando a língua, tanto quanto distinguindo-a de outros sistemas semiológicos” (ESCOBAR, 1973, p.164, grifo do autor). Contudo, demarca que “esta confusão não quer dizer, como pensam os editores do CLG (e os estruturalistas) uma confusão entre sistemas diferentes – sistemas reais já-dados –, isto é, um sistema de sinais espaciais qualquer e o sistema da língua” (ESCOBAR, 1973, p.164, grifo do autor), pois, para o PSL, Saussure “quer dizer que os signos linguísticos são produzidos como conceitos – num discurso científico a respeito da língua” (ESCOBAR, 1973, p.164, grifo do autor).

Escobar afirma “que a questão da presença em-si imperceptível do discurso ideológico de língua na produção dos discursos ideológicos como *meios de trabalho* passe despercebida de Saussure” (ESCOBAR, 1973, p.164, grifo do autor). Entende, que a “imersão desses *meios* (as línguas) no comportamento dos agentes sociais impede-lhe[s] uma distinção clara de suas formas” (ESCOBAR, 1973, p.164, grifo do autor). Eis aqui uma positividade bastante característica do programa materialista: a noção de *langue* como um meio de trabalho discursivo. Então afirma que Saussure “reconhece esta qualidade *dos discursos ideológicos das línguas*” (ESCOBAR, 1973, p.165, grifo do autor), como por exemplo, na constatação saussuriana de que “a língua não se apresenta como um conjunto de signos delimitados de antemão” (ESCOBAR, 1973, p.165). Segundo Escobar, ao agente social é difícil distinguir de forma clara “os elementos que compõem o *processo de trabalho do discurso de língua*” (ESCOBAR, 1973, p.165, grifo do autor).

De acordo com as demarcações do PSL, aquilo que Escobar afirma recusar no *Curso* é “a possibilidade de se encontrar no CLG uma direção tipicamente dedutiva, ‘que de hipótese em hipótese, procura fora do dado imediato’ uma hipótese fundamental (a língua como sistema de valores)” (ESCOBAR, 1973, p.165, grifo do autor). A formação discursiva linguística materialista irá aproximar o conceito de *valor* ao conceito de *combinação*, “por onde se estruturam os processos discursivos de línguas, e [afirma que] sua importância crescente no CLG não tem o estatuto de uma hipótese que se prova, mas de constituição e reprodução de um objeto de conhecimento (a *langue*)” (ESCOBAR, 1973, p.165, grifo do autor). Então, reflete:

Se é o *valor* que vai atribuir papel conceitual (de *conhecimento*, e portanto de apropriação da realidade como conhecimento) à *identidade* e à *realidade*, [estas] quando encaradas de um ângulo epistemológico, são, por outro lado, [somadas a] estes conceitos [de valor e de conhecimento, os fatores] que aproximam o *discurso de língua* das questões mais gerais dos discursos ideológicos. (ESCOBAR, 1973, p.165-166, grifo do autor).

Compreende, o PSL, que “Saussure permanece em grande parte aí, sem poder aprofundar os temas da *identidade* e da *realidade* nos discursos de língua pelo lado (da *psicanálise científica* como um nível da *ciência dos discursos ideológicos*) da problemática dos discursos ideológicos” (ESCOBAR, 1973, p.166, grifo do autor), e afirma que: “A entidade, identidade, unidade, realidade (senão, as vezes, o próprio *valor*) arriscam-se a não ser, na complexidade do objeto de conhecimento da linguística (a *langue*), senão as formas secundárias de classificação e subclassificação.” (ESCOBAR, 1973, p.166, grifo do autor).

Quanto a essa temática, acrescenta que: “O próprio Saussure quando encara a questão da *realidade* se esforça por mostrar que se trata de algo no *sistema da língua* (‘ou corresponderia a algo que tenha seu lugar no sistema da língua e que seja condicionado por ela? [...]’)” (ESCOBAR, 1973, p.166-167, grifo do autor), e, que por sua vez: “*Identidade* não é esta ou aquela forma de presença (empírica) do *discurso de língua*, e se é, como acha, Saussure, um conceito, é preciso distingui-lo deste trabalho classificatório e de distinções pelo qual o estruturalismo se fez.” (ESCOBAR, 1973, p.167, grifo do autor). Afirma que para Saussure “a *identidade* (e em outros termos a *realidade*) não é material ou ‘um sentido já dado’, mas algo bem mais complexo e ele procede dessa forma porque não pretende desenhar estes conceitos, nos discursos de língua, por uma estrutura em-si-mesma já-dada e formalizada” (ESCOBAR, 1973, p.167, grifo do autor).

Propõe uma *estrutura de produção*, na qual, *realidades* e *identidades* são produzidas, em que “a autonomia dos *discursos de língua* lembra a história e sua função de produção (reprodução) nos seus discursos, isto é, a problemática mesma da ‘arbitrariedade do signo linguístico’” (ESCOBAR, 1973, p.167, grifo do autor), e essa noção de *realidade produzida* ou *identidade produzida* que reconhece no CLG, o conduz a afirmar que em “Saussure: ‘Para escapar às ilusões, devemos nos convencer, primeiramente, de que as entidades concretas da língua não se apresentam por si mesmas à nossa observação [...]’” (ESCOBAR, 1973, p.168, grifo do autor).

Compreende um “*real* que não é já-dado, ou que no ‘conhecimento’ (discurso de conhecimento) é produzido em seu conceito, e que como tal revela-se como algo *produzido* nos discursos ideológicos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.168, grifo do autor). Entende que o corte epistemológico atravessa a reflexão acerca do *valor*, e que seja justamente “a problemática do signo, da significação, da ‘arbitrariedade do signo’, no enfoque através do *valor* (capítulo IV: ‘O valor *linguístico*’ da *Segunda Parte*) que nos concede a *dialética concreta da Langue*” (ESCOBAR, 1973, p.169, grifo do autor).

O *Proposições* então destaca que sua “recusa das ‘abstrações’ – recusa de porte epistemológico –, ou do *material* pelo ‘concreto’, e, enfim, a recusa da *langue* como ‘línguas’ em suas ‘unidades’ já-dadas, caracterizam com precisão o programa epistemológico saussuriano” (ESCOBAR, 1973, p.169, grifo do autor), é uma recusa ao “empirismo em seu *discurso científico* que em nada exclui que em ‘sua ciência’ os *discursos de língua* sejam sempre já-dados para o engajamento (no desejo) das *forças de trabalho* dos discursos ideológicos quando *conhecimento* produzido na *ciência da história*” (ESCOBAR, 1973, p.169, grifo do autor).

Em nota de rodapé, o PSL afirma que segundo

Saussure: ‘Os signos de que a *langue* é composta não são abstrações, mas objetos reais’. Para o autor não se trata aqui da *Langue* como ciência frente a sua matéria-prima – pois deste ângulo, tal como Marx, Saussure reconhece nas ‘abstrações’ ideológicas a matéria-prima do trabalho teórico – mas do *produto* desta ciência. Isto é, os signos são conceitos (‘concretos de pensamento’). (ESCOBAR, 1973, p.169, grifo do autor).

Em nova nota de rodapé, cita do CLG que: “A *langue* não se apresenta como um conjunto de signos delimitados já-antes” (ESCOBAR, 1973, p.169, grifo do autor). Assim, entende que o valor seja “em Saussure, a sua maneira de conceber o conceito de *langue*, de produzi-lo pelo lado da sua estrutura” (ESCOBAR, 1973, p.170, grifo do autor).

Escobar aprofunda seu questionamento das noções isoladas, chegando às questões das *relações e das diferenças* ‘constitutivas do sistema’. Afirma que no “CLG Saussure conclui: Na língua, como em todo sistema semiológico, o que distingue um signo é tudo aquilo que o constitui. A diferença é o que faz a característica, como faz o valor e a unidade” (ESCOBAR, 1973, p.170, grifo do autor). Entende que seria isso que Saussure “procura dizer do objeto da linguística, enfim, como um objeto de conhecimento produzido e que se abre – como mostraremos – a uma estrutura de produção dos discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.170-171, grifo do autor).

Desse modo, deduz que, se “no discurso parcialmente positivista, das unidades isoladas, Saussure troca com metáforas, imagens e exemplos empiristas, no discurso do corte epistemológico (o *Valor*) ele produz uma *dialética* da *langue* – uma ciência”. (ESCOBAR, 1973, p.171, grifo do autor) Assim, Escobar afirma, que: “Saussure se encaminhava para uma concepção *superestrutural* dos *discursos de língua*.” (ESCOBAR, 1973, p.172, grifo do autor), e seus esforços parciais “sobre um ou outro elemento do seu ‘sistema da língua’ têm no tema do signo todo o traçado fecundo de suas limitações e de sua profundidade” (ESCOBAR, 1973, p.172, grifo do autor). Conclui que “os temas

isolados, quando encarados como temas isolados (numa abordagem aparentemente atomística) estão sempre pressupondo afirmações como estas, por exemplo, ‘a *langue* é uma forma não uma substância’” (ESCOBAR, 1973, p.172, grifo do autor).

Compreendendo a linguística gerativista e a estruturalista igualmente como linguísticas empíricas, o *Proposições* pontua que com a recusa de Chomsky do “conceito saussuriano de *langue* [...] ele está promovendo um recuo significativo nas conquistas recentes desta ciência” (ESCOBAR, 1973, p.173, grifo do autor) e, com isso, recusa “o estatuto epistemológico assegurado à ciência linguística pelo conceito de *langue*” (ESCOBAR, 1973, p.173, grifo do autor). Adverte que:

Com o inacabamento da teoria linguística saussuriana e sobretudo com a persistência de uma ‘leitura’ empirista dos conceitos de *langue* e de *parole* (de ‘significação’, de analogia, etc.) surgiram tentativas de se pensar a mobilidade do sistema de língua neste ou naquele fator; ora supondo entre os limites *langue/parole* outros lugares, ora recusando a *langue* saussuriana (ESCOBAR, 1973, p.173, grifo do autor).

O *Proposições* entende que o “chamado ‘modelo gerativo’ não pode e não é [...] uma tentativa de pensar a ‘produção da *parole*’ dentro do estatuto científico do conceito de *langue*” (ESCOBAR, 1973, p.173-174, grifo do autor), e, assim, os “desenvolvimentos aqui, no corpo da ‘performance’, no sentido de desenhar melhor uma lógica de criatividade de discursos de língua não substitui por-si a importância do estatuto epistemológico da linguística saussuriana” (ESCOBAR, 1973, p.174, grifo do autor), uma vez que aquela “ênfase da ‘criatividade’ no uso da língua [...] ‘de uma extensão potencialmente infinita’, constitui o outro limite ideal das ‘séries universais de regras’ da gramática gerativa, por onde o processo de trabalho dos discursos de língua [...] é praticamente engolido” (ESCOBAR, 1973, p.174-175, grifo do autor). Nesses termos, constata que, no gerativismo, “toda e qualquer análise da implicação dos *processos de trabalho psíquico* e a sua *instrumentalização* nos ‘meios de trabalho’ [...] dos discursos de língua [...] tende a equivocar a questão” (ESCOBAR, 1973, p.175, grifo do autor).

Segundo o entendimento do *Proposições*, diferentemente das abordagens estruturalista e gerativista, a sintaxe se realiza em seus “graus de normatividade ideológica – da *E de I* à *EE*⁶ – na forma de presença dos discursos (comportamentos) ideológicos. Ela é forma de presença como ‘meios de trabalho’, desta forma de presença de alguém pelos discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.175, grifo do autor), em consonância, com a

⁶ A semiologia materialista escobariana, sua ciência dos discursos ideológicos (CDI), supõe dois níveis para sua análise, um nível psíquico-psicológico e outro ideológico-dominante, sendo o primeiro denominado de *Estrutura de Instauração* (E de I), e o segundo de *Estrutura Elaborada* (EE).

parole, como o *produto* e o *processo*, ou seja, enquanto *meios*, os quais operam por reprodução, e, assim, o “*produto* confirma os *meios*, e os *meios* a maneira operável da matéria-prima já-dada e sempre reproduzida nos discursos ideológicos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.175, grifo do autor), socialmente estruturados, e subordinados aos discursos de classes, já que essa “estrutura ideológica não está subordinada – como pretendem os chomskyanos – a uma *intuição* fundadora dos discursos de língua que atravessaria o ‘sujeito ideológico’ na forma de uma infra-estrutura”. (ESCOBAR, 1973, p.176, grifo do autor).

No quadro de uma visada materialista, Escobar irá buscar elementos para a proposição de seu conceito de discurso. Através de uma série de escansões que a caracterizam, que regulam as leis de suas positivities e que por meio de suas emergências enunciativas, reivindicam seu campo de utilização, a linguística materialista presente no *Proposições para uma semiologia e uma linguística*, entende as práticas discursivas como discursos articulados com a história, como relações de trabalho, ou seja, enquanto materialização de discursos em termos históricos e institucionais.

Escobar afirma que Foucault, apesar de formular um conceito de *práticas discursivas*, não chega a compreendê-las nas *relações de trabalho*, mas antes “preserva o sujeito – fora – como ‘posições do sujeito’ nesta estrutura de discurso e a língua é vista como qualquer coisa que os discursos *utilizam*” (ESCOBAR, 1973, p.177, grifo do autor). Contudo, para Escobar, “são os discursos ideológicos – sua materialidade histórica – que nos permitem pensar as línguas como discursos de língua e o seu caráter instrumental como MT (meios de trabalho) e estes MT mesmos, a sua vez, como processos de trabalho de discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.177, grifo do autor).

Destaca que “o exemplo e as dificuldades desse trabalho permitem que reivindicemos para a *linguística materialista* um objeto como *discurso* e não como *língua*, ou ainda que encaremos a ‘*langue*’ como a teoria destes discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.177-178, grifo do autor), uma vez que entende que, nesse contexto, a *langue* não se trata de “uma ordem neutra proferida, de línguas, mas de uma ordem comprometida produzida, de discursos *ideológicos* de estatuto semiológico, ou discursos de língua articulada” (ESCOBAR, 1973, p.178, grifo do autor).

Reafirmando sua convicção no *discurso* como força de trabalho conceitual na linguística do corte, Escobar pretende que esses “*discursos de língua*, por onde se abrem os ‘meios de trabalho’ dos processos de trabalho discursivos, são *discursos* e não ‘línguas’, são *ordens históricas*, no sentido de *posicionais na história*, e não técnico-*universais* ou

indiferentes” (ESCOBAR, 1973, p.178, grifo do autor), e partindo da constatação de que a técnica também ela é um discurso aberto a uma prática ideológica, Escobar afirma que a “*parole* tem estatuto de ordem discursiva, de *língua* como *discurso* em *paroles* – línguas com função ideológica precisa” (ESCOBAR, 1973, p.178, grifo do autor). Para a formação discursiva do PSL, através de sua psicanálise e marxismo militantes, houve uma “liquidação das *unidades discretas* da linguística reacionária, da sua noção mesma de ‘língua’, pelo conceito de *discurso*, em todas as suas formas e subformas” (ESCOBAR, 1973, p.178, grifo do autor).

A positividade do *Proposições* sustenta que “os discursos de língua e os discursos mesmos têm no corpo dos processos de trabalho dos discursos ideológicos o nível teórico do seu elucidamento” (ESCOBAR, 1973, p.179, grifo do autor). Entende que delimitar o conceito de *discurso* “na *linguística científica* constitui uma questão processual nos trabalhos desta linguística sobre *conjuntura de discursos de língua*” (ESCOBAR, 1973, p.179, grifo do autor). Acerca da noção de *discurso* expressa que se “a teoria das ideologias e a psicanálise materialista utilizam este quase conceito, a linguística, pelo seu lado, o encara como uma forma de presença da língua, algo próximo à *parole* saussuriana do enfoque empirista” (ESCOBAR, 1973, p.180, grifo do autor), em outras palavras: *processo* e *produto*, em que se identifica uma relação de semelhança entre a técnica e a prática.

Ao tecer críticas à relação entre significante e significado compreendida dicotomicamente, Escobar o faz frente a sua concepção de que “os *processos de trabalho dos discursos de língua*, que constituem os termos operáveis do objeto da linguística, não tomam jamais a forma de uma estrutura em achatamento ou a forma ‘em abismo’ do significante e significado” (ESCOBAR, 1973, p.180, grifo do autor), pois, na leitura de Escobar, o que se retém da articulação, é a articulação do signo com a história. O tema que se sobressai é aquele que compreende que “a consequência talvez mais revolucionária [...] é o abandono da noção de *língua* pelo conceito de *discurso*” (ESCOBAR, 1973, p.180, grifo do autor).

Escobar entende que “os *processos de trabalho dos discursos de línguas* já trazem – como conceitos – o corpo complexo e estruturado de um empenho que mobiliza *linguisticamente* os ‘discursos’ e sua produção na história” (ESCOBAR, 1973, p.180, grifo do autor), ou seja, articulam os “*discursos de língua*, já que, [trabalham] como sabemos, uma *problemática em torno dos meios de trabalho dos discursos ideológicos*, que operam em termos de língua articulada” (ESCOBAR, 1973, p.180-181, grifo do autor). Há, aqui,

uma imensa mudança de problemática, em relação à “linguística comprometida com o mapeamento gramatical das línguas dadas” (ESCOBAR, 1973, p.181).

Entende que, no limite, se “discursos são enunciados, expressões, exemplos concretos de uma língua, etc., a própria língua, que suporta e trabalha este discurso, é, em seu estatuto de meios de trabalho linguístico, historicamente disponíveis, um *discurso* também” (ESCOBAR, 1973, p.183, grifo do autor), e, assim, de deslocamento em deslocamento, já não mais se refere à *langue* o objeto central da linguística, mas aos “discursos que constituem objeto real da *linguística científica* [e] são os discursos de língua, que se armam em ‘*meios de trabalho*’ nos processos de trabalho dos discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.183-184, grifo do autor), e já não se trata mais “da língua em geral, mas do processo de trabalho que a arma em discursos ideológicos por meio dos discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.184).

Propõe então distinguir entre os discursos em geral, ou seja, o que entende como as *formações discursivas ideológicas concretas*, e os “discursos em particular (*meios de trabalho* dos processos de trabalho dos discursos ideológicos, *como discursos de língua*)” (ESCOBAR, 1973, p.184, grifo do autor). Afirma que tampouco seja seu “o uso da noção de ‘*discurso*’ [conforme Eric Buysens] como uma das maneiras de evitar a radicalidade da oposição (ilusória) de *langue* e *parole* em Saussure, enfim, como fórmula mediadora, ou pretensa recuperação no interior da linguística do conceito de *parole*” (ESCOBAR, 1973, p.185, grifo do autor), nem mesmo pretende “utilizar os conceitos de discursos, de *formações discursivas*⁷, de *processos de trabalho discursivos*, de *discursos de língua*, e de *processos de trabalho de discursos de língua*” (ESCOBAR, 1973, p.185, grifo do autor), no bojo do estruturalismo ou então daquilo que se entende como uma linguística gerativista. Para Escobar, a sua linguística materialista “põe a claro o papel dos discursos de língua no contexto dos discursos ideológicos e nos obriga, para sua análise, a um conjunto de recursos teóricos que não se satisfazem em seus relativos fechamentos de ‘estado de língua’” (ESCOBAR, 1973, p.187, grifo do autor).

Entende, com base nos Inéditos de Saussure, que dele o “*discurso* – que não é a *parole* – se divide em seu esforço ao indicar tanto uma problemática fundamental dos discursos ideológicos, que a linguística científica como tal subentende, quanto os *discursos de língua* que nucleiam a linguística científica” (ESCOBAR, 1973, p.187, grifo do autor). Assim, o objeto saussuriano é o “discurso e não língua, porque a *parole* sempre se

⁷ Escobar se refere à *formação discursiva* estruturalo-marxista tematizada nas formulações de Michel Pêcheux e não ao objeto homônimo da teoria foucaultiana

materializa do desejo e da história” (ESCOBAR, 1973, p.187, grifo do autor); não mais “língua porque os discursos de estatuto semiológico só se revestem do seu aspecto neutral e codificante ao nível de um serviço histórico, de um lugar (e posicionalidade) nos processos de trabalho discursivos” (ESCOBAR, 1973, p.188), que é do nível do *discurso* e não da *langue*.

Conforme o *Proposições*, a “verdade das línguas e sua operacionalidade nos discursos ideológicos de língua articulada são a de uma materialidade em termos de discursos” (ESCOBAR, 1973, p.188), e na manifestação de sua materialidade, os

discursos de língua também ilustram o desejo, na economia dos valores ideológicos, com sua semântica (*MP* – matéria-prima) e operam esta semântica-ideológica com os *meios de trabalhos linguísticos* que estratificam as ‘proibições’, o poder, e os limites dos produtos em termos de discurso de língua (a morfonologia). (ESCOBAR, 1973, p.188, grifo do autor).

Afirma que sua concepção de “discursos se constitui também de *discursos de língua*, ou regras para todos os enunciados de língua articulada, possíveis numa formação ideológica concreta” (ESCOBAR, 1973, p.188, grifo do autor), e que, apesar da aparência de “um número infinito de enunciados de discursos ideológicos, os discursos de língua têm na verdade seus limites já-dados no processo de trabalho discursivo em que entram” (ESCOBAR, 1973, p.188).

Segundo o PSL, Saussure nos diz:

que ‘a *langue* não é produzida senão com vistas ao discurso’, mas o discurso não é somente um resultado, ele é também a *produção mesma da langue* e Saussure diz isso ao perguntar: ‘Em que momento, em virtude de que operação (...) de que condições, estes conceitos formarão o discurso?’ (ESCOBAR, 1973, p.188, grifo do autor).

Segundo o autor afirma, trata-se “de um deslocamento de discursos ideológicos em meios de trabalho ou discursos de língua de estatuto também ideológico, conforme insistiremos em nossa *linguística materialista*” (ESCOBAR, 1973, p.189, grifo do autor).

Assim:

Os discursos, que não são *paroles* – e estas últimas em todos os seus múltiplos significados, no *CLG*, de *fala*, de *conjuntura de discursos de língua*, etc. – são processos de trabalho de discursos ideológicos, ou processos de trabalho de discursos de língua – na linguística e na semiologia – e se abrem, com a história, às questões da produção das ideologias e da *langue*, como de uma de suas medidas. (ESCOBAR, 1973, p.189, grifo do autor).

Ao se referir ao discurso em termos de “*processo de trabalho dos discursos de língua, meios de trabalho* dos processos de trabalho dos discursos ideológicos” (ESCOBAR, 1973, p.189, grifo do autor), Escobar já está a avançar em seus temas e teorias

e afirma como certo “que o questionamento da *langue* no corpo do conceito de *discurso* remete a linguística saussuriana à força de suas relações com a história (*com a ciência da história*)” (ESCOBAR, 1973, p.189, grifo do autor). Adverte, todavia, não se tratar aqui “com esta aproximação da *langue* e do *discurso*, daquela antiga questão – falsa questão aliás – que separa ou reivindica a *parole* para a *langue*” (ESCOBAR, 1973, p.190, grifo do autor). Assim, discurso “ou processo de trabalho discursivo, ou a *langue* como produção e ideologia na história, será o núcleo da ciência dos discursos ideológicos e a fórmula pela qual se poderá pensar [...] o discurso de língua da linguística materialista” (ESCOBAR, 1973, p.190, grifo do autor).

Para Escobar, dessa forma, “a *langue*, pensada no trabalho dos discursos, se insere nos discursos dentro da história, como *discursos ideológicos, deslocados em meios de trabalho* discursivos ou sistema de *langue*” (ESCOBAR, 1973, p.190, grifo do autor). Deste modo, demarca que:

A langue pode ser pensada nas questões dos *discursos*, como matéria-prima, como discursos ideológicos dominantes, – como semântica – como *meios de trabalho próprio* – morfonologia –, como deslocamentos e condensações na extensão dos processos de trabalho dos discursos ideológicos. (ESCOBAR, 1973, p.190, grifo do autor).

Entende que a “*langue*, entre as linguagens (meios de trabalho discursivos) da *EE*, é um tipo de *ego-fraco*, em si-mesmo dependente da estrutura complexa já-dada e com dominante dos discursos ideológicos” (ESCOBAR, 1973, p.191, grifo do autor). E conclui o capítulo afirmando que: “não ter ido da simples descrição das línguas e da sua convicção ideológica, como verdade e intemporalidade, constitui todo o trabalho das linguísticas conhecidas” (ESCOBAR, 1973, p.191).

A Escobar importa refletir sobre a relação entre Ferdinand de Saussure e Émile Durkheim e, “se possível, perceber com clareza que a problemática da articulação da linguística com a história e o caráter histórico-ideológico dos discursos de língua não devem nem precisam ser completamente descontados em cima desta relação” (ESCOBAR, 1973, p.192). Deduz que:

Se Saussure diz que ‘a língua é um fato social’, esta frase tem um duplo significado mais ou menos detectável na montagem do *CLG*. De um lado, expressa o lugar da problemática linguística na história, e de outro, subentende um terreno de questões epistemológicas entre estas duas ciências. (ESCOBAR, 1973, p.192, grifo do autor).

O *Proposições* entende que a recusa da linguagem já-dada no real é também a crítica não somente “das ideologias como objeto mas também da linguística – os discursos

ideológicos de língua articulada” (ESCOBAR, 1973, p.192), e afirma que: “Saussure não se preocupa com o solo social da língua ao nível de uma oposição social-individual, como se poderia supor, caso mantivéssemos a leitura empirista do par oposicional *langue/parole*.” (ESCOBAR, 1973, p.192, grifo do autor). Demarca que “*social* é o sentido mesmo dos discursos de língua e não apenas a sua forma de existência; social é seu trabalho e seus fins, mesmo se à maneira de produtos que em suas formas deixam-se arbitrar por classes e discursos ideológicos dominantes” (ESCOBAR, 1973, p.192, grifo do autor).

Escobar, contudo, não acredita que se “a presença de Durkheim em Saussure for vista como presença do método sociológico e seu paralelismo com o sociólogo francês como a postulação de uma *langue* nos termos de *consciência coletiva*, do social antes que o individual, etc.” (ESCOBAR, 1973, p.192-193, grifo do autor), então ambos teóricos entrariam em contradição: “Doroszewski, por exemplo não só vê esta relação metodológica na forma de um metodologismo empirista de Durkheim e Saussure como estabelece em termos simplistas o recobrimento dos termos ‘fato social’ durkheimiano e ‘*langue*’ saussuriana.” (ESCOBAR, 1973, p.193, grifo do autor). E isso se deve, segundo o PSL, à não aproximação de Saussure a todos os aspectos durkheimianos, pois há “em Saussure um pretendido acabamento aparente do sistema [que] foi substituído pelos quase conceitos que expressam as dificuldades de se pensar – naquele momento – as articulações dos discursos de língua com a história” (ESCOBAR, 1973, p.194).

Escobar destaca que a “oposição durkheimiana de ‘representações coletivas’ e ‘representações individuais’ não pode ser encarada como a origem dos conceitos saussurianos de ‘*langue*’ e ‘*parole*’” (ESCOBAR, 1973, p.195, grifo do autor), pois, “tudo aquilo que os conceitos de *langue* e *parole* podem sugerir em termos de ‘representações’ recobre em Saussure a presença pela ausência de uma ciência dos discursos ideológicos” (ESCOBAR, 1973, p.195, grifo do autor), e portanto, “o lugar das questões da ‘*langue*’ e da ‘*parole*’ é a semiologia e sua região dominante: a linguística” (ESCOBAR, 1973, p.195, grifo do autor).

Afirma que a noção, por exemplo, de *atos sociais*, não pode ser aplicada à linguística saussuriana aqui elaborada, pois “estes ‘atos sociais’ e suas características poderiam apenas lembrar o lado sistemático e já-dado dos modos reais dos sistemas de língua onde um sujeito ideológico se engaja” (ESCOBAR, 1973, p.195). Sistema, que, segundo o *Proposições* só se dinamiza – “caso saibamos ler nas ‘dificuldades’ dos conceitos de *parole*, de *arbitrariedade dos signos*, de *plano sintagmático* e associativo etc., – pelo processo de trabalho dos discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.195, grifo do

autor), logo, “a aproximação que se pretende de Durkheim e Saussure, no corpo da pretensa oposição entre ‘fato social’ ou ‘*langue*’ e ‘representações individuais’ ou ‘*parole*’ constitui um outro engano” (ESCOBAR, 1973, p.196, grifo do autor).

Através de seus temas, objetos e conceitos, entre outros elementos que efetivamente emergem em suas formulações, o PSL estabelece uma forte remanência demarcada com a psicanálise e com a História da formação discursiva marxista em busca de consolidar um conceito de *langue* que se ocupe de desenvolver uma semântica em continuidade com o materialismo histórico, como parte da reivindicação escobariana de uma *linguística científica*.

Em busca de uma semântica saussuriana fundamentalmente freud-marxista, Escobar afirma que o “processo de trabalho de discursos de língua, por onde uma formação de discursos de língua (no conceito de *langue*) aparece em sua ‘realidade’ ideológica, se abre à verdade de uma linguística científica ou materialista” (ESCOBAR, 1973, p.198, grifo do autor), de modo que “a linguística de Saussure – mal ou bem apreendida – possibilitou este avanço dos aspectos constitutivos dos *discursos ideológicos de língua*” (ESCOBAR, 1973, p.198, grifo do autor). Afirma:

Se, por um lado, a linguística materialista, que pretendemos, está dirigida a pensar os *meios de trabalho* – e em particular os *meios de trabalho* como discursos de língua – uma coisa é seu enfoque, ademais imprescindível, desde a ciência dos discursos ideológicos, e outra o seu enfoque nos limites dos processos de trabalho de um discurso de língua (ideológico) ao nível dos seus elementos. (ESCOBAR, 1973, p.199, grifo do autor).

Assim, “as *línguas*, como *meios de trabalho*, no processo de trabalho dos discursos ideológicos, fazem parte de uma estrutura mais ampla e são analisadas nos discursos típicos da Estrutura Elaborada” (ESCOBAR, 1973, p.199, grifo do autor), e essas “línguas, no conceito mesmo de *meios de trabalho* dos processos de trabalho dos discursos ideológicos, se abrem à análise do discurso que (ideologicamente) as perfaz como um discurso de língua” (ESCOBAR, 1973, p.199, grifo do autor). Portanto, “é necessário ordenar os lugares da linguística recente, – pelo menos aqueles que aqui se justificam – na forma de conceitos constitutivos de um *processo de trabalho dos discursos de língua*” (ESCOBAR, 1973, p.199, grifo do autor).

Acrescenta que: “A matéria-prima destes processos de trabalho de discursos de língua é aquilo que se tem chamado de *semântica* [...]” (ESCOBAR, 1973, p.199, grifo do autor), assim:

Se a matéria-prima dos processos de trabalho dos discursos ideológicos (na ciência dos discursos ideológicos) é os *discursos ideológicos dominantes* (na *EE*), a

matéria-prima dos processos de trabalho dos discursos de língua é estes discursos, mas no enfoque menos geral, isto é, como *semântica* que os discursos de língua implicam por seu estatuto ideológico-contínuo com a história. (ESCOBAR, 1973, p.200, grifo do autor).

Demarca que a significação já-dada estudada pela semântica é “este *grau especificado dos discursos ideológicos*, como significação já-dada, [e] que os discursos de língua pressupõem – e trabalham [...] *meios de trabalho* semiológicos (dos quais o discurso de língua é um exemplo)” (ESCOBAR, 1973, p.200, grifo do autor). Afirma que, os “meios de trabalho dos processos de trabalho dos ‘discursos de língua’ (cujo estatuto, a sua vez, na ciência dos discursos ideológicos, é o de *meios de trabalho* dos processos de trabalho dos discursos ideológicos)” (ESCOBAR, 1973, p.200, grifo do autor), são o *miolo* morfológico-sintático da linguística materialista.

Para a linguística, da visada do materialismo histórico, os *discursos de língua* são os gradientes de discursos, nos quais os “níveis – fonológico, morfológico e sintático – do *produzir-se* e para o *produzir-se*, dos meios de trabalho como discursos de língua, são graus de formação” (ESCOBAR, 1973, p.200, grifo do autor), sendo que “esses níveis de *meios de trabalho* dos discursos de língua também se abrem em discursos de língua específicos e menos gerais, e portanto mais abstratos, mas não menos ‘ideológicos’” (ESCOBAR, 1973, p.200-201, grifo do autor), que na CDI constituem-se em *linguísticas da linguística*.

Propõe analisar *os discursos de língua na linguística materialista*, para elaborar “as conclusões da *ciência dos discursos ideológicos*; isto é, do estatuto ideológico destes *discursos de língua*” (ESCOBAR, 1973, p.201, grifo do autor); afirma que ao desenvolver as análises nos

processos de trabalho dos discursos de língua – [...] o importante seria aquilatar os tipos de relações entre a *semântica* (matéria-prima), os ‘*meios de trabalho*’, (isto é, o propriamente ‘*linguístico*’ e dominante nestes processos de trabalho dos discursos de língua), e a *força-de-trabalho* linguística. (ESCOBAR, 1973, p.201, grifo do autor).

Para tanto, entende fazer-se necessário analisar “as relações estruturadas entre a semântica, a fonologia, a morfologia, etc., como produção de discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.202), compreendendo-se:

Langue (objeto de conhecimento), linguagem (objeto real), *parole* (força-de-trabalho dos discursos de língua), *valor*, *significação* (*dialética* do objeto do conhecimento da linguística), *arbitrariedade* do *signo*, *analogia*, *sintagma*, *relações associativas*, etc. (como problematização dos discursos de língua nos discursos ideológicos). (ESCOBAR, 1973, p.202, grifo do autor).

Aborda sua semântica como “a *problemática ideológica na especificidade* de um processo de trabalho discursivo particular: os processos de trabalho dos discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.202, grifo do autor). Portanto:

O caráter ‘em aberto’ dos conceitos da linguística de Saussure e seu esforço, não apenas, por pensar a estrutura e a produção dos discursos de língua, mas sobretudo a sua articulação com a história faz subentendida em sua linguística esta semântica de estatuto de discursos ideológicos que suas reflexões linguístico-gerais implicam. (ESCOBAR, 1973, p.202).

Devido à interpretação que atribuiu aos conceitos de Ferdinand de Saussure, conclui que a semântica saussuriana, apesar de *ausente em sua letra*,

são os termos e as dificuldades, que nos obrigam a pensar a *langue* na complexidade e multiplicidade de significações do conceito de *parole*, pensar a *arbitrariedade*, e toda a gama complexa de problemas referentes à articulação da língua, como significação, com a história, pensar a história da estrutura de uma língua nas leis dialéticas da *langue*, à maneira de estruturas de transição. (ESCOBAR, 1973, p.203, grifo do autor).

Conforme o entendimento do PSL, essa semântica saussuriana “recobre os termos das funções ideológicas dos discursos de língua articulada” (ESCOBAR, 1973, p.203), e Escobar reivindica para ela, um “estatuto de matéria-prima ideológica dos processos de trabalho dos discursos de língua articulada” (ESCOBAR, 1973, p.203). Isso posto, o PSL afirma que, a partir “de um produto ideológico típico ou discurso ‘linguístico’ e subentendidamente da teoria geral dos discursos ideológicos, nós podemos pensar a unidade das questões que movem e que se distribuem no discurso de língua” (ESCOBAR, 1973, p.204).

O PSL acrescenta que as formas de relações que “reúnem num processo de trabalho de discursos de língua tanto a dinâmica destes discursos quanto a forma do seu produto poderiam lembrar [...] as distinções tradicionais da gramática” (ESCOBAR, 1973, p.204). Contudo, pretende superar a “abordagem empírica dos discursos de língua corrente e elaborar conceitos capazes de pensar no processo de trabalho dos discursos de língua o papel ideológico [...] destes discursos em continuidade com a história” (ESCOBAR, 1973, p.204, grifo do autor). Propõe, ao invés de diferenciar “as partes do discursos da língua, conforme a linguística tradicional, em morfema, vocábulo, locução, oração, frase” (ESCOBAR, 1973, p.204), que se atente “aos processos de trabalho de discursos de língua onde estas unidades são funções e valores” (ESCOBAR, 1973, p.204), e, desse modo, concluir que as “unidades constitutivas dos *meios de trabalho* do discurso de língua formam *um todo instrumental e ideológico*” (ESCOBAR, 1973, p.205, grifo do autor):

a *análise* que é constitutiva das gramáticas estruturalistas, se abre para nós, na leitura das relações dos elementos dos processos de trabalho dos discursos de língua, como uma dinâmica onde as categorias de signo, morfema, morfologia e sintaxe expressam as formas do trabalho discursivo neste discurso particular. (ESCOBAR, 1973, p.205, grifo do autor).

Assim, são os “conceitos, ou quase-conceitos, desta dinâmica de produção e de correlação com os discursos ideológicos vigentes. A obrigatoriedade da sintagmática no espírito das análises de origem saussuriana reivindica esta operacionalidade de produção de discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.205).

Entende, o *Proposições*, que sintaxe, morfologia e fonologia “constituem a estrutura complexa dos *meios de trabalho* ativos nos processos de trabalho dos discursos de língua articulada que a gramática geral reflete e ressitua como trabalho discursivo” (ESCOBAR, 1973, p.205-206, grifo do autor), de uma maneira tal, que, os níveis fonológico e morfológico “se retomam um ao outro no plano específico de suas regras formais como articulações diferentes que negociam a presença efetiva do produto discursivo de língua nos termos mais gerais da sintaxe” (ESCOBAR, 1973, p.206), e assim, os componentes sintáticos centrais ele o são “na forma de *meios de trabalho* históricos de discursos de língua, onde o fonológico já se encontra em suas formas reguladas e o semântico a tudo isso subentende” (ESCOBAR, 1973, p.206, grifo do autor). Afirma:

A inteligência de todas as regiões do processo de trabalho dos discursos de língua nos levará à prática de uma análise que não se fará mais dentro das relações sujeito/objeto (ou sujeito e predicado, ou sintagma nominal e sintagma verbal) mas da análise dos meios de trabalho dos discursos ideológicos como *discursos de língua* e como produto ideológico contido em termos semiológicos, nos discursos ideológicos gerais. (ESCOBAR, 1973, p.206, grifo do autor).

A gramática, no *Proposições*, portanto, é tomada como *meios de trabalho ou discursos de língua articulada*. Este entende que o “estudo linguístico não é mentalista, senão enquanto um estudo de discursos ideológicos específicos que se abre às caracterizações gerais da prática da língua” (ESCOBAR, 1973, p.207). Afirma que seria “a linguística saussuriana como uma teoria geral do processo de trabalho dos discursos de língua e a fonologia, tanto quanto a morfologia [...] uma região sobredeterminada por esta teoria dos processos de trabalho linguístico” (ESCOBAR, 1973, p.207-208); afirma que nessa “linguística do objeto de conhecimento da linguística (‘langue’) e dos temas do *valor*” (ESCOBAR, 1973, p.208, grifo do autor), a fonologia saussuriana difere daquela influenciada por Sechehaye, a qual, segundo o PSL, “indica o espaço de transição onde ela existe, dividida em si-mesma e ainda incapaz de se determinar como substância dos *meios*

de trabalho dos discursos ideológicos de língua articulada” (ESCOBAR, 1973, p.208, grifo do autor).

Segundo Escobar, morfologia e fonologia devem compor uma mesma área de estudos, a morfofonologia ou simplesmente morfonologia; identifica “ser a *morfofonologia* o núcleo dos processos de trabalho dos discursos de língua articulada que a linguística, além e em razão da sua teoria geral deveria trabalhar com precisão” (ESCOBAR, 1973, p.208, grifo do autor). Lembra que:

Godel, por exemplo, reconhece que caso ‘se reúnam todos os textos relativos ao som, à fonação, às unidades sonoras, não se pode fazer outra coisa senão colocá-los no ângulo das definições da *langue* e da *parole*, sem se pretender por aí emprestar a Saussure ideias que só se fizeram visíveis mais de dez anos após a publicação do *CLG*’. (ESCOBAR, 1973, p.208, grifo do autor).

Assim, o PSL demarca: “*Langue* fonológica, algo mais que o sistema achatado dos sons reais, isto é o conceito de *combinação* que no conhecimento nos permite a inteligência desse sistema histórico-ideológico.” (ESCOBAR, 1973, p.208, grifo do autor). E afirma que: “O *corpo* e o *som* como história nos processos de trabalho psíquico e nos processos de trabalho dos discursos de língua articulada, [são] como aspectos dos meios de trabalho destes processos de trabalho discursivos.” (ESCOBAR, 1973, p.209, grifo do autor). Para Escobar, o som articula-se com um já-dado histórico-psíquico que se processa no cérebro, e pode ser estudado a partir da compreensão daqueles *processos de trabalho psíquicos*, pois entende que a fonologia se dirige ao “valor dos sons nos *meios de trabalho* dos processos de trabalho dos discursos de língua articulada” (ESCOBAR, 1973, p.209, grifo do autor).

Em seguida, entende que “Saussure situa o estudo dos sons na *parole*, não apenas do ângulo de uma ‘fisiologia da *parole*’ senão também, e sobretudo, em razão do estatuto de trabalho correlato à língua como discursos de língua por meio de meios de trabalho morfofonológicos” (ESCOBAR, 1973, p.210, grifo do autor), e que, o “discurso de estatuto semiológico (e então os discursos de língua) se constituem por um processo de somatização histórica” (ESCOBAR, 1973, p.210, grifo do autor), de modo que o som na sua instância de acontecimento da *linguística científica* “é o fantasma material desse deslocamento da semântica, que constitui o princípio e o fim do engajamento, pelo trabalho, de um agente histórico, nos processos de trabalho dos discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.210).

Afirma o PSL que, a fonologia saussuriana “está diretamente ligada à diacronia e à *parole*, isto é, à prática dos discursos de língua como *trabalho*, sem por isso deixar de subentender um seu *aspecto sistemático*” (ESCOBAR, 1973, p.210, grifo do autor), e

entende que no “texto do jovem Saussure, *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes*, nós encontramos referência explícita aos sons como sistemas e como linguística” (ESCOBAR, 1973, p.211, grifo do autor), e demarca ser “nesta direção, ainda que também associada à *morfologia*, que vamos distinguir na ‘fonologia’ saussuriana uma abertura ao seu estatuto econômico (de meios de trabalho) na extensão do processo de trabalho dos discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.211, grifo do autor).

Indica que: “No curso de 1909-1910, sobre *Morfologia*, Saussure associa explicitamente à problemática do som linguístico a morfologia: ‘As palavras de uma língua não são feitas com as de uma outra língua, e isso pode ser relativamente analisado’.” (ESCOBAR, 1973, p.211, grifo do autor). E, então, afirma que:

o fato de Saussure ter dito que o caráter fônico da palavra constitui o ‘estágio inferior da morfologia’ já o situa na proximidade das pesquisas morfofonológicas atuais e prepara para nós uma análise dos *meios de trabalho* dos processos de trabalho dos discursos de língua articulada, em termos de formas fonológicas e morfológicas. (ESCOBAR, 1973, p.212, grifo do autor).

Prefere pensar *uma linguística materialista, centrada no conceito de processo de trabalho dos discursos de língua articulada*, mas acrescenta que:

Não se trata de negar o caráter estruturado e já-dado dos *meios de trabalho* dos processos de trabalho dos discursos de língua articulada, mas, tanto de pressupor (e mostrar) esta estrutura específica de língua como um deslocamento – com seu efeito ideológico de formalização – da matéria-prima semântica, quanto sua forma obrigatória num processo de trabalho de discursos ideológicos de língua articulada. (ESCOBAR, 1973, p.212, grifo do autor).

Para Escobar, o som, conforme pensado por Baudouin de Courtenay e F. de Saussure, é um meio-de-trabalho, “ele é a *economia* dos processos de trabalhos dos discursos de língua articulada” (ESCOBAR, 1973, p.213, grifo do autor), e próxima àquela concepção elaborada por N. S. Trubetzkoy que “começa dizendo-nos que ‘por morfofonologia ou morfonologia nós entendemos, como se sabe, o estudo do emprego em morfologia dos meios fonológicos de uma língua’” (ESCOBAR, 1973, p.214), e acrescenta sua convicção na coerência da restrição destes estudos aplicados “numa ‘língua viva’ (como diz Trubetzkoy) ou conjuntura linguística – uma das acepções saussurianas do conceito de *parole* – ou, como fazemos nós, num processo de trabalho de discursos de língua articulada” (ESCOBAR, 1973, p.214, grifo do autor).

Afirma que para Trubetzkoy “a ‘morfofonologia (...), que é um termo de ligação entre a fonologia e a morfologia, é já por isso um lugar central no sistema gramatical, dirigido, a maior parte do tempo, a fornecer uma característica ampla do tipo próprio a cada

língua...” (ESCOBAR, 1973, p.214-215, grifo do autor), e entende que “como *langue-parole* pertence a uma *estrutura complexa* (em seus conceitos) [...] fonema e morfema, também na morfofonologia, se constituem eles mesmos em estrutura complexa em seus conceitos” (ESCOBAR, 1973, p.215, grifo do autor), ou diferentes “complexidades estruturadas que, em sendo articuladas entre si, recobrem o dinamismo dos processos de trabalho dos discursos de língua articulada” (ESCOBAR, 1973, p.215).

Portanto, segundo Escobar, “a morfofonologia [...] subentende para nós uma recusa das análises puramente distintas dos fonemas e por aí das análises dos fonemas fora da dominância do semântico” (ESCOBAR, 1973, p.215), e “os processos de trabalho dos discursos de língua articulada não fazem senão reproduzir, pelo trabalho social dos agentes, a matéria-prima ideológico-semântica obrigatória” (ESCOBAR, 1973, p.215). A questão da dominância do semântico em termos de uma contínuidade com a ideologia, é um tema, uma teoria, que se vincula à emergência de enunciados reitores, pela importância que confere à morfofonologia no âmbito da hierarquia interna da formação discursiva, quanto ao grau de implicações que acarreta.

Neste sentido, nas palavras de Escobar, a concepção de Jakobson que exclui o “fonema da ‘distinção significativa’ não nos parece procedente, visto que a posição do fonema apenas gradua a posição de presença do morfema na economia de alguns recursos ou meios codificados de cristalização histórica dos discursos” (ESCOBAR, 1973, p.215-216). Assim:

Se as posições, aparentemente, da fonologia como sistema – como *meios de trabalho* –, trazem a forma de significantes puros e indiferentes ao ‘significado’, ocorre que, para nós, este sistema de sons linguísticos não é senão a posição mesma do *meio de trabalho linguístico* na história. Por outro lado, eles se situam sempre junto aos outros elementos de um processo de trabalho de discursos de língua articulada. (ESCOBAR, 1973, p.216, grifo do autor).

Nesta perspectiva, para o PSL, “a matéria-prima dos processos de trabalho dos discursos de língua articulada constitui um sistema (a semântica) que marca genericamente o caráter de todos os elementos componentes deste processo de trabalho e é reproduzida em seu produto” (ESCOBAR, 1973, p.216), e, portanto, “se a matéria-prima dos processos de trabalho dos discursos de língua articulada tem na semântica o sistema central é somente nos meios-de-trabalho linguísticos ou sistema morfofonológico que este processo de trabalho tem sua economia” (ESCOBAR, 1973, p.216). De modo que,

este sistema morfofonológico que estrutura, numa superestrutura de discursos de estatuto semiológico, os meios de trabalho dos discursos de língua articulada, se constitui em fonemas morfológicos e em morfemas fonológicos que se abrem em

processos de trabalho nuclear da produção dos discursos de língua. (ESCOBAR, 1973, p.216).

Escobar acredita, assim, tornar possível “recobrar as diferenças entre *fonema*, na acepção de oposições puras (Jakobson), e morfema como distinções significativas [...] como oposições neste solo comum do trabalho dos discursos de língua articulada” (ESCOBAR, 1973, p.217, grifo do autor), e, nesta sua demarcação, os “fonemas em sua unidade complexa estruturada – feixe de oposições e qualidade fonemática – organizam nas ‘palavras’, nos produtos dos discursos de língua, a reprodução do sistema da ‘*langue*’ como valores semânticos” (ESCOBAR, 1973, p.217, grifo do autor), de modo que “não se tratava, em Saussure, de constituir ‘estruturas achatadas’ de língua ou doxologias cartesianas, cujo espírito de classificação se dirige ao encaminhamento do mais simples ao mais complexo” (ESCOBAR, 1973, p.217, grifo do autor).

Ao que afirma o *Proposições*, que nem “Saussure estava preocupado com isso [estrutura da *langue*], nem tampouco com a *temporalidade empírica da língua*” (ESCOBAR, 1973, p.217, grifo do autor), pois, o “valor que ele sublinha no sistema da *langue* é o de *estrutura de produção*” (ESCOBAR, 1973, p.217, grifo do autor). Destaca aquilo que entende como a “dinâmica da *langue* como valor” (ESCOBAR, 1973, p.217, grifo do autor). Entende que o “tempo, em Saussure, é a diacronia teórica, senão alguns dos seus elementos para se pensar, por uma teoria da passagem e da transição, as mudanças de *modo* nos discursos de língua articulada” (ESCOBAR, 1973, p.217-218, grifo do autor). Ressalta que: “estatuem as leis dialéticas da estrutura de produção do sistema da *langue*” (ESCOBAR, 1973, p.218, grifo do autor). Por *meios de trabalho* entende um agente que compreende desde tabus como o “*falus* até os *discursos de língua* ou discursos em termos de ‘meios de trabalho’ dos processos de trabalho dos discursos ideológicos” (ESCOBAR, 1973, p.218, grifo do autor), e que isso “não nos deve equivocar a respeito do estatuto ideológico dos *discursos de língua*” (ESCOBAR, 1973, p.218, grifo do autor).

O autor entende que o “caráter de *traços distintivos* e finitos, através dos quais se mostra e se estrutura o *fonema*, não o independiza – no processo de trabalho dos discursos de língua – da semântica” (ESCOBAR, 1973, p.218, grifo do autor), em sua estrutura *histórica* de sentido, na qual “a relação ou *posição* que com estes discursos já-dados [...] travam os *discursos de língua*, interfere no peso estruturado das relações linguísticas entre semântica, fonologia, morfologia e força-de-trabalho discursiva” (ESCOBAR, 1973, p.218-219, grifo do autor).

Entende que “os temas do *deslocamento* e da *condensação* (ou da metonímia e da metáfora) constituíam sempre – em Marx, Freud e Saussure – o lugar destes processos de trabalho por onde procuramos pensar os *discursos* e, mais precisamente, os discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.219, grifo do autor), ao que afirma que “se a *langue* é o objeto do conhecimento da linguística materialista é porque ela se refere aos discursos de língua como *meios de trabalho* dos discursos ideológicos produzidos e reproduzidos nas formas destes *meios de trabalho*” (ESCOBAR, 1973, p.219, grifo do autor). Assim, a “*langue* aparece [...] como corpo de um processo de trabalho plenamente formalizado mas igualmente ideológico” (ESCOBAR, 1973, p.220, grifo do autor).

A *langue*, para a semiologia materialista escobariana, trata-se “da formalização dos ‘fantasmas’ (da *E de I* – objeto da psicanálise), dos ‘valores’ (da *EE* – discursos ideológicos dominantes) que ocupam nos discursos ideológicos, em termos de língua articulada, o lugar de *meios de trabalho* (MT) *linguísticos*” (ESCOBAR, 1973, p.220, grifo do autor), e os “diferentes valores que se deprenderiam de um ou de outro destes eixos [a estrutura de instauração e a estrutura elaborada] testemunhariam diferentes planos da atividade mental – do trabalho – enfim, ideológicos (sonho ou discursos de língua)” (ESCOBAR, 1973, p.220).

Para Escobar, revelar “a produção (o processo) do sintagma é precisar os elementos e suas relações nos discursos e (para a linguística) nos discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.220). Destaca a “valorização [...] do plano sintagmático, para lembrar em Saussure o processo de trabalho dos discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.220), mas sem deixar de reformular também o eixo paradigmático “naquilo que, nele, lembra as características mesmas do sistema de língua. As línguas – ou as linguagens – como conhecimento na *langue* (linguística) mostram essa *sistematicidade*, típica do eixo associativo” (ESCOBAR, 1973, p.220, grifo do autor). Dessa maneira, arremata que a “disponibilidade sob controle que são os *sistemas de língua* (estruturas associativas) só existe e só é analisável – em continuidade e em sua função ideológico-histórica – nos sintagmas como processos de trabalho dos discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.220, grifo do autor), pois “os sintagmas e sua *mostragem* da língua como processo de trabalho de discursos de língua (objeto da linguística) mostra a que ponto a *parole* [...] é outra coisa que uma fala individual” (ESCOBAR, 1973, p.221, grifo do autor).

Escobar entende que, em Saussure, o eixo sintagmático e o paradigmático não devem ser entendidos como *duas formas de trabalho mental*, psicológico, mas, escandindo o discurso nos termos de sua ciência, como “a explicitação teórica dos movimentos

‘sintagmáticos’ (processos de trabalho) e paradigmáticos (duplamente articulados: *EE* e discursos de estatuto semiológico dos discursos de língua)” (ESCOBAR, 1973, p.221, grifo do autor), e afirma que “‘mental’ [...] se trata, de um lado, de uma forma de trabalho – prática sintagmática – e de outro lado do estado em que se encontram os discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.221, grifo do autor), em relação aos discursos da *EE*, e, demarca que

se os processos de trabalho da *E de I. (PTP)*⁸ em sua extensão sintagmática nos conduzem, tanto em seus elementos como em seu produto, à reflexão paradigmática na *EE* – aspecto já indicado na problemática da dupla articulação (na ciência dos discursos ideológicos), os *processos de trabalho dos discursos de língua* (melhor seria dizer, todos os discursos de estatuto semiológico⁹), em sua extensão sintagmática nos remetem aos *sistemas* dos discursos ideológicos dominantes que os regem paradigmaticamente (*EE*). (ESCOBAR, 1973, p.222, grifo do autor).

Por sua vez, define que o “movimento sintagmático do trabalho articula no estado presente e eficaz os elementos de um processo de trabalho e significa um processo de desmonte no processo de trabalho dos discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.222), e que “as análises sintagmáticas trabalham uma relação de elementos estruturados em processos de trabalho que os discursos reais de língua mostram no plano do conhecimento” (ESCOBAR, 1973, p.222), de modo que: “A análise sintagmática não se conclui em unidades últimas e suas regras de articulação, nem num esforço por designar os signos repetitivos que asseguram um ‘sentido’ ao discurso de língua.” (ESCOBAR, 1973, p.223).

Em relação a esta concepção escobariana dos conceitos de sintagma e paradigma, com vistas ao conceito de *langue*, o PSL afirma que o “sistema de diferenças das línguas é na verdade os lugares marcados de um trabalho e de um engajamento necessário” (ESCOBAR, 1973, p.223), por meio de que, os “*sintagmas* e os *paradigmas* situam os desenhos de toda produção [...] dos discursos ideológicos de estatuto semiológico (como os discursos de língua, por exemplo)” (ESCOBAR, 1973, p.223, grifo do autor). Nesse contexto, compreende que “a gramática da língua [vem] antes que a gramática normatizada dos aparatos ideológicos do Estado” (ESCOBAR, 1973, p.225). Entende ainda, que o “movimento de formalização crescente dos fantasmas [...] por exemplo, a gramática da

⁸ PTP, são *processos de trabalho psíquico* que se dão (a um nível subjetivo) na *Estrutura de Instauração* e que encontram correspondências com outras formas de processos de trabalho, como, por exemplo, os *processos de trabalho dos discursos de estatuto semiológico* (PTDS) e os *processos de trabalho dos discursos de classe social* (PTDC) na *Estrutura Elaborada*.

⁹ O que, todavia, implica afirmar que possa um discurso não ter estatuto semiológico.

língua articulada [...] traduz para nós o andamento estrutural da história em sua constituição e reprodução” (ESCOBAR, 1973, p.225).

Assim, como decorrência da leitura de Ferdinand de Saussure desempenhada por Escobar, sua “*linguística científica*, então, estuda a produção dos ‘meios de produção’ dos processos de trabalho dos discursos ideológicos na especificidade de um tipo de discurso semiológico: o discurso de língua” (ESCOBAR, 1973, p.228, grifo do autor), o qual, em sua reprodução tem o mérito de constituir “*a troca como um efeito ideológico* e não o *conhecimento da troca* no conceito de produção dos discursos de língua, para o que a semântica é imprescindível” (ESCOBAR, 1973, p.228, grifo do autor).

Para Escobar: “Saussure não situa o primado do valor (da troca) em sua linguística a partir desse efeito ideológico da troca, mas na medida em que sua linguística busca produzir o conceito da *troca* no sistema dos discursos de língua [...]” (ESCOBAR, 1973, p.228, grifo do autor). Define que os “discursos de línguas se encontram como processos de trabalho numa *fábrica do ideológico*, onde o valor envolve e marca toda produção” (ESCOBAR, 1973, p.229, grifo do autor). Contudo, deduz que, “se, em grande parte, esta aproximação da linguística (discursos de língua) com a ciência dos discursos ideológicos e a ciência da história é um trabalho nosso, ela não conflitua com a linguística de Saussure” (ESCOBAR, 1973, p.229).

Adverte que “o uso quase literal de *O Capital* para a inteligibilidade do papel dos discursos de língua pode constituir um equívoco” (ESCOBAR, 1973, p.229, grifo do autor), pois afirma ter clareza de que “esta aproximação do trabalho material (na ciência de *O Capital*) aos discursos de língua é reveladora e verdadeira, mas ela não se abre por si mesma a uma linguística científica” (ESCOBAR, 1973, p.229, grifo do autor), pois uma aproximação “entre os ‘signos da *parole*’ e o dinheiro, ou o ‘uso dos signos’ e o dinheiro como um ‘equivalente geral’ (Marx), onde todas as outras mercadorias se trocam, está muito aquém da precisão do nosso esquema estrutural de caracterização dos discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.229, grifo do autor).

O PSL compreende haver uma “estrutura complexa de discursos de estatuto semiológico (‘meios de trabalho’) com dominante dos discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.229-230), e assim “os discursos de estatuto semiológico (e os discursos de língua em particular) são discursos ideológicos” (ESCOBAR, 1973, p.230) que operam com as “ciências novas dos discursos ideológicos e dos discursos de língua”. Em nota de rodapé de número 199 à p.231, lê-se: “poderíamos chamá-las de ‘frases de Saussure’, entre outras: ‘a *langue* é um sistema de signos exprimindo ideias’, ‘o conjunto de hábitos permitindo

um sujeito compreender e se fazer compreender” (ESCOBAR, 1973, p.231, grifo do autor), e aqui faz entender, sobretudo, que “estas frases (‘os signos exprimindo ideias’) constituem metáforas – espaço de dificuldades das posições novas de Saussure frente a sua época – da língua compreendida como discursos de língua, como ‘meios de trabalho’ dos processos de trabalho ideológico” (ESCOBAR, 1973, p.231-232), e que na “linguística isso tudo constitui a *demarcação* mesma que sofre a conjuntura ideológica dos discursos dirigidos a pensar os discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.232, grifo do autor).

Designa que, quanto “à escrita (ou à literatura) nas palavras mesmas de Saussure como uma ‘má representação da língua’, segundo Baudry, um outro equívoco se instaura” (ESCOBAR, 1973, p.232). Entende que “Saussure reage contra uma inteligência linguística completamente centrada na escrita. Ele se empenha em restituir à linguística o *discurso de língua* e não uma imagem da escrita” (ESCOBAR, 1973, p.232, grifo do autor), e que, “se, por um lado, a escrita não é efetivamente representação da língua, um sistema que a desdobra, ela não deixa de ser, por outro lado, na estrutura complexa de discursos de estatuto semiológico, o discurso (o ‘meio de trabalho’) dominante” (ESCOBAR, 1973, p.232).

Afirma o *Proposições* ver-se “que o simples esforço de recusa do mecanismo de desdobramento significado/significante ou língua/escrita não constitui nem uma *leitura* correta de Saussure nem um avanço conceitual na linguística e na semiologia materialistas” (ESCOBAR, 1973, p.233, grifo do autor). Portanto, não se trata “de recusar a escrita como objeto de uma semiologia materialista, mas de preservar os discursos de língua de uma linguística (filológica)” (ESCOBAR, 1973, p.233, grifo do autor).

Problematiza Escobar a autoria de Saussure quanto à concepção de “que ‘a língua é um sistema de signos exprimindo ideias’” (ESCOBAR, 1973, p.233, grifo do autor), concebe que “na sua problemática [saussuriana] – e em seu rigor epistemológico – as ‘ideias’ constituem discursos ideológicos produzidos e a língua discursos de línguas em estatuto semiológico” (ESCOBAR, 1973, p.233), pois deduz que aceitar “o contrário é pensar um Saussure empirista, onde as ‘ideias’ são objetos já-dados, e então os próprios discursos de língua que se especificam como tal no corpo desta matéria-ideológica” (ESCOBAR, 1973, p.230).

Compreende que a relação saussuriana “entre a *langue* (como sistema de valores) só é ‘natural’ – metaforicamente – quando pensada no solo da história, e a produtividade da *langue*, como conceito dos discursos de língua, pode ser pensada nos eixos da simultaneidade e no eixo das sucessividades” (ESCOBAR, 1973, p.234, grifo do autor),

enquanto sistema de valores, e se “Saussure literalmente aproxima os discursos de língua (e os signos) ao dinheiro – ou a linguística à economia política – esta aproximação significa mais que uma conversão da problemática dos valores linguísticos à circulação” (ESCOBAR, 1973, p.234), pois, entende que a “circulação, se assim podemos dizer, dos discursos de língua na prática do ideológico, se abre nos temas da ‘parole’” (ESCOBAR, 1973, p.234, grifo do autor).

Disto Escobar deriva que “os discursos de língua na *linguística do corte* de F. de Saussure e a *leitura* que processamos em seu interior reúnem a linguística aos temas marxistas dos discursos ideológicos, e aos temas freudianos da estrutura do inconsciente *histórico*” (ESCOBAR, 1973, p.234, grifo do autor), e então os discursos de língua – da linguística científica – abrem os temas dos ‘meios de trabalho’ da Estrutura de Instauração (objeto da psicanálise) e da Estrutura Elaborada” (ESCOBAR, 1973, p.234-235). E acrescenta que:

A abertura sobre si mesma da palavra, que Starobinski detecta nos textos de F. de Saussure a respeito dos anagramas, na forma, digamos, de um rastro semântico que envolve em níveis diferentes seus desdobramentos, é um argumento a mais a nosso favor. Esta abertura, este desligamento semântico ‘sem que se possa atingir um constituinte da língua que não concorra ao signo ...’, subentende estruturas e história. (ESCOBAR, 1973, p.235).

De tal entendimento decorre a compreensão de que o “empenho de Saussure sobre a ‘poesia’, na forma de uma revelação de sua produção, está fundamentalmente ligado com as questões da produção dos discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.235, grifo do autor), e esses “discursos de língua no Saussure da plenitude ganham a forma metafórica de uma continuidade com a história em termos de profusão semântica” (ESCOBAR, 1973, p.235), e, quanto a isso, afirma que tanto lhe faz “que seja a *parole* poética e não toda *parole* nos conceitos dos discursos de língua” (ESCOBAR, 1973, p.235, grifo do autor), e que parte do inacabamento de sua própria proposta se deve à “dificuldade mesma de um entrosamento entre a ciência dos discursos de língua (e a ciência dos discursos ideológicos) e estas reflexões sobre a ‘fluidez das poesias’, ou sobre a ‘produção’ nas *paroles* dos discursos de estatuto semiológico” (ESCOBAR, 1973, p.236, grifo do autor).

Através de demarcações no arquivo, em seus processos de escansão dos enunciados, formulando deduções e problematizações, por meio de temas e de teorias que valendo-se de objetos, conceitos, um *ethós*, estratégias, etc. constitui-se a formação discursiva linguística escobariana presente na obra designada como PSL, Escobar, formula suas instâncias discursivas, das quais emerge sua ciência dos discursos ideológicos ou CDI que,

segundo o autor, se abre a uma *linguística científica*, a uma *semiologia materialista*, e a uma *psicanálise materialista*.

O *Proposições* afirma:

A linguística científica, a sua vez, referida aos temas em torno dos ‘meios de trabalho’ dominantes nos processos de trabalho dos discursos ideológicos – que são os discursos de língua articulada –, está reunida, em termos de nível, à semiologia científica que, como já dissemos, subentende a ciência dos discursos ideológicos e, finalmente, a ciência da história. (ESCOBAR, 1973, p.239).

Identifica um “estatuto de ideologia [...] nos discursos e no discurso de língua, conforme sua função de produção e reprodução” (ESCOBAR, 1973, p.240, grifo do autor). A *matéria-prima* articulada nos “*processos de trabalho discursivo*, os *meios de trabalho* (falus, discursos de língua, imagísticos, cinestésicos e, nos processos de trabalho dos discursos de língua, os fonemas) e a *força de trabalho discursivo* nos permitem operar suas características” (ESCOBAR, 1973, p.240, grifo do autor). E finaliza, afirmando que:

a situação estrutural das *forças produtivas* discursivas dos PTDC [processos de trabalho dos discursos de classe social], isto é, as relações que a *força de trabalho* dos discursos ideológicos da *EE* mantém com a *Langue* (sistema dos *meios de trabalho discursivo em estatuto institucional* – conforme nos ensina Saussure), na forma, por exemplo, de *relações cortadas*, já que (e por enquanto apenas hipoteticamente) o *lugar e a forma da langue* na produção dos discursos de classes sociais pertencem, em última instância, aos aparatos ideológicos do Estado. (ESCOBAR, 1973, p.242, grifo do autor).

Conceito simplificado de *langue* no PSL

A *langue*, se encarada como as *formações de língua*, é, para Escobar, um discurso que se manifesta no campo da luta de classes, e está atrelada a uma ideologia burguesa dominante em sua articulação com a História, por meio de duas subestruturas: uma psíquica, voltada ao desejo, chamada de *Estrutura de Instauração* e outra político-econômica, contemplando as ideologias de classe, denominada *Estrutura Elaborada*.

Assim, em sua proposta de trabalho, o PSL desloca sensivelmente a dimensão conceitual da concepção de *langue* saussuriana que emerge do CLG quando entende a *langue* como os *processos de trabalho de discursos de língua*, compreendidos naquela estrutura de produção da prática das línguas em articulação com a História, o que converte sua linguística antes em uma ferramenta de tomada de consciência do materialismo histórico.

A maquinaria da produção, nesses moldes da *langue* pensada como um modo de produção sujeito à História – e esta História sendo a da ideologia marxista – promove uma grande aproximação entre os termos signo, palavra e ideologia, o que implica a não autonomia da *langue* e, portanto, da linguística em relação à História, conforme a ciência proposta por Escobar.

No *Proposições*, a diferencialidade sistêmica que agrega valor e, portanto investe, os signos de sentido não se estabelece, como no caso do CLG, em termos de sistema interno (ou código da *langue*), mas antes estrutura-se a nível de discursos e aspectos extralinguísticos pensados a partir do materialismo histórico, logo, o sentido deixa de ser invocado pelo significado para ser regido por uma articulação entre um significante e a ideologia e, assim, a *langue* reflete uma luta de classes.

O *Proposições* afirma, ainda, um sistêmico semiológico funcional e não formal do conceito de *langue* que, encarado como discurso, extrapola os limites do sistema da *langue* e da linguística interna, com vistas a contemplá-la, assim como a semiologia, a partir de uma teoria materialista histórica. É o marco inicial de um tratado de semiologia a ser desenvolvido, uma análise de discursos¹⁰, um manifesto semiológico-materialista. Então, a *langue* é um objeto privilegiado da reprodução do sistema de classes sociais, suas unidades podem ser entendidas como atreladas ao desejo e ao capital em suas funções linguísticas.

Nessa linguística escobariana, como teoria geral dos discursos de língua-articulada, os signos, uma vez dotados de valores ideológicos, não são mais vistos como puros. Assim, a *langue* é encarada como um tipo específico de discurso, e as articulações desse discurso particular com a história são projetadas nas problemáticas do signo e da arbitrariedade do signo: propõe abordar a articulação como função da *langue*.

Portanto, a dimensão conceitual das proposições escobarianas não comporta o imotivado e deduz que a linguística saussuriana prepara o terreno para aquilo que o autor denomina como uma *teoria geral dos discursos ideológicos*, erigida da compreensão escobariana da *semiologia saussuriana*, que foi ressituada sob a forma daquilo que Escobar demarca como mais uma das *regiões do continente histórico*.

Conclusões

¹⁰ q. v. a tese de doutoramento de João Marcos Mateus Kogawa: *Por uma arqueologia da análise do discurso no Brasil*.

Ao longo de todo nosso trabalho de análise da linguística estruturalista e da materialista buscamos considerar ambas disciplinas enquanto formações discursivas, independentemente dos graus de cientificidade posteriormente atribuídos para uma e outra pela comunidade científica que as valida. Na base de ambas as formações discursivas encontram-se enunciados reitores ligados à prerrogativa da *langue* como uma instituição social e convencional, havendo em um e em outro programa diversos acontecimentos discursivos relacionados que validam este *a priori* do qual seus enunciados derivam. Disto a linguística estruturalista irá concomitantemente deduzir, demarcar e formular um conceito de *sistema de valores*; a linguística materialista, por sua vez, irá escandir a *langue* como um *produto ideológico*.

Quanto às possibilidades e ao campo de utilização referente ao universo teórico-metodológico do termo *langue* a partir dos enunciados efetivos de ambos os programas, ou seja, enquanto conceitos presentes nos enunciados dos quais emerge o termo *langue*, há, todavia, um enorme desacordo conceitual e metodológico entre as duas visadas teóricas. A este respeito se depreende, a partir da linguística estruturalista a descrição das línguas faladas, em sua forma, suas unidades e relações, sustentadas no conceito de valor, as traduções, a análise das distições entre a *língua literária* e a *língua corrente*, etc. A linguística materialista, a seu tempo, admite, das demarcações que formulam o seu conceito *langue*, a tarefa de descrever a articulação das *formações de língua* com a história, tarefa esta, a ser desenvolvida.

Um mesmo enunciado pode perfeitamente ajustar-se a mais de uma formação discursiva, mesmo sendo formações discursivas contraditórias entre si. De um modo geral, não há um limite preciso entre as formações discursivas, e assim, podemos admitir que um *valor* sistêmico, à guisa do conceito saussuriano, permeia o arquivo, pois uma mesma formação discursiva pode estabelecer uma maior ou menor remanência com outras formações discursivas no domínio das coisas ditas. Isto pode ser demonstrado, na medida em que propomos, por exemplo, a série: Saussure, Escobar e Darwin, a formação discursiva escobariana apresenta uma grande afinidade à saussuriana, porém, se, ao invés, propormos a série Saussure, Escobar e Marx, observamos uma maior remanência entre Escobar e Marx do que entre Escobar e Saussure, pois os elementos capitais, os enunciados reitores na base hierárquica da árvore da formação discursiva escobariana estão mais fortemente ligados à Marx que a Saussure.

Disto, podemos afirmar que a despeito de a arqueologia se voltar, em suas análises, aos enunciados efetivos de uma formação discursiva, àqueles que vêm constituir a relativa homogeneidade, a especificidade e a regularidade enunciativa característica de uma formação discursiva qualquer, para além de suas positivities, de sua condição de acontecimento, sua exterioridade, enfim além de sua própria materialidade, o que estabelece uma formação discursiva não se dá exclusivamente nela mesma, mas resulta ainda das relações que ela mantém com os demais campos enunciativos, portanto, reafirmamos que da mesma forma que um *signo* está para o conceito de *langue*, um determinado campo enunciativo, uma dada *formação discursiva* só adquire seu *valor*, ou melhor, sua *raridade* através de suas características diferenciais em relação ao conjunto dos campos enunciativos que é o *arquivo*.

Ao longo de todo o CLG, para além das críticas às formações discursivas correntes, as deduções que conduzem à formulação do conceito de *langue*, muitas vezes se dão a partir da observação de unidades pertencentes às mais variadas línguas faladas ou de relações estabelecidas por elas no interior de seus próprios sistemas (descrição da forma da *langue*), sendo que amiúde estes elementos de um determinado estado de língua emergem em analogias com os equivalentes de um outro estado, ou de outras línguas. Cabe lembrar que, por outro lado, o PSL não utiliza referências dessa ordem, unicamente empregando formações discursivas variadas para realizar suas escansões no arquivo, quer dizer, Escobar não propõe exemplos oriundos das línguas faladas.

Saussure afirma a inevitabilidade da evolução, tanto da ordem dos significantes quanto da ordem dos significados, o que promove mudanças também no sistema de um modo geral, de forma a ser possível atribuir-lhe uma independência frente aos agentes individuais; concepção respaldada e reforçada ainda mais, pelo conceito de *imotivado* da linguística saussuriana. No PSL a inserção do conceito de *barra* à relação entre o significante e o significado, como um elemento da força de trabalho discursiva, em continuidade com a ruptura que promove no ramo epistemológico que se desenvolve a partir do conceito de *valor* presente no CLG, é um elemento que visa inserir o vínculo dos elementos da *langue* com a História ao par significante/significado em razão dos ramos do materialismo histórico no campo da linguística escobariana.

Encarada desde uma dimensão mais conceitual, a *langue* que emerge do CLG é aquele produto da fala, aquela convenção social decorrente de seus usos anteriores, mas destituída de valores definitivos; suas peças têm sua significação obtida como resultado da operação entre duas realidades co-dependentes e negativas (no sentido de vazias de valor

em si mesmas), que ao se unirem (conceito e som) produzem um signo. Cada signo com seu valor sistêmico, logo relacional, visa a representar um significado, que é sempre conceitual, mesmo se referido às coisas no mundo, através de um vínculo indispensável com sua contraparte significante, que é por excelência sonora, sendo considerada a grafia uma sua decorrência um tanto imprecisa.

Para a linguística estruturalista, afirmar que a *langue* é encarada em sua perspectiva sistêmica implica compreendermos que seus elementos (gramaticais, lexicais, sonoros conceituais, etc.), suas peças, seus signos, unidades, são parte de um todo estruturado de uma maneira tal, que seus valores dependem da solidariedade da estrutura que a constitui, ou seja, seus signos não se dão a partir das coisas no mundo às quais esses elementos possam se referir, pois seus valores se dão em relação aos valores dos demais elementos coexistentes, inerentes ao sistema.

Para a linguística materialista, por sua vez, a questão da independência relativa da *langue* acentua os seus vínculos com a História, uma vez que todos os processos da *langue* se dão no interior de uma estrutura que é histórica, sendo o foco das problematizações as questões que envolvem o sentido demonstradas nas suas preocupações com a Semiologia. A independência do sistema da *langue* permite, ao linguista que aborde o discurso, compreender de que maneiras os elementos extra-linguísticos interagem com o todo complexo e delimitado da *langue*, encarada como manifestação social da forma convencional de linguagem.

Pensar a linguagem como uma característica imanente à humanidade em suas diferentes manifestações possibilita pensar-se uma miríade de pontos de vista; a ilação de que possa ser abordada pelo que lhe seja convencional, e o que seja atual, na expressão da dicotomia *langue/parole* em seus diversos níveis de abertura e de fechamento favorece a consolidação da linguística como ciência autônoma e permite, em sua perspectiva de trabalho, compreender os elementos que se aplicam a qualquer estado de língua, prescindindo de sua história ou da história de seus usuários, e se porventura autoriza o uso de elementos extraordinários, não o faz senão desde uma visada que não escape do seu terreno.

Quanto à proposição saussuriana de princípios gerais independentes da cultura, com vistas exclusivamente aos aspectos internos formulados conforme a modalidade enunciativa que compõe o CLG, antes de criticarmos essa perspectiva inovadora frente à *langue* presente na linguística saussuriana, vislumbramos como que um aspecto em busca de uma verdade, como se a aproximação ao modelo científico das ciências duras conferisse

um caráter imparcial à linguística, fato que sem sombra de dúvidas garante sua autonomia científica frente às demais formações discursivas.

Portanto, retomando o horizonte de nossas hipóteses iniciais, derivamos que toda a admiração que nutrimos pela envergadura daquilo que representa para nós a figura estimada de Carlos Henrique de Escobar, sua coragem, sua determinação ímpares na proposição desses temas, a beleza, a paixão a coerência interna ao livro, a vanguarda imensa dessa obra admirável, apenas possível fruto das entranhas de um *lobo faminto*¹¹, enfim, toda a nossa inclinação, ao cabo de quase meia década de idas às fonte, sistemática e apaixonadamente em busca de um detalhe que viabilizasse demonstrar pelo contrário, concluímos ser, do ponto de vista do conceito de *langue* presente no CLG, inviável, nos moldes que pensávamos, sua reelaboração com a proposição escobariana.

As proposições escobarianas se dirigem a um dispositivo analítico no seio de uma Semiologia de inspiração saussuriana, que se caracteriza pela reformulação do conceito de *langue* e a vinculação da *langue*, e, portanto, da linguística a um horizonte de elaboração histórico. Suas análises contemplam o materialismo e refletem a luta de classes, de modo que precipitam a importação de uma análise do discurso francófono no Brasil, não havendo assim, uma prerrogativa que justifique nossas aspirações iniciais de reelaboração mútua entre a linguística materialista e a estruturalista.

De modo que, a força que constitui o fato de Escobar ter pensado uma análise de discursos materialista-histórica no Brasil do começo dos anos 70 (e lembremos que um livro não se escreve de uma hora para outra, e esta sua obra data de 1973), todo o caráter revolucionário de sua proposta – ainda mais sob as condições de sua publicação, contra tudo e contra todos¹² – todavia, não refuta, e até vem a reforçar a negativa de nossas hipóteses iniciais de uma reelaboração mútua de alguns pontos presentes no CLG e no PSL, a partir do conceito de *langue*, para finalidades específicas, de possibilidades de trabalho conjunto entre estas duas visadas teóricas, mesmo porque, cada uma delas mantém a sua beleza própria.

¹¹q.v. João Kogawa: *Carlos Henrique de Escobar por ele mesmo: tragicidade e teoria do discurso*.

¹² Mesmo o partido comunista condenava a leitura de Althusser, fonte de inspiração do PSL

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ADORNO, T. *Minima moralia: reflexões a partir da vida danificada*. tradução Luiz Eduardo Bicca. São Paulo: Ática, 1992. 216p.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2012. 203 p.

BARONAS, R.; KOMESU, F. *Homenagem a Michel Pêcheux: 25 anos de presença na análise do discurso*. Campinas: Mercado de letras, 2008. 216p.

BARONAS, R. *Enunciação aforizante: um estudo discursivo sobre pequenas frases na imprensa cotidiana brasileira*. São Carlos: EdUFSCar, 2013. 146p.

BORBA, F. S. *Introdução aos estudos linguísticos*. São Paulo: Editora Nacional, 1967. 305p.

_____. *Introdução aos estudos linguísticos*. 9 ed. rev. São Paulo: Editora Nacional, 1986. 331p.

CÂMARA JR., J. *Dicionário de linguística e gramática: referente à língua portuguesa*. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1978. 266p.

_____. *História e estrutura da língua portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979. 264 p.

_____. *Princípios de linguística geral: como introdução aos estudos superiores da língua portuguesa*. 5 ed. rev. Rio de Janeiro: Padrão, 1980. 333p.

_____. *Estrutura da língua portuguesa*. 13 ed. Petrópolis: Vozes. 1983. 124p.

_____. *História da linguística*. 4 ed. Maria do Amparo Barbosa de Azevedo (trad.) Petrópolis: Vozes, 1986. 195p.

_____. *Dispensos de J. Mattoso Câmara Jr.* Carlos Eduardo Falcão Uchôa (org.) 9 ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. 272p.

CARVALHO, C. *Para compreender Saussure: fundamentos e visão crítica*. 3 ed. rev. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1982. 192 p.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. tradução Georges Lamazière. Rio de Janeiro: Imago, 1976. 514p.

DELEUZE, G. *Empirismo y subjetividade: las bases filosóficas del anti-Édipo*. traducción Hugo Azevedo. Barcelona: Granica, 1977. 148p.

_____. *Conversações: 1972-1990*. tradução Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. 232p.

DE MAURO, T. Introduzione In: SAUSSURE, F. *Corso di linguistica generale: introduzione traduzione e commento* Tullio De Mauro. 19 ed. Bari: Laterza, 2005. p.V-XXXIX.

DONATTI, S. *Imagens do autor Ferdinand de Saussure em três prefácios do Curso de linguística geral*. 2014. 53f. trabalho de conclusão de curso, UFSCar, São Carlos: *múmeo*, 2014.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987. 222p.

ESCOBAR, C. H. *Proposições para uma semiologia e uma linguística: uma nova leitura de F. de Saussure*. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1973. 246p.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do Saber*: tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis: Vozes, 1972. 260p.

_____. *Eu Pierre Riviere que degolei minha mãe minha irmã e meu irmão: um caso de parricídio do século XIX apresentado por Michel Foucault*. tradução Denise Lezan de Almeida. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977. 294p.

_____. *Microfísica do poder* organização introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981. 296p.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. tradução Salma Tannus Muchail. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 407p.

_____. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970*. tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 4 ed. São Paulo: Loyola, 1998. 79p.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. tradução Roberto Cabral de Melo Machado, Eduardo Jardim Moraes. 3 ed. Rio de Janeiro: NAU, 2011. 160p.

KOGAWA, J. M. M. *Aspectos da emergência da AD no Brasil*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, IV SEAD, Porto Alegre, novembro de 2009, 6p.

_____. *Por uma arqueologia da análise do discurso no Brasil*. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2012, 209p.

LOPES, E. *Discurso, texto e significação: uma teoria do interpretante*. São Paulo: Cultrix, 1978. 111p.

_____. *Fundamentos da linguística contemporânea*. 9 ed. São Paulo: Cultrix, 1986. 346p.

MAINGUENEAU, D. *Doze conceitos em análise do discurso*. organização Sírio Possenti, Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva; tradução Adail Sobral [et al]. São Paulo: Parábola, 2010. 207p.

MALDIDIER D. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. vol. 1. Fernanda Mussalim, Anna Christina Bentes, orgs. 9 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2012. 301p.

_____. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. vol. 2. Fernanda Mussalim, Anna Christina Bentes, orgs. 8 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2012. 306p.

_____. *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. vol. 3. Fernanda Mussalim, Anna Christina Bentes, orgs. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011. 473p.

NUNES, B. *Introdução à filosofia da arte*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1991. 128p.

PRADO JR., B. *Alguns ensaios: filosofia, literatura, psicanálise*. 2 ed. rev. amp. São Paulo: Paz e terra, 2000, 294p.

ROBINS, R. H. *Pequena história da linguística*. Luiz Martins Monteiro, trad. 7 ed. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1983. 203p.

SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004. 260p.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. organizado por Charles Bally, Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger; prefácio da edição brasileira Isaac Nicolau Salum; tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006. 279p.

_____. *Escritos de linguística geral*: organizados e editados por Simon Bouquet e Rudolf Engler com a colaboração de Antoinette Weil. Tradução de Carlos Augusto Leuba Salum, Ana Lucia Franco. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2004. 296p.

STAROBINSKI, J. *As palavras sob as palavras*: os anagramas de Ferdinand de Saussure. São Paulo: Perspectiva, 1974. 113p.

SHIVA, V. *Biopirataria*: a pilhagem da natureza e do conhecimento. tradução Laura Cardellini Barbosa de Oliveira; prefácio de Hugh Lacey, Marcos Barbosa de Oliveira. Petrópolis: Vozes, 2001. 152p.